UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

GABRIELA PEREIRA MARTINS

**Entre a espada e a coroa:
abolicionistas em confrontos políticos no imediato pós-abolição (1888-1889)**

(Versão Corrigida)

SÃO PAULO

2017

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**Entre a espada e a coroa: abolicionistas em confrontos políticos no imediato
pós-abolição (1888-1889)**

Gabriela Pereira Martins

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Sociologia do Departamento de Sociologia da
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
da Universidade de São Paulo, para a obtenção do
título de Doutora em Sociologia.

Área de concentração: Sociologia Política

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Angela Maria Alonso

De Acordo

(Versão Corrigida)

**São Paulo
2017**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

M381e MARTINS, GABRIELA PEREIRA
Entre a espada e a coroa: abolicionistas em
confrontos políticos no imediato pós-abolição (1888-
1889) / GABRIELA PEREIRA MARTINS ; orientadora
ANGELA MARIA ALONSO. - São Paulo, 2017.
210 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Sociologia. Área de concentração:
Sociologia.

1. ASSOCIAÇÕES ABOLICIONISTAS. 2. PÓS-ABOLIÇÃO. 3.
CONFRONTO POLÍTICO. 4. MOVIMENTOS SOCIAIS. 5.
TRANSIÇÃO POLÍTICA. I. ALONSO, ANGELA MARIA, orient.
II. Título.

Nome: MARTINS, Gabriela Pereira Título: Entre a espada e a coroa: abolicionistas em confrontos políticos no imediato pós-abolição (1888-1889)

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de
São Paulo para obtenção do título de doutora
em Sociologia

Aprovado em: 11 de agosto de 2017

Banca Examinadora

Prof. Dr. Angela Maria Alonso Instituição: FFLCH - USP

Julgamento: Aprovado Assinatura: _____

Prof. Dr. Brasília João Sallum Júnior Instituição: FFLCH - USP

Julgamento: Aprovado Assinatura: _____

Prof. Dr. Antonio Sérgio Alfredo Guimarães Instituição: FFLCH - USP

Julgamento: Aprovado Assinatura: _____

Prof. Dr. André Pereira Botelho Instituição: UFRJ

Julgamento: Aprovado Assinatura: _____

Prof. Dr. Mário Augusto Medeiros da Silva Instituição: UNICAMP

Julgamento: Aprovado Assinatura: _____

Para meu avô Sebastião Martins Tosta (in memoriam)

AGRADECIMENTOS

Apesar da escrita de um trabalho acadêmico ser na sua maior parte uma atividade solitária, ela também é resultado de conhecimento que foi produzido coletivamente. Deste modo, agradeço a todos aqueles que de alguma forma contribuíram, diretamente ou indiretamente, para o desenvolvimento desta tese.

Primeiramente agradeço à Angela Alonso pela primorosa orientação e por ter compartilhado comigo mais do que o seu conhecimento sobre o movimento abolicionista, mas os seus valiosos dados sobre o tempo histórico que antecede o período na qual minha pesquisa está circunscrita. Sou grata também pelos conhecimentos teóricos e metodológicos que a mesma me apresentou.

Também sou grata aos comentários dos professores Antônio Sergio Alfredo Guimarães e Paolo Ricci que participaram da minha banca de qualificação em 2015.

Ao Brálio Sallum Júnior agradeço por compartilhar comigo um pouquinho do seu vasto conhecimento sobre confronto político e sobre Florestan Fernandes. As suas sugestões foram de grande relevância para o encaminhamento que esta tese tomou.

Ao Sedi Hirano também sou grata, pois quando do seminário “20 anos sem Florestan Fernandes”, em sua exposição expressou a centralidade que a ideia de autonomia tem na obra do autor. Foram informações como estas, de professores com vasta experiência e conhecimento que pude me beneficiar durante este meu percurso pela USP.

À Helena Bomeny (UERJ) agradeço pelos comentários realizados a uma versão preliminar de um dos capítulos desta tese, quando da minha apresentação no 40º encontro da Anpocs em 2016, no SPG de Pensamento Social. Foram comentários instigantes que me estimularam ainda mais a querer esmiuçar sobre as oportunidades políticas ou a falta delas aos abolicionistas no pós-abolição.

Agradeço ao Karl Monsma (UFRGS) que durante uma conversa me fez pensar sobre a relação do estado e a abertura ou fechamento de oportunidades aos abolicionistas no pós-abolição, que ajudaram na maturação de meu trabalho.

Agradeço à Ann Mische (University of Notre Dame, USA) que em 2014, quando estive no Brasil cedeu uma entrevista a mim e a um grupo de colegas. Atividade esta que foi bastante enriquecedora e pude me beneficiar de sua perspectiva relacional de movimentos sociais na minha tese.

Agradeço aos colegas frequentadores mais assíduos do *Seminário de Sociologia, Política e História*, que participaram de cada passo do desenvolvimento da minha pesquisa. Foram eles: Carlos Eduardo Dias Souza, Maria Mercedes Salgado de Azevedo, Isaias Alves, Rafaela Nunes Pannain, Ellen Elsie Silva Nascimento, Rafael de Souza, Catalina Gonzáles, Ana Carolina Alfinito Vieira (Max Plank, Colonia, ALE) e Débora Alves Maciel (Unifesp). Devo a eles um agradecimento especial pelas perguntas e sugestões bibliográficas, teóricas e metodológicas, bem como pela amizade. Nestes seminários, do qual estive à frente ajudando na organização durante um ano e meio e apresentando trabalhos em todos os semestres, desde quando ingressei no doutorado. Foi neste espaço que tive a oportunidade de ter versões preliminares de capítulos desta tese debatidos por Jaqueline Porto Zulini e Mário Augusto Medeiros da Silva (Unicamp), aos quais também sou especialmente grata.

Agradeço aos colegas e amigos que adquiri na USP: Matheus Gato, Benno Warken Alves, Flavio Thales Ribeiro Francisco, com quem tive a maravilhosa oportunidade de apresentar versões preliminares do meu trabalho e aperfeiçoar o meu argumento. Outros como Flávia Rios, Denise Carvalho, Karina Fasson, Bruna Nicodemos, Jacqueline Moraes Teixeira, Danielle Uchoa, Lilian Sendretti, Viviane Brito de Souza, Ana Carolina Andrada, Rogério Barbosa e João Ivo Guimarães com os quais pude aprender um pouco sobre os seus temas de pesquisas, metodologias empregadas, bem como aprender um pouco do contexto político e acadêmico.

Sou grata aos parceiros da Revista Plural, com os quais pude conviver entre os anos de 2013 e 2015, revisando artigos e fornecendo pareceres internos; e principalmente por me proporcionar co-organizar, juntamente com Ricardo Mariano, Monise Picanço e Sara Tufano o *Simpósio Internacional "Movimentos Sociais e Instituições Políticas na América Latina"* em 2014, quando da celebração dos 20 anos da revista.

Agradeço aos amigos, parceiros e cientistas sociais da UFJF sempre na torcida! Agradeço a todos os professores que fizeram parte da minha trajetória acadêmica nesta instituição, em especial ao Rubem Barboza Filho.

Sou grata aos amigos, mineiros, paranaenses e paulistas adquiridos em São Paulo, em especial à Júlia Oliveira, Carlos Geraldino, Hana e Marcos Vinícius. Obrigada por tornar São Paulo mais leve e mais engraçada.

Também sou grata aos funcionários da Biblioteca Florestan Fernandes (FFLCH/USP), da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (BBM/USP) e do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP), da Biblioteca Mário de Andrade (BMA) e do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) e da Biblioteca Nacional de Uruguay (BIBNA). Agradecimento estendido aos

funcionários da Biblioteca Nacional (BN), da Biblioteca do Senado e da Câmara que investiram em disponibilizar parte da sua documentação digitalmente, facilitando o acesso.

Agradeço pela leitura e revisão que Rosa López fez desta tese.

Agradeço especialmente à Camilla Pessonnia, Daniele Souza e Gilson Nascimento que me ajudaram na árdua tarefa de catalogação do material historiográfico.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento essencial para a elaboração desta pesquisa de doutorado.

Agradeço aos funcionários do Departamento de Sociologia, principalmente ao Gustavo Mascarenhas, Janeide Trovão, Érica Rocha e Raphael Mott os quais sempre se mostraram muito solícitos e prestativos.

Sou especialmente grata à minha família brasopolense e portuense que sempre me proporcionou os meus melhores momentos. Sem o apoio deles o caminho seria mais difícil. Agradeço aos meus pais, Natália e César que contribuíram cada qual à sua maneira; à Ana e ao Irineu, à minha irmã Juliana e à duplinha Sofia e Micaela; aos meus avôs, Ló e Sebastião (sem dúvida a minha maior perda); e à minha irmã Camila (agradeço por ter compartilhado comigo os seus conhecimentos da disciplina de história e sobre os republicanos do século XIX).

E por fim agradeço ao Carlos Procópio, que soube ser companheiro de todas as horas, dando-me total condições psicológica, logística e sentimental para a realização desta tese. Sem essas condições e amor eu não conseguiria ter chegado ao final. Meu muito obrigado.

RESUMO

MARTINS, Gabriela Pereira. *Entre a espada e a coroa: Abolicionistas em confrontos políticos no imediato pós-abolição (1888-1889)*. 210p. (Tese). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

Esta tese investiga as performances de confronto político desempenhadas pelas associações abolicionistas após a promulgação da lei 3.353, que declarou extinta a escravidão no Brasil. O objetivo é entender o que se passa com um movimento social depois que sua principal reivindicação é atingida. Neste caso, trata-se de investigar se os principais atores do movimento abolicionista, a saber, as associações abolicionistas, continuaram em atividade e o que faziam após a abolição. A via metodológica escolhida para a investigação consistiu na quantificação da informação disponível na própria imprensa abolicionista. A pesquisa consistiu no levantamento e leitura de periódicos abolicionistas da província do Rio de Janeiro, publicados entre 13 de maio de 1888 (data da “lei áurea”) e 15 de novembro de 1889 (data da proclamação da república). A partir desta leitura dos jornais foi construído um banco de dados, com identificação das associações abolicionistas que permaneceram em atividade mesmo depois de atingida a sua principal demanda, bem como das suas performances políticas. A intenção desta tese é tripla: correlacionar performances encenadas no pós-abolição com as do pré-abolição para verificar se elas preservam o padrão de ativismo construído pelo movimento abolicionista; argumentar que as associações são uma ponte organizacional suspensa no tempo, permitindo a transmissão de padrões de performances de um período a outro, assim promovendo a ligação entre ciclos de ativismos; e por último, analisar as interações de confronto das associações com as instituições políticas, observando as aberturas e fechamentos institucionais a elas. A tese demonstra a continuidade do ativismo abolicionista no pós-abolição, identificando 10 associações, sendo a Confederação Abolicionista a matriz organizacional, atuantes no imediato pós-abolição no Rio de Janeiro num contexto adverso, no qual as instituições políticas se mostraram mais refratárias do que receptivas aos abolicionistas.

Palavras-chave: Associações Abolicionistas; Pós-Abolição; Confronto Político; Movimentos Sociais; Confederação Abolicionista

ABSTRACT

MARTINS, Gabriela Pereira. *Between the sword and the crown: abolitionists in contentious politics in the immediate post-abolition (1888-1889)*. 210p. (Tese). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

This thesis investigates the performances of contentious politics that were carried out by abolitionist associations after the enactment of the 3.353 law, which declared that slavery in Brazil was extinguished. The goal is to understand what happens with a social movement when it accomplished its main claim. In this case, it is about revealing if the main actors of the abolitionist movement – the abolitionist associations – maintained their activities and what they did after the abolition of slavery. The methodological path chosen for the investigation consists in quantifying the information made available by the abolitionist press itself. The research consisted in reading and mapping abolitionist journals from the province of Rio de Janeiro, published between May, 13th of 1888 (the day the Golden Law – “*Lei Áurea*” - was signed) and November, 15th (the day of the proclamation of the Republic). From the reading of the journals, we built a database, identifying the abolitionist associations that kept their activities even after achieving their main goal, as well as their political performances. We have three goals: to correlate performances in *mis-en-scène* in the post-abolition with the ones from the pre-abolition period, in order to see if they maintain the activism standard which was built by the abolitionist movement; to argue that associations are an abeyance organizational bridge in time, allowing the transmission of performance patterns from one period to another, thus promoting the connection between activism cycles; lastly, to analyze the interaction of contention of associations with political institutions, observing the institutional openness and closures that they were subject to. The thesis shows the continuity of abolitionist activism in the post-abolition period, identifying 10 acting associations after the abolition in Rio de Janeiro. The Abolitionist Confederation was the organizational matrix even in an adverse post-abolition context, in which the political institutions demonstrated being more refractory than receptive to the abolitionists.

Keywords: Abolitionist associations; Post-Abolition; Contentious Politics; Social movements; Abolitionist Confederation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figuras

Figura 1 - Entre a política institucional e a participação	56
Figura 2 - Componentes do confronto político.....	66
Figura 3 - Dinâmica do confronto político	69
Figura 4 - Esquema analítico dos eventos	82
Figura 5 - Eventos de confronto político intersecção entre rua e instituições políticas	90
Figura 6 - Esquema para identificar atores e suas performances nos eventos de confronto político.....	95
Figura 7 - Cidade do Rio 9 de maio de 1889.....	97
Figura 8 - Banco de dados de eventos de confronto político das associações abolicionistas no pós-abolição.....	98
Figura 9 - Ilustração da entrega de flores para a princesa Isabel e embandeiramento	130
Figura 10 - Charge do préstito com uso de cavalos e carruagens.....	158
Figura 11 - Charge do confronto com uso de violência coletiva no dia 30 de dezembro de 1888	174
Figura 12 - Ilustrações no periódico abolicionista Cidade do Rio sobre os eventos do 14 e 15 de julho de 1889	187

Gráficos

Gráfico 1 - Linha do tempo dos eventos da Confederação Abolicionista por ano/mês no pós-abolição.....	127
Gráfico 2 - Cluster de performances por gabinete.....	144
Gráfico 3 - Sequência temporal dos eventos de repressão	147
Gráfico 4 - Sequência temporal de ações institucionais	148
Gráfico 5 - Performances: sequências de repressão, ação institucional e manifestação pública em espaço aberto e fechado	149

Quadros

Quadro 1 - Síntese das interpretações sobre mobilizações na passagem do império e república	47
Quadro 2 - Periódicos consultados	87
Quadro 3 - fontes oficiais consultadas.....	88
Quadro 4 - Relação de verbos para cada cluster de performance.....	95
Quadro 5 - Associações abolicionistas (RJ) ativas no pré e pós-abolição.....	103

Tabelas

Tabela 1 - Repertório do movimento abolicionista, 1868-1888.....	107
Tabela 2 - Repertório do movimento abolicionista no pós-abolição, 1888-1891	110
Tabela 3 – Tipo de Performances por governo.....	146

LISTA DE SIGLAS

BN – Biblioteca Nacional

CA – Confederação Abolicionista

CR – Cidade do Rio

DN – Diário de Notícias

GN – Gazeta de Notícias

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1: INTERPRETAÇÕES DAS MOBILIZAÇÕES NO PÓS-ABOLIÇÃO.....	16
Introdução:	16
Do Império à República ou Pós-abolição?	16
1 Interpretações clássicas: a transição Império-República	20
1.1 Transições e Mobilizações	23
1.2 Mobilização e desordem	23
1.3 Mobilização na ordem social competitiva	25
2 A literatura do pós-abolição: A agência dos negros.....	28
2.1 Pós-abolição e a agência dos ex-escravos.....	28
2.2 Mobilização política de negros	31
2.3 Literatura brasileira sobre associações civis:	33
3 Estudos sobre mobilizações políticas no fim do império e início da república.....	37
3.1 Mobilização política no Segundo Reinado	38
3.2 Mobilizações políticas na Primeira República: no parlamento e nas ruas.....	41
4 As mobilizações no pós-abolição como problema de investigação sociológica	48
4.1 Contrastes com as abordagens da literatura de mobilização no pós-abolição	52
CAPÍTULO 2: ARCABOUÇO TEÓRICO-CONCEITUAL PARA O ESTUDO DAS PERFORMANCES DE CONFRONTO POLÍTICO	58
Introdução	58
1. Arcabouço teórico-conceitual para abordagem de performances de ações coletivas de confronto político: estudando as associações abolicionistas no pós-abolição	58
2 Teoria de confronto político: a interação das associações com as instituições políticas ...	65
CAPÍTULO 3: METODOLOGIA DE ESTUDO DE EVENTOS DE CONFRONTO POLÍTICO	70
Introdução	70
1 Modelos de análise de eventos na sociologia histórica.....	73
2 O problema da causalidade	78
2.1 Limitações conceituais de análise de causa-efeito.....	80
2.2 Identificando as consequências sobre os atores e suas performances	83
3 Materiais e métodos	86
3.1 Material	87
3.2 Construção do banco de dados.....	89
3.3 Alimentação do banco de dados	97
3.4 Análise dos dados: Performances e Repertórios.....	98
CAPÍTULO 4: AS ASSOCIAÇÕES ABOLICIONISTAS DEPOIS DA ABOLIÇÃO	101

Introdução	101
1 Associações abolicionistas ativas no pós-abolição	102
2 Performances herdadas	107
3 Associações abolicionistas no pré-abolição: experiência pregressa	121
4 Associações abolicionistas no pós-abolição: performances compartilhadas	126
4.1 Confederação Abolicionista: uma ponte organizacional suspensa no tempo	126
4.1.1 Caixa Libertadora José do Patrocínio e Guarda Negra da Redentora: experiência em ativismo negro congregado à Confederação Abolicionista	133
4.1.2 Clube dos Libertos de Niterói: experiência pregressa em administração congregada à Confederação Abolicionista	134
4.1.3 Clube Abolicionista Gutemberg e Centro Tipográfico Treze de Maio: associações de tipógrafos e artistas e a arte engajada congregado à Confederação Abolicionista	136
5 Conclusões	138
CAPÍTULO 5: AS INTERAÇÕES DE CONFRONTO POLÍTICO DAS ASSOCIAÇÕES ABOLICIONISTAS APÓS A ABOLIÇÃO	142
Introdução	142
1 Evento de confronto político: ação institucional, repressão e manifestação em espaço público	142
2 Performances e subperíodos:	148
3 Gabinete João Alfredo Corrêa de Oliveira: Abolicionistas em confrontos políticos.....	151
3.1 Confronto Abolicionista entre 13 de maio e 19 de junho de 1888: manifestações públicas e ações institucionais	156
3.2 Confronto Abolicionista entre 20 de junho e agosto de 1888: manifestações públicas em espaço fechado	164
3.3 Confronto abolicionista entre setembro de 1888 e maio de 1889: ação institucional, repressão e violência coletiva	168
4 Gabinete Ouro Preto: Confronto abolicionista entre 7 junho e agosto de 1889	178
4.1 Confronto abolicionista entre agosto e novembro de 1889.....	188
Conclusão.....	192
CONCLUSÃO	194
BIBLIOGRAFIA.....	197

INTRODUÇÃO

O cenário desta tese é o imediato pós-abolição. Nele temos atores sociais envolvidos com o processo de abolição, com experiência pregressa em participação em movimento social e queremos investigar se esses atores continuaram em interação com as instituições políticas. Nossa hipótese é que algumas das associações abolicionistas, que foram atores importantes durante o movimento abolicionista, permaneceram em atividade e em interação com as instituições políticas. Após promulgada a Lei 3.353, em 13 de maio de 1888, esses atores não se retiraram imediatamente da cena política. Argumenta-se aqui que, atingida a abolição, o debate público muda, o movimento abolicionista se reconfigura, mas os atores e formas de ação continuam operando.

Esta tese reconstrói a atuação das associações abolicionistas entre 13 de maio de 1888 (dia da promulgação da Lei 3.353) e 15 de novembro de 1889 (dia da proclamação da república). Esse curto espaço de tempo de apenas 18 meses separa esses dois eventos institucionais importantes, e delimita um período no qual os atores-chave da mobilização abolicionista ainda operavam basicamente no mesmo ambiente político da campanha abolicionista. Mais especificamente, a tese tentará averiguar se há ou não uma continuidade nas formas de mobilização política entre o momento de mobilização abolicionista e as mobilizações no pós-abolição. Trata-se, pois, de investigar a continuidade ou ruptura no uso de performances de confronto político no período que se estende do dia 13 de maio de 1888 até o dia 15 de novembro de 1889.

Para tanto, recorreremos a periódicos do período em estudo e tentaremos identificar quais associações abolicionistas continuaram em atividade. Para realizar tal tarefa nos valeremos da metodologia utilizada pela pesquisa de Angela Alonso (2015), que se baseou na combinação de substantivos para encontrar os nomes das associações civis do movimento abolicionista. Tal metodologia será descrita com maiores detalhes no capítulo 3.

No capítulo 1 buscaremos dialogar com a literatura que explorou o fenômeno de movimentos sociais e mobilizações no final do século XIX e começo do XX no Brasil. Esta literatura especializada nos dará suporte para recortar temporalmente o objeto como "pós-abolição", em vez de usar categorias que designam regimes políticos, como Segundo Reinado e Primeira República. Desta literatura também surgem juízos que poderão ser testados via análise dos nossos dados, por exemplo: é possível afirmar que no século XIX não havia uma sociedade politicamente ativa no espaço público, embora a participação política fosse muito

restrita no âmbito das instituições políticas (LESSA, 1989, CARVALHO, 1987)? É possível afirmar que o movimento abolicionista foi comandado por homens brancos, cujo objetivo real seria mais o combate à monarquia do que a emancipação dos escravos (FERNANDES, 1964)? Ou ainda, é possível afirmar que no século XIX as mobilizações constituíam desordens sociais (FREYRE, 1959) ou exprimiam mudanças sociais de superfícies? Também estabeleceremos diálogos com teses que abordaram mobilizações negras pelo viés da construção da ideologia racial e do embranquecimento (GUIMARÃES, MATTOS); ou da ideologia entendida como luta política (BACKES, 2006). O desafio desta tese é construir um debate com essas interpretações, apresentando as associações abolicionistas como atores coletivos dotados de estratégias - e não meros portadores de ideologias.

No capítulo 2, recorreremos às teorias que embasam os conceitos de performances de confronto político, que nos fornecerão sustentação para analisar as ações das associações abolicionistas no pós-abolição, bem como a interação das associações com as instituições políticas. Antes de tudo, é necessário dizer que esta tese define performances de confronto político como formas de agir coletivamente, de um grupo político, que confrontam/protestam contra outro grupo de atores políticos (TARROW, TILLY, 2007, p.441). Ou seja, temos duas frentes de análise: uma é a produção/execução das performances pelas associações abolicionistas (que será desenvolvida detalhadamente no capítulo 4); e outra é a interferência das instituições políticas sobre a produção/execução dessas performances (que será desenvolvida detalhadamente no capítulo 5). No capítulo 2, nos limitaremos a dar os embasamentos teóricos e conceituais para desenvolvermos o estudo das performances de confronto político nos demais capítulos.

No capítulo 3, são apresentados os materiais, imprensa e documentos oficiais, e o método utilizados na pesquisa. Optamos por levantar nos jornais os eventos de performances de confrontação política desempenhadas pelas das associações abolicionistas. Analisar estes eventos de confrontação política permite traçar sequências temporais que reconstroem processos políticos, interligando governos e atravessando regimes políticos que geralmente são analisados separadamente, bem como traçar padrões em relação ao estilo de confrontação política estabelecido no pós-abolição.

No capítulo 4 nos deteremos na análise das performances de confronto político, vistas por um viés mais interno às associações, de modo a identificar o processo da construção/execução dessas performances. O objetivo aqui é identificar quais as associações abolicionistas continuaram em atividade no pós-abolição; quais performances de confronto político e quais ativistas-líderes permaneceram na cena política. Esta reconstrução permitirá

comparar os tipos de performances de confronto político das associações abolicionistas no pós-abolição com as performances utilizados no período anterior à abolição. Para tanto faremos um comparativo com os dados obtidos na pesquisa de Angela Alonso (2015). A comparação possibilitará apontar as continuidades que atravessaram os dois períodos, pré-abolição para o pós-abolição, na tentativa de averiguar se performances políticas são historicamente aprendidas. O capítulo 4, portanto, compara as performances de confronto político do pré-abolição como as do pós-abolição, procurando mostrar como elas podem ser aprendidas e culturalmente compartilhadas via espaço associativo.

No capítulo 5 nos concentraremos nas performances de confronto político do ponto de vista da interação de confronto entre as associações e o governo, nas suas diferentes esferas institucionais: Poder Moderador, Ministérios, Senado e Câmara. O governo pode reprimir as manifestações contrárias a ele *prescrevendo*, através de leis e regulamentos, como devem ser e quais performances são permitidas, bem como pode *proibi-las* ou *tolerá-las* (TILLY, 2006). Em acordo com esta perspectiva, poderemos observar a variação nos estilos de performances desempenhados pelas associações de acordo com o contexto político imposto pelos governantes. Em governos mais “fechados” costuma-se proibir e prescrever bastante e tolerar pouco; em governos mais “abertos”, costuma-se prescrever relativamente pouco e tolerar bastante. A configuração do poder político dentro das arenas institucionais opera como facilitadora ou como repressora de movimentos sociais. Por isso, observaremos a variação das performances das associações abolicionistas em dois governos, no gabinete Conservador de João Alfredo (entre 13/05/1888 e 06/06/1889) e no gabinete Liberal de Ouro Preto (entre 07/06/1889 e 15/06/1889). Trata-se aqui de mostrar, via análise da interação entre mobilização e instituições políticas, que as performances, ao serem constrangidas pelas instituições políticas, sofrem alterações.

Esta tese argumenta que as improvisações das performances das associações abolicionistas no pós-abolição ocorrem por duas razões. De uma parte, há um processo de escolha deliberada por parte dos ativistas, baseado em suas experiências políticas pregressas. De outra parte, o contexto político institucional incentiva ou dificulta o uso de performances, ora se mostra “aberto”, ora “fechado” a determinados grupos.

CAPÍTULO 1: INTERPRETAÇÕES DAS MOBILIZAÇÕES NO PÓS-ABOLIÇÃO

Introdução:

Neste capítulo será abordada a literatura sobre mobilizações no final do século XIX e começo do XX no Brasil e suas consequências. Nossa preocupação é identificar as perspectivas que os estudiosos tomaram no estudo das mobilizações deste período, observando se foram retratadas como desordem, como ausente de autonomia, reformistas, como incluídas num movimento pela busca generalizada pela cidadania, como mobilização política ou como um movimento social heterogêneo. Além das perspectivas sobre as mobilizações, observamos quais mobilizações ganharam relevo nessa literatura e se abordaram ou negligenciaram o movimento abolicionista.

Alguns desafios com os quais nos deparamos ao abordar essa literatura sobre mobilizações no final do século XIX e começo do XX no Brasil, diz respeito à delimitação temporal, pois estudar as consequências de um movimento projeta-nos para um período posterior ao movimento em si. Outro agravante é que o contexto inclui transição entre gabinetes, os de João Alfredo Correa de Oliveira e Ouro Preto, bem como de regime político, da monarquia à república. Devido a esses desafios impostos pelo contexto, decidiu-se aqui evitar tratar da transição de regimes, cujos conflitos e atores típicos poderiam encobrir o que aqui se quer investigar: a continuidade da ação dos abolicionistas. Assim, preferiu-se restringir o escopo temporal da tese ao período monárquico apenas, trabalhando, no interior dele, com a interação entre movimento abolicionista e instituições políticas.

Vamos, contudo, discutir os diferentes recortes temporais criados pela literatura, que oscilou entre definir o assunto como mobilizações do Império à República, do pós-abolição, ou ainda, do imediato pós-abolição. Vamos então começar pelos desafios impostos pela literatura de mobilizações no Brasil.

Do Império à República ou Pós-abolição?

Estudar as interações políticas do movimento abolicionista coloca-nos em diálogo direto com a historiografia autodenominada de “pós-abolição”. Essa é uma área de pesquisa

que surge com força apenas nos anos 2000, segundo informações do Grupo de Estudos e Pesquisa “Cultura Negra no Atlântico” (CULTNA), liderado pelas professoras Martha Abreu e Hebe Mattos. É desse momento a publicação de livros, realização de eventos nacionais e internacionais e a formação de grupos de pesquisa adjetivados com o termo pós-abolição.

O pós-abolição como área de pesquisa surge do incômodo com os estudos que tratavam da escravidão em termos genéricos, sem especificação de tempo e espaço, abordando apenas o sistema escravista e os desajustamentos gerados pela desagregação do sistema escravista na transição do trabalho escravo para o sistema de trabalho livre¹ (GOMES; MACHADO, 2015). Surge também do incômodo com a reprodução de narrativas que enfatizavam apenas os projetos da elite agrária a respeito dos libertos, sendo que estes apareciam na história como “nacionais livres”, relegados à situação de “mão-de-obra”² (RIOS; MATTOS, 2004). Esta perspectiva criticou um duplo silêncio na historiografia: a falta de estudos do período do pós-abolição, com seus problemas específicos decorrentes da abolição e não propriamente da escravidão³; e da história do ponto de vista dos agentes ex-escravos⁴. Desse modo, podemos dizer que os estudos do pós-abolição são uma tentativa de superar a história da escravidão, do sistema escravista e do ponto de vista da elite agrária.

Para entendermos o termo “pós-abolição”, é interessante percebê-lo como resultado de avanços científicos e de militância. Se o termo pós-abolição surge no meio acadêmico, nos anos 2000, como uma insatisfação com a história da escravidão contada pela perspectiva da elite agrária, é relevante perguntarmos se isso não teria sido influência do movimento negro no Brasil, que se fortaleceu politicamente na década de 1980 e se propôs a revisar a memória da escravidão e da abolição contada do ponto de vista dos negros e da busca de africanidade (GUIMARÃES, 2012b; MATTOS, 2006).

¹ Para exemplificar as interpretações que tomam os efeitos da escravidão em termos genéricos de tempo e espaço, estendendo o sistema escravista após a abolição, recorreremos à Gilberto Freyre, em *Ordem e Progresso*; e para os efeitos de desajustamentos gerados pela desagregação do sistema escravista na transição do trabalho escravo para o sistema de trabalho livre, recorreremos à Florestan Fernandes, em *Integração do negro na sociedade de classes*.

² Para exemplificar trabalhos sobre os projetos das elites a respeito dos libertos, Ana Maria Rios e Hebe Mattos referem-se à Célia Marinho Azevedo no trabalho *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites*; Emília Viotti da Costa, em *Da senzala à colônia*; Maria Lúcia Lamonier, em *Da escravidão ao trabalho livre*, e Lúcio Kowarick no texto *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*.

³ Elegemos como fenômeno a abolição e não os mais de 300 anos de história de escravidão negra no Brasil com seus fenômenos sociais, econômicos, políticos, culturais e religiosos. A *escravidão* de africanos no Brasil é um fenômeno extenso e complexo. Existem informações a respeito do trabalho compulsório em engenhos de Pernambuco e da Bahia de populações africanas já no século XVI, juntamente com indígenas. No século XVII, com a intensificação do tráfico transatlântico, o trabalho compulsório transformou-se em sinônimo de escravidão. E apenas no século XIX, no dia 13 de maio, é que a escravidão foi extinta legalmente (GOMES, 2014, p. 166).

⁴ Memórias do cativo.

Além da influência do movimento negro sobre o meio acadêmico na década 1980, década do centenário da abolição, houve organização de seminários, publicação de livros que impulsionaram maiores avanços em pesquisas sobre o tema da escravidão e da abolição.

Mais recentemente, no ano de 2013, devido ao crescimento do número de pesquisas do período do pós-abolição, os Simpósios Temáticos da Associação Nacional de História (ANPUH) *Pós-abolição: racialização, memória e trabalho* (coordenado por Hebe Mattos e Álvaro Pereira do Nascimento) e *Da escravidão e da liberdade: processos, biografias e experiências da abolição e do pós-emancipação em perspectiva transnacional* (coordenado por Maria Helena Machado e Flávio dos Santos Gomes) uniram-se na tentativa de avançar nas discussões historiográficas sobre os processos e as dinâmicas do pós-abolição e do pós-emancipação. Ambos simpósios temáticos da ANPUH estão vinculados ao Grupo de Trabalho denominado de *Emancipação e Pós-abolição*. Seus grandes eixos temáticos são: O tornar-se livre; os movimentos abolicionistas e o fim da escravidão como horizonte de expectativa; Pós-abolição como problema histórico; O pós-abolição como história política: direitos de cidadania política, civil, social e cultural; Mundos do trabalho e agenciamentos na aquisição e experiências da liberdade; Racismo e mobilidade social; Racialização: discursos, teorias e práticas sociais; Politização da memória da escravidão no tempo presente; Identidade, alteridade, gênero, gerações; Estudos populacionais, migrações, demografia; Práticas culturais (festas, religiosidades, artes) e sociabilidades; Educação e movimentos sociais negros e indígenas; e Acesso à terra e etnogêneses quilombolas e indígenas⁵.

Essa plêiade de temas mostra que o pós-abolição passara a ser compreendido como o *período* que se inicia com a “solução conservadora” da abolição, que deixou consequências ou uma “dívida social” acumulada até os dias de hoje (MACHADO, 2015). Assim sendo, a história preocupada em estudar os *processos* desencadeados pela abolição se envereda em temas que antes, até a década de 1980, eram atrelados à sociologia e à antropologia, tais como relações raciais, urbanização, industrialização, mundo do trabalho, relações de gênero, modernidade, questão agrária, pensamento social, culturas políticas, campesinato, cidadania, direitos humanos (GOMES; PETRÔNIO, 2014). Por outro lado, a sociologia, em diálogo com a história, também passa a se apropriar do termo pós-abolição para continuar na pesquisa dos fenômenos sociais acima elencados.

Os estudos do pós-abolição enfatizaram as trajetórias de ex-escravos e suas recontextualizações dos significados de cidadania e liberdade, suas experiências de

⁵ Disponível em: <<http://site.anpuh.org/Anphu>>. Acesso em: 13 de jul.2015

emancipação política e social nos contextos urbanos e rurais, suas experiências de contrato de trabalho enquanto lavradores, jornaleiros ou assalariados (MATTOS, 1995). Em tudo isso, fizeram contribuições importantes. O problema é que esses estudos pouco revelavam sobre o cotidiano político das ruas, suas vinculações com movimentos sociais pregressos, a exemplo do movimento abolicionista, e com movimentos posteriores (MACHADO, 2015). Resta ainda por saber se as grandes mobilizações empreendidas pelo movimento abolicionista impactaram de algum modo as formas de ação política do período subsequente, que essa historiografia chamou de pós-abolição. É essa lacuna que pretendemos preencher estudando as relações políticas das associações abolicionistas no período do pós-abolição enquanto legado do movimento abolicionista.

O período do pós-abolição engloba todos os regimes políticos experienciados no Brasil desde 13 de maio de 1888 até os dias atuais. Por isso, quando nos orientamos temporalmente pelo pós-abolição, unir dois períodos históricos torna-se problemático, se observarmos apenas as mudanças de regime político da monarquia para a república. Foi o que fizeram os estudos sobre o Segundo Reinado e a Primeira República, que negligenciaram a vinculação de processos sociais e culturais iniciados no império e continuados durante o período republicano. Como bem apontou Antônio Sérgio Guimarães, a república como regime político deve ser distinguida do período histórico e dos ideários republicanos (GUIMARÃES, 2011), pois é importante perceber a existência de processos políticos e sociais que atravessam os limites temporais da organização político-administrativa.

O termo pós-abolição como periodização ajuda-nos a pensar para além desta ruptura entre monarquia e república. Desvencilhar-se das periodizações tradicionais, cujo enfoque se restringe à administração política ou ao regime de governo, permite trazer à tona fenômenos sociais de outro modo encobertos. Este é o caso dos fenômenos de mobilização política, tanto aqueles que começaram nas ruas e refletiram no Parlamento, como aqueles que começaram no Parlamento e repercutiram nas ruas.

Se, por um lado, o pós-abolição ajuda-nos a conectar períodos históricos antes desconexos e realizar estudos dos *processos* desencadeados pela abolição, por outro lado, seu tempo alargado – que atravessa períodos e regimes políticos até a redemocratização dos anos 1980 ou o tempo presente – parece ser muito extenso. Segundo Flávio Gomes e Petrônio Domingues (2011), o período do *imediato pós-abolição* ainda é encoberto, sequioso por ser estudado. Deste modo, a tentativa desta tese é aprofundar-se no imediato pós-abolição, mais especificamente no período de um ano e seis meses compreendido entre o 13 de maio de 1888 e 15 de novembro de 1889. É na análise desse processo político que nos aprofundaremos.

1 Interpretações clássicas: a transição Império-República

A historiografia tem tratado a monarquia respeitando suas subdivisões político-administrativas, e por ser esse um longo período, de 67 anos, recorreu-se a periodizações em Primeiro Reinado (1822-1831), Regência (1831-1840) e Segundo Reinado (1840-1889) (BARÃO DE JAVARI, 1889). Essas subdivisões político-administrativas têm sido respeitadas por pesquisadores contemporâneos como Ilmar Mattos e José Murilo de Carvalho ao produzirem seus próprios tempos. Ambos são estudiosos da organização do estado: o primeiro com a Regência, com o que ele nomeia de *tempo Saquarema*⁶, e o segundo com o período do Segundo Reinado, principalmente nos anos iniciais, pois a preocupação é com a *construção da ordem*⁷. Nas análises dedicadas ao segundo reinado, predominam as subdivisões de períodos baseados na organização ministerial, por exemplo: o período da “Conciliação” (1840-1853), que foi durante o Ministério do Marquês do Paraná, marcando o *fim das lutas* entre Liberais e Conservadores; “Apogeu” (1853-1871), que foi durante o Ministério Rio Branco, o mais longo de todos e, por fim, “Declínio e Queda” (1871-1889) (CARVALHO, 2003, p. 59). Tais divisões que prezam pela classificação de períodos respaldada na política administrativa também podem ser encontradas nos escritos de Sérgio Buarque de Hollanda, que analisa o final do Segundo Reinado a partir de crises institucionais. Para Hollanda, até 1868, antes da queda do Ministério de 03 de agosto, de Zacarias de Góis e Vasconcelos, a monarquia teria vivido momentos de glória, e a partir da ascensão do Gabinete conservador de 16 de julho, com Visconde de Itaboraí, teria a monarquia iniciado o momento de crise (HOLLANDA, 2008).

Em relação à república, a historiografia não tem sido muito diferente, também tem se prendido às classificações limitadas à política-administrativa, tais como “primeira república” (1889-1930) e “Estado Novo” (1937 a 1945). Sobre a primeira república, trazemos para a cena os trabalhos de Renato Lessa, *A invenção republicana*, e de Ana Luiza Backes, *Fundamentos da ordem republicana*. Ambos estudos têm enfoque na análise da organização política

⁶ O Tempo *Saquarema* diz respeito ao “novo tempo” que tinha a finalidade de construir um Estado, a constituição de uma elite política (a “trindade Saquarema” composta de Rodrigues Torres, futuro Visconde de Itaboraí, Paulino José Soares de Sousa, futuro Visconde do Uruguai e Eusébio de Queiroz). Construir esse Estado implicava em manter a ordem, reprimindo levantes de malta urbana, pôr fim às lutas pela posse da terra, combater as insurreições de escravos, destruir os quilombos e vigiar os “vadios” e “desordeiros”.

⁷ A Construção da ordem implica na formação e socialização de uma elite política e intelectual (treinada via educação, ocupação e carreira política) para manter uma homogeneidade ideológica (reduzindo os conflitos intraelite) necessária para a manutenção da unidade política do Brasil monárquico.

institucional e, por consequência, analisam as movimentações parlamentares da primeira década republicana, não prestando tanta atenção às movimentações das ruas e muito menos aos debates sobre pós-abolição. Outro ponto comum entre os dois trabalhos é o destaque que dão para o sistema político implantado por Campos Sales, o que ficou conhecido na literatura especializada como “a política dos governadores”. As temporalidades construídas sob o ponto de vista da administração política destes dois intelectuais remontam: 1) o período de “caos” (1889-1898), que remete à “infância” da República e à “política demiúrgica” (1898-1902), durante o governo de Campos Sales (LESSA, 1988; 2015); 2) o “governo Floriano”, o “governo Prudente de Moraes”, a “política de Campos Sales” e o “*novo* sistema institucional” (BACKES, 2006). Como podemos observar, esses modelos temporais remontam processos políticos sob a ótica do funcionamento político institucional. Mais do que isso, tomam o governo de Campos Sales como um demarcador: como “caos” antes de Campos Sales (Lessa); e como “novo” o sistema político depois de Campos Sales (Backes).

Os termos “novo” e “caos” são atribuições de valor a administrações políticas e podem refletir ideologias construídas anteriormente que remetem a disputas de projetos políticos de determinado governo em contraposição a outro. Por exemplo, o termo “República Velha” (escrito em maiúsculo), nasce em contraposição a um período político-administrativo, o “Estado Novo” (também escrito em maiúsculo). Em relação ao termo “primeira república”, este tem sido utilizado na historiografia em estudos de cultura política cuja pretensão é desnaturalizar o termo “República Velha”. O termo “velha” é carregado de sentido criado intencionalmente por ideólogos autoritários das décadas de 1920/30, tais como Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e Francisco Campos, para referirem-se aos anos iniciais da república. O termo foi amplamente propagado durante o estado “Novo” para contrastar com o período que o precedeu, a república “Velha”. Evidentemente o termo “República Velha” carrega consigo uma carga de disputas políticas e memoriais que se associam aos projetos ideológicos dos intelectuais legitimadores do estado autoritário (GOMES, 2009, p. 1-2). E por que o termo “*novo* sistema político” ou a “*década do caos*” também não incorreriam na mesma lógica?

Como podemos perceber, os modelos temporais que remontam ao processo político visto por uma perspectiva construída de dentro do estado incorrem no perigo de trazer embutidos uma carga ideológica recheada de “histórias oficiosas” (GOMES, 2009) e, consequentemente, do silenciamento das vozes que vêm das ruas. Analisar o processo político apenas através de narrativas e documentos oficiais esconde os desafiadores, os contestadores da “nova ordem”, os que são contrários ao “novo” projeto político oficial, ou mesmo as ações de movimentos sociais demandantes ao estado, ou ainda a própria participação das pessoas no

espaço público. Por isso, analisar fontes alternativas, como por exemplo jornais, pode complementar a literatura que se prendeu à análise de processo político apenas por meio da história institucional. Renato Lessa (1988) e Ana Luiza Backes (2006) valeram-se de documentos oficiais e memórias de políticos da primeira república, e não de análise de notícias de jornais.

Nesta tese, diferentemente dos estudos políticos mencionados acima sobre o segundo reinado, que seguem a periodização da organização político-administrativa dos ministérios, propomos uma periodização que se respalda na lei de 13 de maio 1888, pois é este o fenômeno que produzirá consequências políticas e que promoverá mudanças na estrutura social do império e da república. É a abolição que ganha relevo como marco temporal e não os gabinetes de João Alfredo Corrêa de Oliveira (10-03-1888), do Visconde de Ouro Preto (07-06-1889) ou o governo de Deodoro da Fonseca (15-11-1889). Portanto, propomos fazer um estudo de sociologia política de um fenômeno que se iniciou durante o segundo reinado, mas cujos desdobramentos avançaram sobre as limitações temporais dos demais governos. O movimento abolicionista por meio das associações abolicionistas continuou em atividade no pós-abolição e em interação confrontacional com as instituições políticas. Ou seja, na perspectiva desta tese, as instituições políticas permanecem, mas não como vetor determinante. O fio condutor são as associações abolicionistas e as interações destas com as instâncias políticas.

Em contraposição aos estudos políticos institucionais de primeira república, como mencionado acima, adotamos o período do imediato pós-abolição como marco temporal, pois é a abolição que nos permite conectar os diferentes períodos governamentais, regimes políticos e observar os processos políticos e sociais, desvencilhando-nos assim da periodização estanque de período monárquico e republicano. Outro ponto em que esta tese se diferencia dos estudos acima citados é que não tomamos “caos” político como falta de rotinização política. Nesta tese, trata-se de explicar o *modus operandi* do “caos” político não pela “falta de regras”, mas sim explicar como ocorrem as mudanças de estratégias dos atores conforme as oportunidades políticas que abrem ou fecham a eles. Governos políticos abrem-se ou fecham-se para determinados grupos sociais ou econômicos, produzindo facilitações ou ameaças políticas, que por sua vez são perceptíveis por meio das facilitações e restrições políticas oferecidas por agentes institucionais. A nossa intenção é propiciar uma análise de sociologia política que não se limite ao âmbito político institucional parlamentar, uma vez que entendemos que processos políticos ocorrem também nas ruas, fora das instituições políticas, de modo que movimentos sociais demandam agendas para o legislativo, assim como alguns de seus membros são

cooptados por partidos políticos; e o contrário, parlamentares são membros de associações, sociedades e clubes vinculados a movimentos sociais.

1.1 Transições e Mobilizações

Para compreendermos as consequências políticas do movimento abolicionista é necessário voltarmos aos clássicos que, apesar de muito criticados, são pontos de referência para avanços maiores nos estudos sobre o período do pós-abolição. Os autores destacados como clássicos nessa pesquisa são Gilberto Freyre e Florestan Fernandes, pois foram os primeiros sociólogos que estudaram com tenacidade os libertos após a abolição, fornecendo explicações sociológicas importantes.

Nossa atenção para esses clássicos deve-se ao modo como exploraram as mobilizações no período do imediato pós-abolição, mais especificamente entre os anos de 1888 e 1889, período que engloba a transição do império para a república, possibilitando assim mapearmos os confrontos políticos. Nosso interesse é dar um panorama do modo como os clássicos analisaram as mobilizações abolicionistas e como as abordaram, ou se as negligenciaram.

1.2 Mobilização e desordem

Gilberto Freyre, desde a década de 1930, em *Casa Grande & Senzala*, tem se preocupado com o elemento negro na sociedade patriarcal brasileira. Mas é em *Ordem e Progresso*, publicado em 1959, que abordará diretamente as consequências do 13 de maio de 1888, principalmente nos aspectos da transição da ordem escravocrata para o regime de trabalho livre, assim como da transição da monarquia para a república. Ele considera que o período de transição foi longo, iniciado em 1871, com a lei do Ventre Livre, seguindo até 1919, final do mandato presidencial de Wenceslau Braz.

Devido a esse longo processo de transição, que ele mesmo enfatiza como “quase meio século”, ele considera o período do pós-abolição como um sistema escravista prolongado após o término legal da escravidão. Para Gilberto Freyre,

nenhum regime ou sistema, nem econômico – como o de trabalho – nem o político – como o de governo – se deixa substituir de todo por outro [...]; e na vida das instituições, essa transição dura às vezes tanto [...] que as datas de registro do fim

deste regime ou do começo daquele sistema, não significam [...] senão mudança de superfície (FREYRE, 2004, p. 627 – 628).

A intenção de Freyre em *Ordem e progresso* é realizar uma ambiciosa síntese da história do patriarcalismo no Brasil; para tanto, ele recorre ao termo positivista *ordem e progresso* para explicar o processo de desintegração da sociedade patriarcal nos aspectos de transição do trabalho escravo para o livre e da transição do regime monárquico para o republicano. Sua tese é que a forma da sociedade patriarcal do regime imperial adentrou o regime republicano (FREYRE, 2004). Sendo assim, seu maior desafio era explicar as bases pelas quais os progressos tinham se operado no Brasil. Para dar sustentação a sua tese a respeito da permanência do patriarcalismo, Gilberto Freyre apropriou-se da fórmula positivista: a ordem como base do progresso. Ele entendia as várias ordens (política, social, cultural, étnica, econômica e religiosa) que se juntavam e formavam o sistema nacional: o patriarcal de família, de cultura, de economia, de governo, de religião; essas ordens interpenetravam-se e complementavam-se em seus vários progressos (cultural, miscigenação, industrial e católico) (FREYRE, 2004).

Baseado neste movimento histórico, servindo as ordens de base para os progressos⁸, Freyre tenta demonstrar ao final do livro o quanto os republicanos teriam se valido da ideia abstrata de ordem rumo ao progresso, a caminho da civilização, inclusive apropriando-se do mito de um país com um povo pacífico e sem sublevações populares, diferentemente das demais repúblicas bolivarianas. Esse mito de país pacífico era útil para os republicanos conservarem-se enquanto legítimos e estáveis no poder político. Sobre essa ideia de nação pacífica, Freyre enumera algumas agitações regionais e de “superfície”, como por exemplo a Guerra de Canudos, em 1893, a Revolta da Chibata, em 1910 e o surto militarista de 1911. Além desses movimentos, ele chega a mencionar a Guarda Negra (1888) enquanto um “movimento” que tinha simpatia pela princesa Isabel (A Redentora).

⁸ O movimento histórico no positivismo (COMTE) é caracterizado como um movimento universal e evolucionista, sendo as fases predeterminadas e subsequentes: teológica, metafísica e por último a positiva. A fase metafísica é o momento de *transição*, momento que estão em questionamento (“desordem” do sistema anterior) as ordens imperantes nas esferas temporal e espiritual. No modelo de interpretação histórica de Comte, na fase de *transição* haveria dois movimentos: um num sentido negativo (que coloca em desordem as ordens anteriores – como por exemplos as teorias populares que ele menciona como retrógradas); e outro num sentido positivo (que é a organização de um novo sistema: 1º teórico e espiritual, 2º prático e temporal). No movimento positivo, a *ordem* serve de base para o progresso, e no movimento negativo, é a *desordem* que impera. No movimento negativo “é contra a filosofia da história (Condorcet), tratando como momento privilegiado a Revolução Francesa e seus ideais de igualdade e a liberdade, que Comte se insurge, pois a moderna teoria social positiva não poderia pensar a história como progresso resultante de *luta entre segmentos sociais*, o que levaria a um estado de permanente anarquia. A reorganização social deveria ser orientada, ao contrário, pela noção de progresso como processo cumulativo, no qual o passado é uma espécie de farol a iluminar os rumos do futuro” (Martins, 2010, p. 22).

Nos dizeres de Freyre, essas agitações ou *desordens* que a princípio soariam como ameaça de restauração monárquica por comprometerem a estabilidade e os progressos da república, se olhadas com mais afinco pareciam “sobretudo uma afirmação de vitalidade de parte de um grupo tão sociologicamente significativo” que marcava o caráter organizativo tão “necessário ao progresso como à ordem de uma comunidade, a disciplina social” (Freyre, 2004, p. 1023-1024).

Portanto, ele entende os efeitos da escravidão estendidos para além da abolição, num longo processo de quase meio século, e traz para a cena do período de transição da monarquia para a república alguns episódios de mobilização. No modelo analítico de Freyre, os eventos de mobilizações são pontuais e de superfície, eles operam sob uma *ordem organizativa* de um grupo específico pois, em seu modelo, sem ordem não haveria progresso.

1.3 Mobilização na ordem social competitiva

Florestan Fernandes, em seu livro *Integração do negro na sociedade de classes* (1964), escrito como tese para o concurso de professor titular da cadeira de Sociologia I da USP, ateu-se à análise do ex-escravo no pós-abolição (1880-1960), assim como à colaboração deste em mobilizações. O seu diferencial é o enfoque nas mobilizações no “meio negro”, principalmente a partir da década de 1930, mas aqui nos interessa destacar a perspectiva de Florestan Fernandes nos anos que antecederam a abolição e nos anos subsequentes. Interessamo-nos também pelo modo como percebeu o movimento abolicionista e a participação ou a colaboração de escravos e a atuação de ex-escravos.

Apesar de apropriar-se da terminologia “regime escravocrata” ao analisar a desagregação do regime escravocrata e senhorial e a assimilação do negro à ordem social competitiva durante os anos de 1880 a 1960, Florestan Fernandes diferencia-se de Freyre, pois a terminologia regime escravocrata é utilizada apenas durante o período em que a escravidão era permitida legalmente, não se alongando após 13 de maio de 1888. A terminologia utilizada após a abolição passa a ser “ordem social competitiva” e não mais “regime escravocrata”. A partir desse momento, havia o cuidado em diferenciar a terminologia de escravo para *ex-escravo* ou liberto, assim como a palavra “análogo” ao de escravidão para se referir ao sistema de produção na ordem competitiva (ou seja, “análogo” não é o mesmo que escravidão).

Para proceder a análise histórica das transformações ocorridas no Brasil, Florestan Fernandes teve o cuidado metodológico de produzir categorias analíticas após a investigação

do objeto. Ele definiu as classificações por períodos: de 1880 a 1930, momento em que houve a desagregação do regime servil e a emergência, assim como a consolidação da ordem social competitiva; de 1930 a 1960, momento em que a ordem social competitiva expandiu-se gradualmente para a capitalista. Por meio dessa periodização, apesar de deixar brecha para a interpretação do sistema escravista com prolongamento no pós-abolição, por entender a ordem social competitiva como um período intermediário entre o sistema de produção servil e o sistema capitalista – e ficando os libertos e ex-escravos submetidos ao sistema produtivo análogo ao anterior –, ele teve cuidado com as terminologias no período posterior à abolição: *ex-escravo* ao invés de *escravo*, *ordem social competitiva* ao invés de *ordem social escravista*, e *análogo ao de escravidão* para distinguir-se da *escravidão propriamente dita*.

Nesse período de transição, na ordem competitiva, abriu-se um mercado de trabalho com a abolição da escravidão em que os escravos foram transformados, imediatamente, da perspectiva dos senhores da antiga sociedade escravista, em trabalhadores nacionais. Assim, era aberto aos ex-escravos um mercado de trabalho no qual deveriam “competir” com os imigrantes, embora as “estruturas de oportunidades” não fossem iguais. Igualdade de oportunidades que não existia⁹, daí o termo ordem social *competitiva*.

Como o interesse desta tese está voltado aos processos ocorridos entre os anos de 1888 e 1889, observaremos mais detidamente os processos analisados por Florestan dentro da subfase da desagregação do regime servil e da emergência da ordem social competitiva que vai de 1880 a 1900.

Para Florestan, após a abolição, os senhores, a igreja e o estado foram isentados da responsabilidade pela manutenção e segurança dos ex-escravos, os quais por sua vez foram deixados a sua própria sorte, sem meios materiais e morais. Os ex-escravos foram abandonados e deixados em situação desvantajosa em competição com os imigrantes num mercado de trabalho que estava em formação. Essas colocações de Florestan levam o leitor a perceber a situação do negro após a abolição como uma pessoa desamparada pela igreja ou pelo Estado. Deste modo, Florestan Fernandes aponta que houve fechamentos nas esferas política, econômica e até mesmo na religiosa que provocaram a falta de oportunidade estrutural para a população negra após a abolição.

⁹ A desigualdade de oportunidades será abordada tangencialmente no capítulo 5, momento em que será abordado o confronto político. Nesta tese, partimos da perspectiva que, para haver oportunidade que amenizasse as desigualdades sociais e econômicas, teria que haver abertura política para as demandas complementares à abolição. E verificamos que as instituições políticas tornaram-se refratárias, ou melhor, houve fechamento das instituições políticas, no âmbito da Câmara dos Deputados e Senado, para as demandas das associações abolicionistas logo após a abolição, bem como uma simultânea rearticulação dos “ex-proprietários” de “ex-escravizados” solicitando a indenização.

Frente a esses fechamentos, nossa intenção neste trabalho é relativizar a perspectiva do ex-escravo como indivíduo incapaz de participar de forma organizada e consciente das organizações e mobilizações. Não acreditamos na tese de que faltava aos ex-escravizados consciência (FERNANDES, 2013, p. 30) dos problemas que os atingiam diretamente, mas argumentamos na direção de que os fechamentos políticos operacionalizam-se como dificultadores de seu engajamento em organizações que desafiavam os governantes.

Em relação ao movimento abolicionista, Florestan não tinha uma análise positiva, pois o identificava como um movimento liderado por brancos cujo objetivo real era o combate à monarquia e não necessariamente a emancipação dos escravos enquanto pessoas¹⁰. Além disso, para Florestan Fernandes os abolicionistas não teriam sido sensíveis às reivindicações dos escravizados que iam além da simples abolição, assim como não teriam sido porta-vozes dos ex-escravos quando já no período republicano. Os ex-escravos teriam sido desamparados pelos abolicionistas e entregues à própria sorte. O movimento abolicionista teria se utilizado dos escravos como massa de manobra, manipulando-os estrategicamente, para canalizar e capitalizar politicamente as insatisfações contra a monarquia.

A perspectiva negativa que Florestan Fernandes possuía em relação à ação do movimento abolicionista devia-se a seu foco, que era a integração do negro na sociedade após a abolição; assim, seus resultados caminharam mais na direção de apontar as desigualdades raciais que se camuflam de sociais e da formação de um mercado de trabalho competitivo. Seu foco era mais a questão da integração do negro na sociedade e o movimento abolicionista era um mecanismo pelo qual essa integração poderia ter se efetivado (embora também em condições negativas).

Se Florestan Fernandes não tem uma perspectiva positiva da atuação do movimento abolicionista, de modo indireto, também não tem uma perspectiva positiva dos negros nesse período de transição. Se por um lado, ele identificava os brancos como líderes do movimento abolicionista, por outro ele designava os negros como massa de manobra por causa da sua incapacidade de participação consciente e autônoma em bases coletivas (FERNANDES, 2013, p. 30-31; 56; 63). Nos dizeres de Fernandes, essa falta de capacidade e de consciência devia-se à heteronomia material, social e moral em que viviam os escravos no sistema estamental e de castas. Com a desintegração do sistema estamental e de castas, os negros ainda continuavam socialmente desfavorecidos, desamparados e alienados. Diante disso, os negros continuariam impossibilitados de tomar consciência de suas condições, de fazer reivindicações mais efetivas,

¹⁰ Em Florestan Fernandes, a categoria *pessoa* refere-se a grupo, diferentemente de *indivíduo*.

de agir autonomamente e de forma organizada (FERNANDES, 2013, p. 86; 63). Para Florestan, o fato de os negros terem colaborado com o movimento abolicionista, inclusive tendo efetivado a fuga em massa dos cativeiros na década de 1880, não significava que suas participações tivessem sido conscientes e organizadas em bases coletivas autônomas (FERNANDES, 2013, p. 63). A atuação do negro de forma mais consciente e autônoma apenas teria se efetivado no ano de 1931, na Frente Negra (FERNANDES, 2013).

A negatização da colaboração dos negros no movimento abolicionista, ou de qualquer outro movimento, deve-se ao objetivo de Florestan Fernandes, que era problematizar a ordem racial na passagem da sociedade escravista para a sociedade de classes. Desta perspectiva, para que a participação em mobilizações fosse positiva, os negros teriam que lutar pela questão racial e pelos problemas sociais, econômicos e políticos que os atingissem enquanto grupo, de modo direto ou indireto, apenas assim a participação seria consciente e positiva.

2 A literatura do pós-abolição: A agência dos negros

Para além dos clássicos, estudiosos contemporâneos como Hebe Mattos e Antônio Sérgio Guimarães concentram seus estudos sobre a população negra. A primeira, na agência do ex-escravo no período do pós-abolição e seus significados de liberdade, e o segundo nas mobilizações políticas dos negros e a construção do ideário de democracia racial. Como vimos anteriormente, a agência dos negros e ex-escravos é de extrema importância para superarmos a história contada do ponto de vista dos ex-senhores de escravos.

2.1 Pós-abolição e a agência dos ex-escravos

Sobre os estudos do pós-abolição, Hebe Mattos, numa perspectiva historiográfica¹¹, aponta que, após maio de 1888 e até os dias finais do regime imperial, após “garantida a liberdade”, o que estava no centro dos debates era a questão da cidadania. Hebe Mattos, em sua tese de doutorado *Das cores do silêncio* (1995, p. 316), aponta que “a cidadania, reclamada para os libertos, por lideranças abolicionistas no parlamento (nos últimos anos do império) era mais que um exercício de retórica”, era uma questão antiga que caminhava junto à política de

¹¹ Hebe Mattos utiliza-se de depoimentos orais de descendentes da última geração de escravos brasileiros como fonte alternativa para a abordagem histórica do período do pós-abolição, assim como de consulta de arquivos, principalmente em documentos tais como certidões de nascimento, atestados de óbitos e inquéritos policiais.

emancipação gradual – desde a extinção do tráfico em 1831, incluindo a lei dos ingênuos em 1871, a do idoso de 1885 até a lei de maio 1888. O problema é que, nessa política de emancipação gradual, “os libertos ficavam sujeitos a uma legislação de exceção”, pois ficavam a meio caminho entre a escravidão e a cidadania. Existiam parlamentares que, dentro de uma lógica do direito de propriedade, admitiam uma legislação especial para os escravos e, simultaneamente, reconheciam uma série de direitos civis aos homens livres, aos cidadãos brasileiros. O argumento de Mattos aponta para a construção de uma ideologia racial, gestada entre os membros da elite política e intelectual brasileira, mesmo entre os emancipacionistas, que era marcada por uma carga negativa vinculada ao negro, ao cativo, ao escravo ou ao liberto. No entanto, o ponto forte do trabalho de Mattos é dar relevo às estratégias de luta pela cidadania empreendidas pelos ex-cativos como uma possibilidade de crítica ao conceito de raça.

A questão racial não é o ponto inicial da pesquisa de Mattos, mas sim o ponto de chegada. Para entender esse processo da cidadania explorado por Mattos é necessário entendermos que sua preocupação central é o ponto de vista dos ex-cativos e sua inserção social no pós-abolição. A análise de Mattos possibilita uma recontextualização dos conceitos de cidadania e liberdade sob a ótica dos ex-cativos, ou seja, mostra que o significado de liberdade entre os ex-escravos era diferente daquele dos membros da elite política (MATTOS, 2004, p. 172-173). A liberdade entre os ex-cativos era representada por uma busca generalizada por mais autonomia e controle sobre tempo e ritmo de trabalho, pela busca de proteção da família, pela retirada das mulheres e crianças do trabalho coletivo, pela recusa do trabalho que lembrasse a escravidão (MATTOS, 2004, p. 174).

O esforço dos ex-cativos foi no sentido de apagar a força discriminatória. Um exemplo utilizado por Mattos para marcar esse esforço foi uma poesia que marcava a resposta de um ex-escravo a um ex-senhor, onde o ex-escravo dizia:

Negro, não há mais não
Nós tudo hoje é cidadão,
o branco que vá p’ro eito.
(In.: MATTOS, 1995, p. 323)

Ao negar-se enquanto “negro”¹², na realidade o ex-escravo queria negar-se como escravo e afirmar-se como cidadão. Outro exemplo de negativa quanto à cor mencionado por

¹² No capítulo 5 mostraremos José do Patrocínio se autodenominando um “negro de talento” e mudando do seu ativismo abolicionista para um ativismo em prol da raça negra.

Mattos foi a designação da cor parda aos filhos de pais negros nas certidões de nascimento (MATTOS, 1995, p. 336-337). Ambos exemplos dos ex-escravos negarem-se enquanto “negros”, na interpretação de Mattos, não implicavam em assumir uma perspectiva valorativa do branqueamento, mas sim rejeitar que o estigma da escravidão fosse transformado em estigma racial para mantê-los enquanto libertos, ao invés de livres (MATTOS, 1995, p. 403). Para Mattos, o silêncio dos ex-escravos em relação à cor era uma estratégia de luta para rejeitar o estigma.

No entanto, esse silêncio entre os ex-escravos com relação à cor, para Mattos, não tinha o mesmo significado que o silêncio entre os parlamentares constituintes durante a república. Para Mattos, aqueles que defendiam a igualdade dos libertos frente aos demais homens livres nos anos finais do império pareciam se calar no novo regime republicano. As pesquisas de Mattos apontam que, “após novembro de 1889, cessaram subitamente nos jornais locais, [...] tanto as denúncias em relação à atuação arbitrária das autoridades contra os libertos, como as reclamações quanto a uma atuação em sentido oposto” (MATTOS, 1995, p. 319). Para Mattos, esse silêncio “liberal republicano”¹³ ajudaria a “compreender o papel desempenhado pela ideologia racial no campo de luta em torno dos significados da liberdade, após a extinção do cativeiro” (MATTOS, 1995, p. 387).

Na leitura de Mattos, o silêncio dos republicanos frente aos libertos deu-se porque a república passou a operar com a dicotomia nacionais *x* imigrantes (MATTOS, 1995, p. 404). A ideologia racial na república foi elaborada pelos intelectuais baseada nessa dicotomia, de modo que disso resultou a interpretação de uma república sem povo em busca de imigrantes para povoá-la. O povo só apareceria nos anos 1930, mestiço e embranquecido (MATTOS, 1995, p. 405). Ou seja, se são “negros”, não são povo¹⁴, se são “embranquecidos/mestiços”, ascendem à categoria de povo nas interpretações dos intelectuais da época.

Segundo Mattos, a capacidade de crítica ao conceito de raça produzida pelo silêncio dos libertos sobre a cor foi sufocada ou mesmo invertida (os sentidos das demandas dos libertos não foram atendidos pelos republicanos) pela ideologia do branqueamento. Mattos aponta que o silêncio dos ex-cativos tinha uma capacidade crítica ao conceito de raça (ao seu sentido pejorativo); e que eram estratégias de luta pela cidadania, construídas através de suas próprias experiências. Essa interpretação de Mattos, ao complexificar o silêncio como uma *estratégia*

¹³ Termo utilizado por Hebe Mattos.

¹⁴ Em Faoro, não há escravos como parte da estratificação social, porque são mercadoria. A crítica de Hebe Mattos aos intelectuais que a antecederam aponta que nas teorias raciais não havia povo como negro, só há quando embranquecidos ou mestiços.

de luta pela cidadania, pretende colocar o ex-cativo como agente dessa história, e não apenas denunciar o preconceito que acaba deixando os descendentes de africanos como ‘libertos’ ou como subsocializados¹⁵ (MATTOS, 1995, p. 401).

2.2 Mobilização política de negros

Antônio Sérgio Guimarães, no intuito de reconstruir as lutas e as mobilizações dos negros, explora os movimentos político-sociais entre os anos de 1870 e 1930 (GUIMARÃES, 2011, p. 20). Seu desafio é semelhante ao desta tese: unir dois períodos históricos, o império e a república, e reconstruir um processo de mobilização sócio-política. Uma saída sugerida por Guimarães para analisar as mobilizações negras entre as décadas de 1870 e 1930 foi pela via da reconstrução das ideologias da elite intelectual branca e da negra que atravessaram toda a primeira república e que acarretaram na ideia de democracia racial no governo de Getúlio Vargas.

Essa periodização é considerada pelo pesquisador como sendo 1870 marcado pela atuação do movimento abolicionista e pelo movimento republicano e 1930 com a crise da primeira república. O autor ressalta que o movimento abolicionista e o republicano colocaram em jogo a *ideia* de liberdade, igualdade racial e cultura mestiça, valores e sentimentos que marcaram o imaginário nacional.

Para dar sustentação analítica, ele identifica os grupos sociais e, ao fazê-lo, acaba priorizando os republicanos e os monarquistas, pois são esses dois grupos que permitem visualizar melhor o embate ideológico de construção de nação. Até mesmo porque mapear os abolicionistas, tanto em termos políticos quanto em termos de classe¹⁶, é bem complexo: existiam abolicionistas republicanos, assim como monarquistas; existiam abolicionistas fazendeiros, que eram menos dependentes do trabalho escravo e por isso apoiavam o movimento abolicionista – no entanto, os abolicionistas fazendeiros preocupavam-se com questões referentes à disciplina do trabalho e com questões da abolição gradual para não afetar a sua viabilidade econômica –; e existiam ainda os abolicionistas negros, que eram mais radicais em suas propostas (como José do Patrocínio, Manoel Quirino, Astolfo Marques e Luís Gama)

¹⁵ As críticas de Hebe Mattos referentes às interpretações das ideologias raciais que denunciam o preconceito racial e dos “negros” subsocializados pela experiência do cativo são endereçadas à Gilberto Freyre e Florestan Fernandes (MATTOS, 1995, p. 401-405).

¹⁶ Antônio Sérgio Guimarães utiliza o termo classe como grupos de pertença (GUIMARÃES, 2012b, p. 10). Por “‘brancos’ entende-se a classe média urbana e os fazendeiros e por ‘negros’, a população pobre. Ou seja, usa-se a metonímia de se referir ao todo por sua parte principal” (GUIMARÃES, 2011, p. 32).

(GUIMARÃES, 2011). É interessante observar que, após a abolição, o movimento republicano tenha engrossado suas fileiras com os “republicanos do 14 de maio”, mais insatisfeitos com a monarquia por não terem sido *indenizados*, ao invés de adeptos do ideário republicano (GUIMARÃES, 2011).

No que se refere ao fenômeno da abolição, Florestan Fernandes e Guimarães consideram que houve o engrossamento das fileiras do movimento republicano, mas, diferentemente daquele, Guimarães explora a composição social que era heterogênea: composta de elite intelectual branca e elite intelectual negra, não sendo os negros, portanto, ausentes de consciência. Até mesmo porque durante esse período estava sendo gestada no meio negro a ideia de liberdade como autonomia pessoal e do ideal de igualdade como pertença a um grupo nacional em que a cor não restringisse direitos (GUIMARÃES, 2011).

Ao analisar a mobilização política dos negros após a abolição, a leitura de Guimarães recai sobre a Guarda Negra¹⁷. Sua ênfase na Guarda Negra recai sobre a composição social (“seus membros eram recrutados entre ex-escravos e libertos”) e a adesão político-ideológica (foi criada após a abolição, por ex-abolicionistas monarquistas) (GUIMARÃES, 2011, p. 20). O objetivo da Guarda Negra era unir os negros em defesa da *liberdade* recém concedida pela princesa Isabel, por isso combatiam os republicanos, uma vez que viam neles a possibilidade de reversão da sua condição legal conquistada no 13 de maio (GUIMARÃES, 2011, p. 20-21). Embora a Guarda Negra fosse antirrepublicana, não podemos classificar todos os seus integrantes como ex-abolicionistas (GUIMARÃES, 2011). Sendo assim, a indagação sobre as consequências políticas do movimento abolicionista ainda continua incompleta.

Ao que parece, para Guimarães, o que define uma mobilização ser política é a adesão ideológica partidária dos agentes pois, além desta colocação da Guarda Negra como adepta da monarquia, encontramos em outra passagem a menção da atuação da Guarda Negra como dispersora de comícios republicanos. Também aponta como sendo a primeira “movimentação negra mais *organizada*, feita por dentro do *sistema político*, [...] na campanha pela posse de Monteiro Lopes como deputado pelo Rio de Janeiro” (GUIMARÃES, 2012a, p. 17-18). Isso

¹⁷ Em pesquisas recentes, a Guarda Negra é focalizada por: Clícea Maria Augusto de Miranda (2015) como sendo uma organização de libertos; Flávio Gomes (2011) como sendo uma milícia de homens de cor atentos aos desdobramentos políticos do pós-abolição, indo além do enquadramento infantilizado ou manipulado pelas instâncias políticas (princesa Isabel e por João Alfredo). Petrônio Gomes (2015) atenta para o outro lado: a luta política dos homens de cor no XIX, fala por exemplo sobre o Clube Republicano dos Homens de Cor, fundado no Rio de Janeiro em 1889, em contraposição política aos negros da Guarda Negra. Wlamyra (2011) levanta a hipótese de que nem todos os integrantes da Guarda Negra eram capoeiras e negros, havia também homens brancos, bem como a da existência de uma Guarda Branca.

nos leva a pensar a definição de mobilização política como uma mobilização de rua com ramificações no sistema político partidário e adesão ideológica a determinado sistema político.

2.3 Literatura brasileira sobre associações civis:

Na literatura sobre o final do império e começo da república, como podemos perceber, foi recorrente apontar o Brasil como um país com um povo pacífico e diferindo das demais repúblicas bolivarianas (FREYRE, 1958). Outras análises ainda mencionavam a ausência de povo organizado, de participação política¹⁸ e de autonomia dos negros (FERNANDES, 1964). Contrariando essas perspectivas, pesquisas recentes têm ressaltado a dimensão da participação política por meio das manifestações desenvolvidas via associações no século XIX (ALONSO, 2011; GOMES, 2009; JESUS, 2007; VISCARDI, 2009; GOMES 2011; DOMINGUES, 2014). Este trabalho aproxima-se desta última perspectiva, pois resalta a atuação das associações abolicionistas no pós-abolição tentando dimensionar a participação delas no espaço público e suas estratégias de ação como mecanismo de pressão frente as instituições políticas.

Sobre as associações, a pesquisa de Sidney Chalhoub (2007, p. 219-239) resalta a existência de associações compostas exclusivamente por negros, anterior a 1930, de modo a contrastar com a perspectiva que atesta falta de autonomia aos negros em organizações sociais. Embora a pesquisa de Chalhoub não seja sobre as associações abolicionistas, mas sim sobre sociedades constituídas em torno da solidariedade de nações de negros¹⁹, o interessante é perceber que existiram estratégias coletivas de oficializar organizações de negros durante as décadas de 1860 e 1870, com demandas próprias, tais como formar associação para a compra de alforria. A formação de associações, pela lei de 28 de setembro de 1871, permitia formar

¹⁸ Renato Lessa, em a “Invenção Republicana”, está mais preocupado em remontar os procedimentos da representação política no âmbito legislativo e executivo, ao frisar o regimento da Câmara e a relação dos governadores com Campos Sales, do que com a incorporação e a participação. Lessa não considerava a participação política justamente porque a percebia como congelada pelos mecanismos que estabeleceram os procedimentos intencionais de fabricação institucional da ordem estável e regulada da primeira república. Era uma representação política bem pequena, em torno de 1% da população (Lessa, 2015). Então, ao considerar a construção da ordem republicana nos aspectos político-institucionais, também considera a esfera da participação política como congelada, restrita à elite política. E sua análise do pacto dos governadores, Lessa mostra que Campos Sales confinou as disputas eleitorais e oposições políticas à esfera estadual, de modo que acabou desobrigando o governo federal a tratar do problema da incorporação e da participação como questão política nacional.

¹⁹ Sociedade de Beneficência na Nação Conga e Sociedade de Beneficência da Nação Conga “Amiga da Consciência” são retratadas por Chalhoub como sociedades que buscavam se homogeneizar em torno da nacionalidade “africana”, semelhante às sociedades de italianos, franceses e ingleses (Chalhoub, p. 233, 2007). E a Associação dos Homens de Cor tentou legalizar-se perante o Conselho de Estado, tendo o pedido denegado em 24 de setembro de 1874, sob a justificativa de que “os homens de cor, livres, são no Império cidadãos que não formam classe separada, e quando escravos não tem direito a associar-se” (Chalhoub, p. 325, 2007).

fundo de emancipação para ser revertido em compra de alforrias, bem como autorizava o escravo a juntar pecúlio para o mesmo fim. Por isso, formar associação para o fim de alforriar escravos era um mecanismo estratégico. No entanto, houve impedimentos de formação de associações compostas exclusivamente por negros. O que barrou a oficialização dessas organizações coletivas enquanto associações exclusivamente compostas de negros foi o Conselho de Estado (Chalhoub, 2007). Portanto, o que havia não era exatamente uma falta de consciência sobre os problemas raciais, sociais e econômicos que atingiam o grupo social dos escravizados, mas sim mecanismos institucionais que inviabilizaram/dificultaram a composição de grupos organizados compostos exclusivamente por negros. E, se é que houve falta de autonomia dos negros em relação ao movimento abolicionista, uma vez que os líderes das associações abolicionistas eram, supostamente, brancos, a tese de Chalhoub ajuda-nos a apontar a causa: o Conselho de Estado como entrave à formação de associações compostas exclusivamente por negros. Deste modo, o estudo de Chalhoub sobre as associações de negros no Rio de Janeiro ajuda-nos a relativizar a tese da falta de autonomia organizativa dos negros antes de 1930.

Outros estudos que também enfatizam o associativismo negro no século XIX e que perpassaram para o XX estão reunidos na coletânea organizada por Flávio Gomes (2011) e Petrônio Domingues. Flávio Gomes destaca a atuação da Guarda Negra, fundada em 9 de julho de 1888, como um grupo organizado em formato de milícia e atuante em torno do debate político entre monarquistas e republicanos no pós-abolição. Este recorte tem a intenção de atrelar um grupo de negros como atuantes na luta pela fixação da lei da abolição, de modo a não perceber o “‘negro’ (como) humilde ou infantilizado, em decorrência da ‘dádiva’ da princesa Isabel; ao contrário: tratava-se de ‘classe de homens de cor’ atenta aos desdobramentos da campanha contra a monarquia (e) permeada de adjetivos e substantivos raciais” (GOMES; 2011, p. 10). Essa perspectiva é interessante porque percebe a capacidade de agência do negro no pós-abolição, não o identificando como uma massa de manobra incapaz de agir organizadamente em bases coletivas. Poderíamos ainda acrescentar a contraposição com a perspectiva de Freyre (1958), pois não eram um povo tão pacífico assim, vivendo sob a dádiva da princesa.

Também destacando associações no final do século XIX e começo do XX está o trabalho de Maria das Graças de Andrade Leal (2011). Diferentemente da perspectiva mencionada anteriormente, seu recorte é o engajamento de um intelectual negro. Manuel Raymundo Quirino vai perpassando e entrecruzando diferentes associações, principalmente na Bahia, tais como o Liceu de Artes e Ofícios, sociedade mutuárias e irmandades religiosas, bem

como participando da criação da Liga Operária Bahiana (1876) e do Partido Operário (LEAL; 1890, p. 65). É interessante observar a perspectiva de Leal, que toma um intelectual negro engajado em causas populares que diziam respeito à população egressa da escravidão. Portanto, é um agente negro que fez uso de espaços associativos, inclusive de associações políticas, para tentar ganhar expressão no sistema político republicano e fazer valer suas demandas sociais, que atendiam em grande parte anseios dos egressos da escravidão e trabalhadores em geral.

Ainda sobre o associativismo negro do final do século XIX, Petrônio Domingues (2014) traz a contraposição do Club Republicano dos Homens de Cor ao grupo da Guarda Negra da Redentora. Este clube, fundado em junho de 1889, complexifica o jogo do tabuleiro da política ao mostrar os republicanos de cor como um grupo de negros participando ativamente dos debates políticos da corte no final do regime imperial. Esta é uma faceta pouco conhecida do movimento republicano. O ponto alto do trabalho de Domingues é que ele mostra que o grupo dos negros “não constituíram uma unidade de afiliação congênita cuja essência era transmitida pelo sangue” (Domingues, 2014, p.143). É interessante frisar este ponto porque, diferente de Florestan Fernandes, que não vê capacidade de organização em bases coletivas entre o grupo dos negros antes de 1930 por falta de autonomia material, social e material, Petrônio Domingues não vê a raça negra como uma afiliação política consanguínea. Negros eram afiliados em associações e agremiações políticas diferentes. É o que mostra seu trabalho.

Portanto, como evidenciamos no trabalho de Chalhoub (2007), Gomes (2011), Leal (2011) e Domingues (2014), o associativismo negro no final do século XIX enfrentava diversos problemas, tais como os advindos dos fechamentos da estrutura política ao seu funcionamento, ou ainda das disputas políticas entre monarquistas e republicanos que perpassavam os agrupamentos negros, ou até mesmo questões de ordem trabalhista como as que enfrentavam os operários negros. Mas, acima de tudo, estes trabalhos mostram a *participação* da população negra em associações no final do século XIX.

Há também estudos sobre associações mutuais e beneficentes no final do século XIX que contestam a falta de participação. A pesquisa de Ronaldo de Jesus e Cláudia Viscardi ressaltam a dimensão massiva que tiveram as associações no século XIX, chegando a apontar a existência de 239 associações em funcionamento no Rio de Janeiro entre os anos de 1860 a 1887. Eles comprovam a tese da efervescência associativa no século XIX e sua dimensão participativa através das ações mutuais (entendidas como um conjunto de experiências que se manifestam concretamente em práticas de solidariedades horizontais) frente a ausência ou crise dos mecanismos institucionais de participação política, ou seja, participam com ações assistencialistas enquanto estratégia de sobrevivência (Viscardi, 2009). Embora atestem a

dimensão massiva da vida associativa no século XIX, o foco da análise recai sobre as solidariedades horizontais compartilhadas intrassocietárias, ficando os confrontos políticos diluídos.

No entanto, Angela Alonso (2015) atesta também a participação massiva das associações no século XIX e agrega a elas uma capacidade de mobilização social e de desafiar o estado. A pesquisa de Alonso (2011, 2015) aborda diretamente as associações abolicionistas durante o período de 1868 a 1888. Deste modo, sua pesquisa contraria as perspectivas que afirmam existir ausência de mobilização e de povo organizado com demandas propositivas para o Estado, afirmando a dimensão participativa das sociedades abolicionistas no espaço público no final do século XIX. Do início da campanha até 1888, no total contabilizou-se ao menos 119 associações abolicionistas com identificação precisa do ano de fundação, assim como da província de origem. Número que se amplia para mais de 300 associações abolicionistas, se levadas em conta as demais associações encontradas nas notícias de jornais (Alonso, 2011, p.179 e 192; 2015, p. 435-446). Com esses dados obtidos através de pesquisa em jornais, Alonso mostrou a existência de uma exuberante rede associativa na segunda metade do século XIX, com forte participação no espaço público, fora do Parlamento e com capacidade de *pressão* sobre o sistema político (Alonso, 2011, p. 192-3). Entre os anos de 1868 a 1888, observou-se uma variação de aumento e decréscimo do número de associações fundadas ou mesmo de sua atuação no espaço público. A explicação para essa variação na atividade das associações está correlacionada às *oportunidades* ou *ameaças* políticas: em governos mais abertos às demandas abolicionistas, como foi o gabinete Souza Dantas, houve um aumento da atividade das associações; nos governos mais fechados, como foram os gabinetes Saraiva/Cotegipe, houve uma diminuição da atividade das associações. A atividade das associações no espaço público, além de variar de acordo com a *oportunidade e ameaça política*, também variou no estilo de *ação*: em governos mais receptivos, as ações das associações abolicionistas são marcadas por manifestações públicas nas ruas (passeatas e *meetings*), nos teatros (conferências-concertos) e nas urnas (candidaturas de abolicionistas ao parlamento); em governos mais recrudescidos às demandas abolicionistas, as ações das associações são marcadas por ação de violência e repressão (fugas de escravos; incêndio de canaviais, prisão de abolicionista, impedimento de posse de candidato abolicionista). Sendo assim, as interações/ações das associações abolicionistas variam de acordo com as oportunidades e ameaças políticas, de modo que, em governos abertos, as associações distribuem *flores* nas conferências-concertos (1868-1884); em tempos de *votos* (1884-1885) lançam candidatos abolicionistas; e em governos fechados levam

balas e agem estrategicamente promovendo fugas e acoitamento de escravos e incêndios de canaviais (Alonso, 2015).

Embora Alonso ateste a participação massiva das associações abolicionistas no espaço público e a sua variação no estilo de ativismo (se de flores, votos e balas) entre os anos de 1868 e 1888, pouco se sabe sobre essas associações após a lei de 13 de maio. Levando isso em conta, este trabalho analisa a atividade das associações abolicionistas no Rio de Janeiro entre o dia 13 de maio de 1888 até o dia 15 de novembro de 1889. Afinal de contas, se o movimento abolicionista atingiu o seu objetivo principal, que era a abolição da escravidão, mas isso não significa que tenham encerrado suas atividades imediatamente e que seus líderes se retiraram do espaço público no dia seguinte. Nesta tese se argumentará que, após a assinatura da Lei 3.353, que declarou extinta a escravidão no Brasil, o movimento abolicionista reconfigurou-se, as reivindicações foram além da agenda da abolição e os atores e formas de ação continuam operacionalizando.

3 Estudos sobre mobilizações políticas no fim do império e início da república

Nesta seção, retomaremos a problemática que a periodização do pós-abolição implica: relativizar a divisão temporal entre império e república. Para tanto, temos que ter clareza de que a abolição da escravidão é um fenômeno que implicou em consequências que são exclusivas da ação legal de abolir a escravidão, tais como a transição do regime servil para o regime de trabalho livre, desencadeando a reorganização do mercado de trabalho, assim como a ocupação dos espaços urbanos periféricos (FERNANDES, 1964); nas trajetórias das famílias dos ex-escravos e suas estratégias de luta contra a estigmatização do cativo (MATTOS, 1995), nas lutas pela construção da identidade negra (GUIMARÃES, 2011; 2012a, 2012b); nas lutas pela posse da terra contra os senhores (que desembocam nas questões quilombolas²⁰). E essas consequências atravessaram as fronteiras do sistema político monárquico e republicano.

No entanto, como exposto acima, nosso objetivo é analisar apenas as consequências políticas imediatas do movimento abolicionista, pois os estudos sobre o assunto ainda são muito escassos²¹.

²⁰ Para um panorama sobre as discussões quilombolas ver: MATTOS, H.. Remanescentes das comunidades dos quilombos: memórias do cativo e políticas de reparação no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 68, p. 104-111, 2006; GUIMARÃES, A. S. O quilombismo ou a influência de Abdias do Nascimento nos anos 1980. In.: *Classes, Raças e Democracia*. São Paulo: Editora 34, 2a. ed., 2012, p. 99-105.

²¹ Sobre essa questão, o trabalho de Cláudia Regina Andrade dos Santos intitulado *Nas ruas e na tribuna: a Confederação Abolicionista do Rio de Janeiro, antes e depois da abolição*, apresenta uma análise da atuação da

Para tanto, recorreremos ao trabalho de Angela Alonso que aborda o movimento abolicionista em si e sua existência durante o período imperial; no entanto, ela não explora as consequências deste movimento após a abolição. Essa é uma das lacunas que este trabalho pretende preencher.

Sobre a primeira república, como apontamos acima, as pesquisas de fins da década de 1950 remetiam a uma república pacífica com agitações de superfície (FREYRE, 1959). Nos anos 1980, as pesquisas estavam mais preocupadas em identificar a nova ordem republicana com o pacto dos governadores (LESSA, 1988). A historiografia preocupava-se, pois, mais em diferenciar o termo República Velha do termo primeira república do que propriamente em analisar os processos que conectavam o império à república (GOMES, 2009). Ainda nos anos de 1980, quando analisavam as mobilizações, focavam nas mobilizações das ruas como mobilizações políticas que clamavam por restauração de governos (JANOTTI, 1986; QUEIROZ, 1986) ou nas coalizões dos postos de comando político (LESSA 1988; BACKES, 2006), não estabeleciam vínculos entre as ruas e o parlamento, muito menos com mobilizações pregressas. É essa a empreitada desta tese: mapear as performances e mecanismos utilizados pelas associações abolicionistas no período após a abolição que permitiram vincular rua e parlamento, bem como estabelecer ligações com a experiência ativista pregressa. Para isso, recorreremos ao trabalho de Janotti e Queiroz visando exemplificar as mobilizações nas ruas, e de Lessa e Backes para mostrar as mobilizações (coalizões) nos postos de comando político.

3.1 Mobilização política no Segundo Reinado

Angela Alonso, desde sua tese de doutorado *Ideias em Movimento* (2002), tem buscado explicar movimentos políticos que ocorreram desde os fins da década de 1860 até os anos iniciais da república, primeiro com o movimento político-intelectual o qual nominou de “reformistas” e, mais recentemente, tem se dedicado ao movimento abolicionista no final do império (ALONSO, 2012a; 2012b; 2015).

Em *Ideias em Movimento*, o recorte temporal foi de 1868 a 1897. A partir da análise da conjuntura política, as categorias às quais chegou foram: “a) 1868-1878 – a confirmação de uma autocrítica do *status quo* imperial [...]; b) 1878-1888 – a emergência do movimento

associação abolicionista no pós-abolição; o trabalho de Petrônio Domigues, intitulado “Cidadania levada a sério: os republicanos de cor no Brasil”, problematiza o posicionamento político dos negros no final do século XIX, elencando a Guarda Negra que desfraldava a bandeira monarquista e o Club Republicano dos Homens de Cor que desfraldavam a bandeira republicana.

intelectual da geração de 1870; c) 1889-1897 – o memorialismo, a reconstituição da história política intelectual do império, em termos doutrinários” (ALONSO, 2002, p. 48). Para proceder com tal análise, ela identifica os anos finais do império como crise, assim como Hollanda (2008), pois sua preocupação é para com os *confrontos* políticos e não para com a construção da ordem, da formação e estabilidade do estado (como em José Murilo de Carvalho). Mas, diferentemente de Hollanda (2008), Alonso (2002) faz uma análise sociológica dos movimentos *políticos* do final do império sem se respaldar na divisão temporal datada de acordo com a administração político-administrativa do segundo reinado. Ela consegue ainda ultrapassar a fronteira entre império e república. A vantagem dessa análise política é que permite observar processos políticos ocorrendo para além das instituições políticas, sem se reduzir ao indivíduo.

Em *Ideias em Movimento*, Alonso (2002) entende por movimento político que intelectuais também atuavam politicamente. Fazer uma análise de um movimento intelectual sem interpretá-lo como puramente no campo das ideias foi o desafio enfrentado pela autora. Nessa obra, ela atenta para a questão de que os estudos anteriores tendiam a separar a abordagem dos intelectuais e dos políticos como correntes distintas. Era como se intelectuais não tivessem exercido atividades práticas e políticas, ou os políticos não fossem capazes de ser intelectuais e de produzir teorias. Alonso percebe que, no final do império, os “intelectuais” escreviam intencionados com objetivos de intervenção política (ALONSO, 2002, p. 30). Os próprios agentes sociais do final do século XIX, ao escreverem buscando interpretar a realidade em que viviam, *selecionavam*²² as teorias explicativas (positivismo, liberalismo, marxismo, spencerianismo etc.) baseados em critérios políticos. Então, se há intenção política nos escritos dos intelectuais, eles portavam-se como ativistas.

E por que político? Era um movimento político porque foi a “experiência compartilhada de marginalização em relação aos postos de mando político do segundo reinado” (ALONSO, 2002, p. 45) que os uniu. O conjunto de manifestações clamando por reformas por meio de panfletos, livros, jornais e manifestos expressa a dimensão de revolta político-intelectual *coletiva*. Sendo assim, foi um movimento que tinha por base uma ação coletiva e política, pois o alvo era o estado. Desse modo, podemos perceber que Alonso entende movimento político como um fenômeno que ocorre nas ruas, na imprensa, através de publicação de livros, panfletos, manifestos políticos, não se limitando à instituição política. Essa noção de mobilização política para além das instituições políticas é mais condizente com nossa pesquisa.

²² Angela Alonso utiliza o conceito de Swindler (1986) de “*tool box*” para explicar que agentes selecionam como se fosse numa caixa de ferramentas qual performance do repertório utilizarão. Angela Alonso empresta o conceito de repertório de Tilly (1978, 1993) como “confronto político” que emerge na luta, numa dada conjuntura histórica.

Mas o diferencial de Alonso (2002) é que a análise não se prende nem ao nível do indivíduo (como faz Hebe Mattos ao recuperar a memória, os significados de liberdade do ex-escravo), nem no nível das ideologias (como Antonio Sérgio Guimarães ao recuperar o ideário de democracia racial) ou das linhagens de pensamento, mas em um nível intermediário entre os dois citados. A desvantagem das análises de linhagens é que geralmente não se acentua muito a intenção dos agentes, nem se dimensiona a sua capacidade seletiva frente a outras teorias ou ideologias concorrentes. Diluem-se os indivíduos dentro dessas grandes teorias (liberalismo, positivismo, spencerianismo, marxismo etc.) como se elas tivessem vida própria, como se determinassem as ações dos indivíduos ou, simplesmente, fossem uma etiqueta classificatória para sistemas de crença política generalizados. Outra característica dos estudos de ideologias é que em geral focam na construção de uma identidade que visa a homogeneização do grupo, de modo que focalizam a solidariedade interna e não tanto os *confrontos*.

Ao recorrer aos repertórios e às *performances*, tanto do movimento intelectual como do movimento abolicionista, Alonso reconstrói a conjuntura política, os agentes em luta e os confrontos. Os “repertórios são compostos de formas de pensar como também de formas de agir” (ALONSO, 2002, p 44), numa dada sociedade em certo tempo, funcionando como “caixa de ferramentas” às quais os agentes recorrem seletivamente, conforme suas necessidades de compreender situações e definir linhas de ação. Então, repertórios não expressam apenas ideias de ativistas, impressas em manifestos, cujo objetivo é intervir na política e arregimentar pessoas, mas também ações, tais como formação de associações, organização de comícios, passeatas e greves.

Sobre os estudos do movimento abolicionista, Alonso também se mantém nesse nível intermediário entre ideia e indivíduo, mas a análise adensa-se com as várias tramas que compõem um movimento: de abolicionista e escravista (movimento e contramovimento); de estratégias de mobilização (organização de associações abolicionistas, manifestações públicas, iniciativas institucionais, ações diretas, simbólicas, de difusão e confrontação); das relações entre movimento abolicionista, contramovimento e estado; e do ativismo transnacional (ALONSO, 2015). Ao destacar a complexidade que envolve um movimento social, Alonso dá uma dimensão do quão massiva foi a pressão exercida pelo movimento abolicionista sobre as instituições políticas imperiais, forçando rearranjos, até culminar na abolição em 13 de maio de 1888.

Em sua análise, respaldada em coleta de dados em pesquisa de jornais de 1868 a 1888, Alonso identificou que o primeiro ciclo de mobilização antiescravista no espaço público ocorreu entre 1868 e 1871, com conferências e publicações em jornais para vocalizar temas que

o sistema político bloqueava. De 1878 a 1884, as mobilizações expandiram-se para o nível nacional e as estratégias de ação ampliaram-se com criação de associações, publicação de panfletos e jornais, manifestação no espaço público, no teatro e na ruas, campanhas de libertação de território, alianças internacionais, atuação de abolicionistas no parlamento e candidaturas para o legislativo. De 1885 a 1888, começou o período final da mobilização abolicionista de confronto, pois houve um recrudescimento do governo com medidas repressivas e perseguições aos abolicionistas, e estes se viram obrigados a adotar estratégias como as fugas orientadas de escravos (ALONSO, 2012, 2015). Sendo assim, ainda sabemos pouco do período após o final do ciclo de mobilização do movimento abolicionista e quais suas consequências políticas. São elas que nos interessam.

3.2 Mobilizações políticas na Primeira República: no parlamento e nas ruas

Duas pesquisadoras orientadas por Sérgio Buarque de Hollanda realizaram suas pesquisas em sintonia com o mestre, mas diferentemente deste, o período em análise é a primeira república. As pesquisas de Suely Robles Reis de Queiroz, em *Os radicais da República* (1986), e de Maria de Lourdes Mônaco Janotti, em *Os subversivos da República* (1986), são bem próximas no que concerne aos movimentos políticos nas ruas durante a primeira república nos seus anos iniciais. Enquanto a primeira detém-se aos Jacobinos, os “republicanos radicais”, a segunda destaca a atuação de monarquistas durante a república. São dois polos opostos de uma mesma época que mostram tensões existentes nas ruas. Ambos os movimentos seriam de contestação política. Os Monarquistas reivindicavam a restauração da monarquia, e os Jacobinos manifestavam-se em um tom “radical” a favor da república, desde que esta fosse constituída por um governo forte e defendesse a causa nacional. Os Jacobinos manifestavam-se através da imprensa, comícios, passeatas e algumas ações *radicais* como agressões físicas, atentados e empastelamento de jornais, daí o tom radical das manifestações. Os Monarquistas manifestavam-se através da imprensa, de pronunciamentos pessoais, manifestos coletivos e de ações de conotação *subversiva* contra a república, ao agitar comícios populares, ao apoiar a Revolta da Armada, ao combater na Revolução Federalista e ao incentivar greves e levantes.

É interessante observar as pesquisas de Janotti e de Queiroz como complementares, pois assim conseguimos perceber a existência de um movimento político e um contramovimento, de republicanos x monarquistas. Além do mais, elas mostram esses movimentos políticos nas ruas, fora da política institucional, o que é bem interessante, pois

como explicar que movimentos fora da política institucional podem ser políticos? Ambas entendem o movimento político como um movimento que tem como alvo o poder político, ou melhor, o controle do estado. Em Queiroz, os jacobinos, com a saída de Floriano Peixoto do poder político, em 1894, sentem-se aliados do poder; em Janotti, os Monarquistas destituídos do poder empreendem ações visando a restauração.

Como podemos perceber, ambos movimentos políticos não tinham necessariamente demandas sociais, mas apenas eram imbuídos ideologicamente pela conquista do controle do poder do estado e tinham uma conotação de mobilização pela restauração política. Assim como Queiroz e Janotti, este trabalho pretende tratar dos movimentos que estão nas ruas, mas de modo diferente dessas pesquisadoras, o foco recairá sobre as manifestações empreendidas pelas associações abolicionistas no imediato pós-abolição entendidas como um reflexo do movimento abolicionista. Pretendemos também focalizar a interação dessas associações com as instituições políticas.

Entre os estudos sobre a primeira república que destacam a dimensão política e, por consequência, analisam as movimentações parlamentares da primeira década, estão *A invenção republicana*, de Renato Lessa, *Fundamentos da ordem republicana*, de Ana Luiza Backes, e *A Constituinte Republicana*, de Agenor de Roure. Os dois primeiros pesquisadores concentraram-se em compreender o sistema político implantado por Campos Sales, conhecido pela literatura como a política dos governadores, e deixaram de lado os confrontos políticos que antecederam a nova ordem republicana. O último foca na primeira Constituinte republicana. Esses estudos centram-se nos procedimentos da política institucional parlamentar e deixam escapar as tensões e mobilizações políticas existentes nas ruas e, principalmente, as reivindicações que essas movimentações demandavam para o legislativo.

Começamos por Ana Luiza Backes que, assim como Janotti e Queiroz, entende as lutas políticas como lutas ideológicas. Em *Fundamentos da ordem republicana*, Backes analisa o parlamento na primeira década da república, mas o objetivo de sua pesquisa é explicar como se dava a relação entre executivo e legislativo até a consolidação do governo de Campos Sales, ou melhor, quais os mecanismos utilizados por Campos Sales para obter maioria no Congresso. Sua contribuição foi mostrar como os grupos parlamentares aliaram-se ao longo dessa década e apontar para outros elementos importantes que vão além da questão do regionalismo, do federalismo ou do localismo²³, a exemplo dos movimentos políticos partidários ideológicos

²³ Ana Luiza Backes aponta como visão tradicional aquela que enfatiza o fator regional como principal vetor de explicação do arranjo de Campos Sales no Pacto dos Governadores. O regionalismo seria um vetor, mas não o único.

entre os republicanos históricos, os florianistas e os jacobinos. A ideia base da autora é que o pacto dos governadores serviu para garantir a maioria legislativa para o executivo não porque o legislativo era composto sob bases oligárquicas, mas sim porque os argumentos simbólicos de Campos Sales conseguiram atingir uma geração de políticos formados na luta política republicana (BACKES, 2006, p. 59). Para isso, Ana Luiza Backes atém-se aos estudos dos *Anais do Congresso Nacional* compreendidos entre os anos de 1889 e 1900. Embora Backes traga essa dimensão de luta política – conflito entre os legislativos e destes com o executivo –, sua análise explicativa é sobre o pacto dos governadores e as lutas políticas republicanas. Ela compreende como isso ocorreu em torno de questões ideológicas, pois seriam as ideologias capazes de unir e contrapor grupos de diferentes estados e o Congresso seria a arena (o lugar) dessas disputas.

De modo semelhante a Backes, Renato Lessa considera o governo de Campos Sales como de fundamental importância para compreender a primeira república. O objetivo central de Renato Lessa é analisar a implantação da ordem política republicana. Para tanto, centra-se no “pacto de Campos Sales” com os governadores, entendendo que este criou uma ordem política rotinizada ao interromper a entropia dos anos iniciais da república. Os anos iniciais da república são percebidos como uma experiência anárquica, com constantes conflitos entre os poderes executivos e legislativos, sendo o executivo irresponsável politicamente. A nova ordem republicana, com o “pacto de Campos Sales”, queria superar a infância do próprio regime republicano. Renato Lessa entende por entropia a ausência de mecanismos institucionais rotinizados, tais como os partidos (como eram no império) ou mesmo a ausência de uma justiça eleitoral autônoma (o que “fazia com que as eleições fossem controladas pelos executivos estaduais, durante a apuração, e pelo legislativo, no reconhecimento final dos eleitos e na degola dos inimigos” (LESSA, 1988, p. 105)), o que dificultava uma boa governabilidade e criava comportamentos erráticos dos políticos (LESSA, 1988, p. 15).

Para Lessa, foi no governo Campos Sales (15/11/1898 – 15/11/1902) que se amenizaram os constantes conflitos no legislativo entre “Concentrados” e “Republicanos” ao garantir a maioria no legislativo. Conflito esse que atingia o executivo federal e ameaçava a sua soberania nacional. Lessa destaca que a relação entre executivo e legislativo foi redefinida pela política de Campos Sales tanto na montagem da “política dos governadores” quanto na alteração do regimento interno da Câmara. O objetivo era deixar os confrontos políticos no âmbito estadual e deixar o governo federal livre para administrar.

No primeiro fenômeno, na montagem da “política dos governadores”, Campos Sales teria obtido êxito ao concentrar a administração do estado (nação) nas mãos do presidente da

república, deixando a cabo dos governadores a arte da política, esta passível de “paixões e corrupção”. Aos governadores, caberia controlar os conflitos regionais e cooptar as suas representações para o legislativo; em contrapartida, o governo federal não faria intervenção política no caso de divergências regionais. A operacionalidade da “política dos governadores” redefiniu essa relação entre os executivos ao estabelecer uma relação não normatizada através de leis, mas pactuada entre os poderes executivos, central e estaduais: os governadores teriam uma certa “autonomia para definir métodos de obtenção de apoio eleitoral (desde que eles e suas bancadas agissem) em consonância com o poder central. Assim, os estados não sofreriam ameaça de intervenção política. Desse modo, o “pacto” confinava as disputas eleitorais estaduais e as oposições políticas à esfera estadual, deixando o executivo central livre para administrar.

No segundo fenômeno, a alteração do regimento interno da Câmara legalizou os procedimentos do pacto, ao alterar tanto o critério de escolha do presidente da Câmara quanto a definição exata do significado de diploma. No que se refere ao critério de escolha do presidente da Câmara, antes era baseado na idade e foi trocado pelo critério da continuidade, ou seja, o presidente da Câmara seria o mesmo da legislatura anterior – Vaz de Mello, de Minas Gerais, tinha por base a maior bancada, com 37 deputados, que eram aliados de Campos Sales. No que se refere ao significado de diploma, antes era o aval dado pela Comissão de Verificação de poderes e após a mudança regimental passou a ser a ata geral da apuração da eleição, assinada pela maioria da Câmara Municipal. Essa definição do que era diploma implicou na perda da soberania do legislativo (que antes tinha o poder de decisão), uma vez que as eleições já vinham decididas previamente dos estados através do pacto com os governadores. Assim, a Comissão operava como garantia extra para impedir o *acesso* de inimigos ao parlamento (LESSA, 1988, p. 106).

A mudança de ambos critérios refletia no processo eleitoral, pois a Comissão de Verificação dos Poderes era nomeada pelo presidente da Câmara (Vaz de Mello), que então era pactuado com Campos Sales. Essa Comissão de verificação dos poderes apurava a legitimidade dos resultados das eleições. Na montagem da Constituição, após as eleições nas sessões preparatórias²⁴ da Constituinte (de 04/11/1890 a 14/11/1890), também se operacionalizou o

²⁴ De 04/11/1890 a 14/11/1890 foi o período em que aconteceram as sessões preparatórias da Constituinte. Neste momento, iniciou-se a instalação das duas Câmaras: a de deputados e senadores eleitos por seus respectivos estados. Ambas iniciam os seus trabalhos montando a mesa de verificação dos diplomas dos senadores e deputados eleitos; montaram comissões que teriam de examinar e dar pareceres sobre as eleições do distrito Federal e dos Estados e, em seguida, votaram os pareceres feitos pelas comissões de verificação de poderes. Finalmente, após aprovados esses pareceres, os senadores e deputados diplomados eram proclamados senadores ou deputados e

mecanismo de verificação dos poderes e a entrega de diploma. O que mudava no governo Campos Sales era o significado exato do que era diploma. Com essa última mudança, a do significado do diploma, garantia-se que os estados tivessem controle sobre as eleições, pois estas já vinham decididas dos municípios por meio das atas. A Comissão de verificação no parlamento durante o governo de Campos Sales apenas garantia a degola do inimigo já feita no estado, portanto garantia o impedimento de *acesso* do inimigo ao parlamento.

Lessa está mais preocupado em remontar os procedimentos da representação política no âmbito legislativo e executivo, ao frisar o regimento da Câmara e a relação dos governadores com Campos Sales, do que com a *incorporação* e a *participação*. A incorporação (dos negros) era preocupação de Florestan Fernandes; e a participação é a preocupação de Ângela de Castro Gomes. A preocupação de Lessa concentra-se nos mecanismos da política institucional no parlamento e no executivo, os quais estabeleceram as regras de construção da nova ordem republicana, e não na participação capaz de mensurar a extensão dos direitos políticos da cidadania (preocupação de Hebe Mattos e Antônio Sérgio Guimarães). Lessa não considerava a participação²⁵ política justamente porque a percebia como congelada pelos mecanismos que estabeleceram os procedimentos intencionais de fabricação institucional da ordem estável e regulada da primeira república. Então, ao considerar a construção da ordem republicana nos aspectos político-institucionais, também considera a esfera da participação política como congelada, restrita à elite política, às oligarquias estaduais²⁶. Em sua análise do pacto dos governadores, Lessa mostra que Campos Sales confinou as disputas eleitorais e oposições políticas à esfera estadual, de modo que acabou desobrigando o governo federal a tratar do problema da incorporação e da participação como questão política nacional.

Ainda sobre a primeira república, o trabalho de Agenor de Roure remonta às discussões empreendidas na instância institucional, mais especificamente no processo de fabricação das “novas” normas institucionais que regulariam o país durante república, na Constituinte de 1890 a 1891. No início de seu livro, antes de introduzir a análise dos debates, Roure faz uma reconstrução histórica do processo constituinte, indicando as etapas em que teria

assim era confirmada a sua legitimidade de integrarem o Congresso Nacional. Outro trabalho importante neste período foi a confecção de um regimento interno comum às duas câmaras.

²⁵ Lessa vale-se do modelo conceitual de Robert Dahl. As variáveis definidoras do sistema político são a liberalização no eixo vertical e a participação no eixo horizontal. O eixo vertical refere-se ao grau do pluralismo e da competição política e institucionalização dos acessos ao governo, e o eixo horizontal refere-se ao grau da incorporação da população ao processo político (LESSA, 1988, p. 112-113).

²⁶ Na 3ª edição de seu livro, lançada em 2015, Lessa acrescenta dois anexos, sendo um deles intitulado “as oligarquias”. Esta inserção é importante para perceber “o controle político das populações por parte dos chefes políticos regionais: a dominação oligárquica, exercida em cada estado e sem a ingerência de instituições nacionais, constitui-se como limite à extensão da participação política e, por essa via a democratização política e social do país” (Lessa, 2015, p. 327).

transcorrido a promulgação da Constituição. Embora aponte no início de seu livro a existência de várias etapas e projetos durante o processo constituinte, Agenor de Roure deixa escapar as descrições dos eventos e dos debates em cada etapa específica e não aborda os eventos que antecederam o debate constituinte, como por exemplo os debates existentes na esfera pública entre 13 de maio de 1888 e 15 de novembro de 1889. Este é um período que consideramos de fundamental importância, pois é nesse ínterim que se concentra o período de agravamento da crise política na monarquia, ocasionando a transição política do império para a república. Portanto, foi o momento em que ocorreram as mudanças das *oportunidades políticas de acesso* ao poder. Sem elas, fica difícil entender os processos que antecederam a mudança de regime político.

Diferentemente de Roure, esta tese não se limita ao âmbito da Constituinte, mas se estende às movimentações que as ruas demandaram para as instituições políticas. As pesquisas de Lessa e Backes também não analisam as movimentações que estavam acontecendo nas ruas, quais eram as reivindicações e ações demandadas para o Congresso. Por isso, o foco analítico desta tese é a movimentação contrária: das ruas para o Parlamento. Para tanto, recorreremos às reivindicações políticas das associações abolicionistas para tentar cobrir essa lacuna.

Ao realizar tal estudo, mapeando as movimentações que as ruas demandavam para as instituições políticas, preenchemos uma lacuna nos estudos sobre a final da monarquia e primeira república, pois “se desconhece por falta de estudos uma rica movimentação de atores [...] empreendidas no campo da participação política”, que “ignora uma série de experiências de mobilização e organização de atores coletivos [...] e que demandavam políticas às autoridades públicas através de suas formas de associativismo” (GOMES, 2009, p. 4). Ângela de Castro Gomes, ao apontar para a falta de estudos da participação política via associações, quer se contrapor aos estudos políticos da primeira república que enfatizaram a representação política (LESSA 1989, BACKES, 2006, ROURE, 1979), os quais ressaltam os procedimentos eleitorais, o parlamento e o executivo. Diferentemente de Ângela de Castro Gomes, não nos orientamos pelas associações de trabalhadores, mas sim pelas associações abolicionistas no período do pós-abolição, na tentativa de ligar um movimento social precedente aos seus direcionamentos posteriores.

Quadro 1 - Síntese das interpretações sobre mobilizações na passagem do império e república

Ano/década da publicação	Pesquisadores	Periodização	Transição	Perspectivas sobre as mobilizações	Mobilizações reconhecidas como relevantes
1958	Raymundo Faoro		A viagem redonda: do patrimonialismo ao estamento. Transição pactuada	Sem eficácia sobre o sistema político	
1959	Gilberto Freyre	1871 – 1919	Sociedade patriarcal	Desordem. Agitações de restauração e de superfície	Canudos (1893); Chibata (1910); Surto militarista de (1911);
1964	Florestan Fernandes	1880 – 1960	Da ordem escravista para a ordem social competitiva	Falta de participação autônoma, consciente e organizada dos negros no Movimento Abolicionista. Sob liderança dos brancos	Frente negra (1930)
1974	José Murilo de Carvalho	1871- 1889	Declínio e Queda	Movimentos reativos ao estado (bestializados 1987)	
1986	Suely Robles Reis de Queiroz	1893 – 1897	Não aborda a transição	Desordem (Restauração do governo de Floriano Peixoto)	Movimento dos Jacobinos
1986	Maria de Lourdes Mônaco Janotti		Não aborda a transição	Desordem. (Restauração da monarquia)	Movimento Monarquistas
1988	Renato Lessa	1889 – 1894	Anos Entrópicos (1889 – 1894: indefinição dos mecanismos procedimentais da política)	Desordem (Na indefinição dos mecanismos procedimentais da política instaurou-se a guerra de todos contra todos)	Mobilizações políticas no legislativo e executivo
1995	Hebe Mattos	1888 - ...	Republicanos ex-abolicionistas silenciam-se no parlamento após a abolição	O silêncio dos ex-cativos em relação à cor como estratégia de luta contra o estigma da escravidão	Busca generalizada por autonomia e controle sobre tempo e ritmo de trabalho; proteção da família, pela retirada das mulheres e crianças do trabalho coletivo; recusa do trabalho que lembrasse a escravidão

Ano/década da publicação	Pesquisadores	Periodização	Transição	Perspectivas sobre as mobilizações	Mobilizações reconhecidas como relevantes
2002	Angela Alonso	1868 – 1897		Movimento político intelectual	Movimento Reformista
2006	Ana Luiza Backes	1889 – 1900	Não aborda a transição	Luta política ideológica e o Congresso como arena destas disputas	Mobilizações parlamentares (Republicanos históricos)
2009	Ângela de Castro Gomes	1889 ou 1891 – 1930 (primeira república); 1931 – 1936 (antecâmara do Estado Novo); 1937 – 1945 (Estado Novo)	Da primeira república para o Estado Novo (primeira república ao invés de república velha)	Formas de participação política via associações x forma de representação política	Associações (trabalhadores e o patronato)
2011	Antônio Sérgio Guimarães	1870 – 1930	Construção da ideologia da democracia racial	Mobilizações político-sociais negras	Movimento Abolicionista (1870) Guarda Negra (1888) Movimento Republicano (1870)
2012	Angela Alonso	1868 – 1888	Não aborda a transição	Movimento Social heterogêneo	Movimento Abolicionista

Fonte: Elaboração Própria.

4 As mobilizações no pós-abolição como problema de investigação sociológica

É comum encontrar nas análises consagradas sobre a proclamação da república a afirmativa da falta de participação popular no final do século XIX no Brasil. Tal afirmação costuma se referir a afirmativa de Aristides Lobo, no Diário Popular de São Paulo, de que o "povo assistiu àquilo bestializado". Segundo Maria Thereza Chaves de Mello (2007), o republicano, no calor dos acontecimentos, quis mencionar “o bestializado como um surpreendido” pela novidade e não necessariamente a falta de “participação popular no evento como sinal de despreço do povo brasileiro pela república, e por derivação, sua vinculação à Monarquia” (Mello, 2007, p. 9). Pelo contrário, o que se viu no final do século XIX “foi a ampliação do espaço público através de associações, conferências, imprensa, livrarias, confeitarias, clubes, mobilizações populares” (Mello, 2007, p. 11).

Chaves de Mello, valendo-se desta perspectiva da *efervescência participativa* no final do XIX, empreendeu estudo sobre a construção simbólica da crise no final do Império por meio

de fontes tais como: “literatura, poesias, obras de ficção, as memórias e críticas, imprensa escrita e ilustrada, imagens dos préstitos carnavalescos, a visualização das *mobilizações de rua* de caráter político e recreativo” (Mello, 2007, p. 12). Era aos mobilizadores, ao fazer política nas ruas, que o seu trabalho se voltou. Ou seja, nada de “bestializado” como alheio aos acontecimentos políticos, as associações das mais diversas orientações e fins participavam ativamente no fazer política nas ruas.

Deste modo, essa ênfase na participação por meio das associações contrasta com a perspectiva de estudo de José Murilo de Carvalho quando da análise do Império (1987) e de Renato Lessa quando da análise da República (1988; 2015).

Outros estudos sobre o começo da república enfatizaram as mobilizações no espaço público, reconhecendo a participação popular por meio das associações. Um deles é o estudo de Boris Fausto sobre os “Trabalhadores urbanos” (1976) entre os anos de 1890 e 1920, em São Paulo e no Rio de Janeiro. Esse trabalho, escrito durante os anos de chumbo da ditadura no Brasil, originou-se das discussões travadas no Centro Brasileiro de Análises e Planejamento (Cebap). Embora seu estudo seja bastante relevante, dado o caráter pioneiro em se estudar as formas de organização e mobilização política na primeira república, o problema é que privilegiou as associações operárias de inspiração anarquista e sua herança constituída predominantemente por imigrantes italianos, deixando de lado o vínculo com movimentos pregressos, como por exemplo o abolicionista. O curioso é observar que, mesmo que tenha identificado a presença de figuras importantes ligadas ao abolicionismo, como o líder José Augusto Vinhaes (FAUSTO, 1976, p. 64), ele não estabeleceu vínculo entre os aprendizados pregressos da luta operária e o movimento abolicionista. No entanto, quando observamos as formas de mobilização e instrumentos de luta política sustentados pelo anarquismo através da ação direta, tais como “greve (geral ou parcial), boicote, sabotagem, comício, protesto, passeata” (FAUSTO, 1976, p. 19), vemos semelhanças com as formas utilizadas pelos abolicionistas. Portanto, torna-se imprescindível estudar as associações abolicionistas após a abolição e identificar suas formas de ação que continuaram sendo desempenhadas.

Não era apenas ao imigrante que se dedicavam os estudos sobre associações. Como vimos anteriormente, Florestan Fernandes, no ano emblemático de 1964, também ressaltou o espaço associativo como um lugar importante para estabelecer a resistência negra. Como apontamos anteriormente, em sua análise a atuação dos negros de forma mais consciente e autônoma apenas teria se efetivado no ano de 1931 na Frente Negra (FERNANDES, 2013), quando pessoas negras conscientes em relação ao status da sua cor, tentaram despertar uma consciência de grupo entre os negros. Em decorrência da sua ênfase nos espaços associativos

negros que se dedicassem as discussões raciais, não deu tanta importância ao movimento abolicionista que lutou pela abolição da escravidão *negra* no Brasil. Então, ficou uma lacuna nos estudos entre Frente Negra (1931) e movimento abolicionista (1888) que pudesse estabelecer uma ligação de um possível ativismo negro pregresso. Foi na tentativa de cobrir esse interregno que Flávio Gomes e Petrônio Domingues dedicaram-se ao associativismo negro do final do século XIX e começo do XX. O primeiro focalizou na Guarda Negra da Redentora e o segundo no Clube Republicano dos Homens de Cor. Falta ainda a tentativa de vincular o ativismo negro ao movimento abolicinista.

Como nosso objeto de análise são as interações de confronto político das associações abolicionistas do movimento abolicionista, procuramos remontar as perspectivas da literatura de modo a mostrar como as mobilizações no período do imediato pós-abolição foram reportadas. Nossa tentativa foi identificar quais mobilizações foram selecionadas para análise pelos pesquisadores, apontando se eles abordaram as mobilizações abolicionistas e como as abordaram, ou se abordaram outras mobilizações e negligenciaram as mobilizações abolicionistas. Para reconstruir essa literatura sobre as mobilizações no Brasil no final do século XIX e começo do século XX, orientamo-nos principalmente pelos estudos que trataram das mobilizações, prestando atenção nas perspectivas que os estudiosos tomaram em relação a elas e nas periodizações estabelecidas pelos pesquisadores.

Em virtude das periodizações estabelecidas pelos pesquisadores e do próprio fenômeno da abolição e das suas consequências, apareceram nesta tese abordagens sobre a transição do império para a república. Mas queremos deixar claro que o objeto em si não é a análise da transição política do império para a república ou do trabalho escravo para o assalariado, estas perspectivas aparecem nessa bibliografia como perpendiculares ao fenômeno que estabelece nossa periodização, a abolição. O que nos interessa, nessa revisão bibliográfica, são apenas as mobilizações políticas em que as associações abolicionistas estiveram envolvidas após a abolição. Mapear essas mobilizações das associações abolicionistas no imediato pós-abolição é importante para verificarmos se exerceram pressão sobre as instituições políticas entre os anos de 1888/1889.

Com o objetivo de sintetizar as abordagens consideradas anteriormente sobre as mobilizações no pós-abolição, construímos um quadro analítico levando em conta a periodização, se abordaram a transição, quais as perspectivas sobre as mobilizações e quais mobilizações foram reconhecidas como relevantes (ver Quadro 1). Todas essas informações

estão mencionadas ao longo do texto, mas o quadro permite uma melhor visualização, possibilitando uma síntese.

Do ponto de vista da periodização, nesta tese não tomamos a divisão político administrativa do império (JAVARI, 1889; CARVALHO, 2003) e da república (LESSA, 1988; BACKES 2006, GOMES, 2009) como marcos definidores; em seu lugar, utilizamos o pós-abolição (MATTOS, 1995), pois são as consequências decorrentes da abolição que nos fornecem os parâmetros temporais. Tomamos como recorte temporal 13 de maio de 1888, com a abolição da escravidão, até 15 de novembro de 1889, com a proclamação da república, pois, como podemos observar no Quadro 1, as pesquisas, quando analisavam esse período, não reconheciam as mobilizações como relevantes; tomavam-nas como desordem (FREYRE, 1959) ou falta de autonomia (FERNANDES, 1964). Por outro lado, quando os pesquisadores consideravam as mobilizações como relevantes, tentando refutar teses anteriores, focavam na agência dos negros como importantes na luta contra o estigma da escravidão (MATTOS, 1995) ou como contribuidores para a incorporação do negro no imaginário nacional (GUIMARÃES, 2011). O nosso ponto não é o ativismo dos negros, mas as consequências do movimento abolicionista; é o movimento abolicionista após o 13 de maio de 1888 que nos interessa. Assim, do ponto de vista da periodização, superaremos a delimitação explorada por Alonso (2015) que aborda até 1888. As demais mobilizações políticas consideradas pela literatura não se referem ao movimento abolicionista ou às suas consequências políticas porque as preocupações eram outras, ora com o movimento reformista enquanto um movimento político de ideias (ALONSO, 2002), ora com os movimentos considerados como exclusivos da nova realidade republicana que se impunha, tais como os Jacobinos (QUEIROZ, 1986), os Monarquistas no período republicano (JANOTTI, 1986); ou ainda com as coalizões parlamentares (LESSA, 1988; BACKES, 2006). Então, do ponto de vista temporal, esta tese pretende cobrir um período não explorado pela literatura no que se refere a movimentos sociais: ao imediato pós-abolição.

Do ponto de vista das mobilizações, vimos que existiram mobilizações como por exemplo o movimento republicano e o movimento abolicionista (ALONSO, 2012; GUIMARÃES, 2011), refutando assim a tese de um povo pacífico ou de agitações de superfície, como apontou Freyre (1959). Vimos também que existiram mobilizações políticas no “meio negro”, em 1888 (GUIMARÃES, 2011) ou, antes disso, com o movimento abolicionista (ALONSO, 2012) e não apenas na década de 1930, contrariando a afirmação de falta de consciência, organização e liderança no “meio negro” (FERNANDES, 1964). Sendo assim, é às organizações, lideranças, performances e estratégias utilizadas pelos membros das associações abolicionistas após a abolição que nos dedicaremos – são as associações

abolicionistas, publicações de panfletos e jornais, manifestação no espaço público, no teatro e nas ruas, a atuação de abolicionistas no parlamento e candidaturas abolicionistas para o legislativo (ALONSO, 2015) que analisaremos nesta tese – e não aos ideários dos intelectuais negros e brancos (GUIMARÃES, 2011). Tais teses citadas serão recuperadas no capítulo 4, para analisarmos as ações coletivas das associações abolicionistas no pós-abolição.

As mobilizações no Brasil até a década de 1980 foram pouco exploradas pela literatura e quando exploradas foram retratadas como desordem, como ausência de organização, participação e liderança, ou ainda como retrogradação (movimentos de restauração política). Na década de 1990, as mobilizações começam a aparecer como estratégia de luta e, nos anos 2000, as perspectivas sobre as mobilizações variam como luta política no Congresso, como formas de participação, como mobilização político-sociais e, finalmente, como movimento social heterogêneo, composto por diversos atores que utilizam diversas performances.

Nosso intento é, principalmente, identificar o prolongamento do ativismo abolicionista no imediato pós-abolição, identificando as formas de performances das associações abolicionistas utilizadas (capítulo 4) e se elas confrontaram as instituições políticas (capítulo 5). Essas são algumas das contribuições desta tese.

4.1 Contrastes com as abordagens da literatura de mobilização no pós-abolição

Após realizada essa síntese das perspectivas sobre as mobilizações no Brasil no final do século XIX e começo do século XX, passemos aos avanços que pretendemos fazer em relação a esses estudos.

Para além da abordagem de Florestan Fernandes, no que se refere a perspectiva negativa da colaboração dos negros no movimento abolicionista, esta tese considera a participação dos negros assim como de todos os demais participantes como ativistas. Consideramos que todo movimento social é heterogêneo em sua composição: com líderes, demais ativistas, observadores e até mesmo simpatizantes (GIUGNI, 1999). O que é relevante nesta pesquisa não é medir o grau de consciência dos participantes, mas sim observar os confrontos políticos em que as associações abolicionistas estiveram envolvidas no imediato pós-abolição. As associações abolicionistas, aqui, são tomadas sob um ponto de vista de serem herança do movimento abolicionista.

Apesar da ênfase negativa que Florestan Fernandes endereça ao movimento abolicionista e à participação dos negros nos movimentos anteriores a 1930, ele chega a apontar

para caminhos que permitem uma proximidade maior das dinâmicas da realidade social, ao destacar a importância da participação, da liderança e da organização das mobilizações em que os negros estiveram envolvidos no período do pós-abolição. São essas minúcias (participação, liderança, organização) que nos permitem ir além da classificação positiva ou negativa das consequências do movimento abolicionista e revelar as dinâmicas do confronto político.

Para além da análise da desagregação do regime escravocrata e de suas consequências na ordem competitiva, esta tese percorre as consequências políticas do movimento abolicionista. Em outras palavras, em vez de focar nas consequências que acarretaram a formação de um mercado de trabalho, que nos levam para análises da passagem do trabalho escravo para o trabalho livre, esta pesquisa vai se concentrar nos *confrontos políticos* das associações abolicionistas após a abolição.

A participação, a organização e a liderança são pontos importantes de seguir em estudos de movimentos. Analisaremos a participação dos abolicionistas via associativismo entre os anos de 1888 e 1889: se continuaram vinculados às associações abolicionistas (ou não, no caso de desmobilização); e se continuaram desempenhando performances nas ruas e nos salões.

Analisaremos, no capítulo 4, a organização e as lideranças dessas associações, procurando descobrir quais eram as associações abolicionistas que continuaram em atividade no pós-abolição; quem eram os integrantes dessas associações, quais foram as suas performances, se essas performances eram herdadas do movimento abolicionistas, e se existiu uma rede associativa organizada capaz de aglutinar e servir como um espaço de compartilhamento e troca de experiências e estratégias políticas que pudesse dar sequência às suas lutas iniciadas no movimento abolicionista.

Em relação aos trabalhos de Antonio Sérgio Guimarães e Hebe Mattos, assim como eles, entendemos que há um processo de lutas sociais empreendido pela população negra que se iniciou ainda no império. Mas, diferentemente deles, não seguimos pela via das ideologias raciais, seja a do embranquecimento que silenciou a estratégia de luta dos ex-escravos ou da democracia racial como resultado de incorporação do negro no ideário nacional, mas sim pelas ações coletivas, encenadas por meio das performances desempenhadas pelos membros das associações abolicionistas no pós-abolição.

Diferentemente de Backes, não entendemos mobilização política como restrita ao sistema ou ao partido político, mesmo que em termos de ideologia que vincule ao grupo dos republicanos históricos. Entendemos que uma mobilização política gera, sim, consequências para a instituição política, para o governo no âmbito legislativo, executivo e judiciário ou

forçando a cooptação de ativistas para o parlamento via partido político. No entanto, a política comum está nas ruas; o confronto político aparece também nas demandas do movimento abolicionista que estavam nas ruas mesmo depois da abolição, seja na imprensa, nos *meetings* em praça pública, no teatro, nas associações abolicionistas ou na boca do povo. Performances essas que abordaremos no capítulo 4.

Outro ponto em que esta tese se diferencia de Guimarães e de Mattos é que, embora seja de grande relevância o estudo dos negros como agentes sociais e, inclusive, como elite intelectual contribuidora para a incorporação do negro no imaginário nacional, o nosso ponto não é a agência dos negros, mas as consequências políticas do *movimento abolicionista*.

Com relação aos estudos de império e república, pretendemos avançar na demarcação temporal. Para além das análises sobre império e república, nosso espaço-tempo é o imediato pós-abolição; desse modo, não nos prendemos ao estudo da política-administrativa do império (CARVALHO, 1974) ou da república (BACKES, 2009; GOMES, 2006, LESSA, 1988, ROURE, 1979). Esta tese não se respalda pelas temporalidades estabelecidas por Gomes (2009) ou Lessa (1988), pois não definimos a primeira república em contraponto ao Estado Novo, nem percebemos a primeira república como a infância de um novo regime político e, por isso entrópica, ausente de mecanismos que estruturavam as instituições políticas. Como dissemos anteriormente, o nosso tempo é o imediato pós-abolição (que permite atravessar tempos e não ficarmos limitados a regimes políticos ou administrações governamentais) e analisamos as sequências temporais do confronto político estabelecido entre associações abolicionistas e instituições políticas. O nosso modo analítico temporal respaldado metodologicamente na *análise sequencial*²⁷ permite observar a *interação confrontacional* entre associações abolicionistas e as instituições políticas. É dessa relação confrontacional que observamos aberturas e fechamentos institucionais às reivindicações das associações abolicionistas. Acreditamos que, por meio dessa análise de sequências temporais da interação confrontacional das associações abolicionistas no pós-abolição conseguiremos analisar as consequências políticas do movimento abolicionista.

Ao analisar as consequências políticas do movimento abolicionista, conseguimos ampliar nossos horizontes para a dimensão das ruas, englobando as experiências de participação da população nas mobilizações de massa. Assim, ao ressaltar as mobilizações de massa

²⁷ Ver sobre *evento transformador* em Doug McAdam e William H. Sewell Jr. “It’s About Time: Temporality in the Study of Social Movements and Revolutions, em Ronald R. Aminzade et al, *Silence and Voice in the Study of Contentious Politics*, Nova York, Cambridge University Press, 2001, p. 89-125. Ver sobre análise de evento de protesto em Koopmans e Rucht, 2002. Ver sobre históricos de eventos em Sidney Tarrow “From Eventful History to Cycles of Collective Action” em *Strangers at the Gates*, 2012 (p. 195-220).

empreendidas pelas as associações abolicionistas no espaço público, conseguimos nos desprender da dimensão restrita à política-administrativa como marco temporal. A temporalidade do pós-abolição é estabelecida pela abolição da escravidão. Esse fenômeno repercutiu em consequências que atravessam regimes políticos (monarquia para a república), golpes de estado (de Getúlio Vargas, da ditadura militar) e mandatos políticos até os dias de hoje. Por isso, o pós-abolição como tempo permite-nos sair da restrição político-administrativa. Mas nosso objeto se limita apenas aos anos compreendidos entre 1888 e 1891, de modo a analisar as consequências políticas do movimento abolicionista no imediato pós-abolição.

Assim como Alonso (2012), por meio destes estudos, mapearemos as performances de mobilização utilizadas pelos abolicionistas, tais como o vínculo em associações abolicionistas, as manifestações públicas, as iniciativas institucionais, as ações diretas, simbólicas, de difusão e confrontação. A unidade de análise das performances de mobilização permite estabelecer conexões com mobilizações anteriores e posteriores. É por meio das performances que nossas conexões com o tempo passado, com o tempo que precedeu à abolição, serão estabelecidas. Consequentemente, para além da análise de Alonso (2012, 2015), ultrapassaremos o 13 de maio de 1888. A vantagem de analisar as performances é que elas nos permitem ficar na intersecção entre indivíduo e ideologia, além de possibilitar traçar sequências temporais de repertórios de modo a perceber as continuidades e as mudanças nas formas de ação utilizadas pelos ativistas abolicionistas após a demanda da abolição ser alcançada.

Para tanto, assim como Queiroz e Janotti, esta tese analisa as mobilizações nas ruas, prestando atenção às performances utilizadas nas ruas, tais como as manifestações através da imprensa, comícios, passeatas e ações radicais como agressões físicas, atentados e empastelamento de jornais (QUEIROZ, 1886), além de pronunciamentos pessoais, manifestos coletivos, greves e levantes (JANOTTI, 1886).

Todavia, numa postura distinta das de Queiroz (1886) e Janotti (1886), não percebemos essas mobilizações como reacionárias, impulsionadas ideologicamente pela restauração de algum governo ou regime político, a exemplo da monarquia. Nesta tese, consideramos que as consequências políticas do movimento abolicionista podem sim refletir em discussões no parlamento (sobre a indenização aos ex-senhores de escravos que se sentiam *injustiçados* porque perderam seus direitos sobre sua propriedade, o escravo); mesmo assim, isso é diferente de clamar por restauração monárquica. Nesta tese, essa contraposição de reivindicações percebida na mobilização no pós-abolição demonstra a existência de um movimento e de um contramovimento, mas não de um movimento político que luta pela restauração da antiga ordem política, o regime monárquico.

Diferentemente de Queiroz e Janotti, não consideramos as mobilizações puramente como impulsos político-ideológicos, pois assim estaríamos mais próximos de analisar a ideologia da democracia racial (Guimarães, 2012); da ideologia dos republicanos históricos (Backes, 2006) ou das mobilizações monarquistas (como fez Janotti, 1986). Em sentido diverso a essa abordagem, concentramo-nos nas performances enquanto formas de ação utilizadas pelas associações abolicionistas no pós-abolição. Isso não quer dizer que os membros abolicionistas eram ausentes de ideologias políticas.

Ao analisar as performances e os mecanismos utilizados pelas as associações abolicionistas, além de possibilitarmos uma análise intermediária entre ideia e indivíduo (ALONSO, 2002), também nos posicionamos numa interface entre a dimensão política institucional parlamentar – como Lessa (1988) e Backes (2006) fizeram ao analisar os procedimentos políticos institucionais – e a dimensão da participação – por meio das mobilizações nas ruas, como fizeram Janotti (1886) e Queiroz (1886), das mobilizações político-sociais, como fez Guimarães (2012), das mobilizações como estratégias de luta pela cidadania empreendida pelos ex-cativos, como fez Mattos (1995), ou ainda das mobilizações via associações, como apontou Gomes (2009).

Para visualizar de modo esquemático o argumento desenvolvido acima, vejamos a Figura 1, a seguir:

Figura 1 - Entre a política institucional e a participação

Eixo vertical:
(Instituições políticas)
Renato Lessa
Ana Luiza Backes
José Murilo de Carvalho

Eixo Horizontal:
(Participação)
Ângela de Castro Gomes
Antonio Sérgio Guimarães
Hebe Mattos
Flávio Gomes e Petrônio Domingues

Com esse esquema, estamos querendo relativizar a relação polarizada entre esses dois poderes, que as análises de ciência política enfatizam (a exemplo de Robert Dahl, Renato Lessa e Ângela de Castro Gomes). No eixo vertical, representam-se as instituições políticas nos âmbitos executivo, legislativo e judiciário e, no eixo horizontal, destacam-se as ruas, as associações, as organizações de movimento e suas mobilizações, bem como as estratégias de luta pela cidadania. Com este modelo esquemático queremos evidenciar que existem relações sociais que atravessam essa linha entre instituições políticas e ruas. As perguntas que nos fazem pensar para além dos eixos vertical e horizontal são: como explicar que movimentos sociais, que a princípio estão nas ruas, *exercem pressão* sobre as instituições políticas? Como líderes de movimentos sociais *ascendem* às instituições políticas?

Então, para além dos estudos sobre a primeira república, nesta tese, ao analisar as performances utilizadas pelas associações abolicionistas no imediato pós-abolição, entre os anos de 1888 e 1889, pretendemos fazer a intersecção entre rua e parlamento. Mapear as performances das associações abolicionistas após a abolição como resquício do movimento abolicionista permite atravessar os limites temporais entre império e república, além de atravessar os limites entre a instituição política parlamentar e as ruas.

Para encerrar por meio de uma síntese do que abordamos até aqui, podemos destacar que as lacunas evidenciadas foram as seguintes: não existem estudos sobre mobilizações das associações abolicionistas entre os anos de 1888 e 1889; sobre os estudos políticos deste período, não se conectam império e república; separam-se as análises da rua das análises das instituições políticas; enfim, não se estudaram as consequências, sobretudo as imediatas, do movimento abolicionista, pois priorizou-se ao longo da história o movimento republicano em detrimento do movimento abolicionista. É o que esta tese fará a seguir.

CAPÍTULO 2: ARCABOUÇO TEÓRICO-CONCEITUAL PARA O ESTUDO DAS PERFORMANCES DE CONFRONTO POLÍTICO

Introdução

Neste capítulo apresentaremos as teorias e conceitos que nos auxiliaram no manejo com o objeto de estudo. Nosso objeto de estudo são as associações abolicionistas que continuaram em atividade no imediato pós-abolição. Na primeira sessão, mostraremos como os conceitos de *performance de confronto político* e *performance de ação coletiva* ajudaram-nos analiticamente no trato com as associações abolicionistas no entre ciclo, do pré-abolição para o imediato pós-abolição. Na sessão posterior, mostraremos como a teoria de *confronto político* auxilia-nos na compreensão da interação dessas associações em face ao governo, instância que condiciona oportunidades ou ameaças à existência destas performances das associações abolicionistas.

1. Arcabouço teórico-conceitual para abordagem de performances de ações coletivas de confronto político: estudando as associações abolicionistas no pós-abolição

As associações abolicionistas foram atores ativos durante a campanha abolicionista e exerceram papel decisivo na obtenção da lei de 13 de maio de 1888. No entanto, não sabemos como atuaram após a abolição da escravidão no Brasil. Teriam elas continuado mobilizadas em torno das demandas complementares à singela Lei 3.353 de 1888 – que em apenas duas linhas decretava extinto um processo que durou três séculos –, ou teriam elas se desmobilizado e encerrado as suas atividades no dia seguinte da assinatura da lei? E, caso tenham se desmobilizado, qual teria sido a causa, seria oriunda de fatores internos ou externos às associações?

Para tentar responder a essas perguntas sob a ótica dos fatores internos, era necessário antes de tudo saber se as associações abolicionistas continuaram em atividade após ter sua demanda da abolição atendida. Não sabemos de imediato se as associações abolicionistas permaneceram em atividade após a abolição. E para saber se continuaram agindo como movimento social era importante identificar as performances que utilizavam e compará-las com as desempenhadas no pré-abolição, observando se houve continuidades e mudanças, bem como verificando se agiram coletivamente em conjunto com outras associações.

Escolhemos começar pesquisando as associações abolicionistas porque sabemos que elas foram um grupo de pessoas que estiveram reunidas em torno da causa da abolição e que agiram coletivamente para este fim (ALONSO, 2015). Atendida a demanda da abolição, em 13 de maio de 1888, era preciso então identificar se as ações coletivas, via associações abolicionistas, ainda eram promovidas no espaço público.

Nosso interesse em percorrer as performances das associações abolicionistas no pós-abolição está ligado ao fato de sabermos que, durante a abolição, elas tiveram um peso decisivo no movimento abolicionista, atuando desde antes da Lei Rio Branco, em 1871 (ALONSO, 2011). No entanto, não sabíamos se continuaram atuando como um movimento social no pós-abolição. Mesmo que as associações pudessem ser praticantes de ações coletivas, se não estiveram envolvidas em confrontos políticos sustentados coletivamente em torno de programas compartilhados contra governantes, não significa que tenham atuado como um movimento social.

Grande parte da ação coletiva ocorre sem confrontação significativa e sem envolvimento do governo. A maior parte da ação coletiva ocorre fora da política confrontacional. Existem outras situações da vida cotidiana em que o fenômeno da ação coletiva pode ser observado, tais como eventos religiosos, jogos coletivos, frequentar uma escola, trabalhar em uma empresa, votar e inclusive filiar-se a uma associação. Estar filiado a uma associação abolicionista e agir em nome dela com certeza configura uma ação coletiva, mas não necessariamente um movimento social. Por isso mesmo é mister mapear as suas performances no pós-abolição e verificar se configuravam movimento social e se estabeleceram confronto político sustentado coletivamente.

A *ação coletiva* que nos propomos a analisar é aquela que integra a tríade ação coletiva, confronto e política (TILLY, TARROW, 2015, p. 7-10). A *ação coletiva de confrontação*²⁸ é aquela que envolve esforços coordenados em favor de interesses ou programas compartilhados, numa interação sustentada com/contra as elites, opositores e autoridades (TARROW, 2009, p.21).

Nesta empreitada, a observação das performances das associações é de fundamental importância. Apenas analisando as ações performáticas encenadas ou desempenhadas pelas as

²⁸ Tarrow aborda a *ação coletiva de confronto*, que pode assumir várias formas: breve, sustentada, institucionalizada ou disruptiva, monótona ou dramática (TARROW, 2009, p. 19). MCADAM, TARROW, TILLY (2001) dirigem o foco metodológico para o estudo sistemático e historicamente estruturado da *ação coletiva de confronto* (2009, p. 35), isso quer dizer que estudam formas padronizadas de ação coletiva de confronto, que podem ser identificadas historicamente, num ciclo de protesto.

associações abolicionistas é que descobriremos se elas se configuram como sendo de *ação coletiva de confronto* e se elas integraram movimento social no imediato pós-abolição. Para tanto, valemo-nos das perspectivas de performance de ação coletiva de Jeffrey Alexander (2004) e complementamos com o conceito de performance de confronto político de Charles Tilly (2006, 2001) e Sidney Tarrow (2009, 2007), além da perspectiva que agrega a dimensão cultural às performances de confronto político de Angela Alonso (2002, 2015). Vejamos a seguir como cada uma dessas perspectivas contribuem para este trabalho.

As performances são desempenhadas por atores. Em nosso caso, os atores são as associações abolicionistas. De acordo com Jeffrey Alexander (2004), embora as ações performativas tragam consigo uma referência simbólica manifesta e latente, estas performances são antes de tudo iniciadas, encenadas, desempenhadas por atores, podendo ser eles atores coletivos. Nos dramas sociais,

autoridades institucionais ou rebeldes, [...] ativistas, líderes políticos, (integrantes de) movimentos sociais, ou públicos imaginados dos próprios cidadãos engajados [...] são os organizadores, ideólogos e líderes da *ação coletiva*. (Ou seja,) *as performances são iniciadas por (estes) atores (coletivos) que têm objetivos contingentes específicos*. (E) seus scripts são culturais. (O que quer dizer que) não é a ‘cultura’ que cria scripts, (mas sim) os esforços pragmáticos (dos atores) que projetam significados culturais particulares na busca de objetivos práticos (ALEXANDER, 2004, p. 91, grifo nosso).

Isso significa que: a) atores planejam/pensam/programam as performances de acordo com os seus objetivos; b) performances são colocadas em cena por atores; e c) essas performances, se bem planejadas, se seus scripts forem bem aventados na dimensão cultural, se forem bem encenadas, podem obter sucesso perante a audiência e tornar-se um script de fácil repetição no futuro. Com isso queremos dar destaque para a dimensão performática, que traz embutida elementos culturais e simbólicos que são *pensados/planejados*; mas que também são *ações mis-en-scène*, que literalmente são *colocadas em cena* (ALEXANDER, 2004). Essas duas dimensões, “pensamento” e “ação”, estão juntas na performance e atores escolhem dentro de sua “caixa de ferramentas” culturais qual utilizar (ALONSO, 2012; 2015). Dificilmente alguém sai fantasiado, no imediato pós-abolição, em carro alegórico, com algemas nas mãos, sem ter a intenção de fazer menção simbólica aos grilhões da escravidão. Ninguém vai ao Paço, no ato de cerimônia de assinatura da lei, no dia 13 de maio de 1888, levando um buquê de camélias para entregar à princesa, sem antes ter planejado levar as flores que representavam

simbolicamente a luta abolicionista. Estas são algumas das performances com as quais trabalharemos ao longo desta tese.

Tomamos de empréstimo esta perspectiva de Alexander (2004) por considerarmos que as associações abolicionistas, tomadas em si como coletividade, podem ser *planejadoras/pensadoras* e *executoras/encenadoras* de performances de ação coletiva. Isso é importante para o nosso argumento que toma as associações abolicionistas como atores sociais capazes de produzir “pensamento” e “ação” que ao mesmo tempo é político, social e fundamentalmente coletivo²⁹.

Somada à abordagem de Alexander, incorporamos a de Charles Tilly, que traz a dimensão da performance de confronto político como historicamente *aprendida e improvisada*.

Para Tilly, “as performances são formas relativamente familiares e padronizadas em que um conjunto de atores políticos fazem reivindicações coletivas sobre algum outro conjunto de atores políticos”. No entanto, “a *inovação* ocorre incessantemente em pequena escala, e as performances efetivas dependem das relações *reconhecíveis* entre as partes e de seus usos anteriores” (TARROW, TILLY, 2007, p.441). Se a performance não tiver um fundo simbólico,

²⁹ Este ponto argumentativo das associações como produtoras de pensamento e ação que é político, social e coletivo visa estabelecer diálogo com Angela Alonso (2002, 2015), Antonio Sérgio Guimarães (2012 b) e Mário Augusto Medeiros da Silva (2016).

Em “Ideias em movimento” Alonso (2002) frisa os repertórios como formas de agir e pensar, de modo que ativistas, políticos ou intelectuais quando agem, numa dada sociedade, em certo tempo, *escolhem* em sua “caixa de ferramentas” (Swidler), conforme suas necessidades de compreender situações e definir linhas de ação. Então, repertórios não expressam apenas ideias de ativistas, impressas em manifestos, cujo objetivo é intervir na política e arregimentar pessoas, mas também ações, tais como formação de associações, organização de comícios, passeatas e greves. Em “Flores, votos e balas” (2015), Alonso avança em relação a essa perspectiva inicial e considera que o repertório abolicionista (1868-1888) era um repertório de estratégia. Isso significa dizer que o aglomerado de performances (ideias e ações) compõe o repertório de estratégia do movimento abolicionista (ver quadro p. 429; 486-488). Ideia e ação continuam congregados. E avança ainda mais. Diferencia “repertório político” de confronto de “repertório moral”. O primeiro remete a um conjunto “limitado, familiar e historicamente construído” de *fazer* política típico de dado período histórico (TILLY, 2006, p. vii); o segundo refere-se ao conjunto limitado de *esquemas de pensamento* (SWIDLER, 1995, 2001). Embora repertório político seja diferente de repertório moral, o argumento mantém coerência com o desenvolvido em “Ideias em movimento”, pois repertório [de ideias e de ação (p. 44), ou moral e político (p. 128)] situa-se num nível intermediário entre “agentes” e “linhagens do pensamento” ou “ideologias” (2002, p. 44); ou combinando intenção política com inserção cultural (2015, p. 128). A vantagem desta análise é que consegue acentuar a intenção dos agentes e dimensionar a sua capacidade seletiva frente a outras teorias ou ideologias concorrentes. Ou mesmo concluindo que a história não é tão estrutural, nem a cultura é tão determinística ao ponto de impedir que atores façam escolhas e inovações. Este ponto, do repertório situar-se num nível intermediário entre agente e ideologia, é desenvolvido na revisão bibliográfica.

Outro ponto de diálogo a respeito da afirmativa acima, de que as associações abolicionistas são espaços legítimos de produção de pensamento social e político é com Antonio Sergio Guimarães (2012b). Este toma o movimento negro como produtor de pensamento coletivo e capaz de internamente pensar e planejar políticas públicas em benefício da população negra. E mais ainda, no processo de redemocratização na década de 1980, bem como nas vésperas da celebração do centenário da abolição, o movimento negro, munido de conhecimento e experiências pregressas, foi capaz de influenciar intelectuais, que durante cem anos haviam ficado alheios ao conhecimento aprofundado sobre o associativismo e ativismo negro. Nesta linha, do associativismo negro como lugar de produção de conhecimento, baseado em experiência pregressa, também segue o trabalho de Mário Augusto Medeiros da Silva (2016).

cultural e histórico reconhecível, não haverá entendimento entre as partes, e esta performance pode vir a não ser *modular* (TARROW, 2009) para performances futuras.

As performances de confronto de movimentos sociais são bem características, tais como: criação de associações com propósito específico, *meeting* público, procissão solene, vigília, passeatas, marchas, manifestações, petição, panfletagem, *lobby*, piquete, etc. Sobre a emergência de movimentos sociais, Tilly identificou a combinação de três elementos: campanha; um conjunto de performances, que compõem o repertório de movimentos sociais; e o WUNC *display*³⁰ (TILLY, 2004, p. 3-4; 2006, p. 183-184; 2015, p. 11). Portanto, torna-se importante identificar as performances para averiguar se os confrontos travados compuseram repertório de movimentos sociais³¹ e se estas performances sofreram inovações no imediato pós-abolição.

Como vimos no parágrafo anterior, as performances têm uma certa padronização, mas, por outro lado, elas também sofrem improvisações/inovações.

As performances de confronto agrupam-se dentro de repertórios [...]. A metáfora teatral de repertório chama a atenção para o caráter agrupado, *aprendido, e improvisado* da interação das pessoas como eles *fazem* e recebem reivindicações uns dos outros. (O repertório) geralmente se assemelha ao jazz e ao teatro de rua, ao invés da leitura ritual de um script. Como um trio de jazz ou um grupo de teatro improvisado, as pessoas que participam na política confrontacional normalmente têm várias peças que podem jogar, mas não um número infinito. Como as melodias familiares de jazz, as peças evocam e expressam emoções específicas, recordam memórias de encontros anteriores, e então estabelecem continuidade entre passados e presente dos atores políticos (TARROW, TILLY, 2007, p. 441, grifo nosso).

Deste modo, sabemos que performances de confronto político estão agrupadas dentro de repertórios. Isso significa que dentro do repertório de movimentos sociais há um conjunto particular, “padronizado” de performances (dentro do repertório de guerra civil já é um outro

³⁰ WUNC *display* é uma sigla em inglês para worthiness, unity, number, commitment, que significa em português: dignidade, unidade, número e compromisso. Esses elementos, geralmente, são *expressos* nos slogans e declarações de manifestantes (TILLY, 2004, p. 4). Os três elementos destacados acima, campanha, o conjunto de performances (que compõem o repertório) e o WUNC *display*, são importantes para classificar o fenômeno social como sendo movimento social, porque se classificarmos o fenômeno de acordo com as nomenclaturas atribuídas a ele podemos incorrer em sobrevalorizações declaradas pelos participantes, tais como “revolução”; ou em subestimadas ou criminalizadas, atribuídas pelos agentes desafiados, tais como “tumultos” ou “vandalismo”.

³¹ Para Tilly, o movimento social nem sempre existiu em todos os lugares e em todos os tempos. Foi no final do século XVIII que os desafiados começaram a combinar os três elementos: campanha, repertório e WUNC *display* – era uma nova forma de fazer política. É apenas na primeira metade do século XIX que essa nova forma de fazer política tornou-se disponível para as pessoas comuns (2004; 2006, p. 182). Este trabalho trata-se exatamente do século XIX, por isso é imprescindível trabalhar com performances de confronto para averiguar se realmente eram performances de movimentos sociais.

tipo de performances), mas isso não significa que performances sejam imutáveis³². As performances de confronto político carregam consigo a dimensão do *aprendido e improvisado*.

Tilly, ao afirmar que há *improvisações*, não contradiz o aspecto planejado da performance de Alexander (2004). Os atores coletivos continuam sendo planejadores e promotores de performances (ideia e ação continuam acopladas às performances). O que muda é que as performances de confronto não são como *scripts* determinados, são como os arranjos do *Jazz* ou do teatro de rua, pois há margem para pequenos improvisos. “Quando as pessoas inovam é dentro de um conjunto limitado pelo repertório já estabelecido” (TILLY, 2006, p. 35). Ou seja, para haver inovações, primeiro é necessário que haja um repertório padronizado, congregando estas performances já experimentadas anteriormente. Por sua vez, os improvisos das performances ocorrem com base em aprendizados e experiências pregressas dos ativistas, bem como das oportunidades e ameaças atribuídas pelo Estado. Esta última, veremos em separado na sessão seguinte, porque consideramos que ela é uma interferência de ordem externa que atinge as associações abolicionistas.

Tilly e Tarrow, ao apontarem que as performances de confronto são *aprendidas*, consideraram que as pessoas aprendem como fazer performances quando estão engajadas. O aprendizado está implicado no “fazer e no saber fazer” performance. E ainda, o aprendizado se dá através da interação coletiva, estabelecendo as bases para a escolha de qual performance fazer naquela dada situação ou numa futura (TARROW, 2009, 51). Em outras palavras, o aprendizado pode ser realizado através das experiências ativistas pregressas e ele pode acontecer de modo coletivo, num espaço associativo. Deste modo, as associações abolicionistas podem servir como espaços de aprendizado e de experiência compartilhada entre ativistas.

Sendo assim, o aprendizado e experiências “passadas” servem de suporte para encenações e desempenhos de performances no “presente” e no “futuro”. Sabemos que as associações abolicionistas no pré-abolição serviram como um espaço de aprendizado e experiência em planejar (ideia) e executar (ação) performances de confronto político, construindo um repertório de estratégia (ALONSO, 2015), mas o que não sabemos é se elas continuaram colocando em cena estas performances no pós-abolição. Por isso, é necessário averiguar as performances das associações no pós-abolição e verificar se as associações

³² Em *Dinamics of Contentions*, Charles Tilly (2001) está atento às transformações do confronto, por exemplo: quando um conflito entre indivíduos (por causa de uma vaca), muda de escala e se transforma em outra espécie de confronto, em conflito étnico, como foi o caso do conflito entre os Hindus e Muçulmanos na Ásia na década de 1980 (capítulo 5); ou quando um confronto político, com uma demanda em prol da abolição, ganha aliados no parlamento (1840 e 1850), depois generaliza-se entre os políticos e compõe maioria no Parlamento (1856), migra em 1860 para pauta de campanha nacional na eleição de Lincoln, e desagua em guerra civil entre 1861 e 1865 nos Estados Unidos (capítulo 6).

continuaram servindo como espaço de compartilhamento de experiência e aprendizado coletivo. Se sim, poderemos verificar se houve inovações em suas performances e consequentemente em seu repertório.

Entendemos as associações como espaços coletivos, onde se pode aprender estilos de performances de confronto político; também entendemos que nelas se *compartilha uma cultura*. A cultura, como dito anteriormente, não entendemos como criadora e determinadora de performances (ALEXANDER, 2004, p. 91), mas sim como uma “caixa de ferramentas”, entendida esta como um conjunto limitado de *esquemas de pensamento*, da qual o ativista ou político *escolhe* qual peça desempenhará, dado suas necessidades de compreender situações e definir linhas de ação (SWIDLER, 1986, 1995, 2001). Por outro lado, a cultura também não está apenas na cabeça das pessoas (POLLETTA, 2004, p. 100). A cultura pode ser observável nos símbolos, nas práticas linguísticas, nas práticas institucionais, em rituais sociais, bem como nas práticas dos associados. Esta perspectiva da cultura do ponto de vista da prática cultural tem sido relacionada com abordagens e discussões de “produtos culturais”, tais como as artes visuais e a música, por exemplo. Por sua vez, estas práticas culturais que trazem embutidas os esquemas de pensamento são compartilhadas entre os associados. Deste modo, podemos tomar as associações como espaços de compartilhamento de práticas culturais, que trazem embutidos esquemas de pensamentos.

Além das associações serem espaços de compartilhamento de práticas culturais, elas podem servir como *estruturas organizacionais suspensas* (TAYLOR, 1989) que ligam picos de ativismos e ciclos de movimentos sociais de diferentes temporalidades. Elas podem “fornecer ponte organizacional” que faz atravessar de um tempo para o outro as experiências e aprendizados dos ativistas, “promovendo a sobrevivência de redes ativistas, sustentando um repertório de metas e táticas (performances de confronto político) e promovendo uma identidade coletiva que ofereça aos participantes um senso de missão e propósito maior” (TAYLOR, 1989, p. 771). Deste modo, analisando as performances de confronto político das associações abolicionistas entre pré-abolição e pós-abolição poderemos constatar se nossos atores (associações abolicionistas) puderam funcionar como estruturas suspensas que ligaram, carregaram, transportaram experiências e aprendizados pregressos para o imediato pós-abolição.

Devido as perspectivas teóricas apontadas anteriormente, das associações abolicionistas como atores que encenam performances de ação coletiva (ALEXANDER, 2004); das associações enquanto espaços de compartilhamento de “esquemas de pensamento”(Swidler) e “prática cultural” (POLLETTA, 2004); das associações que servem

como estruturas suspensas que ligam diferentes temporalidades (TAYLOR, 1989); das performances de confronto político como historicamente aprendido e como experiências acumuladas de lutas passadas (TILLY, 2006; TARROW, 2009; ALONSO 2002, 2015) é que realizaremos a comparação entre as performances de confronto político das associações abolicionistas desempenhadas no pré-abolição com as do imediato pós-abolição. Esta comparação permite identificarmos o repertório herdado do movimento abolicionista, bem como averiguar as inovações. Para tanto, foi fundamental construir o banco de dados com os eventos de confronto político das associações³³.

Para realizarmos essa comparação, respaldaremos-nos na pesquisa de Angela Alonso (2015) sobre o movimento abolicionista no pré-abolição e em dados do imediato pós-abolição que são de elaboração exclusiva desta pesquisa. Esta empreitada, o da comparação das performances de confronto político, é importante, em primeiro lugar, para averiguar se elas são historicamente aprendidas, de modo a estabelecer continuidade entre o tempo passado (pré-abolição) e o tempo posterior (pós-abolição). Um segundo aspecto dessa importância é observar se elas sofreram pequenas inovações, pois não acreditamos que performances possam ser completamente novas, pois sempre existe algum precedente histórico, seja ele respaldado em experiências ou aprendizado ativista progressivo. Também importa saber se as associações operaram como estruturas organizacionais suspensas no tempo, ligando o pré-abolição com o pós-abolição. A comparação entre as performances do pré-abolição com as do pós-abolição será desenvolvida no capítulo 4.

2 Teoria de confronto político: a interação das associações com as instituições políticas

Na sessão anterior, apresentamos o referencial teórico e conceitual que nos fornece respaldo para analisarmos as encenações das performances de confronto político das associações abolicionistas sob uma perspectiva organizacional interna. É chegada a hora de darmos sustentação teórica e conceitual para analisarmos as performances de confronto político do ponto de vista da interação das associações com os opositores. Aqui tomamos a interação de confronto de nossos atores principais em interface com o governo, nas suas diferentes esferas institucionais: Poder Moderador, Ministérios, Senado, Câmara e Setor Militar.

O confronto é um fenômeno comum, presente em várias situações da vida cotidiana, desde relacionamentos entre casais, guerras civis, partidas de futebol, entre grupos de interesse

³³ Sobre eventos de confronto político ver o capítulo metodológico desta tese.

que disputam um mercado, entre partidos políticos que disputam uma eleição, bem como em movimentos sociais. O confronto torna-se político apenas quando as reivindicações se tornam públicas e coletivas e pelo menos uma das partes é um ator político (TILLY, 2006, p. 20) (ver figura 2).

Figura 2 - Componentes do confronto político

Fonte: Tilly, Tarrow.: *Contentious Politics*, 2015, p. 10

A partir do esquema representado na Figura 2 podemos observar que o *confronto político* a que nos referimos é a interseção de eventos de ação coletiva com eventos políticos, bem como com eventos de confronto (TILLY, 2015, 12). Isso significa que em nosso universo empírico não foram considerados os eventos de ação individual, mas apenas os de ação coletiva. Por isso a unidade de análise são as associações abolicionistas, como dito anteriormente. Também não foram considerados todos os eventos políticos, tais como eleições e ações parlamentares que não estavam relacionadas aos abolicionistas.

Dado o caráter de ação coletiva, o confronto político é antes de tudo uma *interação* entre desafiantes e detentores do poder político. É uma interação na qual atores coletivos fazem reivindicações, carregam interesses de outros atores, sustentam esforços coordenados em favor de interesses ou de programas compartilhados, no qual governantes estão envolvidos como alvo, iniciadores de reivindicações, ou terceiros (TILLY, 2015, p.7; 2006).

Em confronto político os atores coletivos fazem reivindicações às autoridades, fazem uso de performances públicas, baseiam-se em formas herdadas de ação coletiva e inventam novas, forjam alianças com membros influentes do sistema político, aproveitam as oportunidades de regimes políticos e usam rotinas institucionais para avançar reivindicações (TILLY, 2015, p.7).

A importância de discutirmos o confronto político está ligada ao fato de que em qualquer governo existe um ambiente específico de facilitações e restrições para os atores fazerem reivindicações às autoridades. O que varia são as performances utilizadas e a frequência com que são empregadas pelos desafiadores frente aos governantes.

Do outro lado da interação, governantes reagem aos desafiantes. Governos (desafiados) costumam reprimir ou facilitar as performances dos desafiantes. As formas de que um governo pode se utilizar para reprimir as manifestações contrárias a ele são: *prescrever* através de leis que regulamentam como devem ser e quais performances são permitidas, bem como *proibir* ou *tolerá-las* (TILLY, 2006, p. 76). Em governos mais “fechados” costuma-se proibir e prescrever bastante e tolerar pouco; em governos mais “abertos”, costuma-se prescrever relativamente pouco e tolerar bastante – desde que dentro do permitido pelas leis.

É de acordo com estas “aberturas” ou “fechamentos” nas instituições políticas que os desafiantes farão as suas performances de confronto político, construindo o seu repertório. Em governos mais “abertos”, os desafiantes podem criar e atuar via associações, possuem o direito de se reunirem em assembleia, fazem uso de canais institucionais (Câmara, Senado e eleições) para levarem as suas reivindicações aos governantes. Em governos “fechados”, os desafiantes podem ser proibidos de se constituírem enquanto uma associação (são consideradas como organizações criminosas), são perseguidos pela polícia, sofrem rigorosas sanções caso se reúnam em assembleias. É essa interação entre desafiantes (que fazem uso de performances de confronto político) e governantes que constitui o confronto político.

Estudiosos de movimentos sociais têm analisado as oportunidades políticas como determinantes das possibilidades de entradas das reivindicações dos movimentos sociais nas instituições políticas (TARROW, 2009, p. 23-24; 38-39). Deste modo, a configuração do poder político dentro das arenas institucionais opera como facilitadora ou como repressora de movimentos sociais (TARROW, 2009, 110-116). A repressão pode ser qualquer ação político-institucional que aumente o custo da ação coletiva (TILLY, 2006), como por exemplo, a proibição do direito de reunião, do direito de associação, do direito de expressão, ou ainda a permissão para promover prisões de manifestantes. A repressão é o destino mais provável para os movimentos que clamam por mudanças fundamentais e ameaçam elites, sendo característica de Estados autoritários (TARROW, 2009, p. 110; TILLY, 2006, p. 81). E a facilitação é o contrário, é qualquer ação político-institucional que garante a oportunidade de movimentos sociais proferirem suas reivindicações, assegurando os direitos de protestar, garantindo a participação inclusiva dos desafiantes e absorvendo as suas reivindicações (TARROW, 2009,

p. 112). Em geral, Estados democráticos (ou não autoritários) promovem a facilitação para movimentos sociais canalizarem as suas reivindicações (TILLY, 2006, 76-81).

Na *interação de confronto político* temos, de um lado, Estados que reprimem ou facilitam a atividade de movimentos sociais, e que, com base nisso, podem ser classificados como regimes “abertos” ou “fechados”. Por outro lado, movimentos sociais desafiam, fazem reivindicações coletivas, ou participam como aliados dos governantes – e percebem as oportunidades e ameaças durante a interação com as instituições políticas. Oportunidades são as percepções dos desafiantes para as aberturas político-institucionais, para promoverem ações coletivas, para proferirem as suas reivindicações, é quando há divisões nas elites, quando os aliados se tornam disponíveis e quando declina a capacidade de repressão do Estado (TARROW, 2009, p. 99; 105). E ameaça é a antinomia das oportunidades, são as percepções dos desafiantes para os fechamentos político-institucionais que dificultam a promoção de ações coletivas, é quando o Estado se torna refratário às reivindicações dos desafiantes, é quando as elites se unem e tomam para si a oportunidade iniciada pelos desafiantes, é quando o Estado aumenta a sua capacidade de repressão (TARROW, 2009, p. 100;120).

Como o confronto político é uma interação entre desafiante (movimentos sociais) e desafiado (Estado), as performances desempenhadas pelos movimentos sociais variam de acordo com a repressão ou a facilitação político-institucional (TILLY, 2006, p. 73-81). Por exemplo, em regimes abertos, movimentos sociais geralmente utilizam-se de espaços institucionais para proferirem as suas reivindicações, tais como, enviam petições às câmaras, organizam passeatas em espaço público com facilidade. Em regimes fechados, movimentos sociais sofrem restrições e se veem obrigados a limitar suas ações com reuniões em espaço fechado, às vezes, inclusive, de modo clandestino, ou ainda com direito restringido de expressar-se em jornais ou em espaços públicos.

Discutirmos o confronto político é importante porque ele dinamiza as mudanças que ocorrem na instituição política. Partimos do pressuposto que confrontos políticos provocam: 1) *mudança governamental*; 2) que em decorrência disso, alteram suas *bases de apoio político*; 3) bem como, ocorre a *mudança nas oportunidades políticas para os desafiantes*, podendo *alterar o regime político*; 4) o que por sua vez, ocasiona a mudança do tipo de confronto³⁴.

³⁴ Tradução livre de Regimes and Repertoires (TILLY, 2006, p. 113)

Figura 3 - Dinâmica do confronto político

Fonte: Modelo baseado em Charles Tilly, *Regimes and Repertoires*, 2006, p. 113

O referencial teórico desenvolvido anteriormente sobre confronto político, juntamente com a dinâmica política que este imprime, será resgatado no capítulo 5. Nesse capítulo, observaremos as associações abolicionistas em face às mudanças governamentais, como elas atuaram como base de apoio do governo, e também observaremos como foi operacionalizada a balança de oportunidades e ameaças políticas para a execução das performances delas no imediato pós-abolição.

CAPÍTULO 3: METODOLOGIA DE ESTUDO DE EVENTOS DE CONFRONTO POLÍTICO

Introdução

Nas ciências sociais, pesquisadores têm se preocupado em desenvolver metodologias que sejam capazes de coletar dados em documentos históricos e produzir análises que fujam do estilo ensaístico e das explicações abstratas. O desafio tem sido congregar método quantitativo e qualitativo. É nesta empreitada que o método de análise de eventos coloca-se.

Este método de catalogação de *eventos* em material histórico tem importância na sociologia histórica desde o trabalho pioneiro de Charles Tilly, *The Vendée* (1964), pois foi através deste método que se abriu a possibilidade de catalogação das informações qualitativas em um banco de dados, permitindo assim a quantificação destes eventos. Isso contribui para relativizar as análises abstratas e evitar afirmações genéricas sobre os fenômenos em estudo.

Inicialmente, o método de coleta dos eventos constituiu-se de um levantamento exaustivo de dados em material histórico “empoeirado e amarelado”, tais como notícias de jornais e documentos oficiais. Isso exigia um batalhão de assistentes em bibliotecas e arquivos. Com o avanço em tecnologias, a partir dos anos 2000, muitos desses arquivos foram digitalizados, disponibilizados *on-line* e com acesso a recurso eletrônico de buscas por palavras-chave. Este avanço em tecnologia facilitou a pesquisa em material histórico, reduzindo o tempo de busca pelas informações específicas que se quer sobre os eventos. Mesmo assim, ainda é custoso e limitado o acesso a *softwares* que façam a codificação desse material. Alguns exemplos de pesquisas que têm se valido desse avanço tecnológico, com utilização de programa computacional que permite a catalogação, e a codificação desses eventos são: Nos Estados Unidos, o “Great Britain Study (CGs)”, desenvolvido por um grupo de pesquisadores da University of Michigan e da New School for Social Research, sob orientação de Charles Tilly; na Alemanha, o “Prodat” (o nome significa dados de protesto) e “Merci” (Mobilisation an Ethnic Relations, Citizenship and Immigration), desenvolvidos no Centro de Pesquisa de Ciências Sociais de Berlin (WZB), sob a coordenação de Dieter Rucht e de Ruud Koopmans; e, no Brasil, o projeto “Performances Políticas e Circulação de Repertórios nos Ciclos de Protesto Contemporâneos no Brasil”, desenvolvido no Centro Brasileiro de Análises e Planejamento (Cebap), sob a coordenação de Angela Alonso.

A quantificação desses eventos – que são coletados em material *a priori* qualitativo, – é importante, pois é a partir da quantificação que é possível estabelecer uma comparação de eventos, seja elegendo o *lugar* e/ou o *tempo* como referência.

No Brasil, recentemente, algumas pesquisas sociológicas também se respaldaram no método de coleta de eventos em material histórico e alguns procederam uma análise comparativa destes eventos enfatizando a dimensão temporal e/ou espacial.

Com destaque para a dimensão espacial, Karl Monsma estudou eventos de violência coletiva de brancos contra negros no oeste paulista nas décadas de 1890 e 1900 (MONSMA, 2006, 2014, 2016). Seu material de análise foram notícias de jornais, processos criminais e correspondências policiais. Após esta catalogação dos eventos de violência coletiva, que podem ser classificados como linchamentos raciais (2006), procedeu a análise da frequência desses eventos e estabeleceu um comparativo entre o oeste paulista e o sul dos Estados Unidos. Deste modo, sua pesquisa sobre eventos serviu para estabelecer uma comparação geográfica dos eventos de linchamentos raciais.

Com destaque para a dimensão temporal, Brásilio Sallum Júnior, em *O impeachment de Fernando Collor* (2015), mescla eventos de ação coletiva (mobilização da CUT, CTB e outros grupos coletivos) com eventos de atores individuais (ações de políticos no parlamento ou em reuniões de lobby, etc.) e, ao analisar estes eventos, dá destaque para a sequência temporal em que eles estavam dispostos. A sua fonte de referência são os jornais *Folha de São Paulo* e *Estadão*, que estão catalogados em um banco de dados nominado como POLI e que pode ser acessado no site do *Consórcio de Informações Sociais - CIS* (<http://www.cis.org.br>). Sua sustentação analítica respaldou-se no conceito de *eventos transformadores*, desenvolvido por Doug McAdam e William Sewell (2001), no sentido de que um evento impulsiona o outro, ou seja, o evento em que “Collor pediu que o povo o apoiasse, vestindo verde e amarelo [...] motivou o país inteiro a vestir preto” (SALLUM Jr, 2015, p. 304). Desta maneira, o evento de convocação feito por Collor impulsionou o evento de mobilização coletiva do povo vestido de preto no país inteiro. Ao quantificar os eventos, foi possível observar graficamente o evento transformador (ver Sallum Jr, gráfico 4 e quadro 2, p. 307), que é assim definido quando há “alteração na sequência dos acontecimentos, acelerando o tempo histórico”. Após este evento, que ficou conhecido como “Domingo Negro”, houve uma explosão de protesto coletivos: “de 4,6 eventos por semana [...] passa-se a 56 eventos em média nas duas semanas da primeira onda de mobilizações” (SALLUM Jr, 2015, p.307).

Também ressaltando a dimensão temporal dos eventos é o trabalho de Angela Alonso em *Flores, Votos e Balas* (2015). Nesta pesquisa, Alonso analisa os eventos de confronto

político do Movimento Abolicionista entre os anos de 1868 a 1888. Por se tratarem de confrontos políticos praticados ou sofridos por agentes vinculados ao Movimento Abolicionista, seu banco de dados contém em sua maioria eventos tais como *meeting* em teatros e salões, bem como em ruas e praças públicas. O principal material consultado para a catalogação dos eventos foram jornais do século XIX, que hoje estão digitalizados e disponíveis para consulta no site da *Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional* (<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>). Seu respaldo conceitual e analítico para eventos de confronto político está sustentado por Charles Tilly (1978) e Sidney Tarrow (1998). Esses eventos de confronto político são formas herdadas de ação coletiva, o que significa que eles são culturalmente experimentados, aprendidos e compartilhados e historicamente herdados. Estes eventos de confronto político compõem o repertório do movimento abolicionista (1868-1888) e, quando analisados temporalmente, revelaram a possibilidade de observar variações quantitativas em relação às suas performances. Por exemplo, de 1868 a 1884, os abolicionistas distribuíram flores nas conferências-concertos; de 1884 a 1885, lançam candidatos para disputar as eleições para deputado; e de 1885 a 1888, foram alvejados por armas de fogo e agiram estrategicamente promovendo fugas, acoitamento de escravos e incêndios de canaviais (ALONSO, 2015). Deste modo, ao analisar os eventos de confronto político do movimento abolicionista, Alonso observou variações temporais quanto ao estilo e assim pôde encontrar uma lógica na disposição temporal do repertório do movimento abolicionista: tempos de flores (1868-1884), tempos de votos (1885) e tempos de balas (1885 a 1888).

Como podemos observar, cada pesquisa apresenta objetos diferentes – os conteúdos dos eventos são variados –, mas as três recorrem a métodos de análises de eventos. Enquanto Monsma enfatiza a variável espacial, Sallum Jr. e Alonso destacam a variável temporal, estas duas últimas espelhadas no processo político. Mesmo que as duas últimas pesquisas tenham ressaltado a variável temporal, refletida na esfera política, tem-se modelos analíticos representados de maneiras diferentes. Na primeira, os desenhos analíticos da sequência dos eventos estão dispostos em gráfico de linha e em quadros (SALLUM Jr, 2015, p. 306, 307, 357, 359, 360) cuja importância é o evento transformador. Já a segunda pesquisa está representada graficamente em tabelas e também em mapas (ALONSO, 2015, p. 428-433) cuja importância são os conjuntos agrupados de eventos (análise de *clusters*) que compõem o repertório, e o modo como eles estão distribuídos ao longo da história. Embora possam parecer despropositadas, essas representações gráficas demonstram um esforço analítico afinado com pesquisas internacionais que têm se preocupado em produzir avanços metodológicos na área de

sociologia histórica e política (TILLY, 1999, 2006; MCADAM; SEWELL, 2001) e de análise de eventos de protestos (TARROW, 1998, 2012; KOOPMANS, RUCHT, 2002).

1 Modelos de análise de eventos na sociologia histórica

Nesta pesquisa, ainda que nos limitemos a analisar os eventos numa disposição temporal, em detrimento da espacial, nosso problema metodológico ainda não está resolvido por completo. Não basta delimitar o período de análise dos eventos tendo em vista o pós-abolição como um marco temporal que remete ao período posterior a lei de 13 de maio de 1888, ou ainda como dois períodos governamentais diferentes, o gabinete João Alfredo e o gabinete Ouro Preto. Nosso esforço metodológico em relação à análise de eventos numa disposição temporal exige também que saibamos como tratar eventos na sociologia histórica. Afinal de contas, existem várias maneiras de relacionar eventos no tempo: eles podem ser abordados como um evento único que transforma a história, ou podem ser analisados como um histórico de eventos, ou ainda como eventos na história. É um desafio encontrar a metodologia analítica mais adequada.

Na sociologia histórica, alguns métodos de análise dos eventos são: *eventful histories* (histórias de “evento eventual” - acontecimento), *events history* (histórico de eventos), e *events-in-history* (eventos na história), cada qual com suas particularidades (TARROW, 2012). A análise de *eventful histories* elege um único evento como sendo o evento grandioso, capaz de transformar a estrutura histórica. Este método de análise tem enfatizado o estilo narrativo para contar histórias sobre o evento. William Sewell (1996), juntamente com Marshall Sahlins (1985), são os expoentes desta abordagem. Enquanto o primeiro elegeu a queda da Bastilha como sendo o seu evento grandioso, o segundo elegeu a chegada do capitão Cook ao Havaí. Embora o evento da queda da Bastilha ou da chegada do capitão Cook sejam únicos na história, eles são contingentes, o que quer dizer que há um conjunto de acontecimentos embutidos que, dada a combinação conjuntural e sequencial, permitiram que o evento adquirisse um caráter extraordinário. É esse caráter extraordinário que confere ao evento a condição de ser histórico. Essa perspectiva analítica é importante porque o caráter contingente traz uma noção “subversiva” da história como sendo cheia de eventos, e assim coloca em questionamento modelos universais, unilineares da história. Outra contribuição desse modelo analítico foi o esforço em formular conceitos de evento. Sewell, por exemplo, definiu: “os eventos devem ser concebidos como sequências de ocorrências que resultem em transformação da estrutura” (SEWELL, 2005, p. 228). Este empenho em desenvolver um conceito de evento como algo extraordinário e raro que resulta em transformação na estrutura contrasta com a perspectiva dos

teóricos da Escola dos Annales. Os simpatizantes da Escola dos Annales, nos anos 1950 e 1960, insistiam em denominar esta perspectiva que enfatizava os eventos como “histoire événementielle” ou dos incidentes (DARNTON, 2005, p. 293-4). No entanto, não observar os eventos extraordinários dificulta observar as mudanças históricas em processo.

De certo modo, o modelo analítico de *eventful histories* tende a enfatizar o contexto cultural e por isso prefere o estilo narrativo. Por dar destaque ao evento extraordinário, depara-se com a necessidade de desenvolver o conceito e se debruçar sobre a teoria do que vem a ser esse evento, diferenciando-o de eventos rotineiros.

Já a análise de *events histories* enfatiza os dados estatísticos, dando menor destaque às narrativas. É um método que, inicialmente, na década de 1960, começou com a catalogação dos eventos de modo estocástico, produzindo um histórico de eventos. Com o avanço das tecnologias, passou a produzir modelagem algorítmica (ARAÚJO; SALERMO, 2016), bem como a desenvolver uma família de métodos de análise de dados que ficou conhecida como *analysis historic events* (ALLISON, 1982). Desde a década de 1960, seus estudos sistemáticos de eventos concentraram-se em eventos de ação coletiva tais como o de protesto, manifestação, tumultos e violência coletiva. Em decorrência dessa concentração de estudos de eventos em torno destes fenômenos, acrescido às críticas de inferência causal “teleológica” entre os modelos funcionalistas e marxistas de processo histórico (SEWELL, 1990), começaram a enfrentar problemas conceituais tais como: se havia sobrevalorização dos efeitos como sendo exclusivos de protesto de ação coletiva (SOULE, 1999); se havia relação causal entre eventos de protesto e movimentos sociais (TILLY, 1999). O problema maior era estabelecer relação causal entre os eventos. Em decorrência disso, a estratégia foi recorrer à enumeração sistemática de eventos diariamente (e não de modo amostral) e produzir modelagem (*clusters*), procedendo uma análise de agrupamentos para a identificação de grupos de sequências. Susan Olzak e seus alunos têm desenvolvido esta metodologia de análise de *events history* e seus esforços caminham na direção da enumeração sistemática dos eventos de confrontação e produção de análises de macroprocessos sociais e econômicos tais como imigração, ciclos econômicos, oportunidade de emprego e competição étnica. Exatamente o tipo de processos que a análise de Sewell, ao focar no evento transformador, tem dificuldade em realizar (TARROW, 2012).

Enquanto a análise de *eventful histories* consegue identificar o ponto de inflexão chave na história, a de *events history* consegue agrupar determinadas características em *clusters* e observar sua distribuição ao longo do tempo. Ou seja, a análise de *events history* é ótima para identificar padrões de formas de ação, mas apresenta dificuldade em identificar *porque/como* ocorre uma inflexão nesse padrão.

O método de *events-in-history*, iniciado por Charles Tilly, tenta congrega os dois modelos acima, incorporando o rigor com os dados, como fizeram os adeptos do *events history* e das histórias densas do *eventful histories* (TILLY, 2002). Para tanto, também recorreu a diversas fontes históricas, tais como jornais e documentos oficiais, visando catalogar e codificar os diversos eventos de confronto político, bem como as histórias densas. À medida em que sua pesquisa empírica ia se desenrolando, a começar pelo livro *The Vendée*, de 1964, ia também se desenvolvendo uma metodologia própria. Para entender essa metodologia é fundamental compreender alguns conceitos como os de “evento de confronto político”, “episódio”, “performance” e “repertório”. São eles que colocam em operacionalidade metodológica os eventos de confronto político.

A unidade mínima de busca no material histórico foram os *eventos de confronto político*, os mais diversos possíveis. Catalogar essa variabilidade de eventos de confronto possibilitava entender melhor se havia ou não conexões causais entre protesto, movimentos sociais, revoluções, guerra civil e por isso optou-se por catalogar os eventos dos mais variados tipos (TILLY, 2006; 2007; TARROW 2012). No entanto, nem tudo é considerado evento. São *eventos de confronto político* apenas as “interações episódicas, pública e coletiva entre reivindicantes e objetos reivindicados, sendo que o governo esteja envolvido como objeto de reivindicação, parte reivindicante, ou (lugar de expressar) a reivindicação”³⁵ (MCADAM, TARROW, TILLY, 2001, p 5). É interessante observar as semelhanças e diferenças do conceito de Tilly com o de Sewell no que se refere ao caráter episódico, ou seja, inicialmente “exclui eventos regularmente programados como votações, eleições parlamentares [...] e reuniões associativas - embora qualquer evento desse tipo possa se tornar um trampolim para a política de confrontação” (MCADAM, TARROW, TILLY, 2001, p.5). Isso quer dizer que, a qualquer momento, eventos que fazem parte do cotidiano da vida política podem se transformar em evento de confronto político, e quando isso acontece este evento é codificado. A mais esclarecedora definição de evento de confronto político encontramos em seu livro *Contention Politics*, onde o autor afirma que é a interação que faz intersecção entre confronto, ação coletiva e política (TILLY, 2015, p. 7). A particularidade do conceito de evento de confronto político

³⁵ Em *Dynamics of Contention*, livro organizado coletivamente por Doug McAdam, Sidney Tarrow e Charles Tilly, na definição de confronto político, o termo interação “episódica” vem discriminado (2001, p. 5). No livro *Social Movements, 1768 – 2004*, de Charles Tilly, o termo “episódico” não vem designado (2004, p. 3). No livro *Regimes and repertoires*, de Charles Tilly, o termo “episódico” não vem discriminado na definição de confronto político (2006, p. 21). No livro *Contentious Politics*, de Charles Tilly e Sidney Tarrow, em sua segunda edição, de 2015, também não vem discriminado o termo “episódico” para definir confronto político (p. 7). Em decorrência dessa ausência, podemos perceber o quão controverso é este termo para definir evento de confronto político, até mesmo porque “a qualquer momento acontecimentos cotidianos podem se tornar eventos de confronto” (MCADAM; TARROW; TILLY 2001, p. 5).

de Tilly reside no caráter não fixo e não determinado do evento. Ele não pressupõe um evento como sendo o grande evento transformador, por isso, a necessidade de catalogar eventos, no plural.

No trabalho de processamento dos dados os eventos são reunidos em sequências temporais mais curtas e mais longas, ficando a critério do pesquisador. A unidade de análise do pesquisador é o episódio. Os *episódios* são sequências³⁶ de interações contínuas de confronto político (MCADAM, TARROW, TILLY, 2001, p. 24). Observar essas sequências de interações e suas interrupções é que nos dá a medida dos episódios (TARROW, 2012). Isso é interessante porque permite encontrar relações causais entre os eventos – uma vez que são todos eventos de confronto político – e não os identificar como sendo acontecimentos episódicos, terminados em si mesmos. Se observados os episódios numa sequência mais curta, podemos verificar padrões nas performances; e se observados as sequências num período mais longo, podemos identificar as variações nos repertórios (TILLY, 2008, p. 39-40).

As *performances*³⁷, como mostramos no capítulo anterior, são formas culturalmente aprendidas e historicamente herdadas de fazer reivindicação (TILLY, 1978, cap5, p.1). Elas apontam como foi a interação de confronto entre criadores de reivindicações e seus objetos e alvos, numa dimensão temporal situacional (TARROW, 2012, p. 209). Assim, elas trazem consigo as histórias densas que Tilly não deixou escapar. Ou seja, histórias densas também foram catalogadas em seu banco de dados, na tentativa de conjugar método qualitativo e quantitativo. As histórias densas eram registradas em seu banco de dados, como podemos observar, por exemplo, em seu trabalho sobre a Grã-Bretanha. Neste banco de dados, conhecido como “CGs”, Tilly e sua equipe tinham 8.088 eventos com descrição geral e 50.875 registros com os principais assuntos, verbos e atores³⁸ (TILLY, 2008, p. 36). Desta forma, os admiradores das narrativas históricas podiam encontrar transcrições de narrativas, o que permitia fazer o caminho de volta dos eventos codificados para os contextos narrados. Mas o que é fundamental expormos aqui é que, ao produzir frequências dessas performances – verificáveis através dos sujeitos (atores), verbos (ação) e complemento (objetos, assuntos) –, encontrava-se padrões de formas de “ação” e “pensamento” que eram modeladas, *clusterizadas*. Proceder a clusterização

³⁶ Observar que sequência é diferente de frequência. A sequência é processada numa dimensão estendida do tempo (curta-duração ou longa duração), já a frequência é analisada numa dimensão “empacotada” do tempo.

³⁷ No capítulo anterior abordamos o conceito de performance de confronto político, agora neste capítulo abordamos metodologicamente o mesmo conceito, mostrando como ele operacionaliza o evento de confronto político.

³⁸ As performances podem ser identificadas nos registros históricos através de palavras (verbos e complemento): as reivindicações (condenar, opor, resistir, exigir, suplicar, apoiar e recompensar) e ações (atacar, expulsar, desfigurar, amaldiçoar, aplausos, lançar flores, cantar música, carregar heróis nos ombros) (TILLY, 1995 apud TARROW, 2012).

era agrupar, “empacotar” as performances de acordo com seu estilo. Isso era importante para observar a padronização³⁹.

Repertório são aglomerados de performances (TILLY, 2006) que podem ser analisados numa dimensão temporal mais ampla. São clusters de performances. Deste modo, pode ser identificada variação no seu uso, comprovando que repertórios variam historicamente e que são aprendidos e experimentados (TILLY, 2006. p.35). Baseia-se fortemente no que é historicamente acumulado e compartilhado com relação a significados, reivindicações, reivindicadores e objetos de reivindicações (TILLY, 2006a, p. 426). Um exemplo é o modo como o autor explorou a emergência das performances de manifestações como parte do repertório de movimento social durante o século XIX. Tilly demonstrou a variação entre performances de manifestações, greves, reuniões e petições na Bélgica, entre os anos de 1831 e 1918 (TILLY, 2004, p. 194).

Portanto, o conceito de repertório é ótimo para identificar as mudanças que, do ponto de vista de Tilly, ocorrem porque são experiências historicamente aprendidas e culturalmente compartilhadas. Diferentemente do que afirma Sewell, para quem as mudanças ocorrem porque os grandes eventos alteram estruturas.

Este ponto é fundamental para a nossa pesquisa porque, ao analisarmos o repertório de *performances de confronto político* das associações abolicionistas (no capítulo 4), é este o ponto que assumiremos, uma vez que evidenciamos que as associações abolicionistas serviram como espaço de aprendizado e compartilhamento de pensar/saber e ação/fazer confronto político, e que são elas enquanto *estruturas organizacionais suspensas no tempo*⁴⁰ (TAYLOR, 1989) que carregaram essas experiências culturalmente aprendidas e historicamente herdadas. Por outro lado, ao analisarmos os eventos de interação de confrontos políticos (capítulo 5) em que as associações abolicionistas estiveram envolvidas, conseguimos identificar os eventos que possibilitaram que houvesse mudança de posicionamento político, bem como inovações dessas performances.

Com o exposto anteriormente podemos sintetizar diferentes qualidades e limites para cada modelo analítico de eventos na sociologia histórica: *Eventful histories* preza pelo evento grandioso que altera estruturas, numa dada situação (Sewell); *Events history* preza pelos

³⁹ O termo cluster significa agrupamento. Produzir a clusterização das performances de confronto político é a tarefa de agrupar em conjuntos determinados padrões de estilos de performances, produzindo “pacotes”, de modo semelhante a que fez William Gamson (1992) com os *frames* dos “pacotes de injustiça”.

⁴⁰ Os conceitos de performance de confronto político (TILLY, TAYLOR) e de estruturas organizacionais suspensas no tempo (TAYLOR, 1989) estão explicados de modo sistemático no capítulo 2.

eventos que podem remontar grandes processos (Olzak); *Events-in-history* preza pelos eventos em situações e em longos processos (Tilly). O primeiro prioriza a narrativa, o segundo, os dados estatísticos, e o terceiro tenta juntar narrativa (método qualitativo) com dados estatísticos (método quantitativo). Quanto às limitações de cada modelo analítico, podemos destacar que: o *Eventful histories* tem dificuldade em remontar os grandes processos, mas consegue explicar por que e como as mudanças ocorrem; o *events history* tem dificuldade em explicar por que e como as mudanças ocorrem, mas consegue identificar padrões e por isso tem facilidade em modelar *cluster*.

Como podemos observar, esses modelos analíticos, bem como os seus limites, estão presentes nas pesquisas recentes sobre o Brasil que apresentamos na sessão anterior. Então, nesta pesquisa sobre o imediato pós-abolição, na qual o tempo é minha variável dominante, enfrentarei limitações metodológicas semelhantes.

Desta maneira, a nossa análise é sensível à mudança de posicionamento político das associações abolicionistas em relação às medidas institucionais repressivas. Além do mais, conseguimos construir linhas do tempo, identificando o dia, o lugar, bem como clusters das performances. Portanto, além do nosso vetor determinante ser o tempo, a tentativa desta pesquisa é aplicar a metodologia de *events-in-history* e procurar identificar o que acontece com um movimento social depois do ciclo de confronto político.

2 O problema da causalidade

Logo de início percebemos que, ao tratar do pós-abolição, teríamos pela frente um problema metodológico: estudar um período temporal *após* a lei de 13 de maio. O marco temporal nos impôs um problema, por isso nos dispusemos a buscar respaldo nas análises de sociologia histórica sobre eventos: *eventful history*, *events history* e *events-in-history*. Observamos que cada qual apresenta as suas qualidades e limitações. Nesta sessão em específico, concentraremos-nos sobre o problema da causalidade enfrentado pelos pesquisadores de ação coletiva e movimentos sociais.

A crítica apresentada por Sewell (1990) à atribuição de causalidade temporal teleológica que a sociologia histórica utilizava para explicar os processos históricos de transição de um estado para o outro colocou em questionamento vários modelos explicativos. Essa crítica levou Olsak a catalogar eventos diariamente (1989); Soule a estudar a emergência e “*outcome*” de ação coletiva das mulheres nos Estados Unidos entre 1956 a 1979 (SOULE et ali, 1999); e

Tilly a questionar a sobrevalorização dos “*outcomes*” como sendo exclusivos de movimentos sociais (TILLY, 1999).

O que Sewell chama de temporalidade teleológica é a atribuição causal entre estados que se sucedem automaticamente, cuja lógica causal reside quase que numa crença de uma força causal anônima rumo ao progresso universal. Por exemplo: Comte - transição entre os estados teológico, metafísico e posteriormente para o positivo; Marx - transição do feudalismo para o capitalismo e, posteriormente, para o socialismo e para o Comunismo; Durkheim - transição da solidariedade mecânica para a orgânica (SEWELL, 1990, p. 2-3). Este modelo de sucessão de um sistema pelo outro, nas palavras de Sewell, adquire um caráter de um evento cósmico que determinou o subsequente e a evolução do universo. A sugestão de Sewell para contornar este problema era perceber os eventos como contingentes e não como evolucionistas, lineares e universais.

Um exemplo de modelo analítico sociológico brasileiro de transição histórica é o processo de transição da ordem social estamental – momento em que a escravidão se impunha como instituição econômica e estruturava a estratificação social entre senhor e escravo – para a ordem social de classe – momento em que ocorre a “incorporação do negro na sociedade de classes”, sustentada na transição do trabalho escravo para o trabalho livre (FERNANDES, 2013; 1972, p. 7, 309-315). Embora este modelo analítico sobre o processo de transição histórico preocupe-se em observar estruturas e mudanças da composição social brasileira ao longo do tempo, seu modelo explicativo parece enquadrar-se em estados que se sucedem automaticamente: o estamental é sucedido pelo de classes. Assim, seria a história em processo (Ibid, p. 7). Florestan Fernandes parece dar causalidade estabelecendo lógica com a chave de leitura do sistema-mundo: da desintegração do sistema feudalista para o sistema capitalista. Esse modelo de sucessão de um sistema pelo outro, já que não consegue explicar como ou identificar quando ocorreu a transição, diria Sewell, adquire um caráter de “evento cósmico” que determinou o subsequente. Outros autores que analisaram o processo histórico de transição no Brasil, tais como Raymundo Faoro e Gilberto Freyre, estão numa chave de leitura de um processo mais estático, que é a da viagem redonda do Patrimonialismo e as mudanças de superfícies do Patriarcalismo.

Na sociologia brasileira, as pesquisas clássicas que fizeram análises de processo histórico usaram outros subterfúgios metodológicos que escapam aos *eventos*. Levando em conta este cenário, a tentativa desta pesquisa é aplicar o método de *events-in-history* e tentar fazer uma análise do que se passa com o movimento abolicionista durante o processo político do pós-abolição. Acreditamos que, ao proceder essa análise de eventos de confronto político

das associações abolicionistas no pós-abolição, contribuiremos também para uma análise do processo da crise política do final do império – com as sucessivas transições governamentais (gabinete João Alfredo e gabinete Ouro Preto), resultando na queda do império e instalação da república – de uma perspectiva mais dinâmica⁴¹.

2.1 Limitações conceituais de análise de causa-efeito

Na literatura de movimentos sociais, o estudo das consequências dos movimentos tem ganhado espaço desde os anos 2000. Em um levantamento feito por Amenta (2010), dos anos 2001 até 2009, nas revistas *American Sociological Review*, *American Journal of Sociology*, *Social Forces*, *Social Problems* e *Mobilization*, existiam 45 artigos sobre consequências políticas dos movimentos. Na década de 1990, eram esparsas as pesquisas sobre consequências dos movimentos e analistas lamentavam a falta de pesquisa, assim como a falta de sistematização conceitual e metodológica sobre os resultados dos movimentos (GIUGNI, 1999; TARROW, 1998). Proceder uma análise das consequências de um determinado movimento social implicam em várias escolhas conceituais e metodológicas que têm sido assunto controverso.

Em relação aos termos utilizados para trabalhar com as consequências de movimento, há uma confusão terminológica entre *consequência*, “*outcome*” e *impacto*. A análise de *consequência*, metodologicamente, implica lidar com análise de causa-consequência, ou melhor, com análise multivariada de causa-consequência⁴². O problema tem sido precisar a influência da atividade de movimento em relação ao efeito específico (GIUGNI, 1999; CRESS; SNOW 2000). Já com o termo “*outcome*”, o problema é a amplitude conceitual pelo qual tem sido utilizado, desde pesquisas sobre decisões de política do Estado até pesquisas de expansão de capital social de um movimento (AMENTA, 2010). E o termo *impacto* geralmente tem sido utilizado para estudos de política pública, medindo (muito forte, forte, moderado, fraco) o impacto da implementação de determinada política pública (CRESS; SNOW, 2000; AMENTA,

⁴¹ Frente a essas problemáticas sobre causa-efeito, a solução de Tilly, McAdam e Tarrow (2001) foi focar nos mecanismos e observar as suas dinâmicas, tais como: a) mecanismos curtos – *brokerage*, atribuição de ameaça e oportunidade, apropriação social, certificação, mudança de identidade; b) mecanismos longos – processo revolucionário, nacionalismo e democratização (MCADAM, TARROW, TILLY 2001). Observaram mecanismos semelhantes em diferentes ambientes históricos e obtiveram resultados diferentes. São esses resultados diferentes (situacionais) que garantem que o processo histórico seja dinâmico e não determinista e unilinear.

⁴² Ann Mische comenta que a análise das causas independentes muitas vezes deixa escapar as intersecções das múltiplas afiliações dos militantes. Nessas interconexões, uma análise de rede cobre melhor. [ver: MARTINS, G. P. ; ZAMBRANO, C. G. ; SOUZA, Rafael . Movimentos sociais, partidos políticos e análise de redes: uma entrevista com Ann Mische. São Paulo: Revista Plural, 2015 (Entrevista)].

1999). Diante desses impasses conceituais e metodológicos, por ora utilizaremos a terminologia consequências políticas do movimento, embora sob uma perspectiva mais dinâmica, atenta às tramas das *interações sociais* e aos mecanismos, e não apenas às pontas, nas causas e efeitos.

Sobre a utilização do termo “*outcome*” (TILLY, 1999; CRESS; SNOW, 2000), a crítica é para as análises que tomam os “resultados de movimentos” como equivalentes aos resultados previamente intencionais dos ativistas⁴³. O problema da equivalência entre resultados de movimento e resultados intencionais dos ativistas, é que essa análise não é capaz de captar a diferença embutida nos resultados *desejados ou esperados* pelos ativistas e os resultados *alcançados* pelo movimento. Os resultados esperados são aqueles contidos nos programas e demandas expressas durante o período de mobilização, e os resultados alcançados são os efeitos obtidos posteriormente à atividade de mobilização. O problema é que, se vinculássemos as pontas da causa à consequência diretamente, perderíamos as interações sociais de confrontação (perceptíveis através das performances) que ocorreram no meio deste caminho, e assim não conseguiríamos observar as alterações dos alinhamentos políticos, as negociações das pautas. Ou seja, entre resultado esperado e resultado alcançado existe uma infinidade de eventos de confrontação que podem alterar os resultados.

Frente a essas limitações conceituais de análise de causa-consequência, dispomo-nos a mapear os eventos de confronto político em que as associações abolicionistas estiveram envolvidas *entre* 13 de maio de 1888 a 15 de novembro de 1889. Isso quer dizer que, em nosso modelo analítico, não consideramos dois eventos isolados, um de causa (lei de 13 de maio de 1888) e outro de consequência (Proclamação da república em 15 de novembro de 1889), mas sim que consideramos que entre o E1 e En existe uma pletora de eventos contingentes, alguns com causa-efeito diretos e outros indiretos. Ou seja, não se trata de um modelo unilinear de causa-efeito, mas sim de relações (**dramas e tramas**) de interações de confrontação multivariadas (que podem ser captadas pelos clusters de performances). Consideramos que entre os eventos E1 e Er está o nosso ambiente, de 18 meses (*setting*), que atravessa dois governos diferentes (ver figura 4).

⁴³ Charles Tilly prefere adotar a análise relacional, por focar na interação (GOFFMAN), na teia social como unidade de análise, a adotar a perspectiva do individualismo metodológico, que foca nas decisões, preferências e cálculos mentais do indivíduo. O primeiro modelo é interessante porque, dado o caráter contingente da relação social, existe uma pletora de causa-efeito. A segunda perspectiva tende a ser construída sobre uma cadeia linear argumentativa, seguindo as motivações e cálculos do indivíduo isolado (TILLY, 1999a).

Figura 4 - Esquema analítico dos eventos

Fonte: Elaboração própria.

Com este esquema queremos sistematizar que não entendemos o 13 de maio como um evento causador, ou transformador, que resulta diretamente na consequência da Constituição de 24 de fevereiro, ou na proclamação da República. Entre esses eventos há vários outros eventos de confronto político, que nada mais são do que *interações* de confrontação política. Ou seja, são interações que, sob uma análise de causa-efeito, o modelo mais adequado reside numa análise relacional e não num individualismo metodológico, pois o primeiro permite observar efeitos indiretos, interativos, coletivos e contingentes (TILLY, 1999a). Deste modo, o pós-abolição como marco temporal serve como um marcador da alteração nas performances do movimento abolicionista porque as lutas pregressas do movimento abolicionista serviram como um acúmulo de conhecimento cultural e historicamente herdado do tempo da campanha pela abolição.

Embora o universo do nosso banco de dados englobe três governos, analisaremos as tramas e os dramas (que são percebidos pelas performances de confronto político) que estão *entre* o evento da abolição e a proclamação da República. Analisaremos as tramas de maneira minuciosa, apenas dos dois últimos governos do Império (do governo João Alfredo e do Ouro Preto), porque a nossa intenção é entender a crise política do final do Império⁴⁴.

2.2 Identificando as consequências sobre os atores e suas performances

Para prosseguirmos com a análise das consequências políticas do movimento abolicionista, um dos cuidados que tomaremos é assumir que os movimentos sociais não são homogêneos, pois “são complexos conjuntos de grupos, organizações e ações que podem ter diferentes objetivos, bem como diferentes estratégias para alcançar seus objetivos” (GIUGNI, 1999). Sendo assim, faz-se necessário elencar os atores envolvidos no movimento para que as consequências possam ser apontadas com a devida atenção. Numa única organização de movimento social encontramos a presença de líderes e dos demais ativistas e, para além dos atores da organização, temos os observadores, simpatizantes ou não (GIUGNI, 1999). Diante dessa complexidade de atores envolvidos no movimento, podemos apontar que as consequências políticas também terão múltiplos endereçamentos.

Antes de prosseguir com a análise dos atores envolvidos é necessário estabelecer a divisão temporal entre o movimento abolicionista e as suas consequências. Para demarcar o período posterior ao ciclo de mobilização, Tarrow (2009, p. 210 – 213) utilizou a denominação de pós-movimento, e a denominação de ex-ativista para apontar a atuação destes no período do pós-movimento. Então, se no período do ciclo de mobilização do movimento abolicionista existiam organizações, líderes, ativistas, participantes e observadores (ALONSO, 2015), no período do imediato pós-abolição (MATTOS, 2006, 1995), podemos estender as consequências políticas às antigas organizações abolicionistas, aos ex-líderes, aos demais ex-ativistas, e a eventuais ex-simpatizantes ou para a população em geral – aqueles que foram atingidos – beneficiados ou prejudicados (AMENTA, 1999) – pelas demandas ou programas do movimento abolicionista.

⁴⁴ Os dados dos eventos de confronto político do governo do marechal Manuel Deodoro da Fonseca não serão trabalhados de maneira tão minuciosa nesta tese, eles apenas servem para encerramento deste trabalho. Estes dados podem vir a ser analisados mais detidamente em um outro trabalho.

As consequências refletidas nas organizações podem ser de nível organizacional e beneficiário⁴⁵ (AMENTA, 2010), bem como podem ser restritivas, com proibição ou prescrição do direito de reunião (TILLY, 2006). As refletidas nos ex-líderes podem ser a ampliação do seu acesso às instituições políticas (GAMSON, 1990, BURSTEIN, 1999, TARROW, 2009), a sua possível cooptação pelas elites políticas (TILLY, 1999; KRIESI, 1999; AMENTA, 1999; TARROW, 2009), bem como podem sofrer repressão policial ou ter restringidos seus direitos através de prescrição de leis que coíbem a ação dos líderes no espaço público, seja em jornais, teatros ou ruas (TILLY, 2006). Entre as consequências refletidas nos ex-ativistas – que são os outros participantes não líderes – podem estar conquistas de suas demandas ou do programa da organização do movimento social ao qual pertencem que tenham como beneficiários apenas o seu grupo; ou ganhar maior aceitabilidade⁴⁶ perante a opinião pública, assim como perante o governo (GAMSON, 1990, AMENTA, 1999). As refletidas nos simpatizantes ou na população em geral podem ser a conquista de programas ou demandas que atinjam parcela da população que está para além dos ativistas – são os “benefícios coletivos”⁴⁷ (AMENTA, 1999). As demandas e programas dos movimentos sociais geralmente são endereçadas ao estado, tanto na sua esfera legislativa, quanto na executiva ou judiciária (AMENTA, 1999; BURSTEIN, 1999). Existe também as consequências biográficas relacionadas aos estilos de vida que um ativista leva após ter participado de um movimento social, tais como sua opção por procurar participar da política partidária, de participar de grupos que tenham forte compromisso com a “causa” do engajamento anterior, ou mesmo em outro movimento social (MCADAM, 1999; GIUGNI, 2004). Como podemos perceber, existe uma pletera de possíveis consequências, mas nesta tese, focamos apenas nas consequências políticas relacionadas às organizações, pois precisamos saber quais eram as associações abolicionistas que continuaram agindo no pós-abolição, bem como qual era o tipo de confronto político que praticavam.

⁴⁵ Na pesquisa de Cress e Snow sobre *social movements organizations* (SMOs) dos sem teto nos EUA, foram identificadas consequências de dois tipos: organizacional e beneficiário. Nos “*outcomes*” organizacionais foram identificados dois tipos: representação (refere-se a uma participação formal dos SMO em comitês mais amplos); e de recursos (refere-se ao recebimento de concessão material). Os “*outcomes*” beneficiários eram de dois tipos: direitos (tratam-se dos direitos que protegem as pessoas desabrigadas de práticas discriminatórias baseadas na sua condição empobrecida. Geralmente eram proteção contra o assédio policial, garantias do direito de voto e de candidatar-se a benefícios); e de alívio (tratam-se de melhoramentos da condição dos sem teto) (AMENTA, 2010, p. 1066-8).

⁴⁶ Gamson, em 1975, distingue os resultados em desafiante que recebiam novas vantagens, e os que ganhavam aceitação (GAMSON, 1990, p. 29)

⁴⁷ Amenta utiliza o conceito de “benefícios coletivos” para não proceder uma análise em termos de sucesso e fracasso, conforme fazia a sociologia das organizações. Até mesmo porque Amenta considera importante distinguir organização e participantes. Os benefícios coletivos vão além das contribuições individuais, tais como esforço e dinheiro. Para ser benefício coletivo a ação tem que ser coletiva.

Além das consequências sobre os atores do movimento, também existem consequências políticas correlacionadas aos repertórios do movimento. Repertórios são formas herdadas de ação coletiva⁴⁸ (TILLY; TARROW, 2015, p. 7), eles são herdados de experiências passadas. Sendo assim, se analisados numa sequência histórica mais longa, podem ser observados como os repertórios tornam-se estabelecidos e modulares (suas performances podem variar de lugar para lugar, e de tempo para tempo), assim apontando sua durabilidade e tradição. Os repertórios podem ser definidos como fracos, fortes ou rígidos, quando percebidos em sua durabilidade ao longo do tempo (MCADAM et al., 2001, TARROW, 2009). Mas, se observarmos numa sequência histórica de curto prazo, levando em consideração as mudanças governamentais, como é a nossa intenção nesta tese, podemos observar continuidades e mudanças através das performances do repertório do movimento abolicionista, já que os ativistas abolicionistas eram os mesmos (o *setting* ambiental era o mesmo). Afinal, será que as performances podem mudar radicalmente em apenas 18 meses? Será que performances utilizadas pelos ex-abolicionistas variaram muito com as mudanças governamentais?

Para responder a estas perguntas, relembremos que o conceito de repertório de Charles Tilly enfatiza que “os repertórios de confronto representam os modos codificados culturalmente nos quais as pessoas interagem em um confronto político” (MCADAM et al., 2001, p. 16). Os autores indicam também que “repertórios de confronto político são uma coleção de performances que são conhecidas/familiares e avaliadas dentro de um conjunto de atores políticos”⁴⁹ (TILLY; TARROW, 2007, 441). *A sua característica familiar e estabelecida faz com que eles sejam relativamente estreitos, mas as pessoas inovam dentro desses “limites” estabelecidos pelo repertório* (TILLY, 2006, 35). Deste modo, a metáfora teatral de repertório e performance chama a atenção para sua característica de aglomerado, aprendido e improvisado da interação das pessoas, como elas fazem, pensam e recebem a reivindicação dos outros (TILLY; TARROW, 2007).

Dito isso, o repertório traz consigo a característica dúbia de ser familiar/estabelecido e de que inovações/improvisações em pequena escala possam ocorrer. A nossa intenção ao analisar as performances utilizadas pelos abolicionistas após a abolição está ligada ao fato de que as pessoas que participam em confronto político normalmente têm várias peças

⁴⁸ A ação coletiva está na base de todos os movimentos sociais. Ela pode assumir muitas formas – breve ou sustentada, institucionalizada ou disruptiva, monótona ou dramática. A ação coletiva torna-se de confronto quando é empreendida por pessoas que não têm acesso regular às instituições e que desafiam as autoridades fazendo novas exigências (TARROW, 2009, p. 19)

⁴⁹ Contentious repertoires are arrays of performances that are currently known and available within some set of political actors (No original em inglês) (TILLY; TARROW 2007, p. 441).

(aprendidas) com as quais elas podem jogar (improvisar). Com as performances podemos observar pequenas mudanças e continuidade entre “presente” (pós-abolição) e “passado” (antes da abolição) das ações dos atores (das associações abolicionistas) (TILLY, TARROW, 2007, p. 441). Com a análise das performances das associações abolicionistas, atravessaremos tempos e governos, observando continuidades e inovações.

No capítulo 4 analisaremos as performances dos atores (das associações abolicionistas) no pós-abolição (de 13 de maio de 1888 a 24 de fevereiro de 1891), tentando identificar mudanças no repertório em comparação com o período do pré-abolição (ALONSO, 2015). Afinal, as associações servem como espaços de aprendizado e compartilhamento quanto ao modo de fazer confronto político, permitindo que repertórios que são historicamente herdados atravessem governos diferentes. No capítulo 5, analisaremos a dinâmica dos confrontos políticos, tentando identificar através das performances as mudanças nos realinhamentos políticos dos abolicionistas nos governos de João Alfredo e no governo Ouro Preto, até culminar no governo de Manuel Deodoro da Fonseca.

3 Materiais e métodos

Como dito anteriormente, a análise de eventos andou em paralelo com o desenvolvimento de tecnologias de análise de dados e de manuseio de materiais históricos. No Brasil, o acesso ao material histórico foi facilitado após o investimento na digitalização de documentos utilizando-se da tecnologia de Reconhecimento Óptico de Caracteres (Optical Character Recognition – OCR), bem como, do *drocpro* (software para registrar e administrar a documentação) e da sua subsequente disponibilização on-line. Este trabalho vem sendo feito desde os anos 2000, principalmente através da parceria firmada entre *Fundação Biblioteca Nacional* (BN) *Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação* (MCTI), do *Ministério da Cultura* (MinC), e do financiamento da *Financiadora de Estudos e Projetos* – FINEP. Foi através desta parceria e deste financiamento que se tornou possível contratar pessoal com conhecimento especializado e comprar equipamentos para tornar acessível a todos o material que antes era “amarelado e empoeirado” e de acesso restrito. Foram digitalizados mais de 1.504.359 documentos, dentre eles jornais, revistas, anuários, periódicos de instituições científicas, anais e boletins legislativos, executivos e judiciais. Estes documentos podem ser acessados livremente na sessão da Hemeroteca Digital Brasileira (<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>), pertencente a *Fundação Biblioteca Nacional*. O site oferece serviço de busca por palavras-chave, com filtros por periódico, período ou local.

Além do mais, as ocorrências das palavras-chave vêm destacadas nas imagens, o que facilita localizar em qual notícia ou coluna se encontra a sua busca.

É aproveitando deste investimento em tecnologias para manusear material histórico que esta tese analisa eventos de confrontação política, quantificando dados que permitirão contestar pressupostos da literatura sobre o assunto. A quantificação permitirá ainda a comparação de padrões de performances do pós-abolição e pré-abolição (Alonso, 2015).

3.1 Material

Para realizar a pesquisa sobre os abolicionistas no pós-abolição, os materiais consultados foram jornais e documentos oficiais. Nosso principal material são notícias de jornais, nas quais encontramos informações dos atores no espaço público. Este material serviu de base para a catalogação dos eventos de confrontação política em um banco de dados. A utilização dos periódicos foi de essencial importância para mapearmos as performances herdadas (repertórios) do movimento abolicionista e que continuaram sendo usadas pelos abolicionistas no pós-abolição.

Os jornais consultados, disponíveis no site da Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional, foram: Cidade do Rio; Diário de Notícias, Diário do Comércio, Gazeta da Tarde, Gazeta de Notícias, Novidades, O Brasil, O Paiz (Quadro 2). A consulta aos jornais foi iniciada pela província/estado do Rio de Janeiro, por localizar a cidade-sede político-administrativa do império e da república; na medida em que surgia notícia que mencionava ser republicação, procurávamos pela notícia primária na província de origem.

Quadro 2 - Periódicos consultados

Período	Periódico	Província/Estado
13/05/1888 a 24/02/1891	Cidade do Rio	Rio de Janeiro
	Diário de Notícias	
	Diário do Commercio (Números esparsos)	
	Gazeta da Tarde (Números esparsos)	
	Gazeta de Notícias	

	Novidades (Números esparsos)	
	O Brazil (Números esparsos)	
	O Paiz (Números esparsos)	

Fonte: Periódicos consultadas no site da Hemeroteca Digital Brasileira

Como fonte complementar também foram utilizados documentos oficiais tais como: atas do Senado, da Câmara de Deputados, da Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, programas ministeriais. Estas fontes são complementares às informações colhidas nos jornais, serviram apenas como consulta para entendermos as ações dos abolicionistas quando acionavam as instituições políticas ao levarem as suas reivindicações até elas, ou então, quando mencionavam ações do governo em suas notícias. Optamos em complementar com as informações institucionais para entendermos as consequências políticas do movimento abolicionista. Então, na medida em que os abolicionistas acionavam as instituições políticas, recorreremos aos pronunciamentos da realza, deputados, senadores, ministros, do presidente do governo provisório e vereadores do Rio de Janeiro, sejam nos Anais da Câmara e do Senado do Império (13/05/1888 a 20/11/1888), nas Atas do Conselho de Estado do Império (ACE), na Fala do Trono (1888 e de 1889), no Boletim da Ilustríssima Câmara (1888 e 1889) ou nos Programas ministeriais (1888 e 1889) (ver quadro 3).

Quadro 3 - fontes oficiais consultadas

Data	Documento	Meio de consulta
13/06/1888 a 10/08/1889	Atas do Terceiro Conselho de Estado	Site do Senado
13/05/1888 a 20/11/1888	Anais do Senado do Império	Site do Senado
03/05/1888 a 17/06/1889	Atas das sessões da Câmara	Site Câmara
10/08/1889	Boletim da Ilustríssima Câmara	Hemeroteca Digital Brasileira (BN)
1888 e 1889	Falas do Trono	Site do Senado

13/05/1888 a 26/02/1888	Periódicos da Hemeroteca (BN)	Hemeroteca Digital Brasileira (BN)
13/05/1888 a 11/11/1889	Organizações e programas ministeriais	Site do Senado

3.2 Construção do banco de dados

Respalado na leitura destes jornais, foi construído um banco de dados baseado na metodologia de *events-in-history*, com o objetivo de identificar as performances de confronto político desempenhadas, suas respectivas modulações, inovação e os mecanismos utilizados pelos abolicionistas no período do imediato pós-abolição, bem como observar sua variação em relação aos governos políticos.

O banco de dados foi construído a partir do mapeamento sistemático nos jornais dos *eventos de confronto político* em que os ex-abolicionistas estiveram presentes. Algumas das vantagens de se analisar esses eventos são a possibilidade de encontrar regularidades, permitindo traçar linhas do tempo (sequências); apresentar as suas frequências; identificar a localização geográfica do confronto e comparar, por análise de cluster, o repertório utilizado durante cada governo. A análise do evento de confronto permite observar tanto a dimensão empírica da atividade de confronto quanto a dimensão dos enquadramentos interpretativos dos atores sociais. “Este é um método que permite quantificar muitas propriedades do confronto, tais como frequência, tempo e duração, localização, reivindicações, tamanho, performances que compõem o repertório, carregadores e alvos, bem como as consequências e reações imediatas” (KOOPMANS; RUCHT, 2002, p. 231).

Como é sabido, nossa unidade de observação é o evento de confronto político em que as associações abolicionistas estiveram envolvidas. Isso quer dizer que catalogamos tanto eventos de confronto transgressivos como os contidos (MCADAM, TARROW, TILLY 2001, p. 4-9). Os eventos de confrontação (contidos e transgressivos) como unidade de análise são ótimos para captar a interação de confrontação que intersecciona os limites da política institucional e da não institucional. A opção pela nomenclatura de eventos “contido” e “transgressivo” ao invés de outras, tais como “convencional” e “não convencional” (KOOPMANS; RUCHT 2002, p. 235), ou de “política institucional” e “política não institucional” (KRIESI; WISLER, 1999) está baseada na tentativa de dar conta da *interação* que se situa na *intersecção* dessas duas esferas. O limite entre política institucionalizada e não

institucionalizada⁵⁰ dificulta o entendimento da dinâmica entre essas esferas porque nem sempre as interações são muito bem definidas dentro destes limites. No passado, essa interpretação que separava as duas esferas provocou um mal entendimento do confronto fora das instituições como sendo “irracional” (MCADAM, TARROW, TILLY 2001, p. 6) ou não organizado (GAMSON, 1990). Além do mais, preferimos adotar a primeira distinção mencionada acima porque nos permite “ênfatizar a transgressão dentro da instituição assim como as muitas atividades rotineiras de desafiadores externos” (MCADAM, TARROW, TILLY, 2001, p. 7). Deste modo, podemos identificar pressão governamental, petições, participação em audiências, litigações, bem como manifestações, desobediência civil e violência em qualquer lugar, dentro ou fora das instituições.

Figura 5 - Eventos de confronto político intersecção entre rua e instituições políticas

Antes de explicar como procedemos na pesquisa é importante mencionar como é o funcionamento do site da Hemeroteca Digital Brasileira, para que se possa ter ideia de como nos organizamos para proceder as buscas por palavras-chave. Como mencionado anteriormente, os filtros da Hemeroteca permitem fazer pesquisas por periódico, período ou local. Como em nossa pesquisa a variável dominante é o tempo, iniciamos as buscas utilizando o filtro por período. O material da Hemeroteca é organizado por década. A princípio, fizemos a busca em duas entradas: uma pela década de 1880 e outra pela década de 1890. Na entrada

⁵⁰ A concepção de eventos de confronto político como uma interação entre detentores do poder e desafiadores localiza a interação no entre. Isso significa que, em termos de análise de causa-efeito no realismo relacional (TILLY, 1999a), as consequências podem ser endereçadas para ambas as partes.

pela década de 1890, foram encontradas 203 ocorrências; na década de 1880, foram 1731 ocorrências. No entanto, não tínhamos certeza se existia alguma dessas ocorrências entre os anos de 1888 e 1889. Por isso, fizemos uma observação visual para verificar se existiam ocorrências no período do imediato pós-abolição (de 13 de maio de 1888 a 24 de fevereiro de 1891). Então, nossos filtros simultâneos na Hemeroteca foram por período, com entrada nos materiais das duas décadas (1880 e 1890) e pelo local do Rio de Janeiro.

Para procurar por eventos de confronto político dos abolicionistas nos jornais durante o imediato pós-abolição, antes era necessário saber se as associações abolicionistas continuaram em atividade mesmo após terem atendida a sua principal demanda – que era a extinção da escravidão – ou se todas elas haviam se desmobilizado. Afinal de contas, elas foram os principais atores que encamparam a campanha nas ruas pela abolição durante os anos de 1878 a 1885 (ALONSO, 2015, p. 429). Para saber se estes atores continuaram em atividade no pós-abolição fizemos busca por *substantivos comuns* que fossem capazes de identificá-los, tais como abolicionista, emancipadora, libertadora, redentora. Esse conjunto de palavras foi combinado com os *substantivos coletivos* que eram capazes de identificar a coletividade de abolicionista, tais como: sociedade, associação, club, diretório, caixa, centro, central, confederação, cruzada, grêmio, união, liga. A combinação do substantivo comum com os substantivos coletivos forneceu-nos o conjunto de palavras-chave para iniciar a busca na Hemeroteca, entre as quais: sociedade abolicionista, sociedade emancipadora, sociedade libertadora, sociedade redentora; associação abolicionista, associação emancipadora, e assim sucessivamente. Procedendo desta maneira identificamos inicialmente 498 ocorrências entre 13 de maio de 1888 a 24 de fevereiro de 1891. Isso comprovava a existência das associações abolicionistas no pós-abolição, permitindo assim precisar quais eram essas associações e o que elas continuavam fazendo (através das suas performances) no referido período.

Essa metodologia, das listas de substantivos combinados, foi semelhante à seguida na pesquisa de Alonso (2015). A vantagem é que, após terminada a pesquisa de Alonso, que identificou de maneira mais sistemática as associações atuantes no pré-abolição (1868-1888) (ver lista Alonso, 2015, p. 415-446), esta pesquisa pôde conferir e comparar os dados do pré-abolição com o pós-abolição. Concomitantemente a essa pesquisa da lista de substantivos combinados nos periódicos da Hemeroteca também realizamos busca por nomes de associações abolicionistas no Almanak Laemmert (RJ). Com os nomes das associações abolicionistas encontrados nos dados oficiais fornecidos pelo Almanak Laemmert, acrescido aos nomes

encontrados nos periódicos consultados na Hemeroteca, identificamos os atores abolicionistas que continuaram em atividade no pós-abolição.

Os atores coletivos abolicionistas que conseguimos identificar atuando no Rio de Janeiro foram: Caixa Emancipadora José do Patrocínio, Centro Abolicionista Forense, Centro Abolicionista Seis de Junho, Club Abolicionista Gutemberg, Club Abolicionista Preparatoriano, Confederação Abolicionista e a União dos Abolicionistas (que se formou em 16 de abril de 1889). Também conseguimos identificar associações abolicionistas agindo em outros estados, tais como: Confederação Abolicionista Paranaense (PR), Escola Central da Sociedade Libertadora Alagoana (AL), Sociedade Abolicionista Cearense (CE), Sociedade Abolicionista de São Paulo (SP), Sociedade Libertadora Bahiana (BA), Sociedade Cearense Libertadora (CE), Sociedade Libertadora Norte Rio-Grandense (RN), Centro Abolicionista de S. Paulo (SP), Centro Abolicionista do Rio Grande do Sul (RS), Club Abolicionista de Diamantina (MG), Club Abolicionista de Pelotas (RS). Através desta primeira inserção também foram aparecendo outras associações que agiam em apoio aos abolicionistas, tais como: Associação Beneficente Isabel a Redentora, Sociedade Particular Musical Aurora de São Domingos, Banda de Música da Sociedade Bela Harmonia, Banda de Música da Sociedade União Fraternal, Banda de Música do Corpo da Polícia da Província do Rio de Janeiro, Centro Tipográfico Treze de Maio, Club dos Libertos de Niterói, Club dos Fenianos, Club dos Democráticos, Escola do Club dos Libertos de Niterói, Externato Hewitt, Sociedades Festival de S. Pedro da Gamboa, Festival de S. João Baptista da Gamboa de Filhos de Talma, Grupo Familiar das Moças, Guarda Negra da Redentora, Preparatorianos do Mosteiro de S. Bento, Irmandade do Sacramento do Rosário, Sociedade Amparo Operário, Sociedade Fraternidade dos Filhos da Luzitania, Sociedade União Cucumbys, algumas corporações militares (por exemplo os Voluntários da Pátria) e outros.

Como podemos perceber, em nosso banco de dados foi possível identificar: 6 associações abolicionistas que tinham explicitamente em seus nomes a finalidade da “abolição” e que continuaram existindo no pós-abolição, em maior ou menor grau de participação (no capítulo 4, exploraremos este ponto); 1 união dos abolicionistas que foi fundada no pós-abolição; e uma multiplicidade de associações de diversos fins que apoiavam e davam sustentação para as ações abolicionistas no pós-abolição⁵¹.

⁵¹ Não esgotamos a existência de todas as associações abolicionistas no pós-abolição em todo o território brasileiro. Restringimo-nos apenas à província/estado do Rio de Janeiro. Além do mais, nossas buscas também foram mais sistemáticas no jornal Cidade do Rio, Gazeta de Notícias e Diário de Notícias. Nos demais jornais consultamos apenas números escassos.

Obviamente que, na medida em íamos identificado a existência de atores abolicionistas no imediato pós-abolição no Rio de Janeiro, concomitantemente íamos identificando suas performances. Estas eram fornecidas pela relação sujeito, verbos, objeto, substantivos e adjetivos. Apontado o ator na notícia, automaticamente era possível identificar suas ações e “enquadramentos interpretativos ou simbólicos” e imediatamente registrávamos no banco de dados o nome do ator, sua performance, dia, mês, ano, local em que era efetivada. Por exemplo, na ocasião do dia 13 de maio de 1888, no Paço, ao encontro da princesa Isabel, “o sr Clapp, em nome da Confederação Abolicionista, entregou um rico ramo de violetas e camélias artificiais, em cujas fitas de seda branca lia-se o seguinte dístico: ‘Libertas alma mater. A S. A. Imperial Regente, a Confederação Abolicionista, 13 de maio de 1888’” (Gazeta de Notícias, 14 de maio de 1888). Com a identificação sujeito, verbo, objeto, substantivo e adjetivo que podem ser clusterizados, conseguimos chegar até a categoria da performance. Mas não só de verbos consistem as performances. As performances ligam pelo menos dois atores, ou seja, elas trazem “o par sujeito-objeto, (denotando a relação) quando um sujeito faz alguma coisa para outro ator” (TILLY, 2006, p 35); e muitas vezes trazem também embutidos substantivos e adjetivos que demarcam o *enquadramento interpretativo ou simbólico*⁵² atrelado à performance. Deste modo,

⁵² Sobre o conceito de *frame* (enquadramento): para o interacionista Erving Goffman, refere-se às estruturas psíquicas dos indivíduos, com suas estruturas mentais (esquemata) que organizam e orientam a sua experiência (p. 34). Em sua obra “*Framing Analysis*” (1974), Goffman dedica-se ao entendimento dos processos interpretativos nas relações rotineiras, e destaca três processos: *framework* é o trabalho de enquadrar a realidade social; *schemata* são os modelos mentais que atribuem sentido à interação; e *frame* é o processo de uso desses esquemas em interações, é o processo de “enquadramento interpretativo” que orienta a sua experiência com a realidade social. O *frame* serve como uma lente, ao apontar, identificar e rotular para onde olhar e o que perceber. Seu caráter é situacional e não estrutural, é esquemático, fragmentário, e não sistemático. O *frame* simplifica a realidade e organiza a experiência. Por se tratar de um processo de “enquadramento interpretativo” da realidade social, é uma orientação da ação, pois aponta a direção que se deve seguir.

Emprestando o conceito de *frame* e empregando para a análise de movimentos sociais, David A. Snow e Robert D. Benford (1986, 1988, 1992, 2000) apropriam-se desse conceito e modificam-no empregando-o como *framing*, por entender que se trata de um fenômeno processual que implica *agency* e confronto (Snow, Benford, 2000, p. 614). Os *framings* são significados – *framing of meaning* – atribuídos por agentes ao fenômeno social. E os organizadores de movimentos sociais fazem o esforço de juntar as orientações cognitivas dos indivíduos com as das organizações, realizando assim o *frame alignment*. Deste modo, Snow e Benford conceituaram *frame* como um esquema interpretativo desenvolvido por coletividades para entender o mundo, e utilizam-no para a identificação das estratégias pelas quais os ativistas de uma organização de movimentos sociais vinculam seus esquemas de interpretação a existência de outros *frames* pregressos. Ou seja, há também **geração** de “enquadramento interpretativo”, e **interpretações** dos “enquadramentos” pregressos. Este, último, é renovado de acordo com as novas situações (Snow, Benford, 2000, p. 614).

Snow e Benford deixam de lado a perspectiva exclusivamente cognitivista do *frame* para adotar uma perspectiva político-cultural. Os *frames* em movimentos sociais são *frames* de ação coletiva, e possuem três tarefas: apontar o problema, identificando as injustiças sofridas por um grupo social; atribuir diagnóstico e prognóstico, que é quando se explica as causas e propõe soluções para os problemas, indicando linhas de ação; e a articular, que é a capacidade do ativista em articular e alinhar experiências e eventos unificando os significados (Snow; Benford, 1992, p. 136-138). As ações coletivas não existem *a priori*, elas são definidas no processo de alinhamentos em *frames*. São ações que incorporam crenças e símbolos preexistentes.

podemos representar a performance no banco de dados através da “relação sujeito, verbo, objeto” (TILLY, 2008, p. 35) e às vezes, a relação substantivo e adjetivo.

Vejamos com o exemplo anterior como chegamos à performance:

- 1º) identificamos os atores abolicionistas, através da combinação dos substantivos coletivos com os substantivos comuns (eles são os sujeitos) – “*Confederação Abolicionista*”;
- 2º) os sujeitos (passivos ou ativos) ligados a verbos – *entregou*;
- 3º) a relação sujeito-objeto – A *Confederação Abolicionista* (sujeito), *entregou* (verbo), um ramo de violetas e camélias (à princesa Isabel) (objeto);
- 4º) adjetivos e substantivos que permitem fazer enquadramento simbólico: *camélias artificiais*; *rico ramo de violetas*.

Sobre o conjunto dos verbos “entregou, oferecido, presenteou, ofertado” observamos que estavam relacionados a flores ou a louros. E que variavam as suas modalidades: ora flores artificiais, ora naturais (camélias, violetas ou rosas), ora coroas de louros. Ou seja, existiam várias performances quanto ao uso das flores e louros. Quando fomos tentar entender porque havia essa variação quanto ao uso dos tipos de flores ou de louro, identificamos que as flores geralmente eram entregues por representantes das associações abolicionistas à princesa Isabel ou ao Dom Pedro II e os louros aos propensos republicanos. Deste modo, pudemos constatar que se tratava de *performances de ações simbólicas*, pois os ativistas, em nome de uma coletividade (Confederação Abolicionistas), resgatavam um símbolo (camélia) que já havia sido utilizado no passado, demarcando uma experiência carregada de significado de luta pregressa. Essas performances de ações simbólicas incorporavam símbolos preexistentes na cultura associativa abolicionista⁵³.

Além das performances de ação simbólica existiram outras, mas com o exemplo citado estamos querendo demonstrar a construção lógica das categorias do banco de dados. Elas não são fortuitas. Primeiro, escolhemos substantivos que pudessem identificar os atores. Em seguida, os atores levam-nos até seus verbos de ação, bem como a substantivos e adjetivos que qualificam o sujeito ou o objeto. Estes, por sua vez, ajudam-nos a construir as categorias de

⁵³ Emprestamos o conceito de prática cultural de Francesca Polletta (2004) para ajudar a explicar as práticas culturais dos associados abolicionistas. Esta perspectiva conceitual foi melhor desenvolvida no capítulo teórico (capítulo 2).

performances. E ao final podemos dizer que o conjunto de performances compõe o repertório (ver Figura 6).

Figura 6 - Esquema para identificar atores e suas performances nos eventos de confronto político

Seguindo este esquema lógico chegamos ao seguinte repertório das associações abolicionistas no pós-abolição:

Quadro 4 - Relação de verbos para cada cluster de performance

Performances	Verbos
Ação de Violência	Atacar; queimar; desordem; apedrejar; recebido a revólver.
Ação de Difusão	enviar; publicar; divulgar.
Ação de Dissidência	engendrar ódios e vinganças; acusa de omitir a questão da escravidão; fazer intriga; quebrar a unidade.
Ação Direta	dar, cuidar, esmolar.
Ação Institucional	expedir, requerer, conseguiu de um juiz de órfãos tutela de seus ingênuos; levar estes fatos ao conhecimento do governo; requer votação do parecer da comissão de polícia; ofício dirigido ao presidente da província.
Ação Organizacional	Nomear, designar (comissão); comissão organizadora; promover; gerir; prestar conta; remeter ofício.

Ação Simbólica	conceder o título ...; saudou, entregou, presenteou, ofereceu, ofertou (coroas de louros, flores, louros, bouquet); queimar girândolas; iluminar.
Certificação	carta, telegrama, comunicado que parabeniza; felicita; abençoa; apoia.
Desmobilização	Dissolvido.
Manifestação Pública em Espaço Aberto	foram; percorreram; desfilar; dirigiu-se; discursou (em praça); passou; tocou (banda).
Manifestação Pública em Espaço Fechado	participa; reunir; realiza; solenizar.
Repressão	(club da lavoura) compram armas; descompôs-me no Senado ...; combater o projeto ..., queixas dirigida a imprensa de homens seviciados, ... perseguidos, ... ameaçados de prisão, ... homens baleados; intimação a jornalista; sofrer calúnia; perturbar préstitos e meetings; assassinato de jornalista.

Fonte: Fonte: Elaboração própria, a partir das informações contidas nos periódicos consultados entre 13/05/1888 e 24/02/1891 no site da Hemeroteca da Biblioteca Nacional

São estas performances que compuseram o repertório das associações abolicionistas no pós-abolição. E ao longo desta tese as analisaremos: ora comparando com o repertório do pré-abolição, na tentativa de encontrar elementos que nos forneçam explicações que comprovem que o repertório é historicamente aprendido e culturalmente compartilhado, principalmente quando existe uma associação, ou uma rede organizacional que possibilita esse compartilhamento de conhecimento especializado em encenar as performances que atravessam períodos e diferentes governos; ora analisando as suas performances ao longo do tempo e identificando as variações nas performances de acordo com as prescrições, tolerâncias e proibições em cada governo.

3.3 Alimentação do banco de dados

Após explicarmos a construção das nossas categorias (performances e repertório) podemos exemplificar como procedemos com a alimentação do nosso banco de dados.

Após identificar as ocorrências das palavras-chave, fornecidas pela combinação dos substantivo coletivo com o substantivo comum, partimos para a triagem, selecionando os artigos dos jornais que tratavam de eventos de confronto político, e registramos informações referente ao evento, tais como dia, mês, ano, cidade, província/estado, local (casa, teatro, rua, igreja, praça, em frente a órgãos públicos, ou em redações de jornais ou em frente a redação de jornais, etc), nome de pessoas envolvidas que foram citadas, assim como nome da associação ou organização citado na notícia, e também registramos a fonte primária (no caso do site da hemeroteca, apenas os jornais).

Por exemplo: com a palavra-chave confederação abolicionista, no recurso eletrônico da Hemeroteca, encontramos esta notícia a seguir:

Figura 7 - Cidade do Rio 9 de maio de 1889

Fonte: Site da Hemeroteca Digital Brasileira

Ao ler a notícia identificamos eventos nos quais a Confederação Abolicionista é sujeito e vinculada à ação: 1) A Confederação Abolicionista **promoverá** os festejos do dia 13 de maio (evento que será confirmado no jornal Cidade do Rio do dia 13 de maio de 1889); 2) a redação do jornal *Cidade do Rio* diz que *A Tribuna da rua Nova* faz **calunia** contra a Guarda Negra e que a Confederação Abolicionista sabe o que deve a si mesma para **ocupar-se de nulidade**. Dessa relação sujeito-verbo-objeto chegamos ao repertório das associações abolicionistas durante o pós-abolição.

Com esta notícia queremos demonstrar a existência de pelo menos 2 eventos numa única notícia, o que evidencia que analisar eventos não é o mesmo que analisar notícias⁵⁴, por isso é importante prestar atenção na relação sujeito-verbo-objeto para entender o evento de confronto político. Deste modo, peguemos como exemplo a notícia acima para demonstrarmos como se dá a alimentação do banco de dados dos eventos de confronto político em que as associações abolicionistas estiveram envolvidas. Cada evento é registrado com um número identificador (ID), o qual é classificado em um tipo de performance de acordo com a relação sujeito-verbo-objeto.

Figura 8 - Banco de dados de eventos de confronto político das associações abolicionistas no pós-abolição

ID	Formas de Ação	Dia	Mês	Ano	Cidade	Província	Local	Evento	Verbo	Fonte	Dia Fonte	Mês Fonte	Ano Fonte	Associação
232	Manifestação Pública em Espaço Fechado	13	5	1889	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Teatro Imperial D. Pedro II	A CA realiza festival	Realiza	Cidade do Rio	13	5	1889	Confederação Abolicionista
219	Repressão	9	5	1889	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	missing	A Tribuna fez calunia	Caluniar	Cidade do Rio	9	5	1889	Confederação Abolicionista, Guarda Negra

Fonte: Elaboração própria, a partir das informações contidas nos periódicos consultados entre 13/05/1888 e 24/02/1891 no site da Hemeroteca da Biblioteca Nacional

Com este banco de dados dos eventos de confronto, mapeamos os eventos e produziremos frequências dos lugares, datas, província/estado onde ocorreram, além de identificarmos os tipos de performances que compõem o repertório das associações abolicionistas após a abolição, tais como manifestação em espaço público (como as conferências-concerto) e as repressões que estiveram envolvidas (como as calúnias).

3.4 Análise dos dados: Performances e Repertórios

A nossa intenção ao identificar as associações abolicionistas é mapear suas performances, percebendo suas continuidades e mudanças, porque são essas pequenas

⁵⁴ Embora a notícia ofereça-nos informações sobre os ocorridos na esfera pública, ela não se constitui, neste trabalho, como unidade de análise. O que nos interessa são os eventos noticiosos, mais especificamente os eventos de confronto político. Se fôssemos analisar a notícia, certamente o essencial seria a narrativa construída em torno do evento, ou mesmo a construção da opinião pública, de modo a proceder com uma análise de linguagem ou da construção da uma ideologia, por exemplo. Mas, neste trabalho, não seguimos por essa seara.

mudanças identificadas numa relação situacional (performance) que podem alterar, se analisadas numa sequência temporal. Se o repertório é historicamente herdado, então teria que haver uma apropriação do uso de elementos do repertório passado, caso contrário, o repertório poderia ser classificado como fraco ou um não repertório (TILLY, 2006, p. 39-41). Com o caso das flores, o trabalho de Alonso (2015) identificou-o como sendo uma performance chave do repertório abolicionista entre os anos de 1868 a 1884. E esta tese identificou-o novamente entre os anos de 1888 a 1889. Resta-nos agora saber se era um repertório flexível ou um repertório rígido. É o que contaremos no capítulo 4.

Mas a importância nesta tese em analisar os repertórios não apenas é para estabelecer comparação do repertório do pré-abolição com o imediato pós-abolição, mas também para analisar a variação do repertório com as mudanças governamentais, trabalho este que será realizado no capítulo 5. Neste capítulo, analisaremos a variação do uso de repressão para com os abolicionistas, pois governos mais “abertos” toleram mais as performances de movimentos sociais e governos mais “fechados” proíbem e prescrevem mais sobre as performances de movimentos sociais (TILLY, 2006). Então, ao comparar os dados sobre repressão aos abolicionistas, seja no governo do gabinete de João Alfredo Correa de Oliveira ou no gabinete Ouro Preto, mostraremos se realmente variaram esses dados e se podemos dizer que com a mudança governamental houve aberturas ou fechamentos políticos às demandas dos abolicionistas no pós-abolição.

Para realizar ambas tarefas, a do capítulo 4 (que analisa performances para verificar se repertórios são historicamente aprendidos) e do capítulo 5 (que analisa a variação das performances de acordo com as mudanças governamentais para verificar as oportunidades e ameaças às associações), faremos análise de cluster de performances, ora valendo-nos de gráfico de barras, ora de gráfico de linha. Este último favorece-nos a observar a situação em que houve a mudança do tipo de confronto político e verificar quando e por que houve a alteração, e desta forma observar a alteração dos alinhamentos políticos. Ou seja, com o gráfico de barras agrupadas por performances observamos a frequência de cada “pacote” de performance em cada governo. Já a sequência dos “pacotes” de performances é com o gráfico de linha que observamos, identificando assim quando houve alteração do realinhamento político entre abolicionistas, monarquistas, conservadores, liberais e republicanos. E ao analisar a performance numa interação situacional descobrimos por que houve a inovação.

Então, ao analisar as performances acreditamos que conseguiremos explicar algumas possíveis consequências políticas do movimento abolicionista, tais como:

1) Nas organizações abolicionistas, verificaremos: se durante o período do imediato pós-abolição elas sofreram *consequências organizacionais* no que diz respeito à participação formal em comitês populares, ou até mesmo a nível institucional enquanto apoio; à posse de recursos (se as organizações abolicionistas obtiveram recursos materiais⁵⁵ para se manterem e atenderem suas demandas); ou as consequências para seus *beneficiários*, tais como conquista de direitos; ou se sofreram repressão, dificultando o seu funcionamento.

2) Para os ex-líderes abolicionistas, analisaremos se obtiveram *acesso* às instituições políticas e se conseguiram introduzir as novas *demandas* do movimento abolicionista na agenda institucional, ou não. Se sofreram *repressão institucional* que limitou suas possibilidades de ação na esfera pública⁵⁶. Para tanto verificaremos a interação de confronto entre associações abolicionistas e instituições políticas e observaremos as aberturas e fechamentos institucionais às demandas das associações abolicionistas no imediato pós-abolição. Observaremos se os abolicionistas tiveram acesso às instituições políticas ou se as suas propostas nem tiveram acolhimento institucional, por estarem as instituições políticas refratárias às demandas dos abolicionistas.

Embora as consequências políticas do movimento abolicionista recaiam sobre os atores (organizações e ex-líderes, principalmente), a intenção desta pesquisa não é proceder com uma análise de causa-consequência com variáveis independentes e ligações diretas, mas sim observar as intersecções as interconexões, ou melhor, as *performances*, as interações, os dramas e tramas entre abolicionistas e governantes. A análise das performances possibilita um maior entendimento da *dinâmica* das consequências políticas do movimento abolicionista, e assim conseguiremos captar as dimensões que estão para além das consequências intencionadas (tanto as desejadas e obtidas) pelo movimento social organizado. Será também possível analisar as consequências indiretas, aquelas fora das agendas, aqueles cujos efeitos são sentidos na socialização política (TARROW, 2009).

⁵⁵ Nos jornais existem notícias sobre caixa lotérica para abertura de escolas para libertos. Assim como de organização de caixa para tentar comprar um prédio para José do Patrocínio. Por outro lado, há também, notícias de ameaças em reverter o fundo de emancipação para financiar a criação dos burgos agrícolas.

⁵⁶ Por exemplo, José do Patrocínio sofre intimidação policial, bem como terá seu jornal empastelado durante o período republicano; André Rebouças é exilado juntamente com a família imperial. Ambos exemplos apontam para fechamentos políticos.

CAPÍTULO 4: AS ASSOCIAÇÕES ABOLICIONISTAS DEPOIS DA ABOLIÇÃO

Introdução

O movimento abolicionista atingiu o seu objetivo principal, que era a abolição da escravidão. Isso não significa que um movimento social, após ter atingido sua demanda principal, encerre suas atividades imediatamente e que seus líderes retirem-se da cena pública no dia seguinte. Após a assinatura da Lei 3.353, que declarava extinta a escravidão no Brasil, o movimento abolicionista reconfigura-se, as reivindicações vão além da agenda da abolição, e os atores e formas de ação continuam operacionalizando-se. Levando isso em conta, é necessário analisar a atividade (performances) das associações abolicionistas no Rio de Janeiro desde o dia da assinatura da lei que declarou extinta a escravidão no Brasil (13/05/1888) até o dia em que foi proclamada a República no Brasil (15/11/1889).

Neste capítulo levaremos em conta as associações abolicionistas porque elas constituíram-se de grupos de pessoas que estiveram reunidos em torno da causa da abolição, e por isso foram praticantes de ações coletivas. Apenas por meio das associações abolicionistas é que conseguiríamos identificar se os atores nominados “abolicionistas” continuaram em cena no imediato pós-abolição. Afinal, não tínhamos certeza se continuaram em atividade, nem sabíamos quais seriam essas associações, e quais as suas performances de confronto político.

Para realizar este estudo sobre as associações abolicionistas no imediato pós-abolição, tomamos de empréstimo alguns conceitos já mencionados no início desta tese e que nos auxiliaram na pesquisa, são eles: *performances de ações coletivas* (ALEXANDER, 2004), *performances de confronto político* (TILLY, 2001, 2006; TARROW, 2007, 2009) e *associações como estruturas organizacionais suspensas no tempo* (TAYLOR, 1989). Estes conceitos foram sistematizados no capítulo 2 e neste capítulo serão retomados, pois é a partir deles que conseguimos prosseguir com a proposta de análise, cujas etapas incluem: 1) identificar quais foram as associações abolicionistas que permaneceram em atividade; 2) identificar quais foram as performances de confronto político que estes atores continuaram desempenhando; 3) comparar as performances do pré-abolição com as do pós-abolição; 4) averiguar se repertórios são historicamente herdados; 5) e verificar se as associações constituíram-se como estruturas organizacionais suspensas no tempo, possibilitando transportar

performances de confronto político que são culturalmente aprendidas em seus espaços associativos.

Para operacionalizar a pesquisa, respaldamo-nos no método de *evento de confronto político*, explicado no capítulo 3. Por meio deste método foi possível mapear os eventos de confronto político, verificando as performances que eram desempenhadas neles, bem como identificando cada uma das associações que permaneceram em atividade. Com os dados obtidos, foi possível estabelecer uma análise comparativa das performances desempenhadas no pré-abolição e das desempenhadas no pós-abolição. Para tanto, fizemos um comparativo entre os dados obtidos na pesquisa de Angela Alonso (2015) e dados obtidos do imediato pós-abolição que são exclusivos desta tese.

Essa abordagem das associações abolicionistas por meio de suas performances pode complementar a literatura brasileira que tratou das mobilizações no final do século XIX – contrastando com perspectivas que retrataram o movimento abolicionista como desordem (FREYRE, 1959), ou como ausência de autonomia dos negros (FERNANDES, 1964) – e reforçar a tese da participação política (GOMES, 2006; GUIMARÃES, 2011; MATTOS, 1995; ALONSO, 2011).

O objetivo neste capítulo é trabalhar com as performances de confronto político encenadas pelas associações abolicionistas no pós-abolição e trazer à tona sua dimensão de serem historicamente aprendidas e culturalmente compartilhadas. Para tanto, recuperaremos algumas performances do pré-abolição para estabelecer um comparativo com as do pós-abolição.

1 Associações abolicionistas ativas no pós-abolição

É a análise das performances após a abolição que nos responde sobre o que fizeram e pensaram os abolicionistas após ter sua principal demanda atendida. A importância em analisar as performances das associações abolicionistas no pós-abolição e compará-las com as utilizadas no pré-abolição é porque permitem que identifiquemos as continuidades, bem como as mudanças a que os abolicionistas tiveram que se adaptar.

Antes de identificar as performances é imprescindível saber quem foram os abolicionistas no pós-abolição. Para tanto, pesquisamos as associações abolicionistas no pós-abolição, pois são elas que, mesmo com a obtenção da Lei 3.353, continuaram autodesignando-se como “abolicionistas”; além do mais, partimos do pressuposto de que pessoas vinculadas a

associações abolicionistas são necessariamente abolicionistas; e a vantagem é que associações praticam *ações coletivas*, elemento básico de um movimento social. Deste modo, as associações abolicionistas constituem-se como uma unidade relevante de análise.

Para identificarmos os atores que ainda se autodenominavam “abolicionistas”, mesmo no pós-abolição, desenvolvemos um método que combinou substantivo comum (abolicionista, emancipadora, libertadora, redentora) com o substantivo coletivo (sociedade, associação, club, diretório, caixa, centro, central, confederação, cruzada, grêmio, união, liga). Valendo-se dessa combinação, no pré-abolição, a pesquisa de Alonso evidenciou ao menos 45 associações abolicionistas atuantes na província do Rio de Janeiro. Esta tese sobre o pós-abolição encontrou apenas 7 associações que se autodenominavam “abolicionistas” e mais três associações relacionadas a elas.

Quadro 5 - Associações abolicionistas (RJ) ativas no pré e pós-abolição

Associações abolicionista ativas no pré-abolição	Pós-abolição
Sociedade Contra o Tráfico de Africanos e Promotora da Colonização e Civilização dos Indígenas	Não
Sete de Setembro – Sociedade Ypiranga	Não
Associação Central Protetora dos Emancipados	Não
Emancipadora Campista	Não
Sociedade Emancipadora 28 de Setembro	Não
Associação Central Emancipadora	Não
Sociedade Brasileira Contra a Escravidão	Não
Sociedade Emancipadora da Escola Politécnica	Não
Sociedade Para Libertação dos Escravos da Escola Militar do Rio de Janeiro	Não
Caixa Emancipadora José do Patrocínio	Sim
Sociedade Abolicionista dos Alunos da Escola Militar	Não
Clube Abolicionista Riachuelo	Não
Sociedade Campista Libertadora	Não
Associação de Senhoras Abolicionistas	Não
Caixa de Donativos do Congresso Literário Guarany	Não
Caixa Emancipadora do Clube Vasques	Não
Centro Abolicionista Comercial	Não
Centro Abolicionista Ferreira de Menezes*	Não
Clube Abolicionista dos Cozinheiros e Copeiros Confederados	Não
Clube Abolicionista Gutemberg	Sim

Clube Abolicionista Preparatorio	Sim
Clube Carlos Gomes*	Não
Clube das Senhoras Abolicionistas	Não
Clube dos Abolicionistas Empregados do Comércio	Não
Clube dos Libertos de Niterói	Sim
Clube Sete de Novembro*	Não
Clube Infantil Libertador	Não
Clube José do Patrocínio	Não
Confederação Abolicionista	Sim
Confederação Infantil Abolicionista	Não
Libertadora 28 de setembro	Não
Sociedade Abolicionista de Senhoras do Clube Mozart	Não
Sociedade Abolicionista Luso Brasileira	Não
Sociedade Libertadora Acadêmica	Não
Clube Abolicionista Abraão Lincoln*	Não
Clube Abolicionista Carlos Lacerda	Não
Clube da Mocidade Abolicionista	Não
Clube dos Advogados Contra a Escravidão	Não
Centro Abolicionista Seis de Junho	Sim
Clube Abolicionista Feminino	Não
Centro Abolicionista Forense	Sim
Comissão Central de Emancipação	Não
Clube Abolicionista Sete de Novembro*	Não
Clube 3 de Março	Não
Congresso Abolicionista Niteroiense	Não
	União dos Abolicionistas
	Guarda Negra da Redentora
	Centro Tipográfico Treze de Maio
Total = 45	10

Fontes: Dados das associações abolicionistas em atividade no pré-abolição com informações retiradas de ALONSO (2015, p. 435-446). Dados das associações abolicionistas no pós-abolição é de elaboração própria, com informações obtidas nos periódicos disponíveis no site da Hemeroteca da Biblioteca Nacional

Referente às associações identificadas no quadro acima, podemos observar que há uma expressiva quantidade de associações abolicionistas em atividade, mesmo considerando-se apenas a província do Rio de Janeiro durante o pré-abolição, o que comprova a dimensão massiva do movimento abolicionista. E isso contrasta com a perspectiva da ausência de participação no final do século XIX, apontado no capítulo 1.

Outro apontamento é que, obviamente, a partir da primeira inserção dos substantivos combinados, a pesquisa de Alonso (2015) sobre o pré-abolição também identificou outras associações que não traziam explicitamente em seu nome termos que as auto designassem como “abolicionistas”, mas que foram associações bastante ativas no movimento abolicionista, tais como: Sete de Setembro, Congresso Literário Guarany, Clube Carlos Gomes, Clube dos Libertos de Niterói, Clube Sete de Novembro, Clube José do Patrocínio, Clube 3 de Março. Referente a estas associações não auto denominativas como “abolicionistas”, no pós-abolição encontramos apenas o Clube dos Libertos em *copresença* (DELLA PORTA, DIANI, 2008) de outras associações auto denominativas de “abolicionistas”. Por isso, decidimos mantê-lo no nosso universo de análise. As demais associações, tais como o Congresso Literário Guarany e o Clube Carlos Gomes, sabemos que continuaram em atividade, mas não conseguimos identificá-las em *copresença* das demais associações abolicionistas no pós-abolição. Por isso, decidimos não as considerar como universo desta pesquisa.

O motivo da não *copresença* no pós-abolição de algumas associações antes tidas como integrantes do movimento abolicionista pode ser a reorientação de suas pautas, como por exemplo podemos verificar através do Clube Carlos Gomes. No pré-abolição, era um grupo de mulheres adeptas da abolição da escravidão e sustentou debate com o Clube Beethoven que, composto apenas por homens, impediam-nas de ingressar em seus salões. No pós-abolição, o Club Carlos Gomes modificou sua composição, permitiu a inserção de homens e concentrou-se nas questões profissionais musicais, ficando, portanto, a pauta das medidas complementares à abolição da escravidão sem muito respaldo nesta associação. Deste modo, não por acaso, encontramos apenas o Clube dos Libertos em *copresença* das demais associações “abolicionistas” no pós-abolição, pois trazia em seu nome a sua orientação: eram aos libertos!

Sobre as associações autodenominadas “abolicionistas” no pós-abolição, nem todas permaneceram em atividade. E esta pesquisa, seguindo a metodologia descrita anteriormente e por basear-se em notícias de jornais, não conseguiu identificar os motivos que teriam levado cada associação a desmobilizar-se ou engajar-se em outro movimento. Esta pesquisa não teve o objetivo de descrever o processo de desmobilização, mas, ao contrário, identificar a sobrevivência da mobilização após a realização de sua principal demanda. Contudo é possível levantar algumas hipóteses para a desmobilização: atingida a pauta principal, a da abolição da escravidão, não viram necessidade em continuar lutando pelas medidas complementares; ou enfrentaram desentendidos internos sobre questões políticas partidárias (conservadores, liberais e republicanos) ou sobre a forma de governo (monarquia ou república); ou engajaram-se em outras causas não políticas, a exemplo do que verificamos com o Clube Carlos Gomes, ou em

outras causas políticas, como ocorreu, por exemplo, com a fundação, pelo antes abolicionista José Augusto Vinhaes, do Centro do Partido Operário (CPO), em 1890. Contudo, esta linha de pesquisa não foi perseguida aqui por não se tratar de objeto precípuo desta tese.

No pós-abolição, embora 10 associações fosse um número bem menor do que o evidenciado no pré-abolição, a existência delas é bastante emblemática, porque comprova a atuação de associações abolicionistas mesmo após atendida a principal demanda, o que dá sustentação para que investiguemos o que elas faziam e pensavam após a lei de 13 de maio de 1888. São a estas 10 associações e às suas performances desempenhadas no pós-abolição que nos dedicaremos.

A existência de 10 associações do pós-abolição, em comparação com as 45 do pré-abolição, não é pouco, significa que quase um quarto das associações permaneceram em atividade. Foram bastante ativas, participando de 281 eventos de confronto político entre 13 de maio de 1888 e 15 de novembro de 1889. Essa quantidade massiva de eventos corrobora o argumento de que mesmo após a abolição essas 10 associações sustentaram a continuidade do movimento.

O material também permitiu identificar a continuidade da liderança do processo entre o pré-abolição e o pós-abolição, já que a principal associação permaneceu sendo a mesma: dos 281 eventos de confronto político, 125 tinham o envolvimento da Confederação Abolicionista. A partir destes dados, além de constatar a intensa atividade abolicionista depois da lei de 13 de maio, também podemos confirmar a atuação da Confederação Abolicionista como a principal associação, possuindo, portanto, uma atividade de coordenação. Esta atividade de coordenação era bem conhecida da Confederação. Como identificou a pesquisa de Alonso, no pré-abolição a Confederação Abolicionista operou como aglutinadora e promoveu ações coordenadas Brasil afora. Atuou como uma associação profissional e por isso possuía um saber fazer especializado em performances de confronto político (ALONSO, 2014, p. 128; 2011, p. 184). No pós-abolição não foi diferente, a Confederação Abolicionista funcionou como uma central de associações, coordenou eventos de confronto político, e teve a ela filiada as demais associações satélites: Caixa Libertadora José do Patrocínio; Clube Abolicionista Gutemberg; Clube Abolicionista Preparatório; Clube dos Libertos de Niterói; Centro Abolicionista Seis de Junho; União dos Abolicionistas; Guarda Negra da Redentora e Centro Tipográfico Treze de Maio.

Como a Confederação Abolicionista continuou atuando no pós-abolição como coordenadora, podemos destacá-la como uma *estrutura organizacional suspensa no tempo* (Taylor, 1989), que permitiu com que fossem carregados do pré-abolição para o pós-abolição

experiências e conhecimentos pregressos sobre como promover performances de confronto político. Por isso, o seu espaço associativo também serviu como lugar de compartilhamento de “esquemas de pensamento” (SWIDLER, 1995, 2001) e “prática cultural” (POLLETTA, 2004). Retornaremos a este ponto depois de identificar quais eram as performances que continuaram sendo desempenhadas no pós-abolição.

2 Performances herdadas

Após a identificação das associações abolicionistas que permaneceram em atividade no pós-abolição e verificado que a Confederação Abolicionista constituiu-se como uma estrutura organizacional suspensa no tempo, possibilitando transportar performances de confronto político do tempo do pré-abolição para o pós-abolição, os próximos passos foram: identificar quais as performances de confronto político que estes atores continuaram desempenhando; comparar as performances do pré-abolição com as do pós-abolição; e por fim, averiguar se o repertório de confronto abolicionista continuou a ser usado no pós-abolição.

Começamos por analisar as performances das associações no pré-abolição, que por sinal são bem variadas:

Tabela 1 - Repertório do movimento abolicionista, 1868-1888

Tipos de estratégia	Performances	Total	%
Manifestação pública em espaço fechado	Conferência (assembleia, conferência pública, conferência-concerto, conferência internacional, <i>meeting</i> em salão, <i>meeting</i> militar, pronunciamento, manifestação, manifestação cívica, matinê, <i>soirée</i> , homenagem, reunião, reunião pública, reunião popular, celebração, cerimônia, comemoração, <i>meeting</i> em salão, sessão, sessão comemorativa, sessão magna, sessão pública, sessão solene); evento artístico (concerto, <i>matinée musicale</i> , ópera, peça de teatro, exposição, sarau literário, festival); festa (literária, domiciliar, banquete, baile); reunião (reunião pública, assembleia, recepção, visita, congresso)	646	31,60
Ação de difusão	Arregimentação (organização de associação, confederação, congresso, redes, clube, caixa emancipadora, escola noturna para libertos e/ou escravos, viagem de propaganda); proselitismo (publicação de artigo, boletim, carta aberta, circular, circular eleitoral, declaração, discurso, ensaio,	442	21,62

Tipos de estratégia	Performances	Total	%
	folhetim, jornal, manifesto, panfleto, romance, conto, peça teatral, poema, tradução)		
Ação direta	Arrecadação de fundos (coleta de fundos, donativos, esmolas, subscrições, óbolos de porta em porta ou via listas de subscrição); libertação de territórios (criação de comissões libertadoras, fechamento de porto ao embarque de escravos, libertações coletivas de escravos, compra de liberdades individuais; visitas de persuasão visando concessão de manumissão em sequência espacial — casa/fazenda, quarteirão, rua, bairro, município, província)	407	19,91
Ação institucional	Lobby (visitas, cartas, pressão junto a autoridades políticas); petição (ofício ou petição aos poderes Executivo e Legislativo nacional, provincial ou municipal); ação judicial (ações judiciais de liberdade, habeas corpus, processos, apelos e denúncias a promotores, juízes, tribunais e chefes de polícia); ação parlamentar (discursos, projetos de lei nacional e/ou provincial, interpelação, formação de bloco parlamentar); candidatura (lançamento de/ou apoio a candidaturas eleitorais); ação do poder executivo (promulgação ou revogação de projeto, medida, regulamento ou lei nacional, provincial ou municipal)	200	9,78
Manifestação pública em espaço aberto	<i>Meeting</i> (reunião popular a céu aberto, <i>meeting</i> em praça, <i>meeting</i> embarque, <i>meeting</i> desembarque, <i>meeting</i> eleitoral, conferência-concerto ao ar livre, quermesse, bazar, feira, festa ao ar livre, serenata, alvorada); passeata (desfile, parada, marcha, <i>marche aux flambeaux</i> , cortejo, préstito, procissão cívica, passeio com banda, caravana, regata, barqueata)	189	9,24
Ação simbólica	Ação artística (caricatura; hino; pintura; alegoria; ornamentação, decoração com flores, embandeiramento, iluminação de casas, teatros, edifícios comerciais, jardins, ruas; criação de monumentos; salva de tiros); atribuição de prestígio ou estigma (criação e outorga de títulos e registros honoríficos ou depreciativos); boicote a publicação de anúncios de escravos fugidos; produção de símbolos e de heróis abolicionistas; politização de rituais da vida privada (manifestação em festa privada, batizado, aniversário, casamento, cortejo fúnebre, missa fúnebre, funeral)	89	4,35
Ação de confrontação	Desobediência civil (desrespeito à legislação escravista, fugas orientadas — incitação, promoção, auxílio a fugas de escravos e transporte e acoitamento de escravos —, obstrução de embarque de escravos em portos e estações ferroviárias, obstrução de prisão de escravos e abolicionistas, criação de rotas de fuga, associações clandestinas e quilombos; guarida ou asilo a fugidos), enfrentamento (perturbação de procedimentos	71	3,47

Tipos de estratégia	Performances	Total	%
	institucionais, invasão de prédio ou evento; declaração pública de disposição ao uso da força; enfrentamento com exército, polícia, cavalaria, milícia civil, capitão do mato, feitor, proprietários de escravos; incêndio de plantação; incitação à greve, à insubordinação ou à insurreição de escravos em espaços públicos — portos, estações de trem, ruas — ou privados — casas e fazendas)		
Total geral		2044	100

Fonte: tabela compilada com dados de ALONSO (2015, p. 429) e de ALONSO (2014, p. 115-137).

É essa *variedade* de ações (performances) que constituiu o repertório do movimento abolicionista durante a campanha pela abolição. É essa *variedade* de ações em diversas frentes – ação institucional, manifestação pública em espaço fechado, em espaço aberto, ação de difusão, ação simbólica, ação direta, ação de confrontação – que fez com que os confrontos empreendidos pelos abolicionistas fossem dinâmicos, constituindo-se como um movimento. Caso contrário, se tivessem concentrado suas ações em apenas um tipo de ação, teriam facilitado a reação dos contrários. Deste modo, essa estratégia de agir em várias frentes foi bastante eficaz. Se não tivessem performances variadas e atuassem de forma episódica, não teriam se constituído em movimento, pois um evento isolado não constitui movimento, mas sim o conjunto de eventos, com performances variadas. Dito de outro modo, se a ação dos abolicionistas tivesse se concentrado apenas em um manifesto enviado ao parlamento (ação institucional), o confronto teria se travado apenas em uma arena, na parlamentar, e facilitado para os escravistas realinharem-se e bloquearem o projeto no parlamento. Mas não foi isso que foi verificado. A estratégia de agir em várias frentes foi bastante eficaz. Com as manifestações públicas em espaço aberto e fechado, os abolicionistas conseguiram mobilizar a opinião pública, e conseguiram adesão em massa, espalhada Brasil afora. Foi o volume de ações e informações *difundidas* em todo o território brasileiro que fez com que o movimento abolicionista fosse dinâmico e exercesse pressão nas instituições políticas até que fosse alcançada a principal demanda: a abolição imediata e sem indenização (ALONSO, 2015, 2014, 2011).

No entanto, o que fazem movimentos sociais após atendida a sua demanda? É o que as performances nos contam. O movimento acaba ou reorienta-se para novas atividades? Seus líderes saem do espaço público ou continuam em novos confrontos políticos? Como se dá a interação entre líderes e Estado depois da abolição? Para responder a essas perguntas, um caminho foi observar o que os abolicionistas estavam fazendo, mapeando as performances das

10 associações em funcionamento. Na tabela abaixo pode-se observar as performances que compuseram o repertório das associações abolicionistas após a abolição:

Tabela 2 - Repertório do movimento abolicionista no pós-abolição, 1888-1891

Tipos de estratégia	Performances	Total	%
Ação Simbólica	Ação artística (caricatura; alegorias; estátua; retrato; embandeiramento; buquê de flores; hino; iluminação de casas, prédios públicos; iluminação elétrica; ornamentação com colchas e arcos de flores; salva de tiros; fogos de artifício; tourada; corrida de cavalos; construção comemorativa); atribuição de prestígio ou estigma (outorga de título honorífico e registro honorífico ou depreciativo; medalhas; produção de símbolos e de heróis abolicionistas); politização de rituais da vida privada (aniversário, cortejo fúnebre, missa, visitação a túmulos)	98	23,61
Manifestação Pública em Espaço Aberto	<i>Meeting</i> (ajuntamento, alvorada, baile popular em praça, festa ao ar livre, saudação, <i>meeting</i> desembarque, <i>meeting</i> musical, <i>meeting</i> eleitoral, conferência-concerto a céu-aberto, <i>meeting</i> na rua, <i>meeting</i> em praça); passeata (barqueata, regata, passeio de bonde, desfile com apresentação de dança, marcha cívica, <i>marche aux flambeaux</i> , parada militar, passeata, préstito, saudação, procissão cívica)	70	16,86
Manifestação Pública em Espaço Fechado	Conferência (conferência-concerto, conferência junto à autoridade, festival, homenagem, <i>matinée</i> , pronunciamento, recepção, <i>soirée</i> , <i>meeting</i>); evento artístico (hino, peça de teatro, recital, concerto); festa (baile, banquete, banquete domiciliar, festa, <i>launch</i>); reunião (pronunciamento, recepção, sessão, sessão especial, visita, sessão extraordinária, sessão pública, assembleia)	58	13,97
Ação institucional	Ação judicial (processos e julgamento); ação militar (convocatória, inquérito policial, nomeação para cargo público, ordem militar); ação parlamentar (atribuição de estigma e prestígio, projeto de lei, reintegração de funcionário); ação poder executivo, (expedição de decreto, lei, nomeação para cargo público, mudança de gabinete, envio de telegrama, pronunciamento); candidatura (lançamento de/ou apoio a candidaturas eleitorais, manifesto eleitoral); denúncia levada ao poder executivo; eleição (apuração); lobby (presença junto à autoridade, visita); petição (ao poder executivo, circular, manifesto, ofício).	55	13,25

Tipos de estratégia	Performances	Total	%
Ação de Difusão	Arregimentação (convocatória, envio de telegrama, fundação de associação, publicação de programação de festividade, publicização da confirmação de presença de autoridade); proselitismo (distribuição de jornal, poesia, revista, livro, envio de telegrama, publicação de artigo, carta aberta, carta editorial, discurso, edição especial, jornal, pronunciamento, publicização de decreto)	50	12,04
Ação Direta	Arrecadação de fundos (donativos, esmola, loteria, perdão de dívida, subscrição, subvenção, bilheteria de festival); fundação e manutenção de instituições (escolas, fundação de colônia agrícola)	26	6,26
Certificação	Apoio (associação, banco, imprensa/redator, professor, gente da elite, autoridade internacional e religiosos certificaram o ato de 13 de maio; à candidatura eleitoral de abolicionistas)	17	4,09
Repressão	Denúncia/difamação (contra abolicionistas, escravagistas, republicano, político, fazendeiro); recusa de espaço público (boicote); repressão institucional (ameaça, empastelamento de jornal, inquérito policial, prisão, internação em hospital/hospício,); repressão privada (ameaça de morte, de seviciamento)	15	3,61
Ação de Dissidência	Dissidência (abolicionista/monarquista, abolicionista/republicanos, abolicionista/abolicionista); conciliação (abolicionista/republicanos)	9	2,16
Ação Organizacional	Associativa (Comissão); Gerencial (Administrativa)	9	2,16
Ação de Violência física	Enfrentamento com uso de violência coletiva (apedrejamento de jornal, enfrentamento entre republicanos e guarda negra, incêndio de palhoças de libertos); enfrentamento com violência privada (assassinato, atentado)	7	1,68
Desmobilização	Desarregimentação (dissolução de associação)	1	0,24
Total Geral		415	100

Fonte: Elaboração própria, a partir das informações contidas nos periódicos consultados entre 13/05/1888 e 24/02/1891 no site da Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Como podemos perceber, as performances das associações abolicionistas no pós-abolição permaneceram bastante variadas. Para esclarecer do que se tratam esses aglomerados de performances identificadas na tabela 2, elencamos alguns exemplos, bem como trouxemos definições conceituais que nos dão respaldo. São eles:

Ação Simbólica: são as performances que lançam mão dos produtos e práticas culturais simbólicas, tais como emblemas, ornamentos, peças de madeira, pinturas, decorações (flores, bandeiras), que possuem usos e significados bastante particulares para uma coletividade (DURKHEIM, 1989, p. 152-159). Cabe lembrar que estes produtos culturais simbólicos são colocados em ação (encenados) e são escolhidos pelos atores dentro do repertório cultural disponível naquele tempo e em dada situação. E os atores escolhem qual peça é melhor para ser encenada (SWIDLER, 1989) naquela dada situação. É interessante observar que em cada período histórico, existem diferentes práticas simbólicas: há um estilo de roupas usadas, um jeito de se comportar, ou mesmo um estilo da decoração. E por isso, os signos são cheios de significados que também são contextuais. Por exemplo, os usos das flores no pós-abolição: camélias, rosas e louros. O símbolo “camélia” expressava um significado de luta pregressa no movimento abolicionista; no pós-abolição, as performances com usos das flores são ampliadas, rosas e louros ganham novos significados: rosas ao imperador e louros aos republicanos.

Manifestação Pública em Espaço Aberto: refere-se à interação que é visível (demonstrada) e fora de qualquer localidade particular (TILLY, 2006, p. 188). São as performances de confronto político desempenhadas na arena das ruas (JASPER, 2016, p. 36), tais como *meeting* em praça pública e passeata (ALONSO, 2015). O que pode ser exemplificado com o préstito festivo organizado pela comissão de imprensa Treze de Maio para comemorar a assinatura da lei. “As ruas estavam tapeçadas de flores; flores choviam de todos os lados e as senhoras nas janelas agitam os lenços, festejando [...] a liberdade [...]. O povo [...] saudava ovantemente o préstito e a procissão livre passava [...]. Toda a gente se fez representar [...] o negro e o branco, o pobre e o rico”. Participaram deste préstito festivo a Confederação Abolicionista, o Club Abolicionista Forense e o Club Abolicionista Gutemberg, entre outras associações, tal como a Sociedade de Ginástica Francesa. Como pode ser verificado, esta manifestação pública foi desempenhada num espaço aberto: nas ruas, ao estilo de performance de préstito.

Manifestação Pública em Espaço Fechado: refere-se à interação que é visível (demonstrada) e que acontece em espaço fechado. São as performances de confronto político desempenhadas na arena parlamentar (JASPER, 2016, p. 36), ou em qualquer outro espaço fechado, tais como reuniões, eventos artísticos e conferências realizados em teatro, salões e associações (ALONSO, 2015). Por exemplo, quando a Confederação Abolicionista, convidada pela Sociedade Central de Imigração, convoca um *meeting* a ser realizado no *Teatro Recreio Dramático*, em novembro de 1888. Neste evento, ocorrido em 11 de novembro de 1888, o

presidente da Confederação Abolicionista, João Clapp, se *pronuncia* contra a imigração chinesa. Dizia ele: “pretendem-se substituir uma escravidão por outra, mudam-se a cor do trabalhador, mas fica sempre dele escravo [...]. O “ ‘chin’ é a ressurreição do cativo, é a restauração da desonra do trabalho e a Confederação espera que o povo impeça a reescravização da pátria pela propaganda ou pelas armas”. Deste modo, este evento fez uso de um espaço fechado, o Teatro Recreio Dramático; foi ao estilo de performance de *meeting* em salão; e com manifestação pública com pronunciamento de João Clapp.

Ação institucional: refere-se às performances que expressam tanto a rotinização da política institucional – tais como candidaturas, votações parlamentares, decisões do poder executivo, ou trabalhos da corte judicial – quanto às performances de petições e lobby que acionam o sistema político legal (GOLDSTONE, 2003, p. 1-2). A importância em observar essas performances está em poder perceber o quanto movimentos sociais e associações estão atrelados às instituições políticas e a políticos, notar como a fronteira entre estas duas arenas é muito tênue. Separá-las como instâncias opostas dificulta entender como líderes de movimentos sociais tornam-se políticos, como agendas de movimentos sociais ganham inserção na arena legislativa. As instituições e os partidos do Estado são interpenetrados pelos movimentos sociais, e vice-versa. É essa relação que conseguimos detectar, por exemplo, nos nossos dados, quando uma liderança do movimento abolicionista da estirpe de José do Patrocínio torna-se vereador da cidade do Rio de Janeiro e, posteriormente, faz uso do seu cargo, juntamente com seu poder de liderança, levando o povo até à Câmara Municipal para, numa sessão extraordinária, convocada por ele, proclamar o governo Republicano.

Ação de Difusão: refere-se às performances que envolvem a transferência de informações estabelecendo linhas de interação (MCADAM; TARROW; TILLY, 2001, p. 333). As informações podem ser difundidas através de jornais, folhetins, manifestos e outras matérias que são colocados em circulação. Nesses materiais há conteúdos que fazem atribuições positivas ou negativas a algum objeto, pessoa ou grupos de pessoas. No entanto, essa informação, por si só, não vai levar alguém a adotar de modo irreflexivo uma nova ideia, uma prática cultural ou comportamental. Precisa-se de uma identificação mínima entre a informação transmitida e a adoção. Por isso, geralmente as performances de difusão estão envolvidas com uma base cognitiva e a percepção emocional. Para a ideia ser “adotada”, “adaptada”, ou, “inovada”, é importante haver um contexto favorável (CHABOT, 2000). É o que evidenciamos em uma das poesias distribuídas no dia da comemoração da assinatura da lei pela princesa

Isabel, quando foi “difundida” o enquadramento interpretativo que atribuía à princesa Isabel o “brasão – de redentora” (Revista Treze de Maio, distribuída no préstito do dia 20/05/1888). Ou seja, a mudança de contexto foi favorável para alterar a base cognitiva do enquadramento interpretativo da princesa, antes vista pelos abolicionista como “alheia aos conflitos que cindiam em seu reino” (Alonso, 2015, p. 274), pela de princesa Redentora.

Ação Direta: refere-se às performances desenroladas entre o desafiante e desafiado de modo direto, ou às performances que estão ligadas às queixas do desafiante ao poder do desafiado. São as performances que visam diretamente os seus alvos (TARROW, 2009, p. 54). Por exemplo, quando o Club Abolicionista Gutemberg arrecada fundos com o objetivo expresso de comprar um prédio para ser ofertado à José do Patrocínio, ele almeja assegurar “o melhoramento da classe jornalística e artes anexas”, cujo expoente máximo é José do Patrocínio. Não por acaso essa performance de arrecadação de fundos foi desempenhada por uma comissão do Club Abolicionista Gutemberg, que era um clube de tipógrafos. Assegurar o funcionamento do jornalismo do modo como era feito por José do Patrocínio era uma tentativa de garantir a continuidade da difusão da informação da luta em benefício da população negra, denunciando crimes e mazelas.

Certificação: refere-se à validação de atores, suas performances e suas reivindicações por autoridades políticas ou sociais (MCADAM; TARROW; TILLY, 2001, p. 121). Por exemplo, quando o papa Leão XIII envia o internúncio comunicando que abençoava a obra da extinção da escravidão no Brasil e conferia à princesa Isabel o título de rosa de ouro. Esta distinção papal conferia ao ato da princesa Isabel um aspecto “sagrado e abençoado por deus”, certificando a ação da princesa redentora de abolir a escravidão no Brasil.

Repressão: refere-se à ação que aumenta o custo da ação coletiva e da promoção de performances dos confrontantes (TILLY, 2006, p. 73-81). Pode ser de origem político-institucional ou de particulares, tais como o uso da coerção policial com prisões, inibição dos meios de comunicação, punições como modo de dar exemplo; ou o uso de retaliação de particulares com ameaça de morte por milícias e invasão de domicílios. Isto ocorreu, por exemplo, quando José do Patrocínio foi intimidado por oficiais militares para silenciar-se em seu jornal sobre as denúncias contra o militarismo dos republicanos de São Paulo. Neste caso, ele teve o seu direito de liberdade de imprensa cerceado.

Ação de Dissidência: refere-se às performances que objetivam dar visibilidade a afirmações deliberadas de diferença, como quando membros de facções dissidentes quebram a “fachada” de unidade do movimento (TILLY, 2003, p. 252). Como por exemplo, quando José do Patrocínio publica em seu jornal uma carta-editorial acusando Quintino Bocaiúva de falsa dedicação à causa abolicionista. Nesta carta-editorial, ele não nega que outrora Quintino Bocaiúva se imiscuiu no movimento abolicionista, “mesmo que de modo a desejar”, mas o descreve, no pós-abolição, como uma figura do partido republicano e não mais como um ativista em prol da luta pelos negros. É interessante deixar ressaltado que as dissidências são muito fluidas, elas fazem-se e desfazem-se facilmente.

Ação Organizacional: refere-se aos modelos organizacionais que são culturalmente expressados e ficam experiencialmente disponíveis num determinado tempo passível de ser inovado (CLEMENS, 2003, p. 189). Explicitam tanto as formas burocráticas de organização, tais como presidência, vice-presidencial, tesouraria, etc, como explicitam a composição de modelos múltiplos de organizações, tais como união, clubes, corporações, associações, confederação, rede, secreta, etc. Por exemplo, a *Confederação Abolicionista*, promotora do festival de comemoração do primeiro aniversário do 13 de maio, nomeou uma *comissão de sócios honorários* para irem convidar a princesa Imperial, a família imperial, o ministério, a imprensa, a Câmara Municipal, o Senado, a Câmara e o desembargador chefe do polícia. A importância em registrar estas performances organizacionais é porque por meio delas detectam-se possibilidades de negociações diretas com governantes, recomposição de diretoria devido a interferência governamental, e a interconexão de uma associação com outra associação a fim de sustentar um movimento social. Além do mais, ao registrar estas performances organizacionais, principalmente através das formações de comissões, identifica-se a profissionalização das associações abolicionistas, responsáveis por promover ações organizadas.

Ação de Violência física: refere-se às interações performáticas que infligem danos físicos a pessoas ou a objetos, podendo serem interações entre grupos, ou entre um grupo contra um indivíduo (TILLY, 2006, p. 118). A violência coletiva exclui a ação puramente individual, e vice-versa. Um exemplo de violência coletiva evidenciado no pós-abolição verificou-se no dia 30 de dezembro de 1888, quando do conflito entre republicanos e membros da Guarda Negra da Redentora, com ocorrência de tiroteio, apedrejamento, navalhada e cacetada, resultando em cerca de 80 pessoas feridas.

Desmobilização: trata-se de como as pessoas em um momento determinado estão fazendo reivindicações de confrontação política, e num momento posterior deixam de fazê-lo (MCADAM; TARROW; TILLY, 2001, p. 34). Isto ocorreu quando associações declararam encerrar suas atividades logo após o 13 de maio de 1888, como aconteceu, por exemplo, com um clube abolicionista da cidade de Diamantina/MG (Diário de Notícias 15/05/1888).

Ao longo da tese, voltaremos a estes exemplos de performances várias vezes: ora para exemplificar com comparações das performances desempenhadas pelas as associações no pré-abolição e as desempenhadas no pós-abolição, com o intuito de averiguar se são historicamente aprendidas; ora para demonstrar que as performances são compartilhadas; ou ainda, no capítulo 5, para mostrar o desenrolar do confronto político.

O próximo passo é demonstrar que performances são historicamente familiares, são formas aprendidas herdadas de experiências passadas, embora inovações também tenham ocorrido. Compararemos então as duas tabelas (Tabela 1 e 2), para demonstrar quais foram as performances identificadas no pré-abolição e no pós-abolição, e assim, averiguar permanências e inovações. As *permanências* dão sustentação para comprovar que as *performances são historicamente herdadas*, são carregadas do tempo passado para o tempo do pós-abolição e por isso trazem embutidos os aprendizados e experiências pregressas; já as *inovações* têm a capacidade de mostrar que existe margem para a adaptação em novos contextos e situações de interação.

Quanto à comparação, a primeira observação a ser destacada é sobre quais performances permaneceram no tempo. Ao comparar a tabela 1 com a tabela 2, os aglomerados de performances que permaneceram foram: ação de difusão, ação direta, ação institucional, manifestação pública em espaço aberto e fechado e ação simbólica. São estes aglomerados que se repetem, e deste modo, comprovam o aspecto herdado das performances. Estas performances são familiares, porque são conhecidas e já foram executadas anteriormente pelos associados abolicionistas. A *sequência* destas performances demonstra haver um *continuun* entre “passado” (pré-abolição) e “presente” (pós-abolição).

Ao examinar mais detidamente os aglomerados das performances que permaneceram através do tempo é possível constatar os efeitos do aprendizado. Ou seja, a performance que é familiar tem uma probabilidade maior de ser desempenhada novamente. Lembrando que, se seus scripts forem bem aventados na dimensão cultural, se forem bem encenadas, podem obter sucesso perante a audiência e tornar-se um script de fácil repetição no futuro (ALEXANDER,

2004). É o que se verifica com as performances de ação institucional, que de 9,78% aumentam para 13,25%; de manifestação pública em espaço aberto, que de 9,24% aumentam para 16,86%; e de ação simbólica, que de 4,35% aumentam para 23,61%. Portanto, aumentaram as performances já conhecidas, o que denota o caráter historicamente aprendido e herdado das performances do pré-abolição.

A comparação das performances do pré-abolição com as do pós-abolição permite também abordar uma segunda inovação e improvisação. O aprendizado não determina a ação dos atores a ponto de não haver espaço para inovação. Lembrando que o aprendizado também ocorre na situação em que se dá a interação de confronto. O ator aprende fazendo, as pessoas aprendem como fazer performances quando estão engajadas (TARROW, 2009). O ator tem uma capacidade adaptativa e inovadora em novos contextos e em novas situações. Por isso, é necessário que estes dados sejam lidos dentro de um contexto muito particular, que é o pós-abolição. Neste caso, mudanças de contexto, com menor abertura de oportunidades provocam um decréscimo das encenações das performances de ação de difusão (de 21,62% para 12,04%), ação direta (19,91% para 6,26%), manifestação pública em espaço fechado (31,60% para 13,97%). Nestas situações, houve também adaptação por parte das associações, que podem ser vistas nos três tipos de performances.

Um caso de modificação no pós-abolição diz respeito às ações diretas, tais como libertação de território e de arrecadação de fundos. No pré-abolição estes dois estilos de performances eram bastante estratégicos, como se pode ver na Campanha de libertação de territórios, no Ceará em 1885, que funcionou da seguinte maneira: com a promoção de conferência-concerto arrecadavam fundos e depois revertiam em compra de liberdade. Ter um território livre dentro do Estado Brasileiro era uma estratégia, pois os escravizados podiam se refugiar neste território livre (ALONSO, 2015, p. 191-198). No pós-abolição, com o país livre, obviamente estas performances não eram mais estratégicas. O cenário era outro e isso explica a diminuição das performances de ação direta de 19,91% para 6,26% no pós-abolição. A performance de libertação de território desapareceu, apenas a de arrecadação de fundos continuou, mas com nova finalidade. No pós-abolição, em vez de ser para a compra de cartas de liberdade, era necessário garantir bens materiais que pudessem dar continuidade à luta em benefício dos ex-escravizados. Era necessário assegurar a continuidade de jornais, principalmente o *Cidade do Rio*, de José do Patrocínio, que durante os anos finais do movimento abolicionista denunciava os crimes e mazelas cometidos contra a população negra, além de ter servido como um importante órgão difusor. É com vistas às necessidades de prover meios e garantias que se almejou, no pós-abolição, fazer uma comissão para arrecadar fundos

para a compra de um prédio para José do Patrocínio, e assim dar prosseguimento à sua luta em benefício da população negra. Portanto, verifica-se que, no contexto do pós-abolição, os atores, enfrentando novas situações, tiveram a capacidade de inovar suas performances.

Em relação à ação de difusão, não houve grandes mudanças quanto aos estilos de suas performances. Continuaram lançando mão de arregimentação e proselitismo. Mais uma vez, o que houve foi mudança de contexto, que refletiu na adaptação das performances. Por exemplo, em relação a arregimentação, uma estratégia utilizada no pré-abolição foi fundar associações abolicionistas para difundir entre a população sentimentos e ideias favoráveis à abolição da escravidão (ALONSO, 2015, 178-182). Tiveram que se reorientar no pós-abolição. Ainda era possível observar a estratégia de fundar associações, mas, agora, era voltada para os negros e libertos, como foi o caso da Guarda Negra da Redentora. Esta associação, no pós-abolição, serviu como um espaço de arregimentação de libertos. Já a ação de proselitismo, que é aquela atividade executada pelos ativistas no que concerne à distribuição de material ao público, tais como, livros, poesias, folhetins, jornais, também sofreu alteração quanto aos conteúdos que eram colocados em circulação. Por exemplo, um dos sonetos distribuídos ao público, ainda em maio de 1888, idolatrava a princesa regente, como sendo a “redentora” dos escravizados; ou ainda, em outra poesia que era distribuída no mesmo dia, destacava José do Patrocínio como o “herói, potente e glorioso”. Como podemos conferir abaixo, as poesias *distribuídas* durante o préstito do dia 20 de maio 1888 são: “À augusta princesa regente” e “José do Patrocínio”.

À Augusta Princesa Regente:

Princesa, que és o ídolo
Do povo brasileiro;
Que espedaçastes os vínculos
Do horrendo cativo;

Princesa, augusta símbolo
Da santa liberdade,
Que hás de, vencendo os séculos,
Ir à imortalidade;

À teus egrégios títulos,
Hoje se uniu, senhora,
O nobre, o formosíssimo
Brasão de - Redentora.

(Crisálida – Jornal das alunas do colégio Santa Tereza, de maio de 1888)

José do Patrocínio:

Vem hoje o povo, alegre e radiante,
Saudar-te, herói potente e glorioso!
A ti que trabalhaste, e vitorioso
Saíste da batalha triunfante;

Vem cobrir-te de flores e ufanoso
Coração brasileiro, delirante;
E com o passo incerto d'um infante
Beijar-te os pés contente e jubiloso,

A ti, oh! Vencedor da atroz batalha,
Onde era arma o rancor, e onde a metralha
Era a feia cobiça hedionda a vil;

À ti que só co'a fulgurante pena
Deste a paz mais doce e mais serena
- A Santa Liberdade - ao teu Brasil!

(A. Pereira dos Santos, Revista Treze de Maio, de maio de 1888)

Portanto, o conjunto de performances de ação de difusão sofreu mudanças de conteúdo, mas não tanto dos estilos, pois tanto as performances de arregimentação quanto as de proselitismo continuaram sendo desempenhadas.

O mesmo pode ser dito sobre as manifestações públicas em espaço fechado, as improvisações. No pré-abolição, o destaque foi para as conferências-concertos ocorridas nos teatros, como por exemplo a que ocorreu com a presença da soprano russa Nadina Bullioffi, que subiu ao palco e quebrou algemas cenográficas (ALONSO, 2015, p. 13). No pós-abolição, o conteúdo das conferências-concertos organizadas por associações abolicionistas parece ter sido outro. Enquanto o intuito da encenação de Bullioffi era sensibilizar a opinião pública pela causa da abolição, no pós-abolição a intenção era sensibilizar o público a aderir aos regimes monárquico ou republicano. Por exemplo, no Teatro Recreio Dramático, numas das situações em que ocupavam o mesmo recinto autoridades monárquicas e republicanas, a peça de grande sucesso encenada era intitulada *Um Drama de Hipnotismo*. Esta peça versava sobre a hipnotização, que deixava as faculdades da razão do hipnotizado enfraquecidas, suscetíveis a aceitar comandos sem discussão alguma. O hipnotizado, ao acordar, já havia executado o que antes era uma simples imaginação do hipnotizador. Assim seria a transição do império para a república: Um drama de hipnotismo! O curioso é observar que no mesmo dia em que esta peça era encenada no Teatro Recreio Dramático, cujo objetivo era comemorar o aniversário da República Argentina, em outro espaço fechado um grupo criava a Guarda Negra da Redentora, em apoio à princesa Isabel. Ou seja, no mesmo dia, abolicionistas faziam uso de manifestação pública em espaço fechado com duas finalidades diferentes: uma em prol da república e outra

em prol da monarquia. Enfim, no espaço fechado, no pós-abolição, era possível observar manifestações de diferentes estilos de performances que também foram observadas no pré-abolição, tais como conferência, evento artístico, festas e reunião. A inovação foi em relação aos conteúdos encenados nos teatros, ao mesmo tempo em que faziam uso do *lugar estratégico para estabelecer aliança e fazer lobby* diretamente com os representantes do governo nacional.

Ainda com relação às performances, do ponto de vista comparativo da tabela 1 com a tabela 2, podemos observar que, enquanto no pré-abolição o maior empreendimento das associações abolicionistas foi em manifestações públicas em espaço fechado, com 646 eventos (31,60%); no pós-abolição foi ações simbólicas, com 98 eventos (23,61%). A primeira concentração de performances é explicada com a promoção de reuniões – necessárias para planejamento de ações estratégicas tais como candidaturas de abolicionistas nas eleições de 1885, bem como com a promoção de conferências-concertos, que funcionavam como showmício (ALONSO, 2015). A segunda é explicada pela necessidade de reorientação da própria identidade do movimento abolicionista após a abolição, ou mesmo pelas atribuições de prestígio aos novos “heróis” abolicionistas que lutaram pela conquista da abolição.

Portanto podemos constatar que houve uma reorientação em suas performances. Uma das consequências da abolição para as associações abolicionistas foi a própria crise de identidade. Afinal de contas, qual o significado da existência de associações abolicionistas após a abolição? Precisavam construir novas narrativas e reafirmar a identidade do grupo, caso contrário perderiam sua capacidade de pressão frente ao Estado. Por isso, os seus maiores investimentos foram em ações simbólicas, principalmente nas atribuições de prestígio aos heróis abolicionistas: aos mortos (Joaquim Serra, Ferreira de Meneses, Luiz Gama); aos líderes que atuaram nas ruas (José do Patrocínio, João Clapp, João Cordeiro, Doellinger, Seixas de Magalhães) e aos que atuaram no parlamento (deputados Joaquim Nabuco, Afonso Celso Júnior, e senador Dantas); e a governantes (João Alfredo e a princesa Isabel).

Obviamente, todas as performances mencionadas anteriormente também sofreram interferência da administração política. Governos toleram, prescrevem ou proíbem a execução de performances de confronto político. Este processo de interferência externa quanto ao controle sobre as formas de performances das associações abolicionistas no pós-abolição analisaremos em separado no capítulo 5. Por ora, concentramo-nos nas performances das associações abolicionistas com vistas a identificar o aspecto aprendido, inovado e compartilhado através das trocas de experiência via espaço associativo.

3 Associações abolicionistas no pré-abolição: experiência pregressa

Reconstruir as performances das associações abolicionistas no pré-abolição pode ser importante para trazer elementos que comprovem a existência de uma experiência e expertise pregressa de ativismo abolicionista, que é historicamente aprendido e compartilhado coletivamente no espaço associativo. Embora o contexto político do pós-abolição seja outro e exija “novas” estratégias de ação, não acreditamos que as “novas” ações (performances) surjam do nada, há um aprendizado que é histórico, e por isso precisamos capturar, por meio das performances de cada associação, qual era seu estilo de ativismo durante o pré-abolição, para num momento posterior comparar com as performances do pós-abolição.

Começamos pela *Caixa Libertadora José do Patrocínio*. Fundada em 25 de junho de 1881, com objetivo de arrecadar fundos para a libertação de escravizados, era uma associação composta quase que exclusivamente por escravizados e libertos, homens e mulheres. No pré-abolição, as performances que pudemos observar estavam relacionadas com o objetivo de arrecadar fundos, tais como: organizar leilão e festival, colocar moças para pedir esmolas, vender quadro pintado à óleo. Todas estas performances tinham a finalidade de mobilizar recursos, pois eram revertidos em pecúlio para a libertação de escravizados. Também mantiveram vínculo com a Escola Noturna da Canela, demonstrando ter uma preocupação com a educação de escravizados e libertos. Suas principais atividades concentraram-se em libertação e promoção da educação, ambas relacionadas diretamente com os escravizados. Deste modo, eram especialistas em performances de ação direta, que são aquelas que se direcionam (socialmente, economicamente, culturalmente, politicamente) diretamente aos beneficiários. Neste caso, as ações desta associação no pré-abolição atingiam diretamente os beneficiários associados, escravizados e libertos.

Outra associação é o *Clube dos Libertos de Niterói*. Fundado em 1881 pelo abolicionista João Fernandes Clapp, este Clube foi criado para atender os libertos e suas demandas. A filosofia deste levava em conta que, uma vez atingida a liberdade, os escravizados precisavam ser reinseridos na sociedade via educação. Observamos que o Clube já nasce com escola própria e que um dos seus objetivos era fornecer ensino gratuito e noturno para aqueles que haviam sido escravizados. No entanto, podia frequentar a escola quem bem entendesse: escravos, libertos e livres. Em razão disso, o Clube era composto de estudantes libertos, escravizados e professores. A principal demanda deste clube no pré-abolição era a *liberdade* dos seus sócios-escravizados e para tanto lançou mão de performances de ação direta, tais como entregar carta de liberdade para seus alunos e familiares dos mesmos; manutenção de escola para escravizados

e libertos; organização de bazar e conferência-concerto para captar recursos e montar oficina de trabalho para os libertos; e prêmios em dinheiro aos melhores alunos; também fez uso de ação judicial, pedindo a restituição da liberdade de alguns escravizados ilegalmente. Outras ações de conteúdo mais simbólico também foram empreendidas, tais como: organização de festival em comemoração aos Estados Unidos, cujo intuito era simbolizar uma festa civilizatória; envio de coroa ao Clube dos libertos do Ceará em comemoração à libertação da cidade de Fortaleza. Observamos que o Clube dos Libertos, após a vinculação com a Confederação Abolicionista, tornou visível o seu perfil administrativo-financeiro. Não que o deixasse de ser antes de maio de 1883, mas é a partir da data da criação da Confederação Abolicionista que fica explicitado nos jornais o exemplo de organização administrativo-financeira do Clube dos Libertos. Nos balancetes deste podemos observar a organização financeira do Clube, dando destaque para as atividades que mais geravam despesas, consequentemente as mais praticadas, que eram a compra da liberdade dos escravizados, assim como a que mais gerava receita, que eram os donativos recebidos. Para além da prestação de contas financeira do Clube, é impressionante o nível de detalhamento das atividades, indo desde relações com Juízes, escrivães, perito, proprietários de escravos, donos de imóveis (aluguel de casas e teatro), companhia de gás e até bancos. Os trâmites exigidos para a obtenção da carta de liberdade eram bastante complexos, dependiam tanto da capacidade administrativa financeira como das redes de relações pessoais dos dirigentes do clube. Nestes quesitos o Clube dos libertos de Niterói não deixava a desejar, pois tinha à frente um administrador financeiro profissional. João Fernandes Clapp, fundador, diretor e representante do Clube na Confederação Abolicionista, era nada menos do que gerente da Caixa Econômica da Associação Perseverança Brasileira e dono de loja de porcelana (ALONSO, 2015 p. 135). Deste modo, podemos dizer que usou do conhecimento profissional sobre a administração-financeira a favor do Clube dos Libertos e da Confederação Abolicionista. Portanto, no pré-abolição, identificamos através das performances desempenhadas pelo Clube dos Libertos de Niterói que este tinha experiência em ação direta, ação simbólica e principalmente em ação organizacional, administrativa e financeira.

A terceira associação abordada é o *Clube Abolicionista Gutemberg*. Fundado em 1882, reuniu um grupo de tipógrafos e artistas em torno da causa da abolição, sendo que dentre seus sócios também existiam escravizados. Uma de suas ações iniciais foi a fundação de uma escola noturna e gratuita para menores, adultos, livres, libertos e escravizados, sem distinção de cor, nacionalidade ou religião. Seus membros tinham que repartir seu tempo entre fazer campanha, editar o periódico *Lincoln* e dar aulas à noite (Cidade do Rio 07/05/1888, Revista Tipográfica,

p. 3.). O periódico *Lincoln* foi outra importante ação desta associação de tipógrafos, pois por meio deste jornal podiam *difundir* os ideais e feitos abolicionistas, bem como arrecadar recursos através de sua venda. Outra maneira de angariar recursos para promover a libertação de escravizados via pagamento de pecúlio foi a organização de conferência-concerto, *matinéés* e festivais abolicionistas (ALONSO, 2015, p. 129-139). Respalado no arsenal de habilidades profissionais de seus sócios artistas, o Clube Abolicionista Gutemberg organizou grandiosos eventos de arte engajada (ALONSO, 2015, p. 139-144) com seus melhores artistas, tais como Luiza Regadas (cantora), Eugenia Regadas (pianista), José Martini (violoncelo), Eugenio de Magalhães (poeta), Vasques (ator). Sendo assim, as festas promovidas pelo Clube Abolicionista Gutemberg tinham finalidade não apenas comemorativa, eram acima de tudo uma “arte engajada” com finalidade de arrecadação de recursos para libertar escravos. A arte engajada pode ser comprovada por meio das conferências-concertos promovidas pelo Clube. Após a efetivação da aliança com a Confederação, o Clube Gutemberg passou a constar nos anúncios de eventos artísticos (conferências-concertos, *matinéés* e festivais), que a Confederação presidia. Mencionar o nome do Clube Abolicionista Gutemberg era sinônimo de evento com artistas de renome, o que por sua vez garantia público e bilheteria. Portanto, podemos constatar que, no pré-abolição, o Clube Abolicionista Gutemberg possuía experiência e expertise em ação direta (criação de escolas para libertos e escravizados, embora esta fossem sem distinção de cor ou nacionalidade), em ação de difusão (promovia a circulação de ideias e ações abolicionistas através do jornal *Lincoln*) e em manifestação pública em espaço fechado (promovia a sua arte engajada nas conferências-concertos). Suas performances comprovam a experiência ativista de artistas e tipógrafos.

A quarta associação analisada é o *Clube Abolicionista Preparatoriano*. Fundado em 24 de novembro de 1883, foi um clube de estudantes secundaristas. No pré-abolição, foi um clube com poucas aparições no espaço público. No entanto, observamos que desempenharam performances de manifestação pública em espaço fechado ao estilo estudantil, tais como recital de poesias e conferências-aula. O Clube Abolicionista Preparatoriano era composto por estudantes com idade aproximada entre 15 e 19 anos que dependiam de suas famílias para manterem-se nos estudos, não possuindo autonomia política, nem financeira. Eram jovens abolicionistas que tinham como *líder* o seu professor James Hewitt. O perfil secundarista do Preparatoriano também pode ser identificado por meio das performances utilizadas no pré-abolição, tais como a conferência-aula proferida por Júlio de Lemos no evento da fundação do clube e a poesia “A escola”, declamada por José Carlos Fortes Teixeira. A conferência-aula foi sobre a história da escravidão no Brasil, momento em que citou as leis que reprimiam o tráfico

e justificavam o lema do clube, que era o seguinte: “A escravidão é um roubo, a escravidão é um crime”. Portanto, através da observação das performances encenadas pelos Preparatorianos podemos verificar que possuíam experiência em ativismo estudantil e que suas performances eram desempenhadas em espaço fechado. O espaço fechado, neste caso, foi importante porque o externato de James Hewitt operacionalizou como lugar de encontro, servindo como um espaço de aprendizado coletivo de ativismo abolicionista. Este espaço fechado foi propício para planejamento de estratégias de ação e compartilhamento de conhecimento ativista abolicionista.

A quinta associação a ser analisada é o *Centro Abolicionista Forense*. Fundado em 16 de dezembro de 1883 por agentes forenses, prometia continuar suas campanhas nos tribunais, libertando os escravizados dos cativeiros. O perfil deste grupo como sendo de profissionais forenses é confirmado pela composição de seus membros profissionais da área do direito forense, bem como por meio das performances de ação judicial e criminal. Ser um advogado forense no final do XIX significava ser um cientificista que buscava evidências criminais por meio de técnicas de investigação que comprovassem o crime. Estes casos de advocacia abolicionista forense implicavam em avaliação de peritos que comprovassem o crime, como por exemplo, a lesão corporal do escravizado por açoitamento ou maus tratos. Comprovada tal ação, a mesma poderia ser enquadrada como crime, com respaldo na Lei 3.310 de 1886, que era a proibição do açoite. Antes disso, os abolicionistas forenses da área do direito recorriam a outros subterfúgios da lei para comprovar o crime contra o *escravizado*: recorriam à lei de 7 de novembro de 1831, que declarava livre todos os escravos desembarcados no Brasil a partir dessa data. Com base nesta lei de 1831, comprovando a *naturalização Africana*, firmavam a data de ingresso no país do *escravizado* e estabeleciam a ilegalidade do título de propriedade. Os advogados e juristas abolicionistas entravam com pedidos nos tribunais de ação de liberdade para esses escravizados ilegalmente. Este era o estilo seguido pelo ativismo judicial de Luiz Gama (ALONSO, 2015). No entanto, o processo não acabava com a obtenção da liberdade do escravizado. Se constatada a escravização ilegal, era confirmado o crime de atentado contra a liberdade individual que, de acordo com o código criminal, em seu artigo 179, podia ser revertido a penas de prisão por três a nove anos, e de multa correspondente à terça parte do tempo do cativo injusto. Ao acionar o código criminal, os advogados forenses abolicionistas praticavam, portanto, um ativismo criminal contra os escravistas. O elemento demarcador do perfil dos forenses da década de 1880 era o uso recorrente e intencional do termo *escravizados* ao invés de *escravos*, demonstrando que advogavam em prol de seres humanos que foram forçosamente e ilegalmente escravizados, considerando-se a lei de 1831. Portanto, através das

performances praticadas pelo Centro Abolicionista Forense podemos dizer que possuíam experiência e expertise em ativismo judicial e criminal.

Outra associação é o Centro Abolicionista Seis de Junho. Fundado em 1885, tinha este nome em homenagem ao gabinete seis de junho, presidido por Manuel Souza Dantas. No pré-abolição, suas performances foram de manifestações públicas em espaço fechado. Concentrou-se em atividades de reuniões e de organização de *matinéés*. É interessante observar que algumas de suas reuniões aconteciam na rua do Senado e que nas *matinéés* era o senador e conselheiro de estado quem presidia as sessões da conferência-concerto. Após a queda do seu gabinete, em 06 de maio de 1885, em uma dessas *matinéés*, o então senador proferiu discurso sobre o projeto pró-emancipação que há pouco havia apresentado no Senado. O público estava composto por abolicionistas e membros do seu gabinete deposto. Portanto, era uma associação abolicionista bastante vinculada ao senador Souza Dantas, ou seja, com olhos e dedos na arena político-institucional.

A última associação a ser analisada nesta sessão é a *Confederação abolicionista*. Fundada em 10 de maio de 1883, congregou a arte engajada do Clube Gutemberg, o conhecimento especializado administrativo-financeiro do Clube dos Libertos, o ativismo judicial e criminal dos advogados do Clube Forense, o ativismo estudantil dos Club dos Preparatorianos, todos a serviço do movimento abolicionista. A Confederação, além de reunir diferentes estilos de ativismo, também reuniu diferentes setores sociais, tais como estudantes (do Clube dos Preparatoriano), escravizados e libertos (do Clube de Niterói e da Caixa Emancipadora José do Patrocínio), artistas e representantes da imprensa (do Clube Gutemberg). A Confederação Abolicionista concentrava em torno de si diferentes estilos de ativismo e ativistas, mas foi a sua capacidade de coordenar as atividades do movimento abolicionista que se destacou. A sua rede de atividades coordenadas cobria o território do Rio de Janeiro, funcionando como um ativismo local – eram mais de 20 associações abolicionistas na corte –, e também como ativismo nacional e internacional – com delegados nas províncias e Joaquim Nabuco na Europa. A formação da Confederação Abolicionista veio consolidar o volume do movimento abolicionista, congregando o maior número possível de associações. “Chamou para si a concatenação de sociedades, eventos e publicações abolicionistas, dispersos Brasil afora” (ALONSO, 2015, p. 203; 2014, p. 128; 2011, p. 182). Portanto, a Confederação Abolicionista, no pré-abolição, possuía experiência e expertise em ativismo administrativo-financeiro, judicial-criminal, artístico-tipográfico e estudantil, atuando como coordenadora do movimento abolicionista. Seu espaço associativo serviu como lugar de planejamento de estratégias de ação coletiva e aprendizado de vários estilos de ativismo abolicionista.

Destarte, por meio das performances praticadas pelas associações abolicionistas durante o pré-abolição pudemos certificar qual era o estilo de ativismo pregresso de cada uma dessas associações.

4 Associações abolicionistas no pós-abolição: performances compartilhadas

Após remontar os perfis das associações através das suas performances desempenhadas no pré-abolição, é chegada a hora de observar as performances no pós-abolição. Ter apontado as performances do tempo anterior e construir um perfil para cada associação em separado, nos mostrou as experiências e expertises pregressas de cada uma. Agora o objetivo é analisar as performances e observar quais foram os legados dessas expertises para o pós-abolição. A intenção é averiguarmos se essas associações mudaram drasticamente suas performances no pós-abolição, deixando de lado a sua experiência passada, ou se improvisaram no novo contexto posterior à Lei 3.353, levando em conta as suas habilidades e conhecimentos das performances pregressa. Outro ponto também que objetivamos é observar se a Confederação Abolicionista, tendo congregado a ela as demais associações e estilos de ativismo no pré-abolição, continuou servindo como um espaço de compartilhamento de um saber fazer especializado em performance de confronto político durante o pós-abolição. Se a Confederação Abolicionista foi capaz de atuar com uma estrutura organizacional suspensa no tempo (Taylor, 1989), coordenando e carregando a sua experiência do tempo passado para o tempo posterior, sobrevivendo as intempéries governamentais.

4.1 Confederação Abolicionista: uma ponte organizacional suspensa no tempo

A Confederação Abolicionista, no pós-abolição, como apontado anteriormente, esteve envolvida em 125 dos 281 eventos de confronto político identificados entre 13 de maio de 1888 a 15 de novembro de 1889. Estes dados, além de comprovar-nos a intensa atividade desta associação após a abolição, também a confirmavam como sendo a principal associação abolicionista. No entanto, terá a Confederação Abolicionista atuado como coordenadora no pós-abolição? E quais foram as performances mais utilizadas por ela?

Começemos por explorar as performances. No pós-abolição, constatamos uma atividade mais intensa da Confederação Abolicionista nos meses de maio dos anos de 1888 e 1889. O

pico das atividades nos meses de maio, no pós-abolição, é explicado pelas comemorações em memória à lei da abolição (ver gráfico 1). No total, evidenciamos 125 eventos em que a Confederação Abolicionista apareceu como organizadora, convidada ou homenageada, sendo apenas nos meses de maio: em 1888, 27 eventos; em 1889, 34 eventos. Dentre esses eventos, os ocorridos nos dias 13 de maio somaram, em 1888, 16 eventos; em 1889, 19 eventos.

Gráfico 1 - Linha do tempo dos eventos da Confederação Abolicionista por ano/mês no pós-abolição

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados obtidos através da leitura de jornais entre 13/05/1888 e 15/11/1891. Jornais consultados no site da Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

No ano de 1888, *durante* a assinatura da Lei 3.353 pela princesa Isabel, a importância da Confederação Abolicionista também não foi menor. A única entidade da sociedade civil a ser recebida pela princesa no ato da assinatura da lei foi a Confederação. Em uma sala no Paço estava uma comissão da Confederação composta por João Clapp, Nicolau Moreira, Joaquim Nabuco, Afonso Celso Júnior, José do Patrocínio, capitão Senna, Pinto Peixoto, Antonio Azeredo, Bricio Filho, Leopoldo Figueira, José Dantas, Doellinger e Regadas. Durante a assinatura da lei, a Confederação Abolicionista esteve presente no espaço fechado mais importante, no Paço, ao lado da princesa. O que por sua vez denota uma importância à Confederação Abolicionista, por ser a única entidade da sociedade civil a estar neste espaço decisório. Deste modo, estar no Paço, ao lado da princesa, confere à Confederação Abolicionista reconhecimento da parte do governo pelas ações empreendidas na campanha pela abolição; bem como uma possibilidade de estabelecer aliança e lobby, de modo a levar demandas diretamente ao poder máximo do Estado Brasileiro.

Estar diante da princesa era uma possibilidade de estabelecer diálogo direto com o poder central, e José do Patrocínio aproveitou o momento e estrategicamente proferiu um discurso denominado pela Gazeta de Notícias (14/05/1888) como inteligente e sarcástico, repleto de contradições que encobriam a coerência. José do Patrocínio, “o republicano que vibrou na (monarquia) o golpe que há de matá-la, levantou a candidatura de Pedro Augusto”. Pedro Augusto Luís Maria Miguel Gabriel Rafael Gonzaga de Saxe-Coburgo e Bragança, filho de dona Leopoldina de Bragança e do príncipe Luís Augusto de Saxe-Coburgo-Gota, era o neto mais velho de Dom Pedro II, nasceu em 1866, tendo na época da abolição 22 anos, enquanto seu primo, Pedro de Alcântara, filho da princesa Isabel, tinha apenas 12 anos. Outros atributos designados à José do Patrocínio podem ser observados em um artigo do Mequetrefe: “José do Patrocínio: chefe que se dizia soldado raso da propaganda libertadora. Homem-legião. Atualmente, está suspenso entre [...] a princesa e o partido republicano” (Mequetrefe, junho, 1888, p.6). O que queremos ressaltar desse encontro da comissão abolicionista com a princesa é que o orador oficial da Confederação Abolicionista lançou a candidatura de Pedro Augusto, de modo a estabelecer ou simular uma aliança com o governo monárquico, ao mesmo tempo em que ameaçava a continuidade do Reinado através da linhagem da princesa Isabel. Neste momento, no ato da assinatura da Lei 3.353/1888, embora demonstre a existência de um flerte da Confederação Abolicionista com a monarquia, não há definição com qual linhagem estabelecerá o apoio. Independentemente dos motivos que levaram José do Patrocínio a anunciar Pedro Augusto, sobrinho da princesa Isabel, como candidato, o evento no Paço demarca um lugar estratégico para se firmar ou dissimular uma *aliança* entre abolicionistas e monarquistas.

Com isso queremos destacar que os usos das performances em espaço fechado são estratégicos. Foi em espaço fechado que se decidiram estratégias de ações coordenadas: de votarem em bloco em candidato para o Senado e em vários candidatos para deputado nas eleições de 1884, na tentativa de compor uma câmara favorável às demandas abolicionistas; de libertarem territórios em 1884; de enviar Manifesto ao Senado em 1883 e pedir que imprimissem-no para posteriormente distribuí-lo à população como forma de propaganda (ALONSO, 2015); e no dia 13 de maio de 1888, faziam demandas e estabeleciam aliança diretamente com o poder central, a princesa regente. Estas performances evidenciadas em espaço fechado já eram conhecidas pela Confederação Abolicionista antes da lei de 13 de maio de 1888. No entanto, o espaço fechado antes da abolição aparece como um *lugar de reunião* da associação para decidirem estratégias de ação do movimento abolicionista, bem como um espaço de promover a *ação estratégica de conferência-concerto*, misto de espetáculo e comício

político, e o uso do espaço fechado durante a assinatura da lei aparece como um *lugar estratégico para estabelecer aliança/lobby* diretamente com o poder máximo do Estado nacional.

Outra performance bastante evidenciada no pós-abolição foram as ações simbólicas. Nos dados obtidos, em todos os anos as ações simbólicas aparecem como sendo a ação de uso mais frequente pelos abolicionistas. Razão que pode ser explicada pelo uso de ações simbólicas em eventos festivos dos 13 de maio. Afinal de contas, a Confederação Abolicionista já possuía o reconhecimento do governo como sendo legítima para falar em nome dos abolicionistas e agora precisava mais do que nunca *enquadrar* os símbolos abolicionistas para evitar o esfacelamento do movimento.

No ano de 1888, foram 19 eventos de ação simbólica, cuja atividades registradas foram ações artísticas com uso de flores, hino, iluminação, ornamentação e embandeiramento de ruas e redações de jornais; bem como atribuições de prestígio à abolicionistas ou mesmo à Confederação Abolicionista; uso de archotes acesos em marchas (*marche aux flambeaux*) e de cavalos e carruagens nas “festas da igualdade”. Essas performances já eram familiares aos abolicionistas no pré-abolição, de modo a denotar experiência em saber fazer ações simbólicas. Mas o que nos chama a atenção para as ações simbólicas no pós-abolição foi que elas passaram a ser o carro chefe dos abolicionistas.

Como observado anteriormente, no pré-abolição foi recorrente o uso de flores entre abolicionistas, principalmente a camélia: chuvas de flores em eventos de conferências-concerto, jogando flores sobre o público ou sobre o escravizado que era libertado; na lapela do paletó de abolicionistas; ou em jardins das casas dos abolicionistas. O uso da camélia se tornou símbolo abolicionista (ALONSO, 2015; Silva, 2003). No pós-abolição, as camélias consolidadas como símbolo abolicionista aparecem em buquê de flores naturais e artificiais oferecido por abolicionistas à princesa. As artificiais são oferecidas por João Clapp, “ex-membro” do partido republicano e presidente da Confederação Abolicionista, e as naturais por Seixas, o cultivador de camélias na chácara do Leblon (Silva, 2003). O que é interessante observar no pós-abolição são as diferentes modularidades (TARROW, 2009, 59-64) dessas ações simbólicas: há camélias artificiais e naturais, rosas e louros. Enquanto as camélias naturais e artificiais, símbolo consagrado dos abolicionistas, são entregues à princesa, as rosas são entregues a Dom Pedro II e a coroa de louros a Dantas. E quem as entregam, em nome da Confederação Abolicionista, são o Seixas e os Clapps (ver figura a seguir).

Figura 9 - Ilustração da entrega de flores para a princesa Isabel e embandeiramento

Fonte: Revista Ilustrada, 5 de maio de 1888, p. 5

Outro exemplo dos repertórios de ação simbólica são o uso dos estandartes. Os estandartes apareciam, seja nas ruas ou nos teatros, sempre rodeados de pessoas. Sempre demarcando simbolicamente o espaço abolicionista para os seus rivais. O estandarte demarca um espaço, tornando visível um número de pessoas reunidas em torno dele, de modo que simulam uma unidade, uma multidão ou uma comunidade que compartilha os mesmos valores.

Os elementos expostos acima dão sentido para as ações simbólicas. Cada qual apresenta significados diferentes: as camélias simbolizam as flores da campanha abolicionista; a coroa de louros remonta simbolicamente à república romana; e as rosas, podendo ser referidas simbolicamente como representando o título papal da “rosa de ouro” ou o vínculo com a “ordem da rosa”. As ações simbólicas do tipo artístico, por meio das flores, louros e estandartes, produziam enquadramentos interpretativos entre abolicionistas *versus* monarquistas e republicanos.

Portanto, nas performances em que as singelas e belas flores apareciam, identificamos que a memória coletiva dos membros das associações abolicionistas remetia a um ativismo pregresso que remontava aos tempos das flores. E os singelos estandartes e embandeiramentos forjam, demarcam um espaço como uma representação de uma coletividade.

Deste modo, podemos concluir que as performances de ações simbólicas congregam a dimensão de compartilhamento de uma memória coletiva que é cultural, ao mesmo tempo em que sua ação é política, porque traz consigo uma carga que é cultural e historicamente aprendida de luta pregressa. Sendo assim, as ações simbólicas praticadas pelos abolicionistas da Confederação consistiam em produzir enquadramentos interpretativos que definissem o “nós” em contraposição ao “eles” (SNOW, 2000). E, no pós-abolição, o “nós” abolicionista se recompunha em relação à monarquia ou à república. Ou seja, as ações simbólicas, com o uso dos enquadramentos simbólicos das flores, respingavam no enquadramento interpretativo “republicano” ou “monarquista”. Os símbolos das flores eram uma forma de recompor a identidade abolicionista ora em relação aos republicanos, ora em relação aos monarquistas.

Resumidamente, sobre as performances pudemos verificar que a Confederação Abolicionista no pré-abolição concentrou-se em manifestações públicas em espaço fechado, ao estilo das conferências-concertos, cujo objetivo era sensibilizar o público pela causa dos escravizados. Tal performance também foi utilizada, no pós-abolição, mas não tanto como lugar de reunião e sim como um lugar estratégico para estabelecer aliança e fazer lobby com o governo central. Já no pós-abolição, a performance mais utilizada foram as ações simbólicas como as verificadas acima, com o uso das flores recompondo a identidade abolicionista em relação a monarquistas e a republicanos.

Outro ponto, ainda sobre a Confederação Abolicionista, diz respeito a sua atuação como coordenadora das atividades no pós-abolição, de modo a servir como um espaço de compartilhamento de saberes especializado em fazer performances de confronto político.

A Confederação Abolicionista, no pós-abolição, continuou aglutinando em torno de si associações com conhecimento especializado e experiências pregressas, além de estar envolvida com a fundação de mais três associações no pós-abolição: o Centro Tipográfico Treze de Maio (junho de 1888), a Guarda Negra da Redentora (julho de 1888) e a União dos Abolicionistas (abril de 1889). Além disso, reuniu em torno de si diferentes estilos de ativismo: a Caixa Libertadora José do Patrocínio, o Clube dos Libertos de Niterói e a Guarda Negra da Redentora, liderados por negros, atuavam em torno das pautas raciais; o Clube Abolicionista Gutemberg e o Centro Tipográfico Treze de Maio atuavam em torno da profissionalização do jornalismo e da difusão de denúncias de crimes cometidos contra a população negra; o Clube Abolicionista Preparatoriano, como ativistas estudantis; o Centro Abolicionista Forense, com um ativismo judicial e criminal; e o Centro Abolicionista Seis de Julho como um braço do/no parlamento.

No pós-abolição, a Confederação Abolicionista manteve a sua capacidade aglutinadora, ora em maior, ora em menor grau. A capacidade de atuar como uma central organizacional varia de acordo com a situação política. Depende da interferência governamental, se este oferta oportunidades ou ameaça à existência delas; se as instâncias governamentais estão abertas ao diálogo para aceitar as demandas delas; ou aceitar como apoio parte dessas associações, dependendo do credo político, e não todas. Enfim, é uma relação complexa com a esfera política que detalharemos em outro capítulo.

Mesmo dependendo das intempéries dos governantes, observamos que a Confederação conseguiu manter, pelo menos até certo ponto, sua capacidade de coordenar abolicionistas no pós-abolição. No mês de abril de 1889, os líderes abolicionistas de diferentes Estados reuniram-se e formaram a União dos Abolicionistas, afim de fazer avançar as reformas liberais. Vejamos a seguir:

Alguns chefes do movimento abolicionista que determinou a adoção da áurea lei de 13 de maio, como João Cordeiro, no Ceará; Antônio Bento, em São Paulo; Antonio Carlos, em Pernambuco; Eduardo Carigé, na Bahia, vieram a esta capital após esse grande ato, e em conveniência íntima com João Clapp, presidente da Confederação Abolicionista, asseguraram-lhe a sua completa adesão ao programa que tem por base a tranquilidade da pátria, e as reformas democráticas que estejam de acordo com o patriótico e humanitário ato de 13 de maio.

Joaquim Nabuco e André Rebouças, em carta dirigida a João Clapp, felicitaram-no pela coerência mantida no seu protesto, publicado na imprensa.

A Cidade do Rio em seu artigo editorial de 26 de março último também se pronuncia em plena solidariedade com o programa adotado pelo chefe abolicionista (GN 14/04/1889; CR 16/04/1889).

Com o exposto acima é possível observar a atuação da Confederação Abolicionista como coordenadora, pois são os líderes das demais associações dos outros Estados que vieram se reunir com João Clapp no Rio de Janeiro. Além do mais, podemos observar o consentimento à união dado por abolicionistas monarquistas, como é o caso de André Rebouças e Joaquim Nabuco, bem como pelo proprietário do jornal Cidade do Rio, José do Patrocínio.

A Confederação Abolicionista, como coordenadora de performances de confronto político no pós-abolição, manteve sua capacidade organizacional já verificada no pré-abolição. Deste modo, ela operacionalizou como uma “ponte organizacional”, que fez atravessar do tempo do pré-abolição para o tempo do pós-abolição as experiências e aprendizados pregressos em promover performances de confronto político. Sendo assim, ela atuou como uma “estrutura organizacional suspensa no tempo” (TAYLOR, 1989), permitindo como que fosse trazido do tempo passado para o tempo posterior, estilos e expertises de ativismo, ligando ciclos de

mobilização. É o que podemos observar, por exemplo, com os desdobramentos oriundos do movimento abolicionista no pré-abolição para os ativismos no pós-abolição em torno das pautas: racial, da profissionalização do jornalismo engajado em prol dos negros; do estudantil; do político e do judicial. Portanto, no pós-abolição, a Confederação Abolicionista, ao atuar como coordenadora, também serviu como espaço de compartilhamento e aperfeiçoamento de diferentes estilos de ativismos e expertises em promover performances de confronto político.

Nas sessões seguintes mostraremos a Confederação Abolicionista atuando como coordenadora e como espaço de compartilhamento do ativismo negro e do jornalismo engajado no pós-abolição, que foram as atividades que mais se destacaram.

4.1.1 Caixa Libertadora José do Patrocínio e Guarda Negra da Redentora: experiência em ativismo negro congregado à Confederação Abolicionista

No pós-abolição, as performances da Caixa Libertadora José do Patrocínio passaram por uma reorientação: de ação direta para ação simbólica. No dia 10 de maio do ano de 1889, para festejar o aniversário da lei áurea, o liberto Israel Antônio Soares, então presidente desta associação, promoveu em sua casa um *lunch/soirée*. Neste evento, reuniu parentes e amigos de longa data, a exemplo do membro da Confederação Abolicionista, o capitão Emiliano Rosa de Senna, que por sua vez aproveitou o momento e proferiu discurso. Houve também declamações de várias poesias e a inauguração do retrato da princesa Isabel.

Sobre a reorientação das performances da Caixa Libertadora José do Patrocínio, que passou de ação direta para ação simbólica fazendo uso da expressão artística do retrato, realizou algo bastante estratégico. Era necessário construir a narrativa sobre os heróis da abolição. Neste caso, a heroína escolhida foi a princesa Isabel. Através desta performance, inevitavelmente demonstravam a sua estratégia política que era o apoio desta associação ao regime monárquico.

A confirmação da manutenção do vínculo da Confederação Abolicionista com a Caixa Libertadora José do Patrocínio no pós-abolição dá-se por meio da permanência da presença do capitão Emiliano Rosa de Senna no evento. O Capitão Rosa de Senna, além de ser sogro de José do Patrocínio, também era membro da Confederação Abolicionista desde sua fundação e, inclusive, em 1890, passará a ocupar o cargo de vice-presidente. Portanto, trata-se de um membro com um forte duplo-vínculo: com a Confederação Abolicionista e com a Caixa Libertadora José do Patrocínio. Portanto, a Confederação, ao se fazer presente, mantém-se como uma aglutinadora frente a essa associação.

É interessante ressaltar que este evento de inauguração do retrato da princesa Isabel na casa de Israel Antonio Soares foi após o confronto entre membros da Guarda Negra da Redentora com os Republicanos, que aconteceu no dia 30 de dezembro de 1888. Há indícios de que Israel Soares, tenha sido membro da Guarda Negra da Redentora (Silva, Eduardo, 2003). Deste modo, não seria fortuito a “inauguração” do retrato da princesa na casa de Israel Antonio Soares em maio de 1889. O vínculo da Caixa Libertadora José do Patrocínio estendeu-se para a Guarda Negra da Redentora por meio do ativismo negro que tinha por base a defesa da princesa que os libertou.

Destarte, além de conferir que a Confederação Abolicionista manteve vínculo com a Caixa Libertadora José do Patrocínio, também podemos atestar a existência de um ativismo negro já no final do século XIX. A presença de líderes da estirpe de Israel Antonio Soares, que atuou nesta associação, coaduna com a experiência pregressa desta associação, que atuou no pré-abolição em ações diretas em prol dos libertos e escravizados.

Portanto, a Caixa Libertadora José do Patrocínio e a Guarda Negra da Redentora faziam interseção com a Confederação Abolicionista no que diz respeito a um ativismo em prol dos negros no pós-abolição.

4.1.2 Clube dos Libertos de Niterói: experiência pregressa em administração congregada à Confederação Abolicionista

Após a abolição, houve uma mudança de padrão nas ações do Clube dos Libertos de Niterói. Enquanto no pré-abolição observamos que sua expertise concentrava-se em ações diretas, (criação e manutenção de escolas para escravizados e libertos, entrega de cartas de liberdade para alunos) e ação organizacional (financeira e administrativa, expressadas através da experiência de João Clapp), no pós-abolição suas atividades concentraram-se em organização de préstitos festivos em espaço aberto, como foi o do 13 de maio de 1889.

Este “préstimo festivo” ocorreu logo cedo, com o arraiar do sol em Niterói-RJ, ao estilo de uma alvorada, no bairro designado por eles como São Domingos. Acompanhados por bandas de música da Sociedade União Fraternal e pela do corpo de polícia do Rio de Janeiro, entoaram o hino da redenção – letra de Luiz Murat. A convocatória do Clube dos Libertos de Niterói para a incorporação no préstimo festivo do primeiro aniversário do 13 de maio, em 1889, era dirigida a “todos os homens de cor e as suas famílias” (GN 11/05/1889).

Referente a esta convocação aos “homens de cor” para incorporarem-se ao préstito, abre-se uma possibilidade de diálogo com a Guarda Negra da Redentora. Pois, embora o préstito do primeiro aniversário do 13 de maio em 1889 fosse festivo, o aspecto confrontacional deste evento está entremeado às notícias circuladas na imprensa de que os homens de cor e a Guarda Negra da Redentora iriam aproveitar as festividades para invadirem as redações de jornais e perseguirem pessoas contrárias a eles (Tribuna da Rua Nova 9/5/1889, Diário de Notícias 9/5/1889). Deste modo, via agrupamentos negros convocados para participarem do préstito do dia 13 de maio de 1889, há possibilidade de vínculo do Club dos Libertos de Niterói com a Guarda Negra da Redentora e, conseqüentemente, compartilhamento de experiências entre as duas associações no espaço público (ver figura 2).

Após este préstito festivo, seguiram para a casa de João Clapp para homenageá-lo, e para o palácio da presidência da província para prestar homenagem a José Bento de Araújo (presidente da província) e Salvador Muniz (chefe da polícia). Embora o préstito fosse festivo, seu aspecto simbólico era político: o fato de ocorrer no bairro de São Domingos era para fazer menção simbólica à revolta dos escravos ocorrida na colônia Francesa, na ilha de São Domingos; e o ato de dirigirem-se para o palácio da presidência da província e prestarem homenagem a José Bento de Araújo e ao chefe da polícia Salvador Muniz também era um ato político.

O préstito convocado pelo Club dos Libertos de Niterói, ao seguir para a casa de João Clapp a fim de homenageá-lo, demonstra também um estreito vínculo entre as duas associações. João Clapp concentrava em suas mãos a presidência das duas associações, da Confederação Abolicionista e do Clube dos Libertos de Niterói, o que fazia dele o grande administrador e coordenador ainda no pós-abolição. Lembrando que o mesmo tinha uma expertise administrativa-financeira herdada do pré-abolição que continuou sendo compartilhada entre as duas associações no pós-abolição. Sendo assim, é por meio de João Clapp que conseguimos mapear o vínculo do Club dos Libertos de Niterói com a Confederação e a troca de expertise entre essas duas associações.

Portanto, por meio do Clube dos Libertos de Niterói conseguimos identificar duas expertises, uma no que diz respeito à experiência compartilhada entre os agrupamentos negros, com os membros da Guarda Negra da Redentora; e outra, a expertise administrativa e coordenadora de João Clapp, fazendo a interface com o cargo de presidência nas duas associações. Ao final dessa troca, concentravam-se duas expertises de uma vez só na Confederação Abolicionista: a do ativismo negro e a da capacidade administrativa de João Clapp.

4.1.3 Clube Abolicionista Gutemberg e Centro Tipográfico Treze de Maio: associações de tipógrafos e artistas e a arte engajada congregado à Confederação Abolicionista

No pós-abolição, o Clube Gutemberg continuou se valendo de seus conhecimentos pregressos praticando performances de ação de difusão e promovendo manifestações públicas em espaço fechado. No entanto, a arte engajada, antes bastante utilizada nos teatros, agora passa a ser utilizada no espaço aberto também. Embora exista uma certa quantidade e variedade de eventos nos quais o Clube Abolicionista Gutemberg esteve envolvido no pós-abolição, podemos notar que ele se concentrou em ação simbólica, com uso de expressões artísticas como por exemplo as alegorias das caixas tipográficas e o do busto de Johannes Gutenberg (inventor da imprensa), trazidos para o préstito festivo organizado pela comissão de imprensa no dia 20 de maio de 1888; em ação de difusão, ao utilizar-se de jornais que colocassem em circulação denúncias contra escravagistas, na tentativa de proteger os libertos destes criminosos; ou ainda, em ação direta, ao prover recursos para a compra de um prédio para o jornalista José do Patrocínio, cuja finalidade era assegurar a melhoria do jornalismo engajado em prol da população negra. Deste modo, de acordo com estas performances apontadas acima, podemos constatar que esta vertente se voltou para uma atuação engajada em prol da população recém liberta por meio do jornalismo, bem como em benefício de melhorias da "classe jornalística".

O compromisso com o jornalismo engajado não era fortuito. Não à toa, o presidente do Club Abolicionista Gutemberg, Alberto Victor Gonçalves da Fonseca, que representava esta associação perante à Confederação Abolicionista desde a sua fundação em 1883, era o mesmo que estava na comissão da fundação do Centro Tipográfico Treze de Maio em abril de 1888. O triplo vínculo de Alberto Victor entre Confederação Abolicionista, Club Abolicionista Gutemberg e Centro Tipográfico Treze de Maio remetia-o a um conhecimento especializado em fazer um jornalismo engajado. É por meio do ativismo jornalístico de Alberto Victor, transitando entre o Clube Abolicionista Gutemberg, o Centro Tipográfico Treze de Maio e a Confederação Abolicionista que visualizamos as experiências jornalística e tipográfica sendo compartilhadas entre estes espaços associativos.

Como já sabemos, a Confederação Abolicionista atuava como uma estrutura organizacional, coordenando ações performáticas, e também como um espaço de compartilhamento de saberes e fazeres especializados. Neste caso, demostramos a expertise do

ativismo jornalístico do Clube Abolicionista Gutenberg e do Centro Tipográfico Treze de Maio sendo carregada para a Confederação Abolicionista.

O Centro Tipográfico Treze de Maio foi criado em junho de 1888 e Alberto Victor foi um dos seus fundadores. No entanto, desde o sancionamento da Lei 3.353, em 13 de maio de 1888, os tipógrafos reuniram-se e formaram uma comissão de imprensa para organizar os festejos em comemoração a esta grande data. Nesta reunião, organizaram a programação dos festejos que ocorreram entre as datas de 17 e 20 de maio; deixaram reservado na programação do dia 20 para ser o préstito da imprensa; e decidiram que fariam um jornal comemorativo para ser distribuído no dia 20, durante o préstito festivo. Esta iniciativa reuniu tipógrafos e jornalistas, deixando despertado neles um desejo de permanecerem unidos na arte da tipografia e na profissionalização do jornalismo engajado. Deste modo, podemos concluir que um dos direcionamentos das associações abolicionistas no pós-abolição caminhou em direção ao jornalismo engajado, mais especificamente na melhoria da própria classe jornalística.

Então, em relação à ação de difusão, enquanto no pré-abolição o Clube Abolicionista Gutenberg fundou um periódico chamado Lincoln, no pós-abolição avançou ao ampliar a sua capacidade de agregar jornalistas e tipógrafos via Centro Tipográfico Treze de Maio.

O Clube Abolicionista Gutenberg, enquanto no período do pré-abolição lançou mão de ação direta, ao estilo de mobilização de recursos para libertar os escravizados – aceitando donativos de terceiros, organizando eventos artísticos ao estilo de conferência-concerto e vendendo periódico –, continuou no pós-abolição a ação direta, ao estilo de performances de mobilização de recursos, mas a finalidade seria outra: comprar um prédio para o *jornalista* José do Patrocínio. A pauta desta associação sempre se volta para assuntos do fortalecimento e “melhoramentos da classe jornalística e artes anexas” (CR 04/06/1888). Por isso, o Club Abolicionista Gutenberg organizou uma comissão de primeira linha, em 02 de junho de 1888, composta por Manuel Pinto de Souza Dantas, Manuel Deodoro da Fonseca, Custódio de Mello, Campos da Paz e André Rebouças para angariar recursos para comprar um prédio para José do Patrocínio. A iniciativa em organizar uma subscrição popular para angariar fundos para a compra de um prédio não era restrita ao Clube Abolicionista Gutenberg, ela era de iniciativa da imprensa fluminense, que estava engajada desde 13 de maio. Foram organizadas várias comissões para arrecadar recursos para o fortalecimento do jornalismo engajado, e se valeram da figura do agora denominado *jornalista José do Patrocínio* para fazer desta subscrição engajamento em prol do jornalismo voltado para a “defesa dos escravizados da raça negra” (CR 02/06/1888).

Portanto, a Associação Abolicionista Gutemberg pode ser exemplificada como uma associação que detinha uma experiência pregressa de arte e também de um jornalismo engajado, promovendo performances de manifestação pública em espaço fechado (nos teatros) e ação de difusão através do periódico *Lincoln*. E no pós-abolição, utilizando-se desses seus conhecimentos e experiências pregressas, promoveu também eventos festivos em espaço aberto e ainda permaneceu desempenhando performances de ação de difusão através da criação do Centro Tipográfico Treze de Maio, bem como denunciando novas formas de reescravização através dos jornais.

5 Conclusões

O presente capítulo procurou demonstrar as performances das associações abolicionistas desempenhadas após a promulgação da lei que declarou extinta a abolição no Brasil. Mapear as atuações das associações abolicionistas após a lei de 13 de maio de 1888 era importante para mostrar se após atingido a demanda principal, um movimento social encerra suas atividades e seus atores retiram-se da cena pública imediatamente, ou se continuaram em atividade em prol de demandas complementares.

No entanto, não sabíamos de pronto se os atores do movimento abolicionista continuaram em atividade. Tivemos que mapeá-los. Para tanto, valendo-nos da metodologia de análise de eventos de confronto político, conseguimos identificar não apenas quem foram os atores coletivos que continuaram em cena, mas também quais foram as suas performances desempenhadas no imediato pós-abolição.

Os atores coletivos identificados que continuaram em atividade foram: Caixa Libertadora José do Patrocínio, Clube dos Libertos de Niterói, Clube Abolicionista Gutemberg, Clube Abolicionista Preparatório, Centro Abolicionista Forense, Clube Seis de Junho, Confederação Abolicionista. Também surgiram novos atores ligados às associações mencionadas acima, foram elas: Guarda Negra da Redentora, Centro Tipográfico Treze de Maio e União Abolicionista. Atuaram cada uma a seu modo, umas em maior grau, outras apenas nos momentos festivos.

Era de fundamental importância mapear quais eram as associações que se autodenominavam “abolicionistas”, pois apenas assim conseguiríamos identificar quem eram os “abolicionistas” que permaneceram em cena, bem como quem eram os praticantes de ações

coletivas no imediato pós-abolição. Estar vinculado a uma associação abolicionista, mesmo após a abolição, fazia do indivíduo um abolicionista, ao mesmo tempo em que fazia dele um praticante de ação coletiva. A ação coletiva é uma unidade básica do movimento social (TARROW, 2009, p. 18), dado que um indivíduo sozinho em praça pública, solicitando por demandas particulares, não se constitui em movimento social. Por isso, imergimos nesta primeira tarefa de pesquisar quais eram as associações abolicionistas em atividade no pós-abolição.

Um dos nossos achados foi que 10 associações abolicionistas permaneceram em atividade no pós-abolição. Mesmo sendo um número pequeno quando comparado com as mais de 45 associações atuantes no Rio de Janeiro durante o pré-abolição, continuaram sustentando coletivamente um movimento social. Ou seja, não se desmobilizaram por completo.

A segunda tarefa foi identificar quais eram as performances encenadas por essas associações, para poder compará-las com as do pré-abolição. A comparação já era a terceira tarefa. Estabelecer essa comparação era importante para verificar se as performances eram familiares (TILLY, 2006), se eram aprendidas e experimentadas anteriormente, bem como para verificar se inovações em pequena ou grande escala ocorriam.

Algumas observações interessantes que fomos capazes de fazer referentes às comparações foram:

- 1) Os conjuntos de performances identificados no pré-abolição pela pesquisa de Angela Alonso (2015) também foram verificados no pós-abolição, foram eles: ação institucional, manifestação pública em espaço aberto, ação simbólica, ação de difusão, ação direta e manifestação pública no espaço fechado. Portanto, as associações abolicionistas valeram-se da sua experiência pregressa, sendo então as performances desempenhadas no pós-abolição historicamente familiares.
- 2) No entanto, foram verificadas variações nas proporções dos usos das performances. Das performances mencionadas acima, os conjuntos das três primeiras aumentaram e os das três últimas diminuíram. Como explicar essa variação? Averiguamos que as variações ocorriam porque havia inovações ou improvisações em seus desempenhos em decorrência da mudança de contexto para o pós-abolição. Performances como a de ação direta, ao estilo de libertação de território, com certeza não eram mais necessárias e por isso sumiram do repertório abolicionista. Mas, mesmo assim, ações diretas ainda continuaram sendo executadas no pós-abolição, eram elas do estilo das performances já conhecidas de arrecadação de fundos. No entanto, eram improvisadas dentro de um

repertório já familiar: eram utilizadas não mais para libertar escravizados, mas sim para manutenção de jornal e escola compromissadas com a população recém liberta.

- 3) O conjunto de performances mais evidenciado no pós-abolição foram ações simbólicas. Performances com uso de flores, louros, atribuições de prestígio e embandeiramento. Ações estas bastante propícias para reforçar a identidade abolicionista do “nós” em recomposição com os “eles” monarquistas ou republicanos (aos “abolicionistas” flores; aos “republicanos” louros). Em relação ao uso dos símbolos, como as flores, também podemos ressaltar que ganham novas modulações (TARROW, 2009, p. 59): camélias à princesa Isabel e rosas ao imperador dom Pedro II. As flores tornavam-se uma performance “modular” porque podia ser adaptada à diferentes ambientes e empregada por diferentes atores de outras campanhas, e inclusive ganhar outros significados, como por exemplo na readaptação das rosas ao imperador.

Além de analisar comparativamente as performances do pré-abolição e as do pós-abolição, também foi possível identificar uma associação central operando como coordenadora das demais associações, era a Confederação Abolicionista. Dos 281 eventos de confronto político catalogados entre 13 de maio de 1888 a 15 de novembro de 1889, 125 eram da associação citada. A Confederação Abolicionista serviu como espaço de compartilhamento de experiências e expertises. Performances e ativistas circulavam entre Confederação Abolicionista e as demais 9 associações, principalmente com as associações que atuavam em direção ao ativismo negro e ao jornalismo engajado.

O ativismo negro, circulado entre a Confederação Abolicionista, Caixa Libertadora José do Patrocínio, Clube dos Libertos de Niterói e Guarda Negra da Redentora, era dirigido por líderes negros como Israel Antonio Soares e José do Patrocínio. O jornalismo engajado, circulado entre Confederação Abolicionista, Clube Abolicionista Gutemberg e Centro Tipográfico Treze de Maio, era dirigido por pessoas expert e ávidas por melhorar as condições da “classe jornalista e artes anexas”.

Portanto, neste capítulo foi possível identificar: 1) quais foram as associações abolicionistas que permaneceram em atividades após a abolição; 2) quais foram as performances de confronto político desempenhadas por elas; 3) Comparar as performances do pré-abolição com as do pós-abolição, e averiguar quais performances foram herdadas e que inovações ocorrem; 4) mostrar como a Confederação Abolicionista serviu como uma estrutura organizacional suspensa no tempo (TAYLOR, 1989) – pois atravessou tempos (do pré-abolição para o pós-abolição), operacionalizando como um *locus* de compartilhamento de experiências

e saberes pregressos em promover performances de confronto político (TAYLOR, 1989); 5) que existiu movimento coordenado, e portanto organizado, antes de 1930, com presença de líderes negros (Israel Antônio Soares na Caixa Libertadora José do Patrocínio, e José do Patrocínio na Confederação Abolicionista, ambos com trânsito pela Guarda Negra da Redentora). Pontos estes que nos dão respaldo para relativizar na literatura brasileira teses que afirmaram haver falta de autonomia e conscientização dos negros quando no movimento abolicionista (Fernandes, 1964); bem como teses que apontaram as mobilizações como sinônimo de desordens no final do século XIX (FREIRE, 1959). Afinal de contas, o movimento abolicionista forneceu experiência pregressa em performances de confronto, as quais foram carregadas para o pós-abolição através de ativistas. Estes, por sua vez, compartilhavam experiências através das associações, das estruturas organizacionais suspensas no tempo, de modo a permitir que ativismos no pós-abolição fossem aperfeiçoados e direcionados para o ativismo negro ou para o jornalismo engajado.

CAPÍTULO 5: AS INTERAÇÕES DE CONFRONTO POLÍTICO DAS ASSOCIAÇÕES ABOLICIONISTAS APÓS A ABOLIÇÃO

Introdução

No capítulo anterior abordamos o que o movimento abolicionista fez após a abolição (entre 13 de maio de 1888 a 15 de novembro de 1889). Para tanto identificamos quais foram as associações abolicionistas que permaneceram em atividade e buscamos traçar um perfil dessas associações a partir das suas performances no espaço público. Ao comparar as suas performances desempenhadas no pré-abolição com o do pós-abolição, pudemos constatar que as performances foram historicamente herdadas do repertório passado.

Neste capítulo o objetivo é analisar a *interação confrontacional* na qual associações abolicionistas estiveram envolvidas no pós-abolição. Passado os trâmites da lei que dava por extinta a escravidão no Brasil, o cenário político-institucional se reconfigurou, afetando a relação entre abolicionistas e instituições políticas. Houve momentos de abertura, mas também de fechamento político-institucional para as novas reivindicações dos abolicionistas. Este capítulo visa abordar as interações de confronto político em que os abolicionistas estiveram envolvidos logo após a abolição e para tanto, analisaremos as situações de repressão, ação institucional e manifestação pública em espaço aberto e fechado. O intuito é observar se houve variação dessas performances conforme a mudança de gabinetes.

Além do mais, na medida em que reconstruiremos os confrontos políticos, procuraremos evidenciar os realinhamentos políticos dos abolicionistas, tanto com os partidos políticos, quanto com os gabinetes e as instâncias legislativas.

1 Evento de confronto político: ação institucional, repressão e manifestação em espaço público

Antes de analisarmos a dinâmica da interação do confronto político entre abolicionistas e instituições políticas, é preciso introduzirmos os dados relativos às performances de repressão⁵⁷, ação institucional e manifestação pública em espaço aberto e

⁵⁷ A relação entre eventos de protesto e confronto foi analisado por diversos estudiosos, cada qual com uma perspectiva: a) consideram que a repressão reduz a quantidade de confronto (MCADAM 1996; MCADAM,

fechado. Os dados sobre repressão servirão para averiguar a configuração - ou não - de restrições políticas para as associações abolicionistas durante os gabinetes João Alfredo e Ouro Preto. Os dados sobre ação institucional visam avaliar se os governos forneceram facilidades ou restrições políticas para as associações abolicionistas os acionarem como aliados; e os dados sobre manifestação pública em espaço aberto e fechado entraram como controle para verificar a dimensão de tais facilitações e restrições.

A inserção dos dados sobre repressão, quando formos analisar a situação em que se desenrolou a performance, nos possibilitará avaliar os alinhamentos políticos dos abolicionistas com os monarquistas, sejam eles liberais ou conservadores, bem como com os republicanos. E as situações de performances de ação institucional, bem como as manifestações públicas, nos mostrará o quão receptivo ou refratário foram as instituições políticas aos abolicionistas, nos dois governos políticos.

A metodologia adotada neste trabalho permitiu o cruzamento de dados sobre eventos das ações repressivas com as ações institucionais e as manifestações públicas das associações abolicionista. Como mencionado anteriormente, no capítulo 3, os eventos de confronto político foram "clusterizados" (agregados) em performances, a partir da combinação sujeito-verbo-objeto e substantivos e adjetivos. Essas performances padronizadas compõem o repertório dos abolicionistas no pós-abolição e podem ser distribuídos numa linha do tempo, que permita identificar subperíodos analíticos. Assim, ao observarmos alteração na frequência desses eventos num gráfico de linha do tempo, é possível voltar à situação em que se desenrolou a performance e averiguar se houve mudança de alinhamento político. Neste capítulo, então trabalharemos com as performances de ação repressiva, ações institucionais e manifestações públicas e lidaremos com dois tipos de análise gráfica: de cluster e de linha.

Na análise de cluster, utilizamos as performances relativas à violência coletiva, ação direta, ação de difusão, ação de dissidência, ação institucional, ação organizacional, ação simbólica, certificação, desmobilização, manifestação pública em espaço fechado, em espaço aberto e repressão. São essas performances clusterizadas que integram o repertório das associações abolicionistas no pós-abolição. Na análise de cluster das performances das

TARROW AND TILLY 1996; OPP AND ROEHL 1990; SAXTON 2004, 2005; TARROW 1998); b) argumentam que mais repressão pode motivar as pessoas participem mais no confronto (ARAJ 2008; CHANG AND KIM 2007; FRANCISCO 2004, 2005; HESS AND MARTIN 2006; MARTIN 2007; ORTIZ 2007); c) analisa a interação entre autoridades e dissidentes, examinaram os efeitos da repressão no confronto (FRANCISCO 2004, 2005; MARTIN 2005; RASLER 1996; GIUGNI 1998). Para ver revisão bibliográfica completa ver: ORTIZ, David G. Rock, Bottles, and weak autocratie: the role of political regime settings on contention – repression Interations. In.: Mobilization: An international Quartely, 18 (3), p. 289-312.

associações abolicionistas utilizamos como variável de controle o mandato exercido pelos gabinetes, como se pode ver no gráfico abaixo:

Gráfico 2 - Cluster de performances por gabinete

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados obtidos através da leitura de jornais entre 13/05/1888 e 15/11/1889. Jornais consultados no site da Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Neste gráfico é possível evidenciar as performances clusterizadas (colunas agrupadas) e observar a sua distribuição de acordo com os governos. Observamos que em ambos os gabinetes a performance de maior destaque foi a ação simbólica (no governo João Alfredo, 60 eventos; e no governo Ouro Preto 10 eventos). As performances de ação simbólica foram analisadas no capítulo anterior e agora daremos destaque para as performances de ação institucional e repressão, bem como às performances de manifestação pública em espaço aberto e fechado.

As duas performances de manifestação pública, tanto a desempenhada no espaço aberto quanto a desempenhada no espaço fechado, são bastante representativas. Lembrando que o confronto político traz acoplado em si elementos públicos e coletivos (TILLY, 2006, p.20), porque se fossem individuais e privativos dificilmente gerariam mobilização e pressão. Daí a importância das manifestações públicas, que podem acontecer em ambientes abertos ou fechados. Em espaço aberto: no governo João Alfredo foram 53 eventos; já no governo Ouro Preto, houve apenas 1 eventos. Em espaço fechado: no governo João Alfredo foram

evidenciados 39 eventos; e no governo Ouro Preto foram 3 eventos. Quando comparamos por gabinete, as manifestações públicas ocorridas no espaço aberto apresentam, pois, uma queda em seus números absolutos.

Os eventos não eram, contudo, todos iguais. Um evento de manifestação pública em espaço aberto, durante o governo Ouro Preto em comemoração ao 14 de julho, centenário da queda da Bastilha, foi seguido de um atentado à pessoa do imperador. O evento em si desencadeou um aumento da ação repressiva do estado, o que tornou este período menos propício para a execução de manifestação pública tanto em espaço aberto quanto fechado.

Charles Tilly argumenta que em governos mais abertos há mais manifestações públicas, pois estas são permitidas; em governos mais fechados há uma diminuição de manifestações em espaço público, porque geralmente há impedimentos institucionais que dificultam o acesso e a participação em espaço público dos movimentos sociais contrários aos governantes (TILLY, 2006, p. 73-77). Para averiguar se isso se deu no caso aqui em estudo é necessário cruzarmos os dados sobre manifestação pública com os eventos de repressão e ação institucional. A combinação destas performances de ação institucional, de repressão e manifestações públicas em espaço aberto e fechado nos fornecem indicativos mais robustos para classificar um governo como aberto ou fechado.

Como mencionado anteriormente, as ações de repressão são bons indicativos para apontar as restrições, pois estas são características dos governos mais fechados. No governo João Alfredo houve menos ações repressivas (3,54%) que no governo Ouro Preto (6,66%). Podemos complexificar ainda mais ao introduzir os eventos de ação institucional: no governo João Alfredo identificamos, em números percentuais, menos ações institucionais (9,44%) do que no governo Ouro Preto (23,33%). O que nos leva a crer que no governo Ouro Preto houve um fechamento maior aos abolicionistas do que o no governo João Alfredo. Mas o que é significativo é observar, que nos dois governos houve fechamentos aos abolicionistas. Mais adiante analisaremos as situações, as tramas, em que estes fechamentos institucionais e repressivos se deram, mostrando as dificuldades que os abolicionistas tiveram que enfrentar neste imediato pós-abolição.

Tabela 3 – Tipo de Performances por governo

Performances	Governo João Alfredo	%	Governo Ouro Preto	%
Ação de Difusão	34	13,38	2	6,66
Ação de Dissidência	5	1,96	2	6,66
Ação de Violência Física	3	1,18	2	6,66
Ação Direta	11	4,33	1	3,33
Ação Institucional	24	9,44	7	23,33
Ação Organizacional	4	1,57	0	0
Ação Simbólica	60	23,62	10	33,33
Certificação	11	4,33	0	0
Desmobilização	1	0,39	0	0
Manif. P. E. Aberto	53	20,86	1	3,33
Manif. P.E. Fechado	39	15,35	3	10
Repressão	9	3,54	2	6,66
Total	254	100	30	100

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados obtidos através da leitura de jornais entre 13/05/1888 e 15/11/1889. Jornais consultados no site da Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

A análise de cluster (agrupamento de performances) mostra uma maior incidência do uso das ações institucionais durante o gabinete Ouro Preto. Mas não permite responder se os deputados, senadores e juízes foram favoráveis, agindo como aliados das associações abolicionistas. Apenas numa análise da situação da performance nos fornecerá a trama destes confrontos.

Se as performances clusterizadas (agrupadas), permitem observar as *frequências* de cada performance em cada governo em específico e identificar padrões, um gráfico de linha permite observar as *sequências* temporais das performances e assim identificar seus picos e inflexões, isto é, mudanças de padrão. E após identificado os picos e inflexões nas sequências temporais, podemos voltar para o evento e observar a situação de confronto político em que ele se desenvolveu.

Aqui é interessante observar a sequência temporal dos eventos de repressão em gráfico de linha.

Gráfico 3 - Sequência temporal dos eventos de repressão

Fonte - Dados de fabricação própria obtidos através da leitura de jornais entre 13/05/1888 e 15/11/1889. Jornais consultados no site da Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Neste gráfico das ações de eventos repressivos contra as associações abolicionistas os eventos estão distribuídos mês a mês. A partir disso podemos realizar uma análise dos eventos repressivos, identificando os fechamentos das instituições políticas para a atuação dos abolicionistas. O gráfico mostra também que, em números absolutos, durante o período do governo João Alfredo (governo1) houve uma atuação mais repressiva por parte do Estado: em 1888 - 3 eventos em maio, 1 em julho, 2 em outubro, 1 em novembro, 1 em dezembro; e em 1889 - 1 em maio.

O gráfico de linha mostra os picos de ações repressivas. Em outubro de 1888, há um pico explicável pela conjuntura: neste momento Cristiano Ottoni solicita, no Senado, averiguação de "incitamento à guerra civil" nos teatros, uma acusação indireta contra os discursos de José do Patrocínio. E em dezembro de 1888 há o enfrentamento direto entre republicanos e membros da Guarda Negra (que neste momento tinha o apoio da Confederação Abolicionista).

A análise sequencial dos eventos permite também identificar aberturas e fechamentos institucionais. Vejamos:

Gráfico 4 - Sequência temporal de ações institucionais

Fonte - Dados de fabricação própria obtidos através da leitura de jornais entre 13/05/1888 a 15/11/1889. Jornais consultados no site da Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Neste gráfico, podemos observar que há uma maior atuação das associações abolicionistas durante o mês de maio de 1888 (11 eventos) e que após junho de 1888 (3 eventos) houve uma diminuição das ações institucionais dos abolicionistas. Na nossa análise qualitativa dos eventos de ação institucional, podemos constatar que a abertura em maio deve-se ao acesso institucional dos abolicionistas via ministério da justiça. Já o fechamento em junho deve-se ao realinhamento político dos ex-escravocratas em torno do projeto de indenização no Senado, produzindo um fechamento institucional para às reivindicações abolicionistas, que se estenderia por todo o restante dos dois governos - exceto em maio de 1889, quando Afonso Celso Junior apresenta projeto de lei de tornar o 13 de maio festa nacional, o que demonstra uma relativa abertura política aos abolicionistas.

O sequenciamento de tipos de performances mostra quando foram alteradas, suas inflexões e picos. É preciso, porém, ir aos eventos específicos de confronto político para reconstruir as movimentações dos alinhamentos políticos das associações abolicionistas, bem como detectar as restrições e facilitações que tiveram em cada governo.

2 Performances e subperíodos:

As performances podem ser analisadas numa disposição temporal, conforme sua *frequência* ou sua *sequência*. A análise de tipo *events-in-history*, ao produzir *clusters* de

performances, possibilita explicar as sequências temporais, pois os dados são gerados ponto a ponto no tempo.

Vejamos a distribuição temporal de repressão, ação institucional e manifestação pública em espaço aberto e fechado durante os dois gabinetes:

Gráfico 5 - Performances: sequências de repressão, ação institucional e manifestação pública em espaço aberto e fechado

Fonte - Dados de fabricação própria obtidos através da leitura de jornais entre 13/05/1888 e 15/11/1889. Jornais consultados no site da Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

As sequências das quatro performances permitem visualizar subperíodos analíticos, bem como as suas correlações.

A) Governo João Alfredo:

1) de maio a junho de 1888 houve uma inflexão decrescente concomitante das performances de manifestação pública no espaço aberto (de 41 para 2 eventos), de manifestação pública no espaço fechado (de 16 para 9 eventos), e de ação institucional (de 11 para 3 eventos). Ao voltarmos para cada situação de performances descobrimos que este período se inicia com a efervescência das comemorações em espaço público em decorrência da aprovação da lei de 13 de maio e termina com os fechamentos institucionais em 19 de junho, provocado pela rearticulação dos ex-escravistas em torno do projeto de indenização apresentado por Cotegipe

no Senado. Com a inflexão dessas três performances conseguimos identificar os fechamentos institucionais aos abolicionistas, na instância legislativa⁵⁸.

2) de junho a agosto de 1888 houve manifestações públicas em espaço fechado (de 9 eventos em junho, passou-se para 2 em julho e 2 em agosto). Neste período, quando voltamos para a situação das performances de manifestação pública em espaço fechado, descobrimos eventos bastante emblemáticos: o evento comemorativo preparado pela Confederação Abolicionista para celebrar a República Argentina, ocorrendo no mesmo dia em que era criada a Guarda Negra da Redentora, que por sua vez solicitava o apoio da Confederação Abolicionista. Com os eventos de manifestação pública em espaço fechado durante este período conseguimos identificar um duplo realinhamento político entre os abolicionistas, tanto de apoio à república como à monarquia.

3) setembro de 1888 a maio de 1889. Começa com ação institucional e termina com ações repressivas. Verificamos que em setembro houve 1 ação institucional; em outubro 2 ações institucionais e 2 repressivas; em novembro 1 ações institucionais e 1 repressiva; em dezembro 1 repressiva; e em maio 1 repressiva. Quando voltamos para a situação das performances descobrimos que as ações institucionais se referem à questão da imigração; e que, em outubro, quando ocorre o cruzamento da ação repressiva com ação institucional é o momento em que Cristiano Ottoni, no Senado, acusa a Confederação Abolicionista e José do Patrocínio de estar incitando guerra civil e ódio de raça. Desde então os acirramentos políticos entre republicanos e monarquistas vão escalando e terminam com ações repressivas, tais como a intimidação à José do Patrocínio, ao cercear a sua liberdade de expressão via imprensa, e culmina em ação de violência coletiva, no enfrentamento armado entre republicanos e Guarda Negra em 30 de dezembro daquele mesmo ano. Neste subperíodo conseguimos identificar as restrições políticas que serviram como fechamento institucional, que depois escalam para a violência coletiva entre a parte dos abolicionistas apoiadores da princesa *versus* republicanos.

B) Governo Ouro Preto:

1) junho a julho de 1889 as associações abolicionistas sofrem impactos de ações institucionais. Verificamos que em junho foram 3 ações institucionais. Ao voltarmos para a situação do desenlace dessas performances verificamos que as ações institucionais dizem

⁵⁸ Pela Constituição do Império: o poder moderador é privativo ao Imperador (art 98); o poder executivo, tem como chefe o Imperador e é exercido pelos Ministros de Estado (art 102); o poder legislativo é delegado à Assembleia Geral, deputados e senadores (art 13); e o poder judicial é composto de juizes e jurados (art 151) (Constituição política do Império do Brasil, 1824).

respeito à troca de gabinete e à execução do contrato dos burgos agrícolas, que aos olhos dos abolicionistas, era uma “nova escravidão”. A queda de João Alfredo refletiu num fechamento institucional no âmbito executivo para o grupo do José do Patrocínio, o que o encurralou e fez com que o mesmo migrasse para as fileiras republicanas.

2) agosto a novembro de 1889 houve ação repressiva e terminou com ação institucional. Há ação de violência, com queima de casas de libertos e inutilização de suas plantações, bem como prisão de abolicionista. Devido a isso a Confederação Abolicionista passou a solicitar proteção diretamente ao poder moderador, ou seja, à princesa. O que por sua vez não foi correspondido, pois o abolicionista em questão era também republicano. Neste subperíodo conseguimos observar os fechamentos institucionais aos abolicionistas no âmbito executivo. Após os fechamentos institucionais, verificamos o pronunciamento do vereador José do Patrocínio, na Câmara Municipal e no editorial do seu jornal, dando “viva ao exército libertador” e “viva à república”. Como explicar essa mudança de alinhamento de José do Patrocínio? É o que vamos ver nas sessões subsequentes.

Com o cruzamento dos quatro clusters de performances e observação das suas sequências, mês a mês, identificamos subperíodos, com os quais trabalharemos nas sessões seguintes. A intenção é explorarmos através destas sequências de performances o desenrolar do confronto político, os alinhamentos políticos, bem como os fechamentos e aberturas institucionais que as associações abolicionistas tiveram nos dois governos, o de João Alfredo e no de Ouro Preto.

3 Gabinete João Alfredo Corrêa de Oliveira: Abolicionistas em confrontos políticos

Antes de abordarmos diretamente os confrontos políticos do pós-abolição, faremos uma rápida digressão sobre os eventos políticos que antecederam o 13 de maio de 1888 que mostram a abertura na estrutura política para que as demandas do movimento abolicionista tivessem inserção, e que acarretou na Lei 3.353 que declarou extinta a escravidão no Brasil.

Essa abertura nas oportunidades políticas é representada pela queda do gabinete do barão de Cotegipe (João Maurício Wanderley) e a concomitante subida forçada do gabinete de João Alfredo Corrêa de Oliveira, em 10 de março de 1888. As pressões do movimento abolicionista levaram seu governo a se orientar para a “reforma do elemento servil”. Ponto este que foi reiterado pela princesa Isabel na Fala do trono de 1888 e confirmado no projeto

encaminhado à Câmara dos Deputados⁵⁹. Ou seja, após pressões do movimento abolicionista as três instâncias político-institucionais, a princesa regente, o gabinete e o parlamento, firmaram compromisso com a abolição. Deste modo, houve abertura nas instituições políticas para a reivindicação da abolição.

No governo de João Alfredo, o seu ministro da justiça Antonio Ferreira Vianna, foi uma peça importante para forjar essa abertura institucional e ao mesmo tempo foi em torno dele que o *confronto político* abolicionista com os republicanos se desenvolveu no pós-abolição. João Alfredo ao indicar o deputado Ferreira Vianna para ocupar o cargo de ministro da justiça deixou vaga uma cadeira na Câmara dos Deputados e, em decorrência disso, houve nova eleição para preencher a sua vaga na Câmara. Deste modo, entre o dia 10 de março (quando tomou posse o novo gabinete que tinha como programa de governo “a reforma do elemento servil”) e 03 de maio (data da retomada dos trabalhos da 20ª legislatura⁶⁰) houve o confronto político entre abolicionistas e republicanos no espaço público. Foi durante as disputas eleitorais para o provimento ao cargo de deputado do 1º distrito do município da corte que o confronto político abolicionista com os republicanos se desenrolou.

Desde o Congresso do Partido Republicano ocorrido em Campinas em 1887, estava sendo desenrolada a cisão dentro do partido republicano entre aqueles que solicitavam que o partido se expressasse abertamente em favor da abolição da escravidão sem indenização em seus manifestos (Clapp, José do Patrocínio), e aqueles que em contraposição preferiram não se posicionarem abertamente sobre esse assunto nos Manifestos (Rangel Pestana). O Manifesto do Congresso Republicano, dizia: “Em respeito aos direitos adquiridos e para conciliar a propriedade de fato com o princípio da liberdade, a reforma se fará tendo por base a indenização

⁵⁹ Conferir o pronunciamento de João Alfredo Correa de Oliveira in.: “Anais do Senado, sessão em 7 de maio de 1888, p.17-18”; ou in.: “Organização e programas ministeriais. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1889, p. 231-233”: Nesta sessão também, Cotegipe expressa os motivos que teria causado a exoneração de seu gabinete: no mês de março, viu-se “perturbadores da ordem (capoeiras) acompanhados de vagabundos e praças da marinha, atacarem estações policiais [...] O governo não tinha outro procedimento senão fazer dispersar os grupos desordeiros [...]. Foram neste sentido expedidas ordens e executadas pelas forças do exército, que então policiavam a cidade (Desde então,) desapareceram completamente as desordens. (A princesa regente, em decorrência deste acontecido respondeu,) de modo que, o ministério entendeu (que deveria pedir) exoneração (Anais, sessão 7 de maio de 1888). Sobre a “extinção do elemento servil” conferir também, a fala da princesa regente na abertura da 3ª sessão da 20ª Legislatura da Assembleia Geral, em 3 de maio de 1888, bem como, o projeto de resposta da Câmara a fala da princesa regente in.: Falas do Trono. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889, p 857-864.

⁶⁰ A 20ª legislatura é referente ao mandato de 1886 a 1889. A eleição havia sido realizada em 15 de janeiro de 1886. Desde 1881, firmado pela Lei 3029 de 9 de janeiro, as eleições para deputado eram diretas e se votava em apenas um deputado por distrito (Organização e programas ministeriais, 1889, p. 388). E de acordo com o regimento interno vigente, deputados e senadores poderiam ser nomeados para cargo de ministro ou conselho de estado, embora para o caso de deputado deixaria vago o seu lugar na Câmara e deveria processar-se nova eleição, na qual poderia ser reeleito e acumular as duas funções, desde que estivesse em consonância com o art 12 da Lei 3029 de 9 de janeiro de 1881 (lei Saraiva). Ferreira Vianna foi reconhecido como deputado da província do Rio de Janeiro, pelo distrito 1, pelo parecer de nº 5 de 1888, na sessão de 1 de maio de 1888 (Anais da Câmara, p. 9).

e o resgate [...]”. Aos olhos de Patrocínio este estatuto foi “cruel, desumano (e) está assinado, entre outros, pelo sr. Rangel Pestana, o mesmo que transcreve na Província de S.Paulo” (CR 28/04/1888). Este último grupo estava receoso de perder o apoio dos ex-senhores (Boehrer, 2000, p. 284-5). Outro agravante para a cisão abolicionista dentro do partido Republicano diz respeito à tensão política entre Republicanos e Monarquistas aguçada pela moção apresentada por Francisco Glicério (era uma moção baseada nos acontecimentos políticos da Câmara Municipal de São Borja (RS), e que já havia sido declarado apoio pelo partido republicano em meeting acontecido em Santos (SP)). A Moção apresentada por Francisco Glicério na sessão de 26 de fevereiro de 1888, na cidade de Campinas e aprovada por unanimidade dizia:

Considerando que o estado de saúde do Chefe da Nação [...] inspira [...] lamentável sucesso com respeito à sua morte e consequente desocupação do trono brasileiro; Considerando que a sucessão do trono brasileiro não está legitimada por lei alguma [...]; considerando que, assim sendo, o terceiro reinado não pode instala-se sem que o povo brasileiro seja ouvido pelos meios regulares; Resolve: 1º prestar inteira adesão ao movimento iniciado pelas Câmaras Municipais do Brasil, no sentido de ser o povo brasileiro chamado a pronunciar o seu voto soberano em relação à sucessão do 2º reinado; 2º Protestar patrioticamente contra as traições que o governo geral está praticando no interior de instalar sorrateiramente o terceiro reinado, já mandando instaurar processos iníquos contra os vereadores que querem a revisão constitucional (Jardim, 1978, p. 87-88).

Estamos querendo destacar que embora o regime republicano ainda era um porvir, o partido republicano forçava uma situação de confronto político entre republicanos e monarquistas. Frente a este confronto de ordem política, que ameaçava a continuação do regime político monárquico, os abolicionistas da Confederação Abolicionista tiveram que se posicionar politicamente para negociar a lei que viria a ser assinada em 13 de maio de 1888. E uma dessas situações foi a decisão de apoiar a candidatura do conservador Ferreira Vianna e não a do republicano e abolicionista Quintino Bocayuva. Obviamente que neste momento apoiar Ferreira Vianna também era apoiar a monarquia (e não o gabinete, pois este ainda estava por ser montado).

Foi a partir do apoio declarado da Confederação Abolicionista à candidatura do próprio Ferreira Vianna, pelo partido Conservador, e consequentemente do não apoio à candidatura do abolicionista Quintino Bocaiúva⁶¹, pelo partido Republicano, que os realinhamentos políticos ganharam novos contornos.

⁶¹ O posicionamento do partido republicano em relação a abolição foi bastante conturbado, ver acusações de José do Patrocínio a Quintino Bocaiúva (CR 05/01/1889). Para ver resposta de Quintino Bocayuva à José do Patrocínio consultar O Paiz 09/07/1887; 15/07/1887 diz que publicou o manifesto que foi distribuído em Campinas (mas não achei esse manifesto, só achei o manifesto de Silva Jardim de 26/02/1888).

A Confederação Abolicionista, que congregava várias associações abolicionistas e por isso era representante de uma coletividade, buscava fazer da reeleição de Ferreira Vianna uma espécie de plebiscito abolicionista (CR 05/01/1889). A estratégia era a seguinte: concentrariam os votos em Ferreira Vianna e o reelegeriam com a maior quantidade possível de votos, de modo, a demonstrar a força e a opinião do eleitorado pela abolição imediata e sem indenização (CR 09/04/1888). Essa estratégia do voto combinado entre os abolicionistas havia sido colocada em prática nas eleições de 1885 (Alonso, 2015), no entanto, o objetivo da estratégia do voto em 1888 nas eleições para deputado na corte era outro, era lançar candidato único. Se a votação de Ferreira Vianna fosse expressiva, essa estratégia seria mais uma forma de exercer pressão nos parlamentares para a aprovação do projeto de lei exigindo a abolição imediata e sem indenização⁶².

Tendo em vista essa estratégia da candidatura única de Ferreira Vianna, em 04 de abril, a Confederação Abolicionistas envia ofício a membros do partido liberal, felicitando-os por não terem lançado candidato, pois no entendimento da Confederação Abolicionista, qualquer candidatura neste momento poderia “ser um receptáculo de votos negreiros” (CR 04/04/1888).

Se o partido liberal não lançou candidatura (CR 12/04/1888), o partido republicano não seguiu a mesma linha, lançou a candidatura de Quintino Bocaiúva (O Paiz, 25/03/1888). O imbróglio é que Quintino Bocaiúva, líder do partido republicano também era sócio benemérito da Confederação Abolicionista (CR 23/04/1888) e João Fernandes Clapp, presidente da Confederação Abolicionista, era filiado ao partido republicano (CR 05/05/1888). Com esse evento vem à tona o questionamento sobre até que ponto abolicionistas são republicanos e vice-versa. As perguntas que os líderes abolicionistas da Confederação faziam eram: seriam os abolicionistas republicanos mais abolicionistas ou mais republicanos? Deveriam dar prioridade a questões sobre a forma de governo, sobre questões partidárias ou deveriam priorizar a questão dos escravizados? Diante desse impasse, a Confederação Abolicionista resolveu que era hora dos escravizados e por isso não poderia cindir-se (CR 23/04/1888).

Esse evento do apoio da Confederação Abolicionista à candidatura de Ferreira Vianna marcou uma ruptura de parte dos abolicionistas com o Partido Republicano e consequentemente

⁶² Sobre o tramite da Lei 3.353 de 13 de maio de 1888, que aboliu a escravidão no Brasil, segundo consta em Organizações e programas ministeriais, foi: uma *proposta* do poder executivo (ofício de Rodrigo Augusto da Silva, ministro da agricultura e conselheiro de estado, enviado por ordem da princesa imperial regente em nome do Imperador) enviada à Câmara dos Deputados; na Câmara a proposta se transformou em *projeto de decreto lei*; no Senado foi aprovado a conversão da proposta do poder executivo em projeto de decreto lei, bem como votado e aprovado o decreto lei; a princesa imperial regente em nome do imperador sancionou o decreto da Assembleia Geral e enviou carta de lei para o chanceler-mor; o chanceler-mor e ministro da justiça, Antonio Ferreira Vianna, manda executar a carta de lei (Organizações e Programas Ministeriais, p. 233-241).

assinalam uma aproximação com os monarquistas. Assim, estava desenhada essa primeira fase do confronto político abolicionista (março de 1888 a 19 junho de 1888), marcando a dissidência da Confederação Abolicionista com os republicanos. A Confederação Abolicionista ao eleger a abolição como seu objetivo principal, diante da abertura político-institucional para a sua demanda, não hesitou em declarar apoio à candidatura monarquista pelo partido Conservador.

O apoio declarado ao candidato do partido conservador na corte teve efeito-dominó: desligamento de João Clapp⁶³ do partido republicano Rio-grandense (05/05/1888) e ruptura com os republicanos paulistas. Clapp anuncia o seu desligamento do Club Republicano Rio-Grandense justificando ter

infringido as bases do partido ao recomendar publicamente uma candidatura monarquista ante uma republicana [...]. Dou-me por satisfeito e não me arrependerei jamais do que tenho feito para alcançar o triunfo da causa abolicionista. Para este fim, pouco me importa militar ao lado dos homens chamados monarquistas e que vem combater comigo contra os que se chamam republicanos e procuram embaraçar para todos os meios a vitória dos grandes princípios da escola democrática (CR 05/05/1888).

O confronto político entre abolicionistas da Confederação Abolicionista e republicanos teve outro pico quando o jornal *A província de São Paulo*, em seu editorial, ridicularizou a Confederação, “acusando-a de ter marchado a cavalo de vitória do Imperador, do Souza Dantas e agora do João Alfredo” (CR 30/04/1888). Embora a eleição de deputado dissesse respeito apenas ao 1º distrito do município da corte, o confronto político entre abolicionistas e republicanos extrapolou o limite da província. O confronto entre abolicionistas e republicanos envolveu ao menos a província de São Paulo e do Rio Grande do Sul, não sendo, portanto, um confronto local.

⁶³ João Fernandes Clapp, filho de Agostinho Clapp (norte americano) e de Anna de Jesus Clapp, nasceu no Rio Grande do Sul, em 1º de março de 1840. Mesmo tendo mudado aos onze anos para o Rio de Janeiro manterá relações pessoais na província de origem. Já no Rio de Janeiro ao lado de José Maria Amaral, Limpo de Abreu e outros, fundou o primeiro clube de propaganda republicana, e foi diretor do partido. Mas tarde, durante o período republicano, assistirá ao lado de Deodoro da Fonseca e de Benjamin Constant, à proclamação da República em 15 de Novembro de 1889, e também será um dos signatários do auto do compromisso do Governo Provisório, firmado no dia seguinte perante a Câmara Municipal, reunida para sancionar o ato político da véspera (Álbum, ano I, nº 43, outubro 1893). Talvez o ato de se desligar dos republicanos do Rio Grande do Sul (em carta de 05 de maio de 1888), esteja correlacionado a repercussão da moção votada em meeting republicano com presença de 3000 pessoas, em Santos (em 28 de janeiro de 1888). Era uma moção de solidariedade pelo ato político de São Borja (Rio Grande do Sul): “O povo de Santos, reunido em meeting, manifesta sua adesão aos dignos vereadores da Câmara Municipal de S. Borja, quando pedem que se representem aos poderes competentes para que, dado o caso de falecer o atual Imperador, seja consultada a Nação para saber se convém aos interesses da nossa Pátria que a sucessão do trono se efetue, sendo a sucessora do trono uma senhora casada com um príncipe estrangeiro; e protesta contra o ato antiliberal do governo, processando e suspendendo os mesmos vereadores, por terem curado do interesse público dentro da lei!” (Jardim. Propaganda Republicana: “A Pátria em Perigo”, p.71).

Em reação aos ataques dos Republicanos de São Paulo à Confederação Abolicionista, José do Patrocínio em editorial do seu jornal, *Cidade do Rio*, do dia 30 de abril, contra-ataca, acusando os republicanos de São Paulo de que seu manifesto (Província de São Paulo) teria sido escrito e firmado por senhores de escravos que se diziam abolicionistas⁶⁴. Em contraposição, o manifesto da Confederação Abolicionista, com data de 1883, ou seja, muito antes do gabinete Souza Dantas (1885), já solicitava a abolição imediata e sem indenização. José do Patrocínio justificava que “como abolicionista votamos no ministro da justiça sem a menor vacilação porque entendemos que para os verdadeiros abolicionistas todos os partidos se anulam (e que) perante o grande problema só havia dois partidos: o dos abolicionistas e o dos escravocratas” (CR 30/04/1888).

Desse confronto político no pré-abolição entre alguns abolicionistas da Confederação e republicanos resultou, no dia 19 de abril, na vitória de Ferreira Vianna que obteve 1347 votos (Organizações e programas Ministeriais, p. 392) contra 108 votos de Quintino Bocaiuva (CR 05/1/1889). Este resultado, acirrou o confronto político entre abolicionistas e republicanos.

3.1 Confronto Abolicionista entre 13 de maio e 19 de junho de 1888: manifestações públicas e ações institucionais

Após a reconstrução dos confrontos políticos que antecederam a abolição é possível reconstruirmos o processo do confronto político no imediato pós-abolição. Desta sessão em diante utilizamos como referência para descrever os confrontos políticos o gráfico (gráfico 5), que apresenta as performances distribuídas por períodos curtos.

Nesse primeiro subperíodo, que vai de 13 de maio (quando da aprovação da Lei 3.353) a 19 de junho de 1888 (quando Cotegipe apresentou no Senado o projeto de indenização os ex-senhores de escravos) verificamos que houve uma inflexão dos eventos de manifestação pública, bem como de ação institucional. Ao analisarmos as situações em que se desenvolveram

⁶⁴ A Conferência Republicana proferida por Silva Jardim, na cidade de São Paulo, foi no dia 07/04/1888. Mas encontramos o Manifesto do Congresso do Partido Republicano Paulista de 1888, realizado na capital da província em 24/05/1888, que foi lavrado por Rangel Pestana, Américo de Campos e Silva Jardim, e assinado por Manoel Ferraz de Campos Salles, Bernardino de Campos, Manoel Lopes de Oliveira, Victorino Gonçalves Carmillo e Francisco Glycério. Neste documento diz que o ministério conservador de João Alfredo foi dominado e absorvido pelo partido abolicionista. No entanto, essa ideia, de abolição, por princípio era do partido liberal, que encontrava-se sozinho, naquele imediato pós-abolição, pois os abolicionistas que outrora lutaram ao seu lado, agora se conjuraram em favor de João Alfredo. Mais à frente o Manifesto criticava que a abolição havia sido efetuada, “de um dia para o outro [...] pura e simplesmente, sem garantia para os proprietários, expoliando-os da propriedade legal, abandonando-as à sua sorte [...], entregando-os à ruína, expondo-os às mais temerosas contingências, sem uma providência a bem daqueles que vota em grande parte à miséria e ao extermínio, nos primeiros passos da liberdade, de que, não preparados convenientemente, dificilmente saberão usar seu próprio benefício” (Pessoa, 1973, 97-99; ou Província de São Paulo 27/05/1888).

essas performances (de 13 de maio 19 de junho) verificamos que a Confederação Abolicionista inicialmente optou em apoiar à monarquia, mas logo em seguida retirou o seu apoio.

Aprovada a Lei 3.353, no dia 13 de maio de 1888, abolindo a escravidão no Brasil os abolicionistas da Confederação Abolicionista se aproximam do poder central monárquico, oferecendo o seu apoio, afim de aproveitarem-se dessa oportunidade da abertura nas instituições políticas para as suas reivindicações. Posteriormente ao momento da aprovação da lei era exigido dos abolicionistas um posicionamento político para além do simples apoio partidário ou eleitoral. A decisão passara a ser sobre qual regime político iriam apoiar: se monarquia ou república. E os abolicionistas da Confederação, neste momento inicial, optaram por ficar do lado da monarquia. Esse apoio durou até a apresentação por Cotegipe no Senado do projeto que pedia pela indenização dos ex-proprietários de escravos, no dia 19 de junho de 1888.

Durante esse período o confronto de abolicionistas em relação aos republicanos pôde ser demonstrado de duas formas: pela utilização da performance de manifestação pública em espaço aberto, no préstito festivo, fazendo uso do cavalo em resposta às acusações feitas pelos republicanos de São Paulo; e pela ação institucional, quando a Confederação Abolicionista leva suas reivindicações ao ministro da Justiça, Ferreira Vianna, o que consequentemente demarca o seu posicionamento favorável à monarquia e não à república ou aos republicanos.

A performance de manifestação pública podemos verificá-la no préstito comemorativo organizado pela comissão da imprensa fluminense em comemoração à promulgação da lei que declarava extinta a escravidão no Brasil. A programação oficial se estendeu com comemorações do dia 17 ao dia 20 de maio (GN 15/05/1888). Embora o tempo fosse de festas, seu conteúdo era político, pois demarcava o confronto com os republicanos. A comissão organizadora dos festejos ao convidar para participar do préstito do dia 20, convocava a todos para irem em carruagens e *a cavalo* (GN 15/05/1888).

Figura 10 - Charge do préstito com uso de cavalos e carruagens

Fonte: Ilustração de Mequetrefe, maio de 1888.

A novidade da performance do préstito com uso do cavalo⁶⁵ era uma resposta às acusações feitas anteriormente pelos republicanos de São Paulo, os quais disseram estar a Confederação Abolicionista em cavalo de vitória do imperador e do João Alfredo. No préstito comemorativo além das delegações das associações⁶⁶ que compareceram em carruagens não pôde faltar José do Patrocínio a cavalo (CR 23/05/1888). Ir a cavalo no préstito era uma forma de confirmar para os republicanos que se tratava sim de andar a cavalo de vitória do imperador, ou melhor da imperatriz. Afinal, a oportunidade de abertura institucional para as suas demandas era irrecusável.

Na abertura político-institucional para as reivindicações dos abolicionistas, inicialmente parece Ferreira Vianna atuar como intermediário entre instituições políticas e

⁶⁵ No pré-abolição a performance do cavalo não foi encontrada, faziam uso de marche aux flambeaux (Alonso, 2015).

⁶⁶ Estavam presente neste préstito: Club dos Democráticos, Comissão do Comércio da rua do Ouvidor, Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, colônia italiana, Sociedade Espanhola de Beneficência, Liceu literário Português, Societé de Gymnastique Française, Centro Abolicionista Forense, Club Gutemberg, um grupo da Escola Politécnica - com André Rebouças e alunos distribuídos em 14 carruagens (CR 23/05/1888).

Confederação Abolicionista, dando a entender ter consolidado a estratégia da Confederação iniciada durante a campanha eleitoral quando renegaram o apoio à Quintino Bocaiúva, justificando ser melhor apoiar o ministro da justiça do que ofuscar o problema com questões de qual a melhor forma de regime político (CR 23/04/1888).

A atuação de Ferreira Vianna como intermediário pode ser confirmado quando abolicionistas, como José do Patrocínio, encaminham denúncias de irregularidades no cumprimento da Lei 3.353 de 1888 ao Ministro da Justiça. A denúncia encaminhada acusava irregularidades cometida pelo senador Antonio Marcelino Nunes Gonçalves⁶⁷, o visconde de São Luiz do Maranhão, que continuava a explorar filhos de mães libertadas; e estendia a acusação para outros, como o magistrado de Niterói que considerava órfãos os filhos de mães libertas; bem como denunciava um juiz municipal de Cataguases de requerer a africana a entregar seu filho ao senhor Albino Nogueira Neves. Foram essas as denúncias encaminhadas por José do Patrocínio ao conhecimento do ministro da justiça. Devido a esses casos de irregularidade no cumprimento da lei, José do Patrocínio solicitava urgente que o governo reorganizasse a magistratura e a polícia para que se fizesse cumprir o serviço de liberdade (CR 23/05/1888).

Mas por outro lado em sessão do dia 20 de junho de 1888, também Ferreira Vianna fundamentou o projeto de Repressão a Ociosidade, encerrando assim a sua “intermediação” para com as associações abolicionistas que lutavam em prol dos libertos. O projeto nº 33/1888 sobre a Repressão a Ociosidade, teve nesta sessão a sua 1ª leitura (2ª na de 21, sendo julgado objeto de deliberação e remetido à comissão de constituição e legislação). Ficando assim: “Assembleia Geral decreta: Art. 1. Ficam criadas em ilhas marítimas, ou em outros pontos que o governo julgar mais convenientes, estabelecimentos destinados à correção dos infratores do termo de bem viver” (Anais da Câmara, tomo II, p. 18). Deste modo, o Ministério da Justiça parece ter mais atuado em direção a mais um fechamento institucional para as demandas das associações abolicionistas no pós-abolição do que propriamente atuado em direção a uma abertura.

Com esse evento podemos identificar que os abolicionistas precisavam de uma abertura para a entrada de novas reivindicações na instituição política e precisavam dessa abertura para que a Lei 3.353 de 13 de maio se fizesse cumprir, caso contrário seria como as demais leis que não tiveram um amparo político-institucional rigoroso que as colocassem em

⁶⁷ Antonio Marcelino Nunes Gonçalves, foi presidente da província do Ceará em 07/10/1859 e de Pernambuco em 29/04/1861. Foi eleito deputado pelo Maranhão em 1864 (p. 334) e nomeado senador pela província do Maranhão em 1865 (p. 414), conselheiro de estado em 1889 (p. 428) (Organização e programas ministeriais, 1889).

funcionamento (tratado com a Inglaterra 1831; Lei 581, de 4 de setembro de 1850; Lei 2.040, de 28 de setembro de 1871; Lei 3.270, de 28 de setembro de 1885). Fazer com que a lei de 13 de maio fosse cumprida, exigia que se observassem os novos problemas que os libertos estavam enfrentando naquele momento, o primeiro deles era referente aos filhos de libertas que ainda estavam sendo mantidos em “novos cativos” sob a alegação de que eram órfãos⁶⁸.

Portanto, o posicionamento político dos abolicionistas da Confederação, nesta primeira fase do pós-abolição, confirmava a aproximação com a monarquia, mais especificamente com os membros do partido Conservador. Na nossa interpretação, isso se dava porque com o agravamento da crise do regime monárquico (devido à moção do partido republicano paulista, de Campinas e Santos, em apoio à Câmara Municipal de São Borja (RS)), também era colocada em questão a aplicabilidade e a vigência da lei de 13 de maio. Deste modo, a Confederação Abolicionista, por uma questão de necessidade de interagir com a instituição política a fim de se fazer cumprir e consolidar a lei de 13 de maio, optaram em compor com o gabinete João Alfredo e assim não romperem com a monarquia e consequentemente não se posicionarem abertamente em favor do partido republicano.

Se por um lado, a Confederação Abolicionista, durante esse período entre 13 de maio a 19 de junho de 1888, optou em permanecer apoiando a monarquia, pois pretendia ter aberturas político-administrativo para as suas reivindicações complementares, principalmente via ministério da justiça; por outro lado, concomitantemente existiam também mecanismos político-institucionais sendo acionados para o fechamento de oportunidades para os abolicionistas: no Senado, restrições ao direito de reunião e o projeto de indenização; e na Câmara a tentativa de reverter a lei de 13 de maio.

No Senado, quatro dias após a aprovação da Lei 3.353, entrou em discussão na sessão do dia 16 de maio o projeto sobre o direito de reuniões populares (GN 17/05/1888). O projeto era referente a revisão § 4^a do artigo 179 da Constituição do Império. O parágrafo 4^o tratava em específico sobre o direito de “comunicar os pensamentos, por palavras, escritos e publicá-los pela imprensa, sem censura”⁶⁹. O interessante é observar que este artigo 179 referente aos

⁶⁸ No dia 14 de dezembro de 1888 o Ministério da Justiça transmitiu informação prestada pelo presidente da província do Maranhão acerca do processo instaurado contra Francisco Joaquim de Souza e José Lima de Souza pelo crime de reduzirem pessoas livres à escravidão (Anais da Câmara, sessão de 10 de maio 1888, p. 61).

⁶⁹ O direito de reunião, bem como de expressar publicamente sua opinião era garantido e regulamentado pela Constituição (1824), no entanto após a abolição, o direito de reunião foi colocado em questionamento. Constituição (1824), Art. 179: “A inviolabilidade dos Direitos Cívicos, e Políticos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade”, é garantida pela Constituição do Império, pela seguinte maneira:

“IV. Todos podem comunicar os seus pensamentos, por palavras, escritos, e publica-los pela Imprensa, sem dependência de censura; com tanto que hajam de responder pelos abusos, que cometerem no exercício deste Direito, nos casos, e pela forma, que a Lei determinar”.

direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros era composto de 35 parágrafos, no entanto, o único que estava sendo questionado era o § 4º.

Este projeto foi apresentado pelo senador de Minas Gerais, Cândido Luís de Maria de Oliveira, cuja justificativa era de que mudaria apenas o dispositivo para regulamentar o direito de se “reunirem pacificamente sem armas”, pois isso serviria como uma garantia contra os abusos das autoridades e assim fortaleceria o direito civil e político do cidadão (Anais do Senado, vol 1, projeto de Letra L, Sessão 16 de maio, 1888, p.60). Embora no discurso dos senadores⁷⁰ se expressasse preocupação em garantir o direito de reunião, de preservar os direitos civis e políticos, essa ação parlamentar foi uma ameaça aos direitos dos cidadãos civis, pois o que estava em jogo era a liberdade de expressão e de reunião. Se o real interesse fosse proibir o uso de armas o que deveria estar em questionamento era o código criminal em seu artigo 285 que regulamentava sobre as restrições impostas ao ajuntamento ilegal e não o parágrafo 4º do artigo 179 da constituição.

Com essa discussão sobre o direito de reunir-se pacificamente e sem armas abriu possibilidade de se debater o dever de repressão policial⁷¹ sobre ações consideradas “tumultuarias” ou “anárquicas” em nome da preservação da “ordem”. Por fim este projeto foi aprovado como objeto de deliberação (Sessão de 21 de maio de 1888, Anais do Senado, p. 69), e juntamente com ele foi o projeto que estabelecia penas para o ato de capoeiragem (sessão de 23 de maio de 1888, Anais do Senado, p. 79). Desta forma, os profissionais de jornalismo, a qualquer momento podiam ser acusados de tumultuários e incitadores da quebra da “ordem” e por este motivo podiam sofrer repressão policial⁷². Outro grupo de pessoas que começou a ser perseguido e preso foram os capoeiras⁷³ (CR 25/05/1888, 02/06/1888, 04/06/1888, 06/06/1888, 08/06/1888). Sendo assim, no Senado ao revisar a legislação sobre o direito de se reunir, não

Código criminal (1830): Art. 285. “Julgar-se-á cometido este crime, reunindo-se três, ou mais pessoas com a intenção de se ajudarem mutuamente para cometerem algum delito, ou para privarem ilegalmente a alguém do gozo, em exercício de algum direito, ou dever”.

⁷⁰ Nunes Gonçalves, João Alfredo, Fernandes da Cunha, Candido de Oliveira (Anais do Senado, 1888, v I, p. 60 – 66).

⁷¹ Sobre o direito ou não de repressão da polícia de reunião tumultuaria estava fixado no artigo 179, §35 - Nos casos de rebelião, ou invasão de inimigos, pedindo a segurança do Estado, que se dispensem por tempo determinado algumas das formalidades, que garantem a liberdade individual, poder-se-á fazer por ato especial do Poder Legislativo. Não se achando porém a esse tempo reunida a Assembleia, e correndo a Pátria perigo iminente, poderá o Governo exercer esta mesma providencia, como medida provisória, e indispensável, suspendendo-a imediatamente que cesse a necessidade urgente, que a motivou; devendo num, e outro caso remeter à Assembleia, logo que reunida for, uma relação motivada das prisões, e d'outras medidas de prevenção tomadas; e quaisquer autoridades, que tiverem mandado proceder a elas, serão responsáveis pelos abusos, que tiverem praticado a esse respeito.

⁷² O liberal, Cristiano Ottoni na sessão de 01 de outubro de 1888 acusará José do Patrocínio de incitar ódio de raça e provocações a guerra civil, e em razão disso envia requerimento para dar discussão sobre o parecer da comissão de polícia (Anais do Senado, sessão 01 de out, 1888, VI, p. 1-6).

⁷³ No dia 09/06/1888 é fundada a Guarda Negra, que em seu art. 4º pede o apoio a CA.

produziu mais um mecanismo que ampliasse a oportunidade política para os abolicionistas, mas sim produziu um mecanismo restritivo, que futuramente poderia vir a ameaçá-los.

Outro mecanismo acionado que visava o fechamento das oportunidades para as reivindicações dos abolicionistas foi operacionalizado inicialmente na Câmara dos deputados e posteriormente no Senado, foi a apresentação de projeto de lei pedindo a indenização dos ex-senhores de escravos. Na Câmara, no dia 24 de maio de 1888 o deputado pelo partido Conservador da província do Piauí, Antonio Coelho Rodrigues⁷⁴ deu entrada no projeto de lei⁷⁵. A proposta era “indenizar com títulos de dívida pública aos ex-senhores de escravos e aos credores hipotecários ou penhoratícios ”; ainda fixava que o governo poderia se utilizar do fundo de emancipação para aplicar em estabelecimento de colônias agrícolas; além do mais, solicitava que continuasse em vigor a lei de 28 de setembro de 1871 (conhecida como a lei do Ventre Livre) e 1885 (conhecida como a lei dos sexagenários), bem como acionava o decreto 3371 de 1865 (referente aos voluntários da Pátria) (Anais da Câmara, sessão de 24 de maio de 1888, projeto nº 10). A intenção deste projeto era: 1º indenizar os escravistas e não aos escravizados; 2º obter a indenização via Estado, pois se consideravam expropriados por este; 3º autorizar o governo a desviar os fundos de emancipação para os seus fins, que era a criação dos burgos agrícolas; e 4º revogar a própria lei de 13 de maio, ao querer ressuscitar as leis de 1871 e 1885⁷⁶.

O principal desacordo dos abolicionistas em relação a esse projeto de Coelho Rodrigues era referente à autorização do governo a fazer operações de crédito via fundos de emancipação para indenizar aos proprietários. Seria um contrassenso inverter a lógica do fundo de emancipação que foi criado para libertar escravizados e não para indenizar proprietários. Então se o fundo de emancipação foi criado para prover recursos em benefício dos escravizados não era justo que este fundo fosse redirecionado para indenizar os ex-senhores.

O projeto de lei proposto na Câmara era bastante “excêntrico” nos seus pontos, colidindo com os interesses dos abolicionistas, principalmente no que se refere ao fundo de emancipação, e obteve apenas 5 votos (GN 26/05/1888) e por isso foi recusado, não sendo

⁷⁴ Antonio Coelho Rodrigues, deputado eleito pelo partido Conservador pela província do Piauí (Organização e programas ministeriais, 1889, p. 389).

⁷⁵ O termo ex-senhores é utilizado no projeto para demarcar um grupo de pessoas que “perdeu a sua propriedade por expropriação do estado” e por isso reivindicavam ser indenizados. Já o termo escravos, não vem antecedido de “ex” pois isso desconfiguraria o direito de posse da propriedade. No projeto Cotegipe aparece o termo ex-escravos, pois a categoria propriedade se flexibilizou entre: direito de propriedade particular (que pode ser condicional, móvel e variável) e direito de propriedade ordinária (que é perpétuo e absoluto). (Anais do Senado, II, sessão em 19 de junho de 1888, p. 108-109).

⁷⁶ A Lei 3.353 de 13 de maio, dizia: “Art. 1º: É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil; Art. 2º: *Revogam-se as disposições em contrário*”. Deste modo, com base no artigo 2 estariam revogadas *todas* as leis anteriores, inclusive a de 1871 e a de 1885.

julgado objeto de deliberação na Câmara. No entanto, mesmo o projeto sendo rejeitado na Câmara esse evento se configura como uma tentativa de fechamento político-institucional para as reivindicações abolicionistas e uma tentativa de realinhamento dos ex-proprietários⁷⁷.

Se na Câmara o projeto sobre a indenização foi bloqueado, os interessados recorreriam em outra instância. No Senado, Cotegipe apresentou outro projeto de indenização no dia 19 de junho de 1888. Este projeto era mais robusto que o primeiro, demonstrava através de planilhas do Ministério da Agricultura o número de escravos por província, bem como a sua faixa etária e sexo. Baseado nestes dados e na Lei 3.270 de 1885 que fixava o valor do escravo de acordo com a faixa etária, foram feitos cálculos do valor da indenização, estipulado em 200.000.000\$000 (200 mil contos de reis). Na apresentação do seu projeto, Cotegipe ainda sugeriu que este valor poderia ser pago através dos impostos que já eram percebidos pelo Estado, bastava que fosse aplicado para a indenização, afinal de contas o fundo de emancipação, previsto na lei de 1885 e 1871, poderia ser utilizado para pagar a indenização (Anais do Senado, sessão de 19 de maio de 1888, p. 107-117). Para argumentar a viabilidade do pagamento do valor estipulado, Cotegipe utilizou suas informações privilegiadas por ter sido recentemente chefe de gabinete e apresentou uma demonstração dos rendimentos do fundo de emancipação de 1888 e fez previsões para 1889 e 1891. Com todo este traquejo Cotegipe demonstrava para seus pares que era possível realizar a indenização aos ex-proprietários. Assim, estava se desenhado o realinhamento dos ex-senhores de escravizados com pauta reivindicativa dentro do Senado.

A reação dos abolicionistas foi instantânea. No dia seguinte na *Gazeta de Notícias* (20/06/1888) em seu editorial, ao mesmo tempo em que se defendia das acusações de Cotegipe, que designara a imprensa abolicionista de comunista (Anais, p. 107), também contra-atacava, definindo o projeto como:

Uma transação política, isto é, os ex-proprietários recebem dinheiro, e como recibo entregam as suas veleidades republicanas. [...] O expediente do ilustre monarquista quer dizer: - uma compra por parte da monarquia, e uma venda por parte dos republicanos (*Gazeta de Notícias* 20/06/1888).

⁷⁷ Embora o projeto de Coelho Rodrigues sobre a indenização não tenha obtido votos suficientes para ser deliberado, representações em nome de fazendeiros, agricultores, lavradores, negociantes, comerciantes, (ex)-proprietários, sociedade auxiliadora da agricultura, habitantes e Câmaras Municipais, solicitando indenização começaram a chegar na Câmara dos Deputados entre julho a agosto de 1888. Representações estas que foram encaminhadas para a comissão de orçamento (Anais Câmara, tomo III, IV, 1888). Como isso é possível observar que houve realinhamento de ex-proprietários.

Esse posicionamento dos abolicionistas demonstra que estavam descontentes tanto com os monarquistas (compradores), como com os republicanos (vendidos). Portanto, podemos perceber que o projeto Cotegipe sobre a indenização abalou o apoio dos abolicionistas à monarquia. Afinal, ter apenas uma porta de entrada via Ministério da Justiça, através de Ferreira Vianna, mostrou-se insuficiente. Os fechamentos institucionais, primeiro na Câmara – com o projeto de Coelho Rodrigues sobre a indenização – e depois no Senado – restringindo o direito de reunião e expressão e depois com o projeto de Cotegipe sobre a indenização –, estavam se mostrando ameaçadores para os abolicionistas.

3.2 Confronto Abolicionista entre 20 de junho e agosto de 1888: manifestações públicas em espaço fechado

Após a entrada em junho no Senado do projeto de indenização as associações abolicionistas começaram a perceber os fechamentos institucionais. A partir de junho as ações institucionais dos abolicionistas ficam escassas e apenas as manifestações públicas em espaço fechado, com reuniões e conferências-concerto, permanecem. Embora também com um fluxo bem diminuto.

Os abolicionistas até tentaram reagir aos fechamentos institucionais. Uma semana após a apresentação do projeto sobre a indenização no Senado, a Confederação Abolicionista convocou reunião para “prepararem um manifesto para enviarem ao Parlamento, definindo a sua posição em relação a situação atual e para prevenir seus associados contra as intrigas dos escravagistas disfarçados de republicanos” (CR 26/06/1888). Mas os abolicionistas pareciam não ter consenso quanto a esse ponto. Logo após a convocação da Confederação Abolicionista, o Club Abolicionista Gutemberg também se reuniu e nomeou uma comissão para preparar um festival em homenagem à República Argentina (DN 30/06/1888). Embora as associações abolicionistas tenham tentado esboçar reação, elas estavam divididas entre monarquia e república.

Enquanto André Rebouças, tesoureiro da Confederação Abolicionista e morador da cidade imperial (Petrópolis), gastava seu tempo publicando seus artigos “Republiquistas”⁷⁸ em

⁷⁸ Republiquistas foi uma série de oito artigos publicados na Cidade do Rio (Parte I, 16/06/1888; parte II, 19/06/1888; parte III, 20/06/1888; parte IV, 21/06/1888; parte V, 22/06/1888; parte VI, 23/06/1888; parte VII, 25/06/1888; parte VIII, 26/06/1888). A Confederação Abolicionista reorganizará sua diretoria apenas em 1890: João Clapp continuará na presidência; Alberto Victor G. da Fonseca deixa a vice-presidência e o capitão Emiliano Rosa de Senna passa a ocupá-la; e André Rebouças exilado deixa seu lugar para José de Seixas Magalhães (O Paiz, 4/06/1890).

tom crítico à república e com posicionamento claro de preferência pela monarquia; Ernesto Senna, Isaías de Assis e Teotônio Regadas, membros do Club Abolicionista Gutemberg, planejavam festejar a República Argentina no dia nove de julho (DN 30/06/1888). A data 9 de julho não era fortuita, era a data em que se comemorava a independência política da *República Argentina*. Era uma data simbólica.

A série de artigos de André Rebouças demandava democracia rural e se contrapunha à “aristocracia territorial, aos barões feudais e patriarcas” que habitavam o parlamento brasileiro. Eles eram designados de “parasitas e gananciosos”. Rebouças, chegou até mesmo a mencionar a necessidade de se criarem instituições assistenciais com fins humanitários. É interessante notar que essas demandas, da democracia rural e das instituições assistenciais, foram expressadas publicamente no jornal *Cidade do Rio* no contexto em que estava sendo debatido o projeto de indenização no Senado⁷⁹. Era uma tentativa de fazer frente aos parlamentares indenizistas. Ainda no jornal de José do Patrocínio verificamos uma coluna intitulada *Indenização* em que era solicitado ao barão de Cotegipe, em tom de crítica, o uso de sua expertise para fazer as contas dos salários devidos aos escravizados: $1.500.000 \times 90.000 \text{ dias} \times 1\$000 = 135.000.000 \$ 000$ (135 mil contos de reis) (CR 25/05/1888).

No entanto, também estava posta à mesa a questão sobre qual a melhor forma de governo, se monarquia ou república, e por isso nem todos os abolicionistas aderiram a essa luta. Ao que parece, mesmo a Confederação Abolicionista, tendo convocado reunião para expressar sua indignação em relação à indenização, não chegou a um consenso, não tendo chegado a fazer o tal manifesto, cujo destinatário seria o Parlamento⁸⁰. Podemos dizer que não foi à toa que as manifestações públicas em espaço fechado, a exemplo das reuniões, também foram minguando. Com o fechamento no legislativo mais a falta de consenso interno em torno das “reformas

⁷⁹ É interessante observar que o ponto sobre democracia rural levantado por André Rebouças tinha vazão entre os Voluntários da Pátria, pois o decreto de criação dos voluntários da pátria, além do soldo, garantia terras (decreto 3371 de 1865, Art. 2º - “Os voluntários, que não forem Guardas Nacionais, terão, além do soldo que percebem os voluntários do Exército, mais 300 rs. diários e a gratificação de 300\$000 quando derem baixa, e um prazo de terras de 22.500 braças quadradas nas colônias militares ou agrícolas”).

Ainda sobre este ponto Joaquim Nabuco disse: “Mas eu que sou monarquista, porque estou convencido de que a república seria a oligarquia, isto é, uma forma de governo que é a exploração organizada de uma casta, exatamente como a escravidão [...]” (O Paiz, 08/06/1888).

Sobre a criação das instituições de caridade o Ministro da Justiça, Ferreira Vianna esteve envolvido com a criação do Asilo das Crianças Abandonadas – Casa de São José, inaugurado em 9 de agosto de 1888. Esta instituição apenas admitia menores desvalidos até 12 anos (Almanak Laemmert, 1891, p. 1481). Isso, ao nosso ver ia contra a demanda solicitada por José do Patrocínio feita ao ministro logo após a abolição: de não reescravizar filhos de mães libertas. O alerta era para reformar o judiciário para o serviço de liberdade, e não necessariamente criar “instituições de caridade”, ou instituições que pudessem servir como espaços de reescravização.

⁸⁰ Não achamos este manifesto. Embora procuramos por ele tanto nos jornais como nas atas do Senado e da Câmara.

sociais”⁸¹, as associações abolicionistas perdiam aos poucos a capacidade de exercer pressão nas instituições políticas.

A dissidência política entre os abolicionistas era perceptível, enquanto uma comissão planejava o festival em comemoração à república, outra comissão da Confederação Abolicionista era designada para ir ao Paço convidar a Princesa⁸². E assim foi: representantes da monarquia e representantes da república vizinha, dividiram o mesmo espaço no dia 9 de julho. Tudo tão cerimonioso se não fosse, três dias antes, o deputado Afonso Celso Júnior ter interpelado o ministro dos Estrangeiros, Rodrigo Augusto da Silva, acerca dos limites com a República Argentina⁸³ (GN 07/07/1888). Desse modo, as relações entre o *Império* Brasileiro e a vizinha *República* Argentina pareciam estar um pouco abaladas. A situação tensa pôde ser percebida na convocação de reunião da Confederação Abolicionista publicada no jornal de Patrocínio, que dizia para seus membros irem de “casaca e distintivo” ao festival em comemoração da República Argentina (CR 09/07/1888).

O festival organizado pela Confederação Abolicionista no Teatro São Pedro, em plena segunda-feira, estava lotado. Os camarotes estavam ocupados pela “fina flor” da sociedade: ministros, senadores, deputados, diplomatas, oficiais superiores de terra e mar e gente da imprensa (GN 10/07/1888; CR 10/07/1888). Além da situação tensa, com a forte presença não fortuita dos oficiais de terra e mar, o lugar e momento parece ter sido bastante estratégico para forçar acordos políticos. Para disfarçar a tensão do momento houve calorosa recepção com chuvas de flores, primeiro para a princesa Isabel e depois para o ministro argentino, Enrique Moreno.

O festival, foi uma manifestação pública em espaço fechado, ao estilo das performances evidenciadas no pré-abolição de conferências-concerto: a primeira parte era de pronunciamentos públicos, geralmente de conotação política; a segunda parte era a festiva, com concertos e apresentações de peças teatrais. Nessa ocasião do dia 9 de julho, na primeira parte houve pronunciamento do presidente da Confederação Abolicionista João Clapp, do deputado Joaquim Nabuco, do vereador José do Patrocínio, do capitão Serzedello Correa, do senador Dantas e do ministro argentino. Ou seja, uns favoráveis à monarquia e outros à república. A

⁸¹ Mais tarde, já durante o regime republicano dirá José do Patrocínio: “Hoje entendemos que as reformas políticas valem menos que as reformas sociais” (CR 04/12/1889).

⁸² Foram ao Paço José de Seixas de Magalhães, Leopoldo Figueira e Ignácio Doellinger. A princesa respondeu afirmativamente ao convite, dizendo que estaria às 20:30h em ponto no evento (GN 07/07/1888).

⁸³ Esta questão sobre os limites territoriais com a Argentina resultará em 1890, quando já no regime republicano, no Tratado das Missões, momento em que Quintino Bocayuva visita o país vizinho para tratar sobre os limites territoriais (ver: Bocayuva, Quintino, 1836-1912. Tratado de Misiones: litigio solucionado: las Republicas Brasileira y Argentina. 1890). Ver também: Anais da Câmara dos Deputados (vol III, Sessão do dia 6 de julho de 1888, p. 42-46).

parte musical ficou por conta da banda do Asilo dos Meninos Desvalidos que tocou o hino nacional e o hino da República Argentina (GN 10/08/1888). Na segunda parte houve apresentação da peça teatral *Um drama do hipnotismo* pela companhia do Recreio Dramático (CR 10/08/1888; GN 10/09/1888).

Ao final da primeira parte o ministro argentino foi convidado a comparecer ao camarote Imperial, e lá na frente da Princesa foi homenageado recebendo o tão noticiado presente que a comissão popular iria lhe entregar: era um retrato (GN 05/07/1888). Juntamente com o retrato, que ficou exposto dias antes em uma das vitrines da casa Farani, foi entregue também uma lista subscrita com os nomes dos apoiadores da manifestação de simpatia à República Argentina (GN 05/08/1888, GN 10/08/1888; CR 10/08/1888).

Toda esta festividade e mimos ao ministro argentino soava como insulto e ameaça à Princesa e ao regime monárquico. Por isso não por acaso, no mesmo dia, enquanto no Teatro São Pedro de Alcântara acontecia o festival em homenagem à República Argentina, os libertos Higino, Manoel Antonio, Janson, Agripino, Gaspar e Theocrito reuniram-se na casa de Emilio Houède e fundaram a Guarda Negra da Redentora. A finalidade desta nova associação que nascia era “dedicar-se [...] a defesa do reino, da excelsa senhora que os fez cidadão” (CR 10/07/1888). Nessa reunião foram tomadas algumas deliberações:

- 1) Criar uma associação, com o fim de opor resistência material a qualquer movimento revolucionário, que hostilize a instituição que acabou de libertar o país.
- 2) só podem fazer parte, como seus sócios ativos, os libertos que se comprometerem a obedecer aos mandatos de uma diretoria eleita por maioria absoluta, em votação que se efetuará em momento oportuno.
- 3) poderão ser sócios efetivos unicamente os que considerem o ato memorável do dia 13 de maio, acontecimento digno da admiração geral e não motivo para declarar guerra à humanitária princesa que o realizou.
- 4) pedir [apoio] à *Confederação Abolicionista*, para que esta sociedade se ramifique por todo o império.
- 5) pedir à imprensa que participa desse sentimento, o seu valioso concurso.
- 6) e último. Aconselhar por todos os meios possíveis aos libertos do interior que só trabalhem nas fazendas daqueles que não juraram *guerrear* o terceiro reinado (CR 10/07/1888).

Das deliberações expostas acima pela Guarda Negra é importante destacar o pedido de apoio à Confederação Abolicionista, pois do artigo 4º decorre a ligação entre as duas associações, além de confirmar o caráter de ponte organizacional conferido à Confederação Abolicionista, pois ela serviu como uma rede de ativismo e espaço de coordenação e especialização técnica de saber fazer protesto político mesmo no pós-abolição. Outro ponto de

destaque são as passagens, nos artigos 3º e 6º, que mencionam a declaração de guerra feita pelos contrários ao reinado. E nas palavras de José do Patrocínio seria isso reação aos “fazendeiros despeitados que compram armas para apontar contra a Redentora” e que os “escravos transformados em cidadãos, rodearão o seu trono e saberão morrer em sua defesa” (CR 10/07/1888).

Como podemos perceber, a dissidência política entre abolicionistas começava a trilhar um caminho que apontava para o uso da violência física. Ou seja, se no primeiro subperíodo houve um fechamento institucional, via legislativo, aos abolicionistas, no segundo subperíodo do confronto político começam a minguar as manifestações públicas em espaço fechado.

3.3 Confronto abolicionista entre setembro de 1888 e maio de 1889: ação institucional, repressão e violência coletiva

Entre setembro de 1888 e maio de 1889 os membros das associações abolicionistas passaram a sofrer mais com as ações institucionais, bem como com as ações repressivas que incidiam sobre eles. Em parte, isso era resultado de um processo externo ao grupo (da rearticulação dos contrários e dos fechamentos institucionais), que acabou se refletindo na dificuldade de reorientação interna do grupo, tornando-o mais fraco para ter capacidade de exercer pressão no sistema político pós-abolição. Fragmentados politicamente, os abolicionistas passaram a sofrer ataques oriundos das instâncias institucionais, bem como ações repressivas.

Este subperíodo começa em setembro com as campanhas do deputado e abolicionista Joaquim Nabuco através da imprensa, bem como de meeting pelo interior do país em favor do regime monárquico. Na imprensa, no jornal O Paiz, em setembro começa a ser publicada uma coluna de Joaquim Nabuco. Em contraposição ao posicionamento do monarquista é aberto no mesmo jornal espaço para Antônio Silva Jardim, que inaugura uma coluna de conteúdo republicano. A pretensa neutralidade do jornal, abrindo espaço para a campanha monarquista e republicana ao mesmo tempo, mais tarde irá romper em ação violenta. Sobre os meetings é noticiado que após cessarem as sessões da Câmara, Nabuco, sob delegação da Confederação Abolicionista, irá percorrer o interior do país (GN 27/09/1888; CR 28/09/1888). Era claro que monarquistas e republicanos estavam em plena campanha, através da imprensa e dos meetings.

Em outubro de 1888 o liberal Cristiano Ottoni, em sessão no Senado disse existir no interior do país uma grande agitação provocada pelo “golpe de 13 de maio (que) foi dado quando acabava a colheita, (resultando) na transição radical do sistema de trabalho”. Dizia ainda, que “essas agitações democráticas com bandeira de indenização” não era “coisa para desprezar, nem era com descompostura à lavoura gritadas nos teatros e repetidas nos jornais

que haveria de acalmar”. Após esses dizeres, Cristiano Ottoni atacava aos abolicionistas, questionando a idoneidade da campanha que em 1884 realizou uma grande quermesse. Ele afirmava que o destino do dinheiro recolhido havia sido “extraviado”. Não bastasse esse ataque à Confederação Abolicionista, sem mencionar nomes de forma direta, ainda depreciava oradores abolicionistas, que ao seu ver iam “matraquear” em praças públicas e nos teatros, fazendo uso de uma linguagem que a ele parecia “menos expressão de sentimento filantrópico e humanitário do que ódio de raça e provocações a guerra civil” (Sessão em 1 de outubro de 1888, Anais do Senado, v. VI, p. 1-6).

Como podemos perceber no Senado, pela fala de Cristiano Ottoni, não faltaram ataques e acusações aos abolicionistas. Cristiano Ottoni ainda apresentava claramente a sua posição em favor dos indenizistas. Não é de se estranhar a preferência do seu posicionamento em favor dos indenizistas, pois estes eram grande parte dos eleitores. Os indenizistas surgiram logo após a aprovação da lei de 13 de maio, mostrando-se fortemente mobilizados; primeiro promoveram reuniões, como, por exemplo, em Leopoldina (MG) no dia 25/05/1888 e em Cantagalo (RJ) no dia 26/05/1888, depois apresentaram uma enxurrada de representações na Câmara dos Deputados, solicitando indenização do valor do ex-escravo. Entre julho e agosto, na Câmara dos Deputados, foram ao menos 22 representações, sendo 7 enviadas em nome de Câmaras Municipais (Anais da Câmara, tomo III, IV), sem mencionar que algumas representações que solicitavam a indenização vinham acompanhadas do pedido de uma nova constituinte, como por exemplo a representação enviada pela Câmara Municipal de Resende (RJ). Isso servia como ameaça e pressão aos deputados, que não tinham o cargo vitalício como tinham os senadores. Por isso, o endereço dessas representações era a Câmara dos Deputados. Nesse contexto de forte mobilização indenizista, o ataque à idoneidade dos abolicionistas, bem como as acusações de promoverem incitamento à “guerra civil” e “ódio de raça”, não tinha outra intenção que a de depreciar a imagem e a “honra” dos abolicionistas e enfraquecê-los mais ainda.

Essa atuação de Cristiano Ottoni, num espaço institucional de grande visibilidade, funcionava como atividade de “enquadramento interpretativo” depreciativo. Mesmo que Patrocínio tentasse reação através do editorial do seu jornal (CR 02/10/1888), explicando a prestação de contas da Confederação Abolicionista quando da época da quermesse em 1884, seria desgastante. Afinal, era estratégico para os indenizistas colocar em questionamento as contas bancárias de associações abolicionistas, justamente num momento em que se discutia a promoção de indenização via fundo de emancipação.

Embora a tarefa de responder às acusações através de editorial de jornal seja uma atividade desgastante, ela nos fornece elementos importantes para entender o posicionamento político de Patrocínio nesse período. Nem republicano, nem monarquista, disse ele. Primeiro ele acusava os republicanos de terem feito acordo para omitir a questão da escravidão em seu Manifesto Republicano de 1870; de o Partido Republicano de São Paulo não querer se responsabilizar sobre a questão dos cativos em 1887 e de o jornal *A República* não ter orientação segura sobre o assunto⁸⁴. Por fim disse que “sua alteza [a princesa Isabel] nunca me terá a seus pés como um adulator, só a reconheço por ter tido coragem de decretar a lei 13 de maio” (CR 02/10/1888).

Ao que parece, nem republicano, nem monarquista, o lado de José do Patrocínio era se firmar enquanto lutador “honrado” da causa dos “negros”. O enquadramento interpretativo com o qual José do Patrocínio estava trabalhando nesse momento aponta na direção da categoria racial *negro*: designa Joaquim Serra como defensor dos *negros* (CR 29/10/1888); fala que os fazendeiros de Santa Maria Magdalena estão indignados com a liberdade dos *negros* (CR 30/10/1888); autodenomina-se como um *negro* de talento (CR 04/01/1888); acusa os neo-republicanos de ladrões de almas e suor da raça *negra* (CR 04/01/1888). Chega inclusive a mencionar a expressão “ortodoxia africanista” (CR 02/10/1888). É interessante observar que o aparecimento do enquadramento interpretativo que aponta em direção da construção de categorias raciais, está atrelado à criação da Guarda *Negra* da Redentora (09/07/1888), a qual foi fundada por “libertos”, bem como está atrelado às acusações de Cristiano Ottoni de que José do Patrocínio estaria incitando “ódio de raça” (02/10/1888). Com este apontamento da formulação do enquadramento interpretativo étnico/racial, estamos queremos apontar para a mudança do ativismo de José do Patrocínio, que muda de enquadramento: do abolicionismo para a questão dos “negros”.

A categoria racial “negro” já era utilizada anteriormente por Patrocínio e por outros abolicionistas antes desse período (de setembro de 1888 a maio de 1889), mas o *aparecimento* dessa categoria étnico-racial nesse período é significativo para entender os rumos que o movimento abolicionista tomou no pós-abolição. Ainda podemos destacar que a categoria

⁸⁴ José do Patrocínio ainda atribui acusação a Cristiano Ottoni de ser integrante do Clube da Lavoura. Ao que tudo indica era ao Clube da Lavoura ao qual pertencia Martinho Alvares da Silva Campos. Em resposta de Cristiano Ottoni entendemos qual era a acusação proferida no teatro Lucinda: “que em 1871 foi comissionado para entender-se com os ministros afim de que a lei de 28 de Setembro não fosse obrigado a declarar na matrícula a naturalidade dos escravos, e isso com o fim odioso de fazer continuar na escravidão os africanos importados depois da lei de 1831, e seus descendentes” (Anais do Senado, sessão 1 de outubro de 1888, VI, p. 5). Silva Jardim, na Conferência de 30/12/1888, proferida na Sociedade Francesa de Ginástica, rebate os três pontos acusatórios sobre os republicanos não serem abolicionistas (Jardim, 1978, p. 305-307, ou GN 20/01/1889).

étnico-racial *aparece* no momento que precede o meeting da Sociedade Central da Imigração (11/11/1888) e no contexto em que estava em discussão no Senado o projeto sobre a imigração. É no meeting da Sociedade Central da Imigração que o presidente da Confederação Abolicionista, João Clapp menciona: “Dizem por aí que a Confederação sustenta-se nos ombros dos capangas [...], é verdade que temos o apoio da Guarda Negra e da Branca [...] o que não queremos é o apoio da Guarda Amarela” (CR 15/11/1888). Ou seja, o meeting da Sociedade Central da Imigração aguçou ainda mais a Confederação em direção a pauta racial. Com isso querendo dizer que o confronto da Confederação Abolicionista no pós-abolição passou a ser político e racial.

Embora José do Patrocínio, orador oficial da Confederação Abolicionista, estivesse aos poucos construindo o enquadramento interpretativo étnico-racial, ele ainda não tinha declarado abertamente ser adepto, ou membro da Guarda Negra da Redentora⁸⁵. Até então tinha apenas declarado simpatia. Talvez o que o impedisse de declarar abertamente apoio a Guarda Negra da Redentora fosse o vínculo político desta agremiação. O vínculo do ativista José do Patrocínio à Guarda Negra da Redentora ocorreu apenas em 30 de novembro, logo após ele ter sofrido intimidação de alguns membros do exército para se silenciar sobre o caso dos “republicanos de São Paulo” (CR 29/11/1888; 30/11/1888). Essa intimidação de membros do exército operou como uma ameaça a José do Patrocínio e o encurralou politicamente, forçando-o a ter que adotar um lado. Ao que consta, José do Patrocínio, assim que sofreu a ação repressiva de oficiais do 17º batalhão, inicialmente buscou recorrer aos seus colegas da imprensa (Gazeta de Notícias e Jornal do Comercio) com a finalidade de obter apoio; em segundo lugar, recorreu verbalmente ao ministro da Justiça e por escrito ao presidente do Conselho (CR 29/11/1888); em terceiro lugar, ao apoio declarado da Guarda Negra da Redentora (CR 30/11/1888). O que queremos ressaltar é que a vinculação oficial de um ativista da Confederação Abolicionistas com a Guarda Negra ocorreu apenas num momento posterior a mais um fechamento, este de ordem repressiva.

José do Patrocínio conta sobre o evento de repressão militar:

Ontem à noite estava eu na confeitaria Pascoal, eram oito horas e tanto da noite. Davam-me a honra de sua companhia, os meus amigos, tenente Orozimbo Barreto, Coelho Netto e Dr. Pardal Mallet ... quando acercaram-se de mim, um repórter da *Gazeta de Notícias*, perguntando-me se eu havia recebido uma comissão de oficiais,

⁸⁵ Sobre o vínculo da Guarda Negra com a *ativismo* político ver Flávio Gomes (2011, 15-43); sobre o *ativismo* político racial de homens de cor no movimento republicano ver Petrônio Domingues (2014, 121-154). Sobre a Guarda Negra como *mobilização* de libertos ver Clícea Maria Augusto de Miranda (2015, 369-383). Sobre a relação da Guarda Negra e da Guarda Branca no *jogo político* ver Wlamyra Albuquerque (2011).

que me devia impor silêncio a respeito dos acontecimentos de São Paulo. [...] Minutos depois, saindo eu e meus companheiros, fomos cercados por um grupo de cinco ou seis oficiais, um dos quais fez-me a intimação já anunciada e nos termos os mais injuriosos: << *negro!* Se continuares a escrever cortamos-te a cara a chicote, ou fazemos alguma coisa mais>> (CR 29/11/1888).

Como podemos perceber, a repressão militar que sofreu José do Patrocínio em novembro não apenas se sustentava sobre questões relacionadas à política, mas também se dava em termos raciais: o oficial, além de o interpelar por se silenciar sobre o caso de São Paulo em seu jornal, complementa a ação proferindo injúria em termos raciais⁸⁶.

Mas o confronto não se limitou ao âmbito institucional parlamentar, com Cristiano Ottoni atacando a Confederação Abolicionista, nem à repressão militar ao abolicionista. Ele escalou para a violência coletiva. Na escalada do confronto, as orientações políticas em disputa (monarquistas e republicanos) se entrelaçavam com as questões raciais.

No dia 30 de dezembro de 1888, membros da Guarda Negra da Redentora, a mesma que acabara de dar o título de presidente honorário a José do Patrocínio (CR 30/11/1888) entraram em confronto físico com membros do Partido Republicano. Estavam os republicanos reunidos no prédio da Sociedade Francesa de Ginástica para ouvirem a conferência de Antônio da Silva Jardim, que por sinal estava em ritmo acelerado de campanha republicana⁸⁷. A conferência de Silva Jardim, intitulada “Pela república contra a monarquia”, era a segunda conferência realizada em resposta aos artigos do monarquista Joaquim Nabuco publicados em *O Paiz*. Na versão de Silva Jardim, estava ele a falar sobre os “chins⁸⁸”, quando ouviu-se “rumor e gritos na rua”; dentro do salão ouviu-se “vozes: - Aí vem eles!” De repente, “ouve-se ruído de projéteis, e de tiros lançados contra a frente do edifício [...]. Muitos cidadãos correm para a entrada e para o andar superior a fim de repelirem os agressores. Estabelece-se a luta que dura cerca de uma hora [...]. Soam gritos, imprecações dos que veem companheiros feridos.

⁸⁶ A injúria racial em 1888, embora existisse, não era tipificada como crime. Mesmo líderes como José do Patrocínio ou André Rebouças eram vítimas de ações como estas.

⁸⁷ Conferências Republicanas: 28/01/1888 - Santos (SP); 26/02/1888 - Campinas (SP); 7/04/1888 - São Paulo (SP); 21/04/1888 - Santos (SP); 26/10/1888 - Rio de Janeiro (RJ); 24/05/1888 - São Paulo (SP); 04/07/1888 - Rio Claro (SP); 05/07/1888 - Limeira (SP); 06/07/1888 - São Carlos do Pinhal (SP); 07/07/1888 - Campinas (SP); 10/07/1888 - Jacaré (SP) e Taubaté (SP); 12/07/1888 - Pindamonhangaba (SP); 13/07/1888 - Guaratinguetá (SP); 14/07/1888 - Lorena (SP) e Rezende (RJ); 15/07/1888 - Barra Mansa (RJ); 16/07/1888 - Barra do Pirai (RJ); 17/07/1888 - Valença (RJ); 18/07/1888 - Vassouras (RJ); 19/07/1888 - Paraíba do Sul (RJ); 21/07/1888 - Juiz de Fora (MG); 23/07/1888 - Petrópolis (RJ); entre 24/07 a 11/08/1888 - Capivari, Friburgo, Cantagalo, Pádua, S. Fidélis, Campos, Macaé, Barra do São João, Rio Bonito, Niterói e Itaboraí (RJ); 12/08/1888 - Rio De Janeiro (RJ), 1ª conferência na Sociedade Francesa de Ginástica; 18/08/1888 - Paraíba do Sul (RJ); São Paulo; Santos (SP); 29/09/1888 - São João Nepomuceno (MG); 8/10/1888 - Sapucaia (RJ); 27/10/1888 - Rio de Janeiro (RJ); 23/12/1888 e 30/12/1888 - Rio de Janeiro (RJ), na Sociedade Francesa de Ginástica (In.: Jardim, 1978).

⁸⁸ A questão dos “Chins” era referente a imigração chinesa.

Recrudesce a luta. [...] Depois de repelidos os assaltantes, vozes reclamam a continuação da conferência” (Jardim, 1978, p. 308-9). Ao dar sequência à conferência, dizia Silva Jardim:

quando fordes atacados por indivíduos da raça preta, lançai a responsabilidade sobre esse negro miserável (José do Patrocínio), negro indigno de ser Negro, traidor à sua Raça e traidor à sua Pátria, traidor ao seu Partido e traidor à Monarquia! [...] Um homem só deve viver quando seja útil à família, à Pátria, à Humanidade [...] Também esse indigno Presidente do Conselho (João Alfredo Correa de Oliveira), que se arvorou em chefe de uma corporação perigosa, armada ilegal, destruidora, fratricida! [...] Vamos, malvados! Processai, abri cadeias, aplicai vossos inutilizados códigos, mandai empurrar navalhas, matai! [...] Que representemos o patriotismo. [...] VIVA A REPÚBLICA! ABAIXO A MONARQUIA! (Jardim, 1978, p. 308-9; ou GN 20/01/1889)

Como podemos perceber, na versão de Silva Jardim, o confronto de violência coletiva ganha aspecto político e patriótico⁸⁹. Diferente da versão contada por José do Patrocínio, que ganha um aspecto mais racial do que patriótico. Esta versão em partes coincide com a charge de Angelo Agostini da Revista Ilustrada (05/01/1889): um grupo “que ia passando a gritar ‘viva à monarquia’, com o mesmo direito com que [o outro grupo] grita ‘viva à república’”, foi recebido a “balas de revólver”. Um oficial, presente na conferência republicana, “gritou: matemos esses negros!”. Em revide, a “multidão (que havia jurado defender a princesa e o ato memorável de 13 de maio) respondeu com chuvas de pedras” (CR 03/01/1889). O confronto desse dia se desenrolou até ao prédio onde funcionava a redação de *O Paiz*, cujo redator chefe era Quintino Bocayuva, o mesmo que havia lançado sua candidatura quando a Confederação Abolicionista procurava fazer da reeleição de Ferreira Vianna um plebiscito abolicionista (CR 05/01/1889).

Do confronto de violência coletiva do dia 30 de dezembro com presença de “tiroteio, apedrejamento, navalhada e cacetada”, resultaram: “cerca de 80 pessoas feridas” (Revista Ilustrada, 5/01/1889, p. 7); saída de Joaquim Nabuco da redação de *O Paiz* (CR 04/01/1889); e Ferreira Vianna destituído do Ministério da Justiça, deslocado para o Ministério do Império (Organizações e programas ministeriais, 1967, p. 231-2).

⁸⁹ Wlamyra Albuquerque (2011) e Petrônio Domingues (2014) atentam para a questão racial em contraposição a questão nacional. Em seus argumentos é levantado que os republicanos acusavam a Guarda Negra de estimular o ódio racial e por isso seriam milícias fratricidas (Petrônio, 2014).

Figura 11 - Charge do confronto com uso de violência coletiva no dia 30 de dezembro de 1888

Fonte: Revista Ilustrada, 5 de janeiro de 1889

Portanto, de setembro a dezembro de 1888 podemos observar que a ação institucional precedeu a ação repressiva que recaiu sobre as associações abolicionista. Sobre a ação institucional, demos destaque para a depreciação que sofreu a Confederação Abolicionista no Senado, no momento estratégico em que se discutia promover a indenização via fundo de emancipação (CR 02/10/1888), mas se formos mais para atrás (maio de 1888), lembraremos da ação restritiva, que foi votada no Senado sobre o parágrafo 4º do artigo 179 da Constituição de 1824, que abriu a possibilidade de ação preventiva da polícia contra ações “anárquicas” e “tumultuárias”, restringindo o direito de reunião (Sessão de 21 de maio de 1888, Anais do Senado), bem como a criminalização da ação de capoeiragem (sessão de 23 de maio de 1888, Anais do Senado). Foram essas ações institucionais precedentes, no âmbito legislativo, que abriram a possibilidade de aumentar a repressão aos abolicionistas e aos negros acusados de praticarem capoeira e desordem.

Como podemos perceber, em 1888 trata-se de um governo “fechado”, ao menos no âmbito legislativo, pois prescreveu e proibiu as performances dos abolicionistas. Sendo assim, atuou não como um facilitador e atribuidor de oportunidades políticas, mas justamente o contrário, atuou com medidas repressoras e inibidoras: restringindo o direito de expressão e de reunião. Nesse subperíodo, entre setembro e dezembro de 1888, pudemos observar que a combinação de ação institucional com a repressão, escalou para ação de violência coletiva. Portanto, houve uma escalada do confronto político que se iniciou com os fechamentos institucionais (legislativo) para depois atingir a ação de violência coletiva. A repressão em continuidade da ação institucional funcionou como um mecanismo complementar aos fechamentos institucionais aos abolicionistas, ao mesmo tempo que serviu como complementar à manutenção: da “ordem” e da estratificação social. O legislativo, ao abrir oportunidade para os indenizistas, automaticamente fecha-se para as demandas complementares à abolição reivindicadas pelos abolicionistas. As demandas que os abolicionistas solicitavam em relação aos direitos dos “negros” iam de encontro à demanda dos indenizistas. Portanto, a repressão opera como uma mantenedora para que a falta de oportunidade política aos contrários se perpetue.

Após o evento de violência coletiva evidenciada nas ruas do Rio de Janeiro no dia 30 de dezembro 1888, João Clapp, em nome da Confederação Abolicionista veio a público manifestar-se, dizendo:

No meio da polemica apaixonada que atualmente se observa, entre as pessoas filiadas a vários grupos políticos, é preciso que a Confederação Abolicionista não seja confundida com os agrupamentos desordenados de momento, nem assimilada a outros que estão fora do seu programa [...]. Não temos o propósito de embaraçar o governo na nobre missão de encaminhar o país, na grande obra começada a 13 de maio, nem jamais auxiliaremos a propaganda do ódio e do despeito iniciada após esse patriótico ato (CR 08/01/1889).

De certa maneira, isto era uma tentativa de não comprometer a Confederação Abolicionista com o envolvimento nas ações de violência coletiva vivencias a pouco nas ruas do Rio de Janeiro, bem como de colocá-la como “neutra” nesta disputa de cunho “político”. No entanto, esse pronunciamento acabava por embaraçar sim o governo. Afinal, podia ou não, a esta altura depois de uma situação tão delicada (30/12/1888), contar o governo imperial como base de apoio a Confederação Abolicionista?

Depois de tantos fechamentos institucionais aos abolicionistas, seja na Câmara, no Senado, no Ministério da Justiça e através das repressões policiais verificadas em 1888, não era

de se estranhar que este grupo dificilmente tivesse conseguido manter-se unido integralmente, exercendo pressão ou apoiando o governo. No princípio de 1889, ficava assim: do lado da princesa Isabel e do gabinete João Alfredo, ficavam José do Patrocínio e André Rebouças; do lado dos republicanos, João Clapp voltava a apoiá-los, interrompendo o apoio da Confederação Abolicionista ao gabinete de João Alfredo.

Embora José do Patrocínio apoiasse o gabinete João Alfredo, desde 1888 e continuava a apoiá-lo até aquele momento, depois dos atos de violência coletiva, essa decisão não teria sido muito fácil. Ainda no pré-abolição, ele teria sido “cérebro republicano”, mas em decorrência das demandas complementares à abolição para a população negra, foi puxado para o lado monarquista por André Rebouças⁹⁰. E apoiar a monarquia implicava apoiar o gabinete João Alfredo. Isso teria sido sofrido para ele, pois João Alfredo, membro do partido Conservador, ainda havia pouco, na sessão de 13 de maio de 1888 declarava amizade aos líderes escravistas, Paulino José Soares de Souza e Cotegipe⁹¹. Apoiar o gabinete de João Alfredo não era o mesmo que apoiar o gabinete Dantas em 1884, pois o último, tinha um programa de governo que era compatível com o dos abolicionistas, mas o programa de João Alfredo era meramente ocasional e pontual (Alonso, 2015, p. 345). No entanto, mesmo tendo um gosto amargo, José do Patrocínio, entre a coroa e a espada, seguiu apoiando o gabinete de João Alfredo até o final. Mas, João Clapp, presidente da Confederação Abolicionista resolveu retirar o apoio no começo de 1889.

Ainda sobre o racha entre os abolicionistas, podemos verificar o rompimento da relação amistosa entre o presidente da Confederação Abolicionista, João Clapp, com a liderança da ala parlamentar abolicionista, Manoel Pinto de Souza Dantas. Esse rompimento foi num evento ocorrido em fevereiro num *espaço fechado*. Era o evento de comemoração do aniversário do conselheiro e o senador abolicionista, Souza Dantas, que à esta altura parece não ter uma relação tão amistosa com João Clapp. Souza Dantas dispensou as simpatias que João Clapp lhe atribuía na data do seu aniversário (CR 28/02/1889). Dispensar as simpatias de João Clapp era uma resposta do governante à Confederação Abolicionista, que pousava de “neutra” no jogo político. As relações entre Confederação e Senado estavam abaladas⁹².

⁹⁰ Verificamos essa aproximação de José do Patrocínio com André Rebouças quando da ocasião da publicação dos artigos Republicanas de André Rebouças, solicitando democracia rural, bem como José do Patrocínio envolvido com a fundação da Guarda Negra da Redentora. Isso entre junho a agosto de 1888.

⁹¹ João Maurício Wanderley, o Barão de Cotegipe, morre logo no começo do ano de 1889, em 13 de fevereiro. Paulino José Soares de Sousa, filho virá a falecer apenas em novembro de 1901.

⁹² O governo: a família imperial poderia contar apenas com o apoio da Guarda Negra; Souza Dantas em 1889 era conselheiro de estado, bem como senador, portanto, o rompimento com a Confederação dava-se com a ala parlamentar do Senado.

É bom lembrar que performance de manifestação pública em espaço fechado é característica de momentos em que há necessidade de planejar estratégias de ação e também de momentos que não são propícios para manifestação pública em espaço aberto, quando há um aumento na repressão. No final de fevereiro⁹³, apenas 2 meses após o evento de violência coletiva ocorrido em frente ao prédio da Sociedade Francesa de Ginástica, é que voltamos a verificar a Confederação em ação novamente, isso pode ter sido uma ação estratégica para amenizar as ações de violência coletiva para com os republicanos.

No entanto, apenas conseguimos entender o ato de desentendimento entre João Clapp com o conselheiro Dantas, se observarmos para o que estava acontecendo no âmbito institucional. O Conselho de Estado havia se reunido em 12 de janeiro e 1 de fevereiro de 1889, e pedidos de demissão do ministério haviam sido feitos pelo, agora, ministro do império Ferreira Vianna. O imperador, por sua vez, pediu à Ferreira Vianna que esperasse ao menos até o 13 de maio, certo de que conseguiria restabelecer o apoio popular da Confederação Abolicionista. Ou seja, o Imperador e seu gabinete estavam em situação frágil, precisavam buscar apoio e a Confederação Abolicionista estava querendo mostrar-se “neutra”, justamente num momento que ser “neutro” politicamente significava dar força para os adversários políticos. Por isso, Dantas recusava as felicitações de João Clapp.

O ano de 1889 apresentava-se bastante delicado: a Confederação Abolicionista, grupo representativo da luta pela abolição, retira o seu apoio ao governo (em 08/01/1889); somado a isso, o governo vinha sofrendo constantes ataques depreciativos dos republicanos; e ao mesmo tempo, o governo previa, pela legislação⁹⁴, enfrentar neste ano eleição para compor nova Câmara dos Deputados. Portanto, neste cenário a retirada do apoio da Confederação ao governo, acabava por enfraquecê-lo.

Sobre os constantes ataques republicanos à monarquia, podemos dizer que era referente à data de 1889 ser bastante simbólica, pois comemoravam o centenário da queda da Bastilha. Devido a isso, nas conferências republicanas proferidas por Silva Jardim falava-se muito sobre revolução. Eram circuladas pela imprensa opositora, bem como em conferências, retóricas contra o Dom Pedro II, retratando-o como um imperador velho, sonolento, demente e

⁹³ É interessante observar que as conferências republicanas também cessaram entre 30 de dezembro 1888 a 16 de fevereiro de 1889.

⁹⁴ Pela constituição de 1824, art 17, cada legislatura durará 4 anos, e cada sessão durará 4 meses. E pela reforma eleitoral, Decreto Nº 3.029, de 9 de janeiro de 1881 (reforma eleitoral, ou “lei Saraiva”), não há nada que expresse modificação neste quesito. No entanto, as sessões da Câmara eram encerradas por decretos emitidos pelo Imperador. Isso lhe conferia poder para dissolver a Câmara. Para ver sobre a questão da modificação proporcionada pelo decreto 3029/1881 sobre a dimensão da participação eleitoral ver Jairo Nicolau, *A participação eleitoral no Brasil*, 2002, 255-295.

desinteressado pela política (Mello, 2007, p. 185-190); ou ainda contra o conde d'Eu, figurando-o como sendo um membro da família Orléans, representante da monarquia francesa, o “príncipe estrangeiro”, “aventureiro da Guerra do Paraguai” que fez custar “tanto sangue brasileiro” (Jardim, 1979, [1888-1889], p. 69); ou mesmo contra a princesa Isabel, descrevendo-a como sendo a “condessa d'Eu”, que “vivia a ouvir música” e “inclinada ao fanatismo religioso” (Jardim, 1979, [1888-1889], p. 69-70). Com essas menções queremos demarcar não que as retóricas contra o dom Pedro II, o conde d'Eu e a princesa Isabel fossem justas ou injustas, mas sim que estava em curso uma disputa política, um jogo para conquistar posições e apoios. E nesta disputa quem ocupava o espaço do poder central e tinha algo a perder era certamente a família real; em segundo lugar, o ministro João Alfredo Correa de Oliveira, que havia ascendido com apoio dos abolicionistas ao posto de presidente do Conselho de Ministros.

No jogo político, o governo, para manter-se, precisava de uma base de apoio, seja ela político-institucional, bem como de respaldo popular. No entanto, com a alteração no tipo de confronto, houve também mudança na relação entre governo e principais atores políticos. Ou seja, com o enfrentamento armado entre a Guarda Negra da Redentora e os republicanos resultou numa alteração do tipo de confronto político, que escalou para a violência coletiva. Frente a este evento, verificamos através do pronunciamento da Confederação Abolicionista, sob o julgo de neutralidade e preservação da imagem, que na realidade significava a retirada do apoio integral ao governo imperial e do apoio ao gabinete do João Alfredo, refletindo indiretamente no apoio à república.

Em 1889 a crise do regime monárquico estava agravada: republicanos atribuíam estigmas à monarquia; a Confederação Abolicionista retirava o seu apoio ao gabinete João Alfredo; e por fim, Dom Pedro II encontrava dificuldade para recompor o seu gabinete. Em junho, Dom Pedro II viu como possibilidade para sair da crise, convocar outro ministério.

4 Gabinete Ouro Preto: Confronto abolicionista entre 7 junho e agosto de 1889

Neste período, de junho a agosto, observamos a sequência de ação institucional, seguida de ação de violência e de repressão.

Em meio a crise política, no dia 7 de junho de 1889 deu-se a substituição do gabinete presidido pelo membro do Partido Conservador, João Alfredo Corrêa de Oliveira. O gabinete passou a ser presidido pelo membro do Partido Liberal, Visconde de Ouro Preto (Afonso Celso de Assis Figueiredo). O primeiro, tinha a credencial de ter tido aprovado e promulgado em seu governo a lei que aboliu a escravidão no Brasil e o segundo tinha a credencial de ter votado

projeto abolicionista⁹⁵ (Alonso, 2015). O fato é que com a mudança de gabinete houve recomposição da base do apoio nas ruas e também nas instituições políticas, na Câmara e no Senado.

Diferente do programa de governo de João Alfredo Corrêa de Oliveira, apresentado anteriormente, em 10 de março de 1888, que se comprometeu em realizar a “reforma do elemento servil”, o programa de governo do visconde de Ouro Preto apresentado à Câmara dos Deputados comprometeu-se pelas “reformas liberais” (Organizações e programas Ministeriais, p. 232; 244). Isso reconfigurou o posicionamento das associações abolicionistas no tabuleiro do jogo da política no ano de 1889. Um ano após a abolição as associações abolicionistas não eram manejadas mais como uma peça principal no apoio ao governo (ver figura 3, cap2). A “nova” base de apoio eram os grupos favoráveis à criação de estabelecimentos de emissão e crédito, à autonomia das províncias, à flexibilização das taxas de exportações, à amortização do papel-moeda, e ao equilíbrio da receita com a despesa. O Visconde de Ouro Preto sustentava seu programa de governo sob a retórica da necessidade de aumentar a produção do país. Esse era um discurso que tinha vazão entre os ex-proprietários de escravizados que imbuídos pelo desejo de serem indenizados, almejavam a liberação estatal de auxílio à agricultura e da subvenção à importação da mão-de-obra imigrante, pois acreditavam que com a abolição seus negócios e produção iriam à bancarrota⁹⁶.

Outros pontos do programa de governo do visconde de Ouro Preto sustentavam-se sobre a necessidade de reforma da liberdade de ensino, da liberdade de culto e no alargamento do voto. Dizia ele: “Medida(s essas,) aconselhadas pela necessidade de facilitar a assimilação, dos elementos estranhos provenientes da imigração, que convém fomentar na maior escala” (Organizações e programas Ministeriais, p. 245). Em alguma medida a pauta do alargamento do voto era compatível com as demandas dos abolicionistas no pós-abolição. Em novembro de 1888, quando havia acabado de ser apresentada o projeto de imigração no Senado, José do

⁹⁵ Alonso (2015, p. 334) ressalta que já no final da campanha abolicionista o Partido Liberal uniu-se para defender a abolição imediata, mas com prestação de serviço (um projeto com cinco, e outro com dois anos de prestação de serviço). Os projetos de número 5 e 1 foram apresentados à Câmara por Jaguaribe e Afonso Celso Júnior (filho) (4 de maio de 1887); Dantas apresentou o projeto B (semelhante ao que havia apresentado em 1884) e foi endossado por Afonso Celso de Assis Figueiredo (pai) e outros (Anais do Senado do Império 3 de jun. 1887).

⁹⁶ Segundo John Schulz em “A crise financeira da abolição (1875-1901)”, após a abolição não houve necessariamente uma bancarrota da economia nacional, nem dos ex-senhores de escravizados, pelo contrário: “A conquista da abolição sem violência e sem colapso da grande lavoura deixou todos os membros da elite, exceto dos proprietários de terras arruinados do Vale do Paraíba, em estado de extremo otimismo. A primeira colheita do café após a abolição rendeu preços excelentes e produziu um volume maior do que o esperado” e a colheita de 1889 prometia ser superior. “Reconhecendo as boas perspectivas do Brasil, os estrangeiros aumentaram tanto o crédito comercial [...], valorizando o mil-réis, enquanto colocavam em circulação considerável quantidade de ouro pela primeira vez em 25 anos” (SCHULZ, 1996).

Patrocínio expressou através do seu jornal as demandas que haveriam de ser tomadas, eram elas: “A grande naturalização, o alargamento do voto, proibição do tráfico chinês e temporalidade do Senado” (CR 12/11/1888). Como podemos perceber havia uma semelhança das demandas dos abolicionistas com este último conjunto de pontos apresentados no projeto de governo liberal do visconde de Ouro Preto (CR 12/11/1888).

Se por um lado, Ouro Preto, em meio à crise política tentava flertar com os dois grupos, abolicionistas e ex-proprietários de escravizados, pelo menos é o que demonstra em seu discurso de posse; por outro lado, a sua balança de concessão de medidas políticas parece ter pendido mais para um lado do que para outro. Seis dias após a posse do gabinete Ouro Preto, o seu Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Franklin Américo de Meneses Dória (barão de Loreto), por meio do decreto nº 10.251, de 15 de junho de 1889, sob auspício do Imperador dissolveu a Câmara dos Deputados e convocou outra para o dia 20 de novembro do mesmo ano⁹⁷. Esta medida afastou temporariamente os deputados do núcleo decisório, ficando o executivo relativamente mais livre para implementar o seu projeto liberal: criando novo regulamento para bancos de emissão, implementando o auxílio à lavoura e a imigração subsidiada.

O novo regulamento de emissão do visconde de Ouro Preto permitia aos bancos que lastreassem⁹⁸ suas emissões em ouro e emitissem notas conversíveis em até três vezes o capital do banco (DECRETO nº 10.262, 7 de julho de 1889). Diferente de João Alfredo que havia mantido uma política econômica mais conservadora, pois tinha permitido aos bancos emitir notas lastreadas em bônus do estado⁹⁹ até 2/3 de seu capital e exigiu que mantivessem uma reserva em dinheiro de 20% (Schulz, 1996, p. 69). Os banqueiros ficaram bastante satisfeitos com a política econômica adotada pelo do novo governo, o de Ouro Preto.

No dia 28 de junho de 1889 é possível verificar a assinatura de contrato com o banqueiro Francisco Mayrink, presidente do Banco de Crédito Real do Brasil e do Banco Predial, para conceder empréstimos aos fazendeiros pelo prazo de um a cinco anos garantidos

⁹⁷ Havia eleições previstas para montar a 21ª legislatura no dia 31 de agosto. Outra observação que nos compõe é que o mês de novembro, pelos calendários anteriores do legislativo, votava-se o orçamento para o ano subsequente. Embora tenha sido convocada outra Câmara para tomar posse em 20 de novembro, tal Câmara nunca tomou posse, dado o evento de 15 de novembro de 1889, que pôs por terra o regime monárquico e instituiu o regime republicano.

⁹⁸ Lastro é o ativo, normalmente em ouro ou bônus que serve de garantia para a emissão de bilhete bancário. É a garantia para o empréstimo (Schulz, 1996, p. 77; 160).

⁹⁹ No ano de 1888 João Alfredo tinha dado início ao processo de autorização aos bancos emitir papel-moeda lastreada em bônus do estado (24/11/1888) na tentativa de substituir o sistema metalista (ouro) e valorizar o mil-réis. Esse sistema de empréstimo lastreado em bônus do estado, significava que o banco tinha que adquirir apólices do governo. Os bancos que desejassem emitir teriam de adquirir essas apólices a par num total equivalente à metade de suas emissões, com juros de 4,5% ao ano (SCHULZ, 1996, p. 68-70).

por hipotecas” (Schulz, 1996, p. 77-8); e também, o estabelecimento de contrato com Manoel Gomes de Oliveira para fixar colonos (imigrantes e nacionais) em suas dependências (CR 06/07/1889). Através desses dois contratos firmados no dia 28 de junho podemos verificar a execução e implementação de qual projeto liberal falava Ouro Preto quando do discurso de sua posse. Era em benefício dos banqueiros, em auxílio à lavoura e da imigração subsidiada e não necessariamente dos abolicionistas.

A implementação destes projetos de cunho liberal gerou reação imediata de José do Patrocínio. Em seu jornal do dia 5 de julho de 1889, com letras garrafais, trazia a manchete: “NOVA ESCRAVIDÃO: BURGOS AGRÍCOLAS”. No trecho abaixo podemos observar a avaliação do líder abolicionista ao novo governo:

Desprezada pelo governo transato, a execução da lei que lhe havia sido imposta pela oposição do senado, agarrada às leis dos bancos de emissão e dos burgos, a opinião pública a considerava letra morta; entretanto o contrato de 28 de junho[...] mostrou que a obra prima dos fabricantes de calúnia eram destinadas as honras do triunfo.

Com um governo que se diz honesto! Amante da liberdade e defensor dos interesses do povo, a lei dos burgos prova a veracidade do ditado:

Faze o que digo; não faça o que faço.

A luta desabrida do partido liberal está explicada: não podia mais adiar a satisfação de seus apetites.

São tão monstruosas as bases do novo sistema de colonização criado pela nova lei, que consideramos um dever sagrado para a imprensa levá-las ao conhecimento dos países estrangeiros, aos seus parlamentos, convidando-os a proibir formalmente aos seus súditos o povoamento dos burgos agrícolas, decretados pelo parlamento brasileiro em oposição às ideias civilizadoras, por uma embaçadela à opinião pública (CR 05/07/1889)

Com esse trecho podemos observar que a balança de oportunidades do governo do visconde de Ouro Preto não pendeu para o atendimento das demandas dos abolicionistas, pelo menos não para o grupo de José do Patrocínio. Deste modo, com a mudança de governo, o grupo de José do Patrocínio não se postou tão em harmonia com as políticas do novo governo, como anteriormente fazia quando era João Alfredo. A crítica do líder abolicionista ao atual governo era fundamentalmente em relação à criação dos burgos agrícolas, os quais na sua opinião fariam nascer um novo tipo de escravidão. Também levantava crítica à lei dos bancos de emissão, ao “apetitoso” partido liberal e ao governo “que se diz honesto e amante da liberdade”. Patrocínio não se mostrava satisfeito com o novo governo.

Para entendermos porque José do Patrocínio era contrário à lei dos burgos temos que correlacioná-la à implementação da política da imigração subvencionada. Em 1888, o legislativo votou e o executivo transformou em lei, no dia 24 de novembro, o orçamento para o

exercício do ano de 1889. Nos dizeres de Patrocínio, foi a oposição no Senado quem votou a lei orçamentária que foi imposta à João Alfredo. Em junho de 1889, assim que o gabinete Ouro Preto tomou posse e dissolveu a Câmara, ficou livre para implementar o projeto orçamentário votado anteriormente pelos oposicionistas de João Alfredo e gente que era “agarrada às leis dos bancos de emissão e dos burgos”. Dentre os pontos previstos neste orçamento, estava a execução de contrato com Manoel Gomes de Oliveira para a fixação de 20 burgos agrícolas, o qual receberia do estado a monta de 20.000:000\$000 (vinte mil contos de réis) para a realização de tal serviço (Lei 3.397 de 24/11/1888; Burgos Agrícolas, 1886).

Para José do Patrocínio esta lei orçamentária de 1888, que começava a ser executada em 1889, admitia:

preços descomunais, tarifados aos colonos para os sítios e lotes; usurpa do estado a metade do valor pago pela introdução do imigrante; concede milhares de quilômetros de estradas e caminhos de ferros a construir; autoriza dispêndio superior a 1000 contos de reis em cada burgo; cria o arbítrio da venda das terras cedidas ou expropriadas; coloca os colonos nas dependências absoluta do concessionário, pelo contrato de fornecimento obrigatório de produtos ao engenho central; institui 20 colégios eleitorais em benefício de uma companhia, e faz nascer uma nova escravidão, de categorias igual aos párias da Índia.

[...]

Os exploradores que farão brilhar aos olhos dos incautos a perspectiva do Eldorado doméstico, quando na realidade o novo regime será para o colono iludido o trabalho forçado sem esperança no futuro por prazo indeterminado.

O poder legislativo decretou um verdadeiro desafio à civilização moderna e à liberdade do trabalho.

Trancado num círculo de ferro, o colono tem na verdade o direito de abandonar o fruto de seu trabalho; mas essa faculdade, rodeada de uma boa lei sobre a ociosidade, compensará a pena de prisão que falta torná-la uma verdadeira colônia militar (CR 05/7/1889, grifo nosso).

Do trecho acima, podemos identificar qual era a correlação da criação dos burgos agrícolas com a política de imigração subsidiada pelo o estado. O contrato firmado com Manuel Gomes de Oliveira, previsto no orçamento do ano de 1889, era para executar o transporte dos imigrantes europeus e estabelecê-los nos burgos agrícolas.

Em que termos se daria a execução deste projeto dos burgos agrícolas? Uma das insatisfações de José do Patrocínio à política do governo Ouro Preto dizia respeito ao modo como estavam promovendo a imigração. Segundo suas críticas, no trecho acima observamos que ela se daria sob “usurpação do estado pela metade do valor pago pela introdução do imigrante”, sob “preços descomunais tarifados aos colonos”, sob o “estabelecimento dos colonos nas dependências absoluta do concessionário”, e por fim, “instituiria 20 colégios eleitorais em benefício de uma companhia”. Começemos pela primeira crítica: ela seria

subvencionada pelo estado, sendo apenas uma empresa recebedora dos incentivos estatais para introduzir essa mão-de-obra imigrante no Brasil, neste caso a empresa de Manoel Gomes de Oliveira. Deste modo, o que estava sendo firmado era uma espécie de contrato que estabelecia o monopólio de uma empresa e a subsequente concentração de fundos oriundos do estado nas mãos de um indivíduo em particular. Pela cláusula 22, deste contrato firmado em 28 de junho, o governo obrigava-se a pagar, à empresa 400\$000 por família, até atingir o número de 1000 famílias em cada um dos 20 burgos concedidos pela lei. Calculava-se que o custo da introdução de uma família fosse 200\$000 (CR 06/07/1889; Jornal do Comercio 04/07/1889). Sendo assim, o governo pagaria à empresa $400\$000 \times 1000 \times 20 = 8.000.000\000 ; o custo seria $200\$000 \times 1000 \times 20 = 4.000.000\$$; e o lucro da empresa seria de aproximadamente 4.000.000\$000. Ou seja, a empresa receberia subsídio do estado e ainda lucraria em cima deste subsídio.

A segunda crítica de Patrocínio refere-se aos preços descomunais tarifados aos colonos. Como seria isso possível? Além da empresa receber financiamento estatal para realizar o empreendimento (os 20.000:000\$000 previstos no orçamento de 1889); receber “fábricas” e terras expropriada pelo estado (as províncias arcariam com a doação de fábricas que se localizariam na parte central do burgo e expropriariam terras ao longo das ferrovias ou de via fluviais para que as colônias pudessem ser estabelecidas neste espaço); também venderiam essa terra expropriada ao colono (imigrante ou nacional), recebendo deles o valor em 10 prestações fixas anuais com juros de 6%. Além disso, seria entregue a eles “ferramentas, instrumentos, trem de cozinha, sementes, plantas, aves, animais de criação e alimentação”. Itens esses que seriam pagos naquelas 10 prestações anuais de juros de 6% (Burgos agrícolas, 1886, p. 19-20). Ou seja, o colono estaria preso a uma dívida com a empresa por 10 anos, pois no “ato da venda era entregue ao chefe da família um título *provisório* em garantia de sua propriedade, e também da empresa o valor do débito. [Apenas quando] solvido o débito, seria entregue a ele um título *definitivo* de quitação ou escritura de venda (Burgos Agrícolas, 1886, p. 20, grifo nosso).

Referente à terceira crítica, os colonos ficarem na absoluta dependência do concessionário, Patrocínio alertava para a questão do contrato estabelecer obrigatoriedade do fornecimento de produtos produzidos à empresa de Manuel Gomes de Oliveira. Como isso seria desenvolvido? O contrato incluía a obrigatoriedade do colono cultivar produtos tais como “café, cacau, cana de açúcar, arroz, algodão [...], vinha, mandioca, anil, fumo, mamona, amendoim, araruta, cevada, lúpulo, milho, chá, etc [e] também criar porcos”. A fábrica da empresa “receber[ia] toda a matéria prima que houve[sse] contratado”, tais como “fabricação de tecidos, chocolate, Champagne de cacau e geleia, diversos produtos de café, da mandioca, das farinhas de araruta, trigo, batatas”, [e produtos] preparados [...] do porco” e destinaria os melhores

produtos para a exportação (Burgos Agrícolas, 1886, p. 20-21). Grosso modo, o colono trabalharia para a empresa e não para ele. E por fim, Patrocínio ainda lembra da lei de repressão à ociosidade, instituída pelo governo anterior. Ou seja, se o imigrante ou nacional, por ventura quisesse ir para o burgo e não trabalhar, poderia por lei ser preso. Daí que estaria na total dependência do concessionário.

A quarta crítica de Patrocínio que damos destaque é referente à criação de 20 colégios eleitorais em benefício de uma companhia. Ou seja, ao assentar 1000 famílias no burgo agrícola, ali também seria criado capelas para cultos (católicos e acatólicos), salão para recreio, casas para a morada dos médicos, farmacêuticos e professores, correio, telegrafo e escolas [...] haver[ia] bibliotecas com livros e jornais uteis aos lavradores (Burgos agrícolas, 1886, p. 21), tendo ao centro uma fábrica. Podemos dizer que praticamente esses burgos agrícolas seriam novas cidades. Só faltaria “alargar o voto” e promover a grande naturalização” do imigrante que chegavam para disputar um espaço nos burgos agrícolas com os nacionais libertos. Tudo isso à serviço de uma única companhia.

Portanto, não era vantajoso para o trabalhador, imigrante ou nacional, despender dinheiro, para a comprar um lote e não se tornar proprietário efetivo dele; e nem despender trabalho por 10 anos, o que era previsto em contrato, em favor do lucro da empresa e não do dele propriamente dito. No entanto, mesmo que ficar nas “dependências absolutas do concessionário” não era a melhor opção, mas foi esta a “oportunidade” que era ofertada ao trabalhador para tornar-se “proprietário de um lote num burgo agrícola”, neste contexto do imediato pós-abolição.

Com a execução deste projeto dos burgos agrícolas o governo de Ouro Preto tentava favorecer a lavoura. Este não era propriamente o projeto de indenização verificado no Senado e na Câmara no ano de 1888, sendo executado no ano de 1889, mas certamente se configurava como mais um fechamento às associações abolicionistas, que já quase sem força não conseguiam emplacar a demanda do “alargamento do voto” em benefício da população recém liberta. O que eles viam era o andamento do “alargamento do voto” que era mais favorável ao ex-proprietário de escravizados.

Após essa sequência de ações institucionais (mudança governamental com projeto orientado para as “reformas liberais” e não mais para as reformas em prol do “elemento servil” e execução da lei orçamentária para vigência do ano de 1889, com firmação de contrato de criação dos burgos agrícolas), que demonstram alguns dos fechamentos das instituições políticas ao grupo do líder abolicionista José do Patrocínio; observamos na sequência eventos de repressão e violência coletiva.

Como mencionamos anteriormente, este ano de 1889 era o ano de comemoração do centenário da queda da Bastilha na França. E neste mês de julho, jornais de grande circulação como *O Paiz*, *Gazeta de Notícias*, e inclusive o *Cidade do Rio* traziam notícias de festejos e manchetes de comemoração da queda da Bastilha e da revolução francesa.

No *Cidade do Rio*, no dia 13 de julho, trazia a manchete “A Santa revolução”, seguida do subtítulo: “que libertou a França e o mundo, restituindo a dignidade aos livres, a liberdade aos escravos, evangelizando a igualdade civil dos brancos e dos negros, emancipando o trabalho e a consciência universal” (CR 13/07/1889) (ver figura 12). Essas palavras grafadas no periódico de José do Patrocínio apontavam para sua reaproximação com os republicanos. Lembrando que o racha de José do Patrocínio e de João Clapp com o Partido Republicano se deu em abril de 1888, durante a disputa eleitoral em que lançaram o nome de Ferreira Vianna e não o de Quintino Bocayuva. Mas agora, no 14 de julho de 1889, ambos estavam novamente em sintonia, lutando pela “santa revolução” para “restituir a dignidade aos livres [...] brancos e negros”. Em seu editorial desse dia fazia menção à queda da Bastilha na França, justificava tal ato como uma maneira de o povo provar ao rei que ele não tinha mais força e que o “povo condenava ao extermínio toda a política opressiva do passado”. E ainda completava: “Destruir a Bastilha era enganar a tirania, demonstrar-lhe positivamente que o povo, desse dia em diante, sabia querer e impor a sua vontade soberanamente. Lá do alto das ruínas chamejantes, ele, só ele, o povo, tinha desde então o direito de dizer: o Estado sou Eu!” (CR 13/07/1889).

No dia dos festejos do 14 de julho, desde cedo houve uma grande movimentação de pessoas em direção ao Clube Tiradentes, onde funcionava o Centro Republicano Lopes Trovão. Às 11h horas saíram em préstito até o edifício do Congresso Brasileiro, onde foi promovida uma sessão comemorativa organizada pelo Centro Lopes Trovão. Nesta sessão se pronunciaram: Quintino Bocayuva, Lopes Trovão, Anacleto de Freitas (pelo Clube Republicano dos Homens de Cor) e outros. Ao término da sessão, pessoas saíram dando vivas à República e grupos que estavam nas ruas deram vivas à Monarquia. O que se seguiu foram cenas de violência coletiva e repressão policial: pessoas armadas com cacete, navalhas, revólver, excessos da polícia e pessoas feridas. Ao menos 6 pessoas feridas à bala, tendo um declarado ser da Guarda Negra (*Gazeta de Notícias* 15/07/1889; *O Paiz* 15/07/1889).

No dia seguinte, 15 de julho de 1889, José do Patrocínio disse estar triste com os acontecimentos de perturbação que sofreu “a comemoração pacífica do centenário da emancipação humana”[...] A guarda negra, desviada do seu nobre e generoso fim por indivíduos que entendem fazer dela escada para as posições”, usam criminosamente os nossos irmãos (CR 15/07/1889). Ou seja, podemos entender que o que se verificou foi mais um enfrentamento

entre republicanos e Guarda Negra, semelhante àquele verificado em 1888 na Sociedade de Ginástica Francesa. No entanto, no de 14 de julho de 1889, o que observamos em decorrência deste enfrentamento foi o afastamento de José do Patrocínio da Guarda Negra da Redentora e sua concomitante reaproximação dos republicanos.

É interessante observar que se o distanciamento de João Clapp, presidente da Confederação Abolicionista, acontece logo após o evento de violência coletiva verificado no dia 30 de dezembro de 1888, o de José do Patrocínio acontece logo após o evento de violência coletiva do dia 14 de julho de 1889.

As cenas de violência não se encerraram no dia 14 de julho elas se prolongaram em cadeia para o dia 15 de julho. E o alvo desta vez foi o imperador como podemos constatar na descrição abaixo:

Às portas do Teatro Sant'ana e suas circunvizinhanças. Um grupo, quando o imperador saía do teatro em companhia de sua augusta família, levantou vivas à república, o que produziu a maior confusão no povo, que em desafronta a sua majestade levantou vivas ao imperador.

Sua majestade embarcou em seguida no seu coche, que partiu a trote largo, e afirmam várias pessoas que, no momento de passar aquele por defronte da Maison Moderne, ou Stad-Coblentz, ouviu-se a detonação de um tiro.

Este fato deu à ocorrência o vulto de um atentado, que comoveu profundamente a opinião (CR 16/07/1889)

Deste evento, do atentado ao imperador verificamos que o mesmo não se feriu e dois dias após já estava preso o autor do crime, Adriano Augusto do Valle (CR 18/07/1889). Embora com a prisão do indivíduo supracitado, de nacionalidade portuguesa, o atentado ao Imperador não tenha sido correlacionado oficialmente ao evento de comemoração dos cem anos da queda da bastilha. Na imprensa tal acusação velada chegou a ser feita aos republicanos (CR 16/07/1889).

Figura 12 - Ilustrações no periódico abolicionista *Cidade do Rio* sobre os eventos do 14 e 15 de julho de 1889

Fonte: 1) *Cidade do Rio*, 12 de julho de 1889; 2) *Cidade do Rio*, 13 de julho de 1889; 3) *Cidade do Rio*, 16 de julho de 1889

Embora não se possa afirmar haver correlação direta entre os dois eventos com uso de violência, é inegável que ambos eventos, o de 14 de julho e o atentado ao imperador em 15 de julho, compõem um mesmo cenário (ambiente) de confronto político: republicanos x monarquistas.

Portanto, neste subperíodo do governo Ouro Preto, observamos que se inicia com ações institucionais e depois há eventos de violência nas ruas. A ação institucional de criação dos burgos agrícolas serviu como mais um fechamento institucional aos abolicionistas. Com a execução do contrato da criação dos burgos agrícolas o governo sinalizou ter como base de apoio os indenizistas e não os abolicionistas. Deste modo deixou mais uma vez o líder José do Patrocínio sem a alternativa do diálogo. O que observamos na sequência foi a reaproximação do mesmo aos partidários republicanos. E por fim, observamos eventos com uso de violência. O contexto de comemoração do centenário da queda da bastilha pode ter aguçado a coletividade republicana, rivais dos monarquistas, a cometerem atos de violência contra o imperador.

4.1 Confronto abolicionista entre agosto e novembro de 1889

Após o atentado ao imperador acirrou as ações de repressão nos quais os abolicionistas se envolveram. Por exemplo, na fazenda da Capela Velha, em São Paulo, houve atentado contra os libertos. A Confederação Abolicionista recebeu telegrama que dizia ter ocorrido queima de palhoças de libertos, inutilizado suas lavouras e destruídos os gêneros alimentícios que tinham em depósito. A Confederação Abolicionista, em decorrência disso enviou ofício dirigido ao general Couto de Magalhães (presidente da província de S. Paulo) cobrando a apuração das atrocidades cometidas contra alguns libertos da fazenda Capela Velha (CR 26/08/1889).

Em meio a essa situação de repressão também se verificou prisão do abolicionista republicano Carlos de Lacerda, em Campos (RJ). A Confederação Abolicionista resolveu acompanhar o processo e enviou para lá, um advogado (CR 20/08/1889). O abolicionista Carlos de Lacerda era amigo de longa data de José do Patrocínio e nos anos finais da campanha pela a abolição esteve envolvido com a prática de queimas de canaviais na região. Segundo consta na carta de Carlos de Lacerda enviada à José do Patrocínio, contava que ele estava preso e incomunicável por três dias, sem receber alimentação adequada e visita de familiares. Reclamava do horrível tratamento que estava recebendo, bem como da falsa apuração de inquérito que a polícia havia feito, sendo que tudo lhe era negado, inclusive um processo regular (CR 27/7/1889).

Frente a esse acirramento das repressões aos abolicionistas a Confederação se dirigiu à princesa Isabel, pedindo atenção da mesma aos casos de vinganças que os abolicionistas estavam sendo submetidos pelos “implacáveis escravistas ocultos sob todas as formas” (CR 29/07/1889). Pedido em vão. Nada fez a princesa redentora. Diante de tantos fechamentos institucionais, o da princesa Isabel, era apenas mais um. Nas palavras de José do Patrocínio:

“No dia 7 de junho [dia da posse de Ouro Preto], porém, o império declarou solenemente, que ele tinha errado em 13 de maio e voltado a ser o que era antes desse dia glorioso, rompeu o pacto que tinha com o abolicionismo e eu deixei-o entregue ao seu inglorioso destino” (CR 09/09/1889).

Deste modo, não por acaso no dia 15 de novembro de 1889, tanto José do Patrocínio, quanto João Clapp e outros abolicionistas, estavam envolvidos nos atos em que se instituiu a república.

Neste dia no Jornal de propriedade de José do Patrocínio a manchete era: “Viva o exército libertador” e narrava com precisão os acontecimentos do dia. Conta que a “sublevação militar começou às 02:00 horas no quartel general do Exército. Às 10:30 horas o Ministério Ouro Preto que estava retido pelo exército, rendeu-se. O general Deodoro, então, entrou no quartel e o exército deu viva à república e os alunos da escola militar deram vivas ao partido republicano e à imprensa” (CR15/11/1889).

Até aquele momento não sabiam se da sublevação militar resultaria apenas uma mudança de governo. Os abolicionistas, agora, também republicanos, perceberam que era hora de “agir e transformar a revolta em revolução [...]. Até aquela hora [...], não se tratava senão de um pronunciamento militar contra o gabinete Ouro Preto. Era preciso convertê-lo num movimento nacional, declarando extinto o império” (FALCÃO, 1934, p. 44-5). Então,

[Às] 11 horas [...] - José do Patrocínio propõe que se abra o Paço Municipal para que o povo se possa ali recolher, se isso for preciso.

Passaram pela *Cidade do Rio* inúmeros cidadãos e paisanos, dando vivas à República.

11:30 horas - de uma das janelas do *Paiz* fala o cidadão Aristides Lobo.

12 horas - acaba de desfilar pela rua do ouvidor, acompanhada pelo povo.

Falaram: José do Patrocínio, na *Cidade do Rio*, e Silva Jardim, na *Gazeta de Notícias*.

Viva o exército libertador! (CR 15/11/1889).

Deste modo, o pessoal da imprensa começou a se articular para agitar a opinião pública em favor da mudança de regime político, da monarquia para a república. Mas quem podia fazê-las de modo institucional era um abolicionista. José do Patrocínio era vereador e podia abrir a Câmara Municipal para que o povo ali numa sessão pudesse proclamar as novas instituições. “Assim se fez, convocando o povo por meio de boletins e saído os republicanos incorporados da Cidade do Rio, [foram] em direção ao palácio municipal” (FALCÃO, 1934). À tardinha, por volta das 4 horas, um grupo de populares empunhando uma bandeira tricolor que o Centro Republicano Lopes Trovão ofertara foram até a Câmara Municipal (SENNA, 1999, 197). Em

meio aqueles populares se encontravam Francisco Teixeira de Souza Pinto, amigo antigo do Club Abolicionista Abrahão Lincoln; Ernesto Senna do Clube Abolicionista Gutemberg e Antonio Justiniano Esteves Junior da Confederação Abolicionista. E lá hastearam aquela bandeira tricolor que ficou por dias consecutivos flamejando.

Reunido ao povo o vereador José do Patrocínio de uma janela do paço municipal proclamou a república. Aníbal Falcão e João Carlos de Medeiros Pardal Mallet¹⁰⁰ neste momento registram em ata o ato de *proclamação da república*: “reunido em massa na Câmara municipal, [...] após a gloriosa revolução que *ipso facto* aboliu a monarquia” proclama o governo republicano (FALCÃO; ALONSO, 2009).

Entoando a marsehesa, à noite seguiram em passeata à residência de Deodoro. Chamado à janela, Aníbal Falcão, Pardal Mallet, Lopes Trovão, Silva Jardim, José do Patrocínio, João Clapp e outros contam para Deodoro que a república estava proclamada. O mesmo disse “que ia organizar um *governo provisório*, composto de homens bons” (FALCÃO, 1934, grifo nosso). O governo provisório fica composto da seguinte maneira: Marechal Manuel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisório; Aristides da Silveira Lobo, Ministro do Interior; Benjamim Constant Botelho de Magalhães, Ministro da Guerra; Eduardo Wandenkolk Ministro da Marinha; Quintino Bocayuva, Ministro das Relações Exteriores e interinamente da Agricultura, Comércio e Obras Públicas; Rui Barboza, Ministro da Fazenda e Interinamente da Justiça (posteriormente Campos Salles assumirá o Ministério Da Justiça e Demétrio Ribeiro o da Agricultura).

Após a proclamação de governo provisório, era finalmente anunciado:

Concidadãos: As funções da justiça ordinária, bem como as funções da administração civil e militar, continuarão a ser exercida pelos órgãos até aqui existentes, com relação aos atos na plenitude dos seus efeitos; com relação às pessoas, respeitadas as vantagens e os direitos adquiridos por cada funcionário. Fica, porém, abolida desde já a vitaliciedade do senado, e bem como [fica] abolido o conselho de Estado. Fica dissolvido a Câmara dos Deputados (Diário de Notícias 16/11/1889)

Depois de tantos fechamentos institucionais, alguns abolicionistas, como por exemplo o jovem Aníbal Falcão, naquela época com trinta anos, acreditava, que com a proclamação da república e a subsequente abolição da vitaliciedade do Senado, do conselho de Estado e da Câmara do Deputados o “Brasil ia ser a pátria da liberdade”. Mas, logo, viu que “iam

¹⁰⁰ Pardal Mallet há pouco foi demitido do seu cargo de tenente-coronel e de diretor da Escola Militar Cearense. Dizem que o atual ministro da justiça, Candido Luiz Maria de Oliveira (o mesmo que anteriormente esteve envolvido na votação da revisão do parágrafo 4º do artigo 179 da constituição, que resultou na restrição da liberdade de expressão) o havia demitido devido a rixa antiga com Mallet (CR 25/11/1889).

desaparecer do cenário político, enojados, quando não afastados deste pela turba truculenta dos aproveitadores do novo regime” (FALCÃO, 1934).

Outros como, o experiente líder abolicionista, não eram tão iludidos, quanto ao processo de implantação da República no Brasil. Sabia dos perigos que corriam. Via como experiência a história do Brasil e a da União norte-americana, onde a abolição da escravidão em nada havia modificado a ganância dos ex-senhores que continuaram a roubar o trabalho dos emancipados. Então, entre aceitar um “movimento militar” quis tentar fazer uma “república não para satisfazer a ambição dos poderosos”. Por isso levou o *povo* até à Câmara Municipal.

Conduzindo o povo à Câmara Municipal para proclamar a República e, no dia seguinte, a obtendo do sr. dr. Benjamin Constant que o governo provisório fosse àquela única instituição popular sobrevivente celebrar o pacto de bem servir a Nação, eu quis deixar bem claro que, para mim, a Revolução de 15 de novembro deixaria de ser legítima, se não quisesse respeitar a organização democrática de nosso país.

[Era um] protesto [...] contra qualquer pretensão de trocar pelo militarismo a constituição civil do governo brasileiro.

Tornei mais claro o meu pensamento, quando combati pela imprensa o meu honrado amigo e ilustre ex-ministro da agricultura, o sr. Demétrio Ribeiro, que preconizou oficialmente as excelências da ditadura.

Quero a República como fórmula de progresso e não para a satisfação demagógica da ambição dos poderosos (CR 09/09/1889).

Finalmente com este evento demonstramos uma consequência política do movimento abolicionista. A experiência pregressa do movimento abolicionista foi carregada para o evento da proclamação da república. José do Patrocínio e seus antigos ativistas do tempo da campanha pela abolição ao conduzirem o povo até a Câmara Municipal possibilita com que evidenciemos a experiência pregressa em promover mobilizações em *espaço aberto* ser executada no dia 15 de novembro de 1889. Neste dia, também se valeram dos seus órgãos difusores - Cidade do Rio e Gazeta de Notícias – para praticarem a performance de ação de difusão, distribuindo folhetos e convocado o povo para ir para a rua. Também colocaram em execução performance num espaço institucional, confrontando o regime monárquico ao proclamar a república em nome do povo ao mesmo tempo se pondo contra a ditadura militar.

Enfim, conseguimos conectar o império à república, o pré-abolição ao pós-abolição por meio dos eventos de confronto político.

Conclusão

Sob uma ótica da sociologia histórica este trabalho tentou reconstruir sequencialmente os confrontos políticos através da análise dos custers de performances, identificando temporalmente a mudança de realinhamento dos abolicionistas em relação a situação política. Observamos que a mudança de realinhamento político dos abolicionistas varia de acordo com as aberturas/facilitações e fechamentos/repressões institucionais as suas reivindicações: quando há abertura político-institucional, via Ministério da Justiça, os abolicionistas enviam reivindicações de reestruturação da magistratura e da polícia para os serviços de liberdade; quando há fechamento político-institucional, na Câmara e Senado, os abolicionistas reagem, rompendo com os monarquistas e republicanos, através dos seus canais nas redações de jornal – Gazeta de Notícias e Cidade do Rio.

Observamos que os abolicionistas quando não tem a abertura no legislativo (Câmara e Senado) ficam fragilizados e restritos para darem encaminhamento nas suas novas reivindicações. E ficam vulneráveis às repressões de setores do Estado, como por exemplo na revisão do artigo 179 §4, que restringiu os direitos de expressar publicamente em redações de jornais ou em conferências nos teatros, pois dava direito aos policiais de agirem “preventivamente” contra os “tumultuários”, “anarquistas” (Anais do Senado, 1888, v I, p. 61. Discussão sobre o projeto de reunirem sem armas) e “comunistas” (dizeres de Cotegipe no Senado, quando da apresentação do projeto de indenização); ou mesmo quando Cristiano Ottoni deprecia a idoneidade da Confederação Abolicionista num contexto de solicitações de indenizações via fundo de emancipação.

Concomitantemente as essas aberturas e fechamentos políticos os realinhamentos políticos dos abolicionistas variaram: primeiro a Confederação Abolicionista se posicionou favoravelmente ao governo monarquista, porque percebia a *oportunidade* de dar sequência à implementação de suas reivindicações. Em seguida, os fechamentos político-institucionais, com a apresentação do projeto de indenização na Câmara e no Senado produziu um racha entre seus membros, parte dos quais rompeu o alinhamento político com a monarquia. O projeto era visto pelos os abolicionistas como uma *ameaça* ao seu direito adquirido na Lei 3.353, de 13 de maio, bem como, uma ameaça ao fundo de emancipação ser desviado para a finalidade dos burgos agrícolas.

Portanto, nos meses finais do Império, os abolicionistas tiveram seus canais de acesso às instituições políticas restringidos. O Estado monarquista, via legislativo, prescreveu mais do que abriu canais para que os abolicionistas pudessem fazer avançar suas novas reivindicações.

Até mesmo porque o acesso ao Ministério da Justiça revelou-se uma falsa abertura política: com a desculpa da necessidade de reorganização da polícia, da Guarda Nacional, aumentou a repressão sobre os abolicionistas com a autorização de Ferreira Vianna para criação de presídios em ilhas.

CONCLUSÃO

Ao longo desta tese pudemos observar as atividades das associações abolicionistas, nos dezoitos meses subsequentes à assinatura da lei que declarou extinta a escravidão no Brasil. A tese mostrou que a lei de 13 de maio de 1888 não provocou a desmobilização total do movimento abolicionista. Do dia da assinatura desta lei até o dia da proclamação da república, em 15 de novembro de 1889, observamos uma intensa participação destas associações no espaço público. Estes achados contestam a tese da falta de participação política no final do século XIX no Brasil (LESSA, 1988; Carvalho 1887). Foram identificados 281 eventos de mobilização, um número expressivo. Mais do que isso, muitos destes eram eventos de confronto político, chegando inclusive ao recurso da violência física, o que contesta a tese do povo pacífico (Freyre, 1959).

No entanto, atestar a intensa atividade das associações abolicionistas não significa dizer que havia uma conjuntura política favorável para elas ou que o regime monárquico, durante os governos João Alfredo e Ouro Preto, era democrático. Pelo contrário, nas situações de interação dessas associações com as instituições políticas, nas suas diferentes esferas - poder moderador, poder legislativo, poder executivo (e judiciário se considerado o ministério da justiça) – observamos que as vias estavam fechadas para os membros das associações abolicionistas.

A atuação das associações abolicionistas no pós-abolição reforçam a dimensão da participação política intensa no período. Como se mostrou no capítulo 4, encontramos ao menos 10 associações abolicionistas mesmo após a abolição. Eram elas: Caixa Libertadora José do Patrocínio, Clube dos Libertos de Niterói, Clube Abolicionista Gutemberg, Clube Abolicionista Preparatorianos, Centro Abolicionista Forense, Clube Seis de Junho, Confederação Abolicionista. Também surgiram novos atores ligados às associações mencionadas acima, foram ela: Guarda Negra da Redentora, Centro Tipográfico Treze de Maio e União Abolicionista. Dos 281 eventos identificados, 125 eram da Confederação Abolicionista. Deste modo, havia uma associação operando como matriz organizacional. Na Confederação Abolicionista se congregava: o ativismo negro, também presente na Caixa Libertadora José do Patrocínio e Guarda Negra da Redentora e Clube dos Libertos de Niterói; e o jornalismo engajado, circulado entre Confederação Abolicionista, Clube Abolicionista Gutemberg e Centro Tipográfico Treze de Maio. O primeiro estilo de ativismo era dirigido por líderes negros,

como Israel Antonio Soares e José do Patrocínio, já o segundo era dirigido por especialistas ávidos por melhorar as condições da “classe jornalista e artes anexas”.

Sendo assim, pudemos observar que a experiência pregressa do ativismo no movimento abolicionista orientou as performances de confronto no pós-abolição. Elas foram carregadas de um momento a outro pelos ativistas, que compartilhavam experiências no interior de associações civis que funcionaram como estruturas organizacionais suspensas no tempo.

Embora haja participação política via associações abolicionistas verificamos não haver uma correlação direta entre aumento da participação e seu suposto efeito “positivo” ou “progressivo” que indicassem uma maior democratização. Isso se deu em parte devido aos constantes fechamentos políticos institucionais às associações abolicionistas (observado no capítulo 5), como também da concomitante abertura das instituições políticas às demandas do grupo oposto, aos indenizistas. Então, não basta haver participação sem uma correspondente abertura nas instituições políticas. O que observamos logo na sequência da aprovação da lei de 13 de maio foi uma rearticulação da elite política escravista em torno dos projetos de indenização aos proprietários de escravo, o de Coelho Rodrigues na Câmara e o de Cotegipe no Senado.

Sendo assim, neste caso, a tese de Sidney Tarrow (2009) de que mobilizações geram oportunidades políticas para as elites políticas se confirma, sob duas formas: por um lado as ações deram margem para a repressão; por outro as elites política e militar se aproveitaram das mobilizações em seu favor. Por exemplo, na primeira situação, quatro dias após a “humanitária lei” entrou em discussão no Senado o projeto solicitando a revisão do artigo 179, § 4^a da Constituição do Império, referente ao direito de “comunicar os pensamentos, por palavras, escritos e publicá-los pela imprensa, sem censura”. Em decorrência disso, o que se seguiu de outubro a dezembro foi repressão, na tentativa de cercear a liberdade de imprensa da qual gozava o ativista-chave da Confederação Abolicionista, José do Patrocínio. Na segunda situação, quando da proclamação da república à tarde na câmara municipal, com José do Patrocínio acompanhado pelo “povo”, pudemos constatar que na sequência, na noite do mesmo dia, o Marechal Deodoro da Fonseca juntamente com Aristides da Silveira Lobo, Benjamim Constant Botelho de Magalhães, Eduardo Wandenkolk, Quintino Bocayuva, Rui Barboza, disse que iria organizar um governo provisório, não reconhecendo o “governo popular” que há pouco havia sido proclamado. Ou melhor, fez uso em benefício próprio do ato que o antecedeu e proclamando um governo militar.

Neste caso, os abolicionistas que desafiaram os governantes demandando democracia rural (como vimos na série dos artigos Republicunistas publicados no CR em junho de 1888),

alargamento do voto e abolição do Senado vitalício (publicado no CR em 12/11/1888) não conseguiram ter suas demandas complementares à abolição da escravidão inseridas na câmara e nem no senado. Isso se deu porque, como dissemos anteriormente, não houve aberturas nas instituições políticas para as associações abolicionistas atuarem como base de apoio aos governos – do João Alfredo e de Ouro Preto – nem espaço institucional no qual pudessem demandar medidas complementares a lei da abolição. A Câmara dos Deputados e o Senado foram refratários aos abolicionistas e em sintonia com os indenizistas. Dificilmente elites políticas são persuadidas a fazerem mudanças, sobretudo as que não atendam os seus próprios interesses.

BIBLIOGRAFIA

FONTES PRIMÁRIAS

Jornais

Cidade do Rio, 4 de janeiro de 1888 a 24 de fevereiro de 1891. Hemeroteca Brasileira. Disponível em: < <http://memoria.bn.br>>. Acesso em: 18 jun. 2016.

Diário de Notícias, 13 de maio de 1888 a 24 de fevereiro de 1891. Hemeroteca Brasileira. Disponível em: < <http://memoria.bn.br>>. Acesso em: 18 jun. 2016.

Gazeta de Notícias, 13 de maio de 1888 a 24 de fevereiro de 1891. Hemeroteca Brasileira. Disponível em: < <http://memoria.bn.br>>. Acesso em: 18 jun. 2016.

Jornal do Commercio, 13 de maio de 1888 a 24 de fevereiro de 1891, números esparsos.

O Paiz, números esparsos, 9 de julho de 1887 a 24 de fevereiro de 1891. Hemeroteca Brasileira. Disponível em: < <http://memoria.bn.br>>. Acesso em: 18 jun. 2016.

Revista Ilustrada, 1889, números esparsos. Hemeroteca Brasileira. Disponível em: < <http://memoria.bn.br>>. Acesso em: 18 jun. 2016.

Almanak Laemmert, 1891. Hemeroteca Brasileira. Disponível em: < <http://memoria.bn.br>>. Acesso em: 18 jun. 2016.

Documentos oficiais

BOCAYUVA, Quintino, 1836-1912. **Tratado de Misiones**: litigio solucionado: las Repúblicas Brasileira y Argentina. Biblioteca Nacional de Uruguay. 1890.

BRASIL. Constituição (1824). Constituição Política do Império do Brasil, elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25.03.1824. **Coleção de Leis do Império do Brasil - 1824, Página 7 Vol. 1 (Publicação Original)**.

BRASIL. **Anais do Congresso Constituinte da República**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Câmara dos Deputados, 2ª edição, v 1, 1924. (sessões preparatórias do Senado; sessões preparatórias da Câmara; sessão solene de instalação; e da primeira sessão à vigésima primeira sessão).

BRASIL. **Anais do Congresso Constituinte da República**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Câmara dos Deputados, 2ª edição, v II, 1926. (vigésima segunda sessão à trigésima nona sessão).

BRASIL. **Anais do Congresso Constituinte da República**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Câmara dos Deputados, 2ª edição, v III, 1926. (quadragésima sessão à sexagésima segunda sessão).

BRASIL. Assembleia Geral. Câmara dos Deputados. **Falas do Trono**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889, p 857-864. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/227319>>. Acesso em: 18 jun. 2016.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Anais da Câmara**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Anais do Parlamento Brasileiro. Tomo II, 559 p. 1888. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/29904>>. Acesso em: 18 jun. 2016.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Anais da Câmara**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Anais do Parlamento Brasileiro. Tomo III, 463 p. 1888. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/29903>>. Acesso em: 18 jun. 2016.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Anais da Câmara**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Anais do Parlamento Brasileiro. Tomo IV, 447 p. 1888. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/29902>>. Acesso em: 18 jun. 2016.

BRASIL. Senado Federal. **Anais do Senado - Annaes do Imperio do Brazil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. v.1, Livro 1, 1888. Disponível em <http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Imperio/1888/1888%20Livro%201.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2016.

BRASIL. Senado Federal. **Anais do Senado - Annaes do Imperio do Brazil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. v.1, Livro 6, 1888. Disponível em:<http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Imperio/1888/1888%20Livro%206.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2016.

Documentos digitalizados

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, I (1883), II (1893), III (1895), IV (1898), V (1899), VI (1900) e VII (1902). Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd>>. Acesso em: 18 jun. 2015.

CONFEDERAÇÃO ABOLICIONISTA. **Manifesto da Confederação Abolicionista do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Typografia da Gazeta da Tarde, 1883. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br>>. Acesso em: 18 jun. 2015.

DUQUE-ESTRADA, Osório. **A abolição: esboço histórico, 1831-1888**. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/1118>>. Acesso em: 18 jun. 2016.

JAVARI, Jorge João Dodsworth, ed. **Organizações e programas ministeriais**: regime parlamentar no Império. Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Arquivo Nacional, [1889], 1962. < <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/220525> >. Acesso em: 18 jun. 2015.

PATROCÍNIO, José do. **Campanha Abolicionista**: coletânea de artigos. 1996. Disponível em < <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/123456789/47097> >. *Álbum*, ano I, nº 43, outubro 1893. <<http://www.brasiliana.usp.br>>. Acesso em: 18 jun. 2016.

Documentos impressos

JARDIM, Antônio da Silva. **Propaganda republicana (1888-1889)**. Discursos, opúsculos, manifestos e artigos coligidos, anotados e prefaciados por Barbosa Lima Sobrinho. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, Conselho Federal de Cultura, 1978. [1888-1889].

PESSOA, Reynaldo Carneiro. **A ideia republicana no Brasil**. Editora Alfa-Omega, 1973.

OLIVEIRA; Manoel Gomes de. **Burgos Agrícolas**. Rio de Janeiro: Tipografia Laemmert, 1886.

SOUZA, Braz Florentino Henriques de. **Código criminal do Império do Brasil**: anotado com as leis, decretos, avisos e portarias publicados desde a sua data até o presente, e que explicação, revogação ou alteração algumas das suas disposições, ou com elas tem imediata conexão: acompanhado de um apêndice contendo a íntegra das leis adicionais ao mesmo código, posteriormente promulgadas. 1858.

Leis e Decretos

BRASIL. Constituição (1824). Constituição Política do Império do Brasil, elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25.03.1824. **Coleção de Leis do Império do Brasil - 1824, Página 7 Vol. 1 (Publicação Original)**.

BRASIL. Decreto-lei de 7 de novembro de 1831. Declara livres todos os escravos vindos de fora do Império, e impõe penas aos importadores dos mesmos escravos. **Coleção de Leis do Império do Brasil, 1831, Página 182 Vol. 1 pt I (Publicação Original)**.

BRASIL. Decreto-lei, nº 581, de 4 de setembro de 1850. (Lei Eusébio de Queiroz), Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste Império. **Coleção de Leis do Império do Brasil, 1850, Página 267 Vol. 1 pt. I (Publicação Original)**.

BRASIL. Decreto-lei nº 3.371, de 7 de janeiro de 1865. Cria Corpos para o serviço de guerra em circunstâncias extraordinárias com a denominação de - Voluntários da Pátria -, estabelece as condições e fixa as vantagens que lhes fica competindo. **Coleção de Leis do Império do Brasil - 7/1/1865, Página 5 Vol. 1 pt I (Publicação Original)**.

BRASIL. Decreto-lei, nº 2.040, de 28 de setembro de 1871. (Lei do Ventre Livre). Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daqueles filhos menores e sobre a libertação anual de escravos. **Coleção de Leis do Império do Brasil, 1871, Página 147 Vol. 1 (Publicação Original).**

BRASIL. Decreto-lei nº 3.029, de 9 de janeiro de 1881. (Lei Saraiva; Lei do Censo), Reforma a legislação eleitoral. **Coleção de Leis do Império do Brasil, 1881, Página 1 Vol. 1pt1 (Publicação Original).**

BRASIL. Decreto-lei nº 8.932, de 14 de abril de 1883 - alterações competentemente feitas nos estatutos da Sociedade anonyma - Perseverança Brasileira. **Coleção de Leis do Império do Brasil - 1883, Página 548 Vol. 1 pt II (Publicação Original).**

BRASIL. Decreto-lei, nº 3.270, de 28 de setembro de 1885. (Lei do Sexagenário; Lei Saraiva-Cotegipe), Regula a extinção gradual do elemento servil. **Coleção de Leis do Império do Brasil, 1885, Página 14 Vol. 1 (Publicação Original).**

BRASIL. Decreto-lei, nº 3.310, de 15 de outubro de 1886. Revoga o art. 60 do Código Criminal e a Lei n. 4 de 10 de Junho de 1835, na parte em que impõem a pena de açoites. **Coleção de Leis do Império do Brasil, 1886, Página 52 Vol. 1 pt. I (Publicação Original).**

BRASIL. Decreto-lei, nº 3.353, de 13 de maio de 1888. Declara extinta a escravidão no Brasil. **Diário Oficial da União Seção 1 - 14/5/1888, Página 1 (Publicação Original).**

BRASIL. Decreto-lei, nº 3.358, 30 de junho de 1888. Dispõe sobre a aposentação dos Magistrados a que se refere o Decreto n. 3309 de 9 de Outubro de 1886. **Coleção de Leis do Império do Brasil, 1888, Página 5 Vol. 1 pt. I (Publicação Original).**

BRASIL. Decreto-lei, nº 3.397, de 24 de novembro de 1888. Fixa a Despesa Geral do Império para o exercício de 1889 e dá outras providências. **Coleção de Leis do Império do Brasil, 1888, Página 48 Vol. 1 pt. I (Publicação Original).**

BRASIL. Decreto-lei, nº 10.251, de 15 de junho de 1889. Dissolve a Câmara dos Deputados e convoca outra. **Coleção de Leis do Império do Brasil, 1889, Página 569 Vol. 1 pt II (Publicação Original).**

BRASIL. Decreto-lei, nº 10.262, de 6 de julho de 1889. Regula a execução do Decreto nº 3.403 de 24 de Novembro de 1888, na parte relativa aos bancos de emissão com capital metálico. **Coleção de Leis do Império do Brasil, 1889, Página 2 Vol. 2 pt II (Publicação Original).**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. O que pode haver em comum entre navalhistas, capangas e secretas? Rui Barbosa e outros sujeitos no tabuleiro da política do pós-abolição (1889-1919). In.: **Tornando-se livre: Agentes históricos e lutas sociais no processo de Abolição.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

_____. Teodoro Sampaio e Rui Barbosa no tabuleiro da política: estratégias e alianças de homens de cor (1880-1919). in.: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 35, nº 69, p.83-99, 2015.

_____. É a paga!. Rui Barbosa, os capangas e a herança abolicionista (1889-1919). In.: GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio (organizadores) **Experiências da Emancipação: Biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980)**. São Paulo: Selo Negro, 2011. P. 45- 62.

ALEXANDER, Jeffrey C. From the depths of despair: Performance, counterperformance, and “September 11”. **Sociological Theory**, v. 22, n. 1, p. 88-105, 2004.

ALLISON, Paul D. Discrete-time methods for the analysis of event histories. **Sociological methodology**, v. 13, p. 61-98, 1982.

ALONSO, Angela. Associativismo avant la lettre - as sociedades pela abolição da escravidão no Brasil oitocentista. In.: **Sociologia**. Porto Alegre: ano 13, n 28, set/dez 2011, p. 166-199.

_____. **Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro**. São Paulo: Companhia da Letras, 2015.

_____. O Abolicionismo como movimento social. **Novos Estudos Cebrap**, 100, nov 2014, p. 115-137.

_____. A teatralização da política: a propaganda abolicionista. *Tempo Social (USP. Impresso)*, v. 24, p. 101-122, 2012.

_____. O abolicionismo como movimento social. In.: **Seminário de sociologia, política, história**”. 2012b. (apresentação de trabalho/Seminário; texto prévio da introdução da tese da livre-docência).

_____. Arrivistas e Decadentes. O debate político-intelectual brasileiro na Primeira década republicana. **Novos Estudos CEBRAP** (Impresso), v. 85, p. 131-148, 2009.

_____. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua nova**, São Paulo, v. 76, 2009.

_____. 15 vezes 15: A instauração da República no Brasil segundo seus personagens. In.: **Serrote**, v.03, p. 12-32, 2009.

_____. **Ideias em Movimento**. A geração 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

AMENTA, Edwin; et al. The political consequences of social movements. In.: **Annual Review of sociology**, n36, p. 14.1 – 14.21, 2010.

_____. CAREN, Neal. The legislative, organizational, and beneficiary consequences of state-oriented challengers. In.: **The Blackwell Companion to Social Movements**. David A. Snow, Sarah A. Soule and Hanspeter Kriesi (editores). Blackwell Publishing, 2004. p. 461-488

_____. YOUNG, Michael P.. Making an Impact: conceptual and methodological implications of the collective goods criterion. In.: **How social Movements Matter**. University of Minnesota Press, 1999. p. 22 – 41.

ANDREWS, George Reid. **América afro-latina, 1800-2000**. EdUFSCar, 2007.

ARAÚJO, Bruno César; SALERMO, Mário Sérgio. Análise de sequência: uma revisão bibliográfica (In.: **cursos, seminários metodológicos do CEM**, 27/04/2016).

BACKES, Ana Luiza. **Fundamentos da Ordem Republicana**: repensando o Pacto de Campos Sales. Brasília: Câmara dos Deputados, 2006.

BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. **O movimento operário na primeira república**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

BENFORD, Robert D.; SNOW, David A. Framing processes and social movements: An overview and assessment. **Annual review of sociology**, v. 26, n. 1, p. 611-639, 2000.

BOEHER, George C. A. **Da monarquia à república**: História do Partido Republicano do Brasil: 1870-1889. Belo Horizonte: Itatiaia. 2000.

BURSTEIN, Paul. Social Movements and public policy. In.: **How social Movements Matter**. University of Minnesota Press, 1999. p. 3- 21.

CARVALHO, José Murilo de Carvalho. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. 236p.

_____. **A construção da Ordem**. Teatro de Sombras. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **A formação das almas**: O imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. **Os Bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras. 1987.

CHABOT, Sean. Transnational diffusion and the African American reinvention of Gandhian repertoire. **Mobilization**: An International Quarterly, v. 5, n. 2, p. 201-216, 2000.

CHALHOUB, Sidney. Solidariedade e liberdade: sociedades beneficentes de negros e negras no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. In.: **Quase-Cidadão**: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil. Olívia Maria Gomes da Cunha e Flávio dos Santos Gomes (org). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p. 219-239.

_____. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na Corte Imperial (6ª. impressão: 2011). 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 250p .

_____. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

CLEMENS, Elisabeth. Organizational repertoires. In.: **Movements Readers**: cases and concepts. Goodwin, Jeff; Jasper, James (editores). Blackwell Publishing, 2003. P. 187-201.

_____. MINKOFF, Debra C. Beyond the iron law: Rethinking the place of organizations in social movement research. In.: **The Blackwell Companion to Social Movements**. David A. Snow, Sarah A. Soule and Hanspeter Kriesi (editores). Blackwell Publishing Oxford, 2004. P. 155-170.

COLLINS, Randall. A tradição do conflito. In.: **Quatro Tradições Sociológica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p. 49-106.

COSTA, Emília Viotti da. **A Abolição**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

CRESS, Daniel M.; SNOW, David A. The Outcomes of homeless Mobilization: the influence of organization, disruption, political mediation, and framing. In.: **American Journal of Sociology**, v105, n4, jan 2000, p.1063-1104.

DARTON, Robert. História, eventos e narrativa: incidentes e cultura do cotidiano. **Varia Historia**, Belo Horizonte, vol. 21, nº 34: p.290-304, Julho 2005.

_____. **O grande massacre dos gatos e outros episódios da história cultural francesa**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986. [1984].

DE HOLLANDA, Sérgio Buarque. **História geral da civilização brasileira**. T 2; Vol. 7. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

DELLA PORTA, Donatella; DIANI, Mario. **Social movements**: An introduction. John Wiley & Sons, 2009.

_____. Donatella. Eventful protest, global conflicts. **Distinktion: Scandinavian Journal of Social Theory**, v. 9, n. 2, p. 27-56, 2008.

DOMINGUES, Petrônio José ou DOMINGUES, Petrônio. Cidadania levada a sério: os republicanos de cor no Brasil. In: Flávio Gomes; Petrônio Domingues. (Org.). **Políticas da raça**: experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil. 1ed.São Paulo: Selo Negro, 2014, p. 121-154.

DRESHER, Seymour. A abolição da escravidão do Novo Mundo – a América Latina. In.: **Abolição**: uma história da escravidão e do antiescravismo. São Paulo: Editora UNESP, 2011. p. 476 – 531.

DURKHEIM, Emile. **As formas elementares da vida religiosa** [The elementary forms of religious life]. São Paulo: Edições Paulinas, 1989.

EARL, Jennifer. The Cultural Consequences of Social Movements. In.: **The Blackwell Companion to Social Movements**. David A. Snow, Sarah A. Soule and Hanspeter Kriesi (editores). Blackwell Publishing, 2004. p. 508- 530.

ELIAS, Nobert. **O Processo Civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993, v 2.

FALCÃO, Aníbal. **Fórmula da civilização brasileira**. Editora Guanabara, Waissman Koogan, 1934.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2012. (1ª 1958).

FERNANDES, Florestan. **Comunidade e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Editora Nacional; Editora da USP, 1972.

_____. **A integração do Negro na sociedade de Classes**. v I, 5ed. São Paulo: Globo, 2013). (1ª ed.1964).

FREYRE, Gilberto. **Ordem e Progresso**. 6ª ed. Rev. São Paulo: Global, 2004. (1ª ed.1959).

GAMSON, William. The meaning of success, the endpoint of a challenge, measuring outcome: Acceptance, new advantages. In.: **The strategy of social protest**. Wadsworth publish company, 1990.

GIUGNI, Marco G. Personal and Biographical consequences. In.: **The Blackwell Companion to Social Movements**. David A. Snow, Sarah A. Soule and Hanspeter Kriesi (editores). Blackwell Publishing, 2004. p. 489 – 507.

_____. How social Matter: past research, present problems, future developments. In.: **How social Movements Matter**. University of Minnesota Press, 1999. p. XIII-XXXIII.

_____. Was it worth the effort? The outcomes and consequences of social movements. Annual review of sociology, v. 24, n. 1, p. 371-393, 1998.

GOFFMAN, Erving. Esquemas primários (cap 2). In.: **Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise**. Vozes, 2012 (1974).

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 11 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

GOLDSTONE, Jack A. (Ed.). Introduction: bridging institutionalized and noninstitutionalized politicts. In.: **States, parties, and social movements**. Cambridge University Press, 2003. P. 1-26.

GOMES, Ângela Maria de Castro.; ABREU, Martha. A nova “Velha” República: um pouco de história e historiografia. Tempo. **Revista do Departamento de História da UFF**, v. 13, p. 11-24, 2009.

_____. FERREIRA, Marieta de Moraes. Primeira República: um balanço historiográfico. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 244-280, dez. 1989.

GOMES, Flávio. Escravidão. In.: SANSONE, Lívio; FURTADO, Cláudio Alves (orgs). **Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa**. Salvador: EDUFBA, 2014.

_____. No meio das águas turvas”: raça, cidadania e mobilização política na cidade do Rio de Janeiro—1888-1889. **Experiências da Emancipação: Biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980)**. São Paulo: Selo Negro, 2011. P. 15-43.

_____. DOMINGUES, Petrônio. Apresentação. In.: **Políticas da raça: experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2014.

_____. MACHADO, Maria Helena. Da abolição ao pós-emancipação: ensaiando alguns caminhos para outros percursos. In.: **Tornando-se livre: Agentes históricos e lutas sociais no processo de Abolição**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015. (p. 19 – 41).

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. Prefácio. In.: **Integração do negro na sociedade de classes**, v. 1, 2013.

_____. Cidadania e retóricas negras de inclusão social. **Lua Nova** (Impresso), v. 85, p. 13-40, 2012a.

_____. **Classes, Raças e Democracia**. São Paulo: Editora 34, 2ª ed, 2012b.

_____. A República de 1889: utopia de branco, medo de preto (a liberdade é negra; a igualdade, branca e a fraternidade, mestiça). Contemporânea – **Revista de Sociologia da UFSCar**. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2011, n. 2, p. 17-36.

HESS, David; MARTIN, Brian. Repression, backfire, and the theory of transformative events. **Mobilization**, Vol. 11, No. 1, pp. 249-267, June 2006.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **Os subversivos da República**. Brasiliense, 1986.

JASPER, James. **Protesto**: uma introdução aos movimentos sociais. Tradução Carlos Alberto Medeiros, 1. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

JESUS, Ronaldo P. de. Associativismo no Brasil do Século XIX: repertório crítico dos registros de sociedades no Conselho de Estado (1860-1889). **Locus (UFJF)**, v. 13, p. 63-96, 2007.

KOOPMANS, Ruud; RUCHT, Dieter. Protest Event Analysis. In.: KLANDERMANS; Staggenborg (org). **Methods of Social Movement research**. University of Minnesota Press, 2002. (231-259).

KRIESI, Hanspeter; WISLER, Dominique. The impact of social movements on political institutions: A comparison of the introduction of Direct Legislations in Switzerland and the United States. In.: **How social Movements Matter**. University of Minnesota Press, 1999. p. 42 – 65.

LACERDA, David P.. Mutualismo, trabalho e política: A seção império do Conselho de Estado e a organização dos trabalhadores na cidade do Rio de Janeiro (1860-1882). In: **Organizar e Proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (século XIX e XX)**. Marcelo Mac Cord; Claudio H. M. Batalha. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014. P. 83-110.

LACOMBE, Americo Jacobina et al. **Rui Barbosa e a queima dos arquivos**, 1988.

LEAL, Maria das Graças de Andrade. Manuel Querino: um intelectual negro no contexto do pós-abolição na Bahia. In: GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio. (Org.). **Experiências da emancipação: Biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980)**. 1ed. São Paulo: Grupo editorial Summus/Selo Negro Edições, 2011, v. 1, p. 63-82.

LESSA, Renato. **A Invenção Republicana: Campos Sales, as Bases e a Decadência da Primeira República Brasileira**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, 1988.

LONER, Beatriz Ana. Trajetória de 'setores médios' no pós-emancipação: Justo, Serafim e Juvenal. In: XAVIER, Regina. (Org.). **Escravidão e liberdade**: temas, problemas e perspectivas de análise. 1ed. São Paulo: Alameda, 2012, v. 1, p. 417-442.

MACHADO, Maria Helena. Apresentação. In.: **Tornando-se livre**: Agentes históricos e lutas sociais no processo de Abolição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

_____. **O Plano e o Pânico**. Os Movimentos Sociais na Década da Abolição.. 2o.. ed. São Paulo: EDUSP, 2010. v. 1. 248p .

_____. De rebeldes a fura-greves: as duas experiências da liberdade dos quilombos do Jabaquara na Santos do pós-emancipação. In.: In.: **Quase-Cidadão**: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil. Olívia Maria Gomes da Cunha e Flávio dos Santos Gomes (org). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. P. 241-282.

MARTIN, Brian. **Justice ignited**: The dynamics of backfire. MD: Rowman & Littlefield, 2007.

MATTOS, Hebe; ABREU, Martha; DANTAS, Carolina Vianna; MONSMA, Karl; LONER, Beatriz Ana. (Org.). **Histórias do Pós-Abolição no Mundo Atlântico** Vol I.. 1. ed. Niterói: EDUFF, 2014.

_____. "Remanescentes das comunidades dos quilombos": memórias do cativo e políticas de reparação no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n.68, p. 104-111, 2006.

_____. RIOS, Ana Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **Topoi** (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 5, p. 170-198, 2004.

_____. **Das Cores do Silêncio**: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. 5ª ed.. São Paulo: Hucitec, 2004.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. **Lua Nova**, v. 76, p. 11-48, 2009.

_____. SEWELL JR, William H. It's about time: Temporality in the study of social movements and revolutions. **Silence and voice in the study of contentious politics**, p. 89-125, 2001.

_____. TARROW, Sidney; TILLY, Charles. **Dynamics of Contention**. Cambridge Cambridge, United Kingdom: University Press, 2003 (2001).

_____. The biographical impact of activism. How social movements matter, p. 119-146, 1999.

_____. TARROW, Sidney; TILLY, Charles. To map contentious politics. **Mobilization**: An International Quarterly, v. 1, n. 1, p. 17-34, 1996.

_____. Conceptual origins, current problems, future directions. **Comparative perspectives on social movements**: Political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings, p. 23-40, 1996.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A república Consentida**: Cultura democrática e científica do final do Império. Rio de Janeiro: Editora FGV: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Edur), 2007.

MIRANDA, Clícea Maria Augusto de. Memórias e histórias da Guarda Negra: versos e reversos de uma combativa organização de libertos. In.: **Tornando-se livre**: Agentes históricos e lutas sociais no processo de Abolição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

MONSMA, Karl. **A reprodução do racismo**: fazendeiros, negros e imigrantes no oeste paulista, 1880-1914. São Paulo: UFSCAR, 2016.

_____. Linchamentos raciais no pós-abolição: Alguns casos excepcionais do Oeste paulista. In: Flávio Gomes; Petrônio Domingues. (Org.). **Políticas da raça**: Experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil. 1ed.São Paulo: Editora Selo Negro, 2014, p. 195-210.

_____. "Symbolic conflicts, deadly consequences: fights between Italians and blacks in western São Paulo, 1888-1914." **Journal of Social History** v39.n4, 2006. p.1123-1152.

MORAIS, Renata Figueiredo. A abolição no Brasil além do Parlamento: as festas de maio de 1888. In.: **Tornando-se livre**: Agentes históricos e lutas sociais no processo de Abolição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

NICOLAU, Jairo. A Participação Eleitoral no Brasil. In: Luiz Werneck Vianna. (Org.). **A Democracia e os Três Poderes no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, v. , p. 255-296.

OLSAK, Susan. Analysis of events in the study of collective action. In.: **annual review of sociology** 15: 119-41, 1989.

ORTIZ, David G. Rock, Bottles, and weak autocratie: the role of political regime settings on contention – repression Interations. In.: **Mobilization**: An international Quartely, 18 (3), p. 289-312, 2013.

PIERSON, Paul; SKOCPOL, Theda. American Politics in the long run. In.: **The transformation of American politics**: activism government and the rise of conservantismo. Princeton University Press, 2007.

POLLETTA, Francesca. **Culture is not just in your head**. Rethinking social movements: Structure, meaning, and emotion, p. 97-110, 2004.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. **Os radicais da República**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

RIBEIRO, Maria Thereza Rosa. **Controvérsias da questão social**: liberalismo e positivismo na causa abolicionista no Brasil. Porto Alegre: Zouk, 2012.

RICCI, Paolo; ZULINI, Jaqueline Porto. Quem ganhou as eleições?: a validação dos resultados antes da criação da justiça eleitoral. **Revista de Sociologia e Política** (UFPR. Impresso), v. 21, p. 91-105, 2013.

ROURE, Agenor de. A Constituinte Republicana. Brasília: **Senado Federal**, v I e v II, 1979.

SAHLINS, Marshall. **Ilhas de história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1990 [1985].

SALLUM Jr, Brasílio. **O impeachment de Fernando Collor**: sociologia de uma crise. São Paulo: Editora 34, 2015.

_____. CASAROE, Guilherme Stolle Paixão. O impeachment do presidente Collor: a literatura e o processo. **Lua Nova** (Impresso), v. 82, p. 163-200, 2011.

SANTOS, Cláudia Regina Andrade dos. Na rua, nos jornais e na tribuna: a Confederação Abolicionista do Rio de Janeiro, antes e depois da abolição. In.: **Tornando-se livre**: Agentes históricos e lutas sociais no processo de Abolição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

_____. Projetos sociais abolicionistas: ruptura ou continuidade. In: Daniel Aarão. (Org.). **Intelectuais, História e Política (séculos XIX e XX)**. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2000, p. 54-74.

SCHULZ, John. **A crise financeira da Abolição**. São Paulo: Edusp, 1996.

SENNA, Ernesto. **Deodoro: subsídios para a história**. Brasília: Senado Federal, 1999.

SEWELL, William H. **Logics of history**: Social theory and social transformation. University of Chicago Press, 2005.

_____. Historical events as transformations of structures: Inventing revolution at the Bastille. **Theory and society**, v. 25, n. 6, p. 841-881, 1996.

_____. Three Temporalities: **Toward a Sociology of the Event**. Paper apresentado na conferência sobre "The Historic Turn in the Human Sciences," na University of Michigan, October 1990.

SILVA, Eduardo. **As camélias do Leblon e a abolição da escravidão**: uma investigação de história cultural. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 136p.

SILVA, Mário Augusto Medeiros da. Em torno da ideia de associativismo negro em São Paulo. **Paper Anpocs 2016** (ST 22). (Conferência outubro de 2016).

SKOCPOL, Theda; Oser, Jennifer. Organizational despite Adversity: The Origins and Development of African America fraternal Organizations. In: **Social Science History**, v 28, n 3, 2004, p. 367-437.

SNOW, David; Robert, BENFORD. Master Frames and Cycles of Protest. In.: **Frontiers in Social Movement Theory**. p. 133- 155, 1992.

_____. Ideology, Frame Resonance, and Participant Mobilization. In.: **International Social Movement Research**, v.1, n. 1, p. 197-217, 1988.

_____. et al.,. "Frame Alignment Processes, Micromobilization, and Movement Participation," **American Sociological Review**, Vol. 51, No. 4, pp. 464-481, 1986.

SOULE, Sarah A.; MCADAM, Doug, MCCARTHY, John, Yang Su. Protest Events: Cause or Consequence or state action? The U.S Women's Movement and Federal Congressional Activities, 1956-1979. In.: **Mobilization: An International Journal**, v 4, n2, p.239-256. 1999.

SOUZA, Júlio César de. Cotidiano Escravo nas Entrelinhas dos Processos Criminais em Uberaba (1871-1888). In: **XX Encontro Regional de História da ANPUH-SP**, 2010, Franca - SP. CD-ROM dos Anais do XX Encontro Regional de História da ANPUH-SP. Franca - SP: CD-ROM, 2010.

SWIDLER, Ann. **Talk of love**. Chicago, University of Chicago Press, 2001. (Cap 2: Repertoires).

_____. **Cultural Power and Social Movements**. Hank Johnston and Bert Klandermans (eds), Social Movements and Culture. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1995.

_____. Culture in Action: Symbols and Strategies. In.: **American Sociological Review**, Vol. 51, No. 2. (Apr., 1986), pp. 273-286.

TARROW, Sidney. From eventful history to cycles of contention (cap 7). In.: **Strangers at the gates: movements and states in contentious politics**. New York (USA): Cambridge University Press. 2012.

_____. **O poder em movimento: Movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009. [1998].

TAYLOR, Verta. Social Movement continuity: the women's movement in abeyance. In.: **American Sociological Review**. v. 54, n. 5, 1989. P. 761-775.

TELLES, Edward Eric. Mixed and unequal: new perspectives on Brazilian Etnoracial relations. In.: **Pigmentocracies: ethnicity race, and Color in Latin American**. North Carolina: The University of North Carolina Press. p. 184. (cap 5)

TILLY, Charles; TARROW, Sidney. Making Claims. In: **Contentious Politics**. New York, USA: Oxford University Press, 2ed., 2015.p. 3-26. (cap. 1)

_____. How to detect and describe Performance and Repertoire (cap2). In.: **Contentious performances**. Cambridge University Press, 2008.

_____. TARROW, Sidney. Contentious politics and social movements. In.: BOIX, Carles; STOKES, Susan C. **The Oxford Handbook of Comparative Politics**. New York: Oxford University Press, 2007. p. 435 – 460.

_____. **Regimes and Repertoires**. Chicago, USA: The University of Chicago Press, 2006.

_____. Why and How History Matters. In.: **The Oxford Handbook of Contextual Political Analysis**. Oxford University Press: New York. 2006a. p. 417-437.

_____. **Social Movements, 1768-2004**. Colorado, USA: Paradigma Publisher, 2004.

_____. Agendas for students of social movements. In.: **States, parties, and social movements**. Cambridge University Press, 2003. p. 246-256.

_____. Event catalogs as theories. **Sociological Theory**, v. 20, n. 2, p. 248-254, 2002.

_____. From interactions outcomes in Social Movements. In.: **How social Movements Matter**. University of Minnesota Press, 1999. P. 253- 270.

_____. The trouble with stories. In.: **The social worlds of higher education. Handbook for teaching in a new century**, p. 256-270, 1999b.

_____. **From Mobilization to Revolution**. USA: McGraw-Hill, 1978.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Estratégias populares de sobrevivência: o mutualismo no Rio de Janeiro republicano. In.: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 29, n 58, p. 291-315. 2009.

WEBER, Max. Comunidades Políticas. In.: **Economia e Sociedade**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 4^a ed, v 2, 2004.

WHITTIER, Nancy. The Consequences of Social Movements for Each Other. In.: **The Blackwell Companion to Social Movements**. David A. Snow, Sarah A. Soule and Hanspeter Kriesi (editores). Blackwell Publishing, 2004. p. 531 -551.

ZAMBRANO, Catalina González; MARTINS, Gabriela Pereira; DE SOUZA, Rafael. Movimentos sociais, partidos políticos e análise de redes: uma entrevista com Ann Mische. **Plural** (São Paulo. Online), v. 22, n. 1, p. 131-141, 2015. (Entrevista).